



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS

CRUZANDO FRONTEIRAS: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas

SIMONE TAVARES DA SILVA

Manaus - Amazonas

Abril/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS

SIMONE TAVARES DA SILVA

CRUZANDO FRONTEIRAS: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez

Manaus - Amazonas

Abril/2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586c Silva, Simone Tavares da
Cruzando Fronteiras : um estudo sobre mobilidade humana,
construção de redes e de novos territórios de imigrantes
venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas / Simone
Tavares da Silva . 2022
326 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: José Exequiel Basini Rodriguez
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal
do Amazonas.

1. Mobilidade humana. 2. Imigração venezuelana. 3. Manaus. 4.
Construção de redes. 5. Produção de novos territórios. I.
Rodriguez, José Exequiel Basini. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

SIMONE TAVARES DA SILVA

CRUZANDO FRONTEIRAS: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez - Presidente
Universidade Federal do Amazonas - PPGAS

Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha - Membro
Universidade Federal do Amazonas - PPGAS

Prof. Dr. Sidney A da Silva - Membro
Universidade Federal do Amazonas - PPGAS

Prof. Dr. Héctor Eloy Rivas Sánchez - Membro (Examinador Externo)
Center For Social Sciences/ Athabasca University/Canadá

Prof. Dr. Gustavo da Frota Simões - Membro (Examinador Externo)
ECEME/RJ

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva - Membro (Suplente)
Universidade Federal do Amazonas - PPGAS

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz - Membro (Suplente Externo)
Universidade Federal do Amazonas - Geografia/UFAM

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a minha querida mãe Domingas Tavares e minhas amadas filhas Gabriela e Isabela pelo apoio, amor, incentivo nos momentos mais difíceis de minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me acompanhou, fortaleceu e proporcionou sabedoria e discernimento para a boa condução do meu trabalho.

Às famílias venezuelanas “Carabobo” e “Monagas” pelo seu tempo e a disponibilidade de me receber sempre com tanta gentileza, grata pela acolhida, pelas nossas conversas e por compartilhar comigo a cultura venezuelana.

Às famílias venezuelanas “Gonzales” e “García” exemplos de resistência e resiliência diante das intempéries da vida.

A todos/as venezuelanos (as) a minha admiração pela força e a vontade de sempre seguir em frente e em especial à venezuelana Cristina Rivas pela confiança de me receber tão generosamente em sua casa em Los Teques na Venezuela.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez por sua amizade, pelo compromisso nas suas observações me abrindo os horizontes de possibilidades teóricas, contribuindo significativamente com a construção deste estudo.

Aos meus pais José Alves e Domingas Tavares pelos seus ensinamentos e o incentivo aos estudos.

Às minhas lindas filhas Gabriela e Isabela, meus amores, que comigo acreditaram neste trabalho tornando possível esse trajeto.

Às minhas queridas irmãs Rúbia, Suzana, Sandra e Solange pelo apoio e companheirismo.

Aos meus irmãos Ricardo, José Roberto e João Paulo pelo carinho e cuidado.

A todos/as meus queridos/as sobrinhos e sobrinhas que não são poucos pela compreensão do meu isolamento e em memória de Leandro Almary, meu amado sobrinho. Amo-te para sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, a todos os docentes que contribuíram na minha formação e à Franceane, ex-secretária do PPGAS/UFAM pelos serviços prestados de forma sempre atenciosa.

Aos queridos colegas da turma de doutorado/mestrado de 2018 pelos quais tenho um imenso carinho, obrigada pelas discussões teóricas em sala e por nossos divertidos encontros fora de sala.

Aos estimados colegas de trabalho que compõe à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP/Reitoria) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas pelo apoio e incentivo, e em memória do Sr. José Izel.

Aos militares das Forças Armadas do Brasil que atuaram na “Operação Acolhida” por me receberem sempre tão prontamente. Um agradecimento especial ao Coronel André Vicente Scafutto de Menezes.

Meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização desta tese.

RESUMO

A partir de uma perspectiva antropológica e etnográfica, esta tese busca verificar fatores que contribuíram para a imigração venezuelana em direção à cidade de Manaus/Am. Para isto, utilizamos uma abordagem de trajetórias de vida de famílias venezuelanas, a qual nos proporcionou a compreensão deste fenômeno migratório para a fronteira sul-sul, no caso em tela para o Brasil. Pretendemos nesta pesquisa elucidar algumas questões, tais como: quais as causas que levaram a Venezuela mudar sua condição de país de imigrantes para um país de emigrantes? Qual o status concedido aos venezuelanos (as) nos países da região com ênfase para o Brasil, eles foram considerados imigrantes ou refugiados? Como as redes sociais, sejam familiares, por afinidades ou migratórias foram sendo construídas a partir de uma imigração que tomou grandes proporções a partir de 2015? Como se deu o processo de produção de novos territórios e da (re) construção das identidades na capital manauara? Quais os desafios para a inserção sociocultural e laboral nesta nova sociedade? Apresentamos também a (i) mobilidade humana em tempos da pandemia da Covid-19 a fim de compreender as estratégias de (sobre) vivência, de resistência e ressignificação dos imigrantes venezuelanos (as). Concluímos nesta pesquisa que aspectos estruturais somados ao longo dos anos se combinaram para projetar o advento de uma crise sem precedente na história da Venezuela, acarretando na saída de milhares de venezuelanos (as) do país. Quanto ao fluxo migratório pode ser caracterizado como misto, ou seja, composto tanto por refugiados, como de imigrantes voluntários. Em relação às redes migratórias era quase inexistente sendo construídas e fortalecidas dentro deste recente e volumoso movimento para os países sul-americanos. Quanto ao processo de produção de novos territórios perpassou por uma dinâmica em redes através dos vínculos e dos contatos estabelecidos entre conterrâneos ou entre venezuelanos e brasileiros. No que se refere à identidade, no âmbito da antropologia apresenta um caráter relacional devendo ser pensada no plural, identidades. A inserção é um tema que envolve múltiplas dimensões da vida em sociedade indo além do imigrante documentado, outras condições vão se revelando como acesso ao trabalho, o domínio da língua, a educação, a existência de redes de apoio entre outros.

Palavras-chaves: Mobilidade humana, imigração venezuelana, Manaus, construção de redes, produção de novos territórios.

ABSTRACT

From an anthropological and ethnographic perspective, this thesis seeks to verify which factors contributed to the Venezuelan immigration towards the city of Manaus/Amazonas. For this, we used an approach of life trajectories of Venezuelan families, which provided us with an understanding of this migratory phenomenon to the south-south border, in the case in question for Brazil. In this research, we intend to elucidate some questions such as: what are the causes that led Venezuela to change its condition from a country of immigrants to a country of emigrants? What is the status granted to Venezuelans in the countries of the region with emphasis on Brazil, were they considered immigrants or refugees? How were social networks, whether family, affinities or migratory, being built from an immigration that took great proportions from 2015? How did the process of producing new territories and the (re)construction of identities take place in the capital of Manaus? What are the challenges for sociocultural and labor insertion in this new society? We also present (i) human mobility in times of the Covid-19 pandemic in order to understand the strategies of (over) experience, resistance and resignification of Venezuelan immigrants. We conclude in this research that structural aspects added over the years have combined to project the advent of an unprecedented crisis in the history of Venezuela, resulting in the departure of thousands of Venezuelans from the country. As for the migratory flow, it can be characterized as mixed, that is, composed of both refugees and voluntary immigrants. In relation to migratory networks, it was almost non-existent, being built and strengthened within this recent and voluminous movement to South American countries. As for the process of producing new territories, it went through a dynamic in networks through the bonds and contacts established between countrymen or between Venezuelans and Brazilians. With regard to identity, within the scope of anthropology it has a relational character and should be thought of in the plural, identities. Insertion is a theme that involves multiple dimensions of life in society, going beyond the documented immigrant, other conditions are revealed, such as access to work, mastery of the language, education, the existence of support networks, among others.

Keywords: Human mobility, Venezuelan immigration, Manaus, building networks, production of new territories.

RESUMEN

Desde una perspectiva antropológica y etnográfica, esta tesis busca verificar que factores contribuyeron a la inmigración venezolana hacia la ciudad de Manaus/Amazonas. Para ello, utilizamos un enfoque de trayectorias de vida de familias venezolanas, lo que nos permitió comprender este fenómeno migratorio hacia la frontera sur-sur, en el caso que nos ocupa para Brasil. En esta investigación pretendemos dilucidar algunas interrogantes como: ¿cuáles son las causas que llevaron a Venezuela a cambiar su condición de país de inmigrantes a país de emigrantes? ¿Cuál es el estatus otorgado a los venezolanos en los países de la región con énfasis en Brasil, eran considerados inmigrantes o refugiados? ¿Cómo se fueron construyendo redes sociales, ya sean familiares, de afinidad o migratorias a partir de una inmigración que tomó grandes proporciones a partir de 2015? ¿Cómo ocurrió el proceso de producción de nuevos territorios y de (re) construcción de identidades en la capital de Manaus? ¿Cuáles son los desafíos para la inserción sociocultural y laboral en esta nueva sociedad? También presentamos (i) la movilidad humana en tiempos de la pandemia del Covid-19 para comprender las estrategias de (sobre) experiencia, resistencia y resignificación de los inmigrantes venezolanos. Concluimos en esta investigación que aspectos estructurales agregados a lo largo de los años se han conjugado para proyectar el advenimiento de una crisis sin precedentes en la historia de Venezuela, resultando en la salida de miles de venezolanos del país. En cuanto al flujo migratorio, se puede caracterizar como mixto, es decir, compuesto tanto por refugiados como por inmigrantes voluntarios. En relación a las redes migratorias, fue casi inexistente, construyéndose y fortaleciéndose dentro de este reciente y voluminoso movimiento hacia países sudamericanos. En cuanto al proceso de producción de nuevos territorios, pasó por una dinámica en redes a través de los lazos y contactos establecidos entre compatriotas o entre venezolanos y brasileños. En cuanto a la identidad, en el ámbito de la antropología tiene un carácter relacional y debe ser pensada en plural, identidades. La inserción es un tema que involucra múltiples dimensiones de la vida en sociedad, más allá del inmigrante documentado, se revelan otras condiciones, como el acceso al trabajo, el dominio del idioma, la educación, la existencia de redes de apoyo, entre otras.

Palabras clave: Movilidad humana, inmigración venezolana, Manaus, construcción de redes, producción de nuevos territorios.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Praça Simón Bolívar antes da reforma

Figura 2 - Praça Simón Bolívar depois da reforma

Figura 3 - Posto de Recepção e Apoio (PRA) em Boa Vista/RR

Figura 4 - Área próxima à Rodoviária de Manaus (lugar de pernoite dos imigrantes) após do reordenamento

Figura 5 - Momento de entrada dos imigrantes nas barracas para pernoitar em Manaus

Figura 6 - Instalações da “Operação Acolhida em Manaus” - Refeitório e a Lavanderia no Posto de Recepção e Apoio

Figura 7 - Guarda-volumes e sala de atendimento e orientação aos imigrantes

Figura 8 - Reunião da PROEXT/UFAM com Associação de Venezuelanos

Figura 9 - Territórios de ‘acolhida’ pernoite em Boa Vista

Figura 10 - Territórios de ‘acolhida’ pernoite em Manaus

Figura 11- Placas no Posto de Recepção e Apoio “Operação Acolhida” em Manaus

Figura 12 - As instalações do Posto de Recepção e Apoio em Manaus na pandemia da Covid-19 (barracas com o distanciamento exigido de dois metros)

Figura 13 - Toneis com água e sabão para os imigrantes lavar as mãos

Figura 14 - Evento em Alusão “5 de Julio Día de la Independencia de Venezuela”

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR- Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas

AD - Ação Democrática

ANC - Assembléia Nacional Constituinte

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ATM - Alojamento de Trânsito de Manaus

PBF - Programa Bolsa Família

CADÚNICO - Cadastro Único

CSVM - Cátedra Sergio Viera de Mello

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CID - Classificação Internacional da Doença

COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

CORPOELEC - Corporación Eléctrica Nacional S.A

CMDH- Centro de Migração e Direitos Humanos

CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNIG - Conselho Nacional de Imigração

CPF- Cadastro de Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

COVID-19 - Corona Virus Disease-19

DPF/RR - Delegacia de Polícia Federal/Roraima

DPU - Defensoria Pública da União

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

EUA - Estados Unidos da América

FEDECÁMARAS - Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela

FT LOG HUM - Força Tarefa Logística Humanitária

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEMA- Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia

GLO - Garantia de Lei e Ordem

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IMDH- Instituto de Migrações e Direitos Humanos

LDB - Lei de Diretrizes e Base

LEPAPIS - Laboratório de Estudos Panamazônico, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social.

MAS - Movimento ao Socialismo

MBR - Movimento Bolivariano Revolucionário-200

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MPF - Ministério Público Federal

MERCAL - Mercado de Alimentos S.A

MVR - Movimento Quinta República

NAPRI - Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais

OEA- Organização dos Estados Americanos

OIM - Organização Internacional para Migrações

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA - Petróleo da Venezuela S.A.

PTRIG - Posto de Triagem

PITRIG - Posto de Interiorização e Triagem

PRI- Posto de Recepção e Identificação

PRA - Posto de Recepção e Apoio

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

R4V- Plataforma de Coordenação Regional Interagência

RAMV - Registro Administrativo de Migrantes Venezuelanos na Colômbia

RLF - Restabelecimento de Laços Familiares

SEAS - Secretaria Estadual de Assistência Social

SEDUC-AM - Secretaria de Estado de Educação do Amazonas

SEJUSC - Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

SEMASC- Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

SJMR - Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNB - Universidade de Brasília

UNFPA - Fundo das Nações Unidas para a População

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 19 |
| Capítulo I - A República Bolivariana da Venezuela e os Desdobramentos de suas Crises | 30 |
| 1.1 - Contextualização histórica da Venezuela: da abundância à escassez..... | 31 |
| 1.1.1 - A política venezuelana de (1908-1958) e a transição para um país petroleiro.. | 32 |
| 1.1.2 - Ascensão e queda do Pacto de <i>Punto Fijo</i> (1958-1998)..... | 35 |
| 1.1.3 - Venezuela da era Hugo Chávez (1999-2012)..... | 42 |
| 1.1.4 - Venezuela e o governo de Nicolás Maduro..... | 49 |
| 1.1.5 - Venezuela e suas relações geopolíticas..... | 54 |
| 1.2 - Quando migrar é preciso: de um país de imigrantes para emigrantes..... | 65 |
| 1.3 - Venezuelanos (as): imigrantes ou refugiados?..... | 79 |
| 1.4 - Considerações do primeiro capítulo..... | 95 |
| Capítulo II - Mobilidade Humana, Fronteiras e Inserção Sociocultural de Imigrantes Venezuelanos (as) no Brasil | 98 |
| 2.1 - A imigração venezuelana para o território brasileiro..... | 99 |
| 2.1.1 - As teorias migratórias e o status dos venezuelanos (as) no Brasil..... | 100 |
| 2.1.2 - Conhecendo os atores das redes de acolhida em Boa Vista e Manaus..... | 115 |
| 2.1.3 - A governança migratória no Brasil..... | 134 |
| 2.2 - Cruzando fronteiras em suas diferentes perspectivas..... | 145 |
| 2.3 - A hospitalidade e os desafios da inserção sociocultural..... | 157 |
| 2.4 - Considerações do segundo capítulo..... | 166 |
| Capítulo III - Trajetórias de Vida de Famílias de Imigrantes Venezuelanos (as) em Manaus/Brasil | 169 |
| 3.1 - Discutindo o conceito de trajetória de vida..... | 169 |
| 3.2 - Perspectivas de vida: sonhos de um imigrante..... | 175 |

| | |
|---|-----|
| 3.2.1 - A trajetória de vida da família Carabobo..... | 176 |
| 3.2.1.1 - Aproximação com a família Carabobo..... | 176 |
| 3.2.1.2 - A migração de Allan e Diana e sua inserção em Manaus..... | 177 |
| 3.2.1.3 - A reunificação familiar no Brasil..... | 185 |
| 3.2.1.4 - A migração de retorno dos parentes de Allan..... | 187 |
| 3.2.1.5 - Meu encontro com os parentes de Allan e Diana na Venezuela..... | 188 |
| 3.2.1.6 - As estratégias da família Carabobo em tempos de pandemia..... | 190 |
| 3.2.1.7 - A migração de retorno da família Carabobo..... | 197 |
| 3.2.1.8 - A chegada da família Carabobo à Venezuela..... | 200 |
| 3.2.2 - A trajetória de vida da família Monagas..... | 201 |
| 3.2.2.1 - Aproximação com a família Monagas..... | 201 |
| 3.2.2.2 - A vida na Venezuela e a decisão de migrar..... | 202 |
| 3.2.2.3 - A oportunidade de migrar através dos estudos..... | 205 |
| 3.2.2.4 - Os desafios de uma migração em família e a chegada à Manaus..... | 206 |
| 3.2.2.5 - A construção de uma rede por afinidades..... | 208 |
| 3.2.2.6 - A estratégia de permanecer no Brasil através da educação..... | 212 |
| 3.2.2.7 - A organização da família Monagas em tempos de pandemia..... | 213 |
| 3.2.3 - Considerações das trajetórias das famílias “Carabobo” e “Monagas”..... | 217 |
| 3.3 - Famílias, redes, produção de novos territórios e identidades em um processo migratório..... | 220 |
| 3.3.1 - Abordagem sobre novos arranjos familiares e migração..... | 221 |
| 3.3.2 - A construção de redes e de novos de territórios..... | 227 |
| 3.3.3 - A dinâmica na (re) construção de identidades..... | 238 |
| 3.4 - Considerações do terceiro capítulo..... | 245 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo IV - A presença venezuelana em Manaus/AM em tempos de pandemia da Covid-19 | 248 |
| 4.1 - (I) mobilidades, migração e crise sanitária..... | 249 |
| 4.1.1 - Vidas em movimento: a travessia de famílias venezuelanas meio à pandemia..... | 253 |
| 4.1.1.1- Família Gonzalez..... | 256 |
| 4.1.1.2 - Família García..... | 261 |
| 4.1.1.3 - Considerações sobre as famílias Gonzalez e García..... | 270 |
| 4.2 - Os desafios na gestão migratória venezuelana frente à pandemia da Covid-19 na cidade de Manaus..... | 273 |
| 4.3 - Para além da “quarentena”: estratégias de vida e ressignificação dos imigrantes venezuelanos (as) em um contexto Amazônico..... | 283 |
| 4.4 - Considerações do quarto capítulo..... | 294 |
| Considerações Finais | 297 |
| Referências | 302 |

INTRODUÇÃO

A minha origem está de certa forma interligada com o tema proposto para o estudo, ou seja, (i) migração. Sou natural de Manaus, capital do Estado do Amazonas, filha de migrantes internos, meus pais realizaram deslocamentos entre regiões e estados dentro do próprio país. Meu pai é nordestino, natural do Estado do Ceará, saiu da zona rural do município de Crato ainda muito jovem para trabalhar na capital, Fortaleza. No início da década de 1960 ele chegou à cidade de Manaus em busca de melhores condições de vida.

Minha mãe, natural do Estado do Pará, nasceu no município de Oriximiná residindo até sua adolescência na zona rural e migrou para Manaus em busca de trabalho. Ambos fizeram uma migração do campo para a cidade. Os familiares da minha mãe continuaram morando no Pará, com exceção de um tio que também migrou para Manaus com ajuda dos meus pais. Eu e meus sete irmãos nascemos e nos criamos em Manaus.

Ainda na minha infância, meus pais compraram e organizaram uma fazenda no estado natal de minha mãe, onde passávamos as férias escolares usufruindo de privilégios, pois estávamos rodeados pela natureza e de animais, vivenciando a simplicidade do interior amazônico. Vale ressaltar, que tenho duas irmãs que fizeram uma migração inversa a da nossa mãe, migraram para o Estado do Pará, onde casaram e vivem até os dias atuais.

Em relação aos parentes do meu pai podemos falar do que se configurou em uma migração de redes familiares e por afinidades, meu pai ajudou financeiramente muitos membros de sua família a migrarem também para Manaus. Tais como meus avós, meus tios (as), primos (as) e alguns de seus amigos oriundos do interior do Ceará. Entretanto, em 2019 seu irmão mais novo, meu tio, após a concessão de sua aposentadoria e passar quarenta anos em Manaus comprou uma casa em Crato e decidiu voltar para sua cidade natal, configurando-se em uma migração de retorno.

Chamo atenção também para uma experiência de migração internacional na família, a saída do Brasil no ano de 1994 de minha irmã primogênita, que migrou para Aruba (ilha pertencente a Holanda). Viajou a convite de uma amiga que já conhecia as ilhas caribenhas, e por ser um lugar turístico possuía muitas oportunidades de emprego para imigrantes. Uma imigração que era para ser transitória passou a ser permanente, visto que, casou-se com um arubiano e teve quatro filhos que hoje moram na Holanda.

Em 1997, minha irmã me convidou para morar com ela em Aruba, passei um ano com um visto de estudante. Senti na pele o que é ser um imigrante. Na ilha são falados três idiomas,

espanhol, inglês e como língua oficial o holandês, também tem o papiamento um dialeto local. Fazia curso de inglês e tinha como professores um casal de venezuelanos que após alguns anos migraram para os Estados Unidos.

Através dessa rede familiar, outros três irmãos também fizeram uma migração internacional com ajuda de minha irmã que já estava documentada e com dupla cidadania holandesa. Mas, com um tempo retornaram ao Brasil, dois deles por permanecerem indocumentados e trabalhando sem permissão foram deportados e outra irmã que primeiramente foi para Aruba e depois seguiu para Holanda retornou ao Brasil por motivo de doença e tratamento da própria saúde.

Após um ano vivendo em Aruba, com um visto de estudante, mas sem poder trabalhar legalmente, pois o documento não permitia, e sem poder fazer um curso universitário, pois os valores eram altos demais para eu custear, retornei para o Brasil. Tinha o sonho de fazer uma graduação na Universidade Federal do Amazonas, ter uma profissão, e assim aconteceu.

É importante ressaltar que todas as decisões na família, no que corresponde a (i) migração se deram de maneira voluntária, ou seja, nem eu e nem meus irmãos fomos obrigados a deixar nosso país e não tínhamos nenhum impedimento para retornar. Hoje, viajo constantemente nas férias para essa ilha caribenha, mas agora na condição de turista.

Minha formação foi no curso de Serviço Social e meu interesse em realizar um estudo sobre o fenômeno da imigração venezuelana para a cidade de Manaus surgiu a partir da minha prática profissional como Assistente Social de um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS¹ Glória, localizado na Zona Oeste de Manaus vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) no período de setembro de 2010 a fevereiro de 2015.

O CRAS/Glória a partir de 2012 recebeu uma demanda significativa de imigrantes haitianos² em decorrência do terremoto de 2010. O contato inicial com os imigrantes se deu tanto por demanda espontânea ou através de encaminhamentos realizados pelos serviços da Pastoral dos Migrantes e do Serviço Social da Cáritas Arquidiocesana de Manaus.

¹ O CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade dos municípios. Seu objetivo consiste na prevenção de situações de riscos sociais, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, como ampliação de acesso aos direitos de cidadania (MDS, 2009).

² Em 12 de janeiro de 2010, um tremor de magnitude 7 na escala Richter devastou a capital haitiana e várias cidades no interior do país. Mais de 200.000 pessoas morreram e 300.000 outras ficaram feridas na tragédia, que deixou 1,5 milhão de pessoas desabrigadas. Sendo esse um dos fatores que agravou um histórico de diáspora existente há muitos anos neste país, além de desencadear uma crise ambiental, econômica e social (DUARTE; ANNONI, 2018).

Buscava-se a inserção dos imigrantes em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único³ (CADÚnico), através do qual poderiam ter acesso a programas sociais do Governo Federal e Municipal, com destaque para o programa de transferência de renda, Bolsa Família (PBF)⁴, assim como a inclusão em cursos de educação profissional ofertado através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁵, onde o aluno (a) tinha direito a uma ajuda para o transporte e alimentação durante o curso.

A partir dos acompanhamentos psicossociais realizados pela equipe técnica composta de Assistentes Sociais e Psicólogos tivemos a oportunidade de conhecer um pouco a dinâmica de vida dos imigrantes atendidos pelo CRAS/Glória, no que corresponde aos seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Muitos se mostraram desapontados com a dura realidade aqui encontrada, tanto no que se refere à inserção laboral como sociocultural.

Acompanhei como Assistente Social, famílias de imigrantes até o início do ano de 2015 quando solicitei a exoneração do meu cargo da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) para assumir em fevereiro de 2015 o cargo de Assistente Social na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Diante do exposto não foi possível realizar como profissional do CRAS/Glória o acompanhamento social de uma nova demanda de imigrantes de nacionalidade venezuelana que chegou à Manaus a partir do ano de 2016.

Antes do início da significativa imigração venezuelana para o Brasil, tive a oportunidade de conhecer a Venezuela no ano de 2007. Atravessando a fronteira terrestre e passando por cidades como Santa Elena de Uairén, Puerto Ordaz, Puerto La Cruz, Caracas chegando até Punto Fijo, um município do Estado Falcón, que faz fronteira marítima com ilhas caribenhas como Curaçao e Aruba. Em Punto Fijo fomos recebidos pelo Sr. “Pachano”, um taxista venezuelano que nos acompanhou durante a passagem pela cidade.

O Sr. “Pachano” se tornou uma referência para mim e meus irmãos quando íamos para Aruba cruzando a fronteira com a Venezuela, ficando à nossa disposição, nos acompanhando

³ Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais funcionando como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

⁴ É um programa de transferência direta de renda que atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

⁵ Criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

pela cidade de Punto Fijo durante a nossa permanência. Quando a crise na Venezuela ganhou visibilidade internacional, e com a chegada de centenas de venezuelanos (as) no Brasil me perguntei se o Sr. “Pachano” estava entre o grande número de pessoas que foram forçadas a sair do país.

Em uma viagem para Aruba em 2019, conheci um grupo de venezuelanos que trabalhavam “indocumentados” em uma construção civil bem próximo da casa onde estava hospedada e foi neste lugar que por coincidência encontrei o “Sr. Pachano” trabalhando como ajudante de pedreiro e não foi difícil reconhecê-lo e ele também se lembrou de mim e de todos os meus familiares. Deixou sua esposa e seus três filhos na Venezuela, e os ajudava enviando dinheiro semanalmente. Foi a primeira vez que saiu de seu país em fevereiro de 2019.

Chegou à ilha por intermédio de um amigo também de Punto Fijo, este amigo que se encontrava indocumentado certa vez foi abordado pela polícia arubiana da migração e deportado. Entretanto, conseguiu entrar novamente na ilha, da mesma forma como a anterior. Um barco levava os imigrantes venezuelanos até certo ponto e depois tinham que se jogar no mar sabendo nadar ou não e chegar à margem. É claro que depois a vigilância da fronteira marítima foi reforçada não sendo mais possível ou mais difícil entrar por este meio.

Convidamos o Sr. “Pachano” e mais dois venezuelanos para passar a noite de Natal de 2019 com minha família. Infelizmente, no início de janeiro de 2020, recebemos a notícia que o Sr. “Pachano” e os demais venezuelanos que trabalhavam naquela obra tinham sido abordados pela polícia da migração no local de trabalho e como eram “indocumentados”, seriam deportados.

Dados da Plataforma de Coordenação Regional Interagência R4V (2021) apontam que no Caribe a República Dominicana apresenta o maior número de imigrantes venezuelanos (as) 114 mil, seguida de Trinidad e Tobago com 24 mil, já Aruba apresenta aproximadamente 17 mil venezuelanos (as) registrados (as).

Apresentei esse caso emblemático do Sr. “Pachano” apontando para outras rotas da migração venezuelana e para outro tipo de tratamento por parte dos governantes. Visto que, em Aruba não houve facilidades para a regularização migratória, havendo muitas deportações de imigrantes venezuelanos (as), diferentemente do estado brasileiro, que mesmo utilizando-se de uma medida complementar de recepção, a residência temporária, buscava regulamentar a situação do imigrante no seu território.

Apesar de ser um território dependente da Holanda, país que consta na lista das nações que assinaram a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de Nova Iorque de 1967, ambos tratados internacionais, para muitos imigrantes

que se encontravam em Aruba não foi sequer possível dar entrada na solicitação de refúgio, conforme os venezuelanos que conversei na “obra”. Entretanto, entre eles havia um militar com a concessão de asilo político.

Entre muitas conversas com arubianos e imigrantes, escutei que o governo local faz “vista grossa”⁶ quando necessita da mão de obra “barata” dos imigrantes. Que a polícia da migração sabe exatamente onde encontrá-los, mas enquanto a população local não reivindica isso, os imigrantes continuam na ilha, mesmo que de forma indocumentada realizando trabalhos específicos.

Enquanto morava em Aruba, vivenciei uma situação que demonstra que realmente a polícia da migração sabe onde estão os imigrantes, pois, certo dia fui à praia com amigos arubianos e chegaram próximo de nós, dois policiais da migração. Meus amigos conversando com eles e sem saber que meu “permisso” ainda não havia saído, ou seja, naquele momento eu era uma “indocumentada”, tiraram “brincadeiras” falando que eu era “brasileira”.

Os policiais disseram que me conheciam, fiquei surpresa. Todos os dias me viam saindo do meu curso no Centro seguindo em direção à parada de ônibus, mas, em nenhum momento fui abordada por eles. Assim, como algumas vezes fomos parados em *blitz* no trânsito e tampouco me pediram documentos.

O caso de Aruba se assemelha muito com os Estados Unidos que muitas vezes violam suas próprias leis, permitindo que imigrantes atravessem suas fronteiras, para contribuir para o desenvolvimento da economia do país. Esta é uma atividade comum, pois lhes permite ter mão de obra “barata” que não se importa em fazer todo tipo de trabalho. Assim, quando é conveniente para o país é feito “vista grossa” para que imigrantes “indocumentados” permaneçam para a realização de trabalhos destinados a eles.

No Brasil assistimos a partir de 2015 a entrada significativa de venezuelanos (as) pela fronteira norte do país, tendo como principal porta de entrada o Estado de Roraima, através da cidade de Pacaraima. O aumento do número de venezuelanos (as) foi expressivo a partir de 2017. Em 2015 tiveram 822 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, seguidas em 2016 de 3.375 solicitações, em 2017 foram protocolados na Polícia Federal 17.865 pedidos de refúgio, e em 2018 esse número triplicou chegando a 61.681 solicitações de protocolo de refúgio (CONARE, 2019).

Tais solicitações ficaram pendentes de análise até final de 2019 quando houve o reconhecimento pelo Brasil do cenário de grave e generalizada violação de direitos humanos

⁶ Expressão popular que significa fingir não ver as coisas; deixar passar como que despercebido; ver sem querer ver; ignorar o que foi visto.

no território venezuelano. Até esse momento, o reconhecimento de status de refugiados parecia ter ficado em segundo plano em face da norma de proteção complementar de residência temporária através de uma Resolução Normativa emitida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

A Organização das Nações Unidas estima que mais de cinco milhões de venezuelanos (as) já deixaram seu país, sendo um dos maiores deslocamentos da atualidade. Até setembro de 2021 o número era de aproximadamente 4,6 milhões de imigrantes e refugiados na América Latina e Caribe e o total no mundo é de 5,7 milhões (R4V, 2021). Essas cifras indicam que milhões de venezuelanos (as) se distanciaram de seus lugares e de suas culturas, por vezes migrando para países nunca antes visitados, mas que representa em um momento de escassez e violência no seu país, uma saída para a sobrevivência.

Os movimentos migratórios podem ser influenciados por diversos fatores, migra-se por razões políticas, econômicas, sociais, ambientais dentre outras motivações, entretanto, não podemos nos esquecer de que há também a migração forçada. A Venezuela não tinha muita tradição de emigração no que concerne a grandes deslocamentos. Sendo as primeiras ondas migratórias iniciadas no final da década de 1980 com continuidade nas décadas seguintes.

Essas primeiras migrações foram compostas majoritariamente de intelectuais e profissionais altamente qualificados, venezuelanos (as) que migravam com diferentes intensidades (estadias curtas, estadias provisórias, estadias permanentes) para os Estados Unidos da América (EUA), em particular para Miami e também para países da Europa como aponta o estudo do sociólogo Tomás Paez (2015).

Diante do aprofundamento da crise venezuelana, o Brasil passou a ser uma das opções em razão da sua proximidade geográfica, já que a emigração para países como os Estados Unidos, além do alto custo, passou a ficar mais difícil, pelo aumento do controle nas fronteiras, e como uma forma de oposição ao governo chavista de Nicolás Maduro. Na chegada ao território brasileiro, muitos venezuelanos (as) solicitaram o status de refugiados alegando violação de direitos humanos no país de origem, posto que essa condição os preservaria do risco de serem deportados.

Silva (2017) aponta que nas pesquisas realizadas com os imigrantes venezuelanos em Roraima, observou-se que a maioria utilizou o refúgio como uma forma de conseguir a regularização migratória e a obtenção de documentos, não possuindo uma clara motivação de adquirir proteção frente a perseguições eventualmente sofridas em seu país de origem. Já que, algumas das obrigações, como não poderem retornar ao local em que possuem o fundado temor de alguma forma de perseguição era desconhecido ou ignorado por uma parcela significativa

dessas pessoas, as quais, em diversas entrevistas, alegavam ter que retornar em breve para a Venezuela para resolver algumas demandas.

Por outro lado, a solicitação de refúgio foi a única forma dos imigrantes venezuelanos (as) permanecerem legal no Brasil até a publicação pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) da Resolução Normativa nº 126, de 02/03/2017, a qual dispõe sobre a concessão de residência temporária de dois anos àqueles que tenham entrado no território brasileiro por via terrestre e originário dos países fronteiriços.

Esta pesquisa apresenta uma abordagem metodológica de caráter etnográfico conjugando diferentes técnicas e práticas de pesquisa. Dentre elas, destacam-se as trajetórias e relatos de vida de famílias venezuelanas residentes em Manaus. As narrativas das trajetórias de vida não se limitaram somente a uma descrição de relatos de experiências de vida dos interlocutores, seguindo a linha de argumentação de Bourdieu (1996) de que os percursos de vida são concebidos como produto de interações produzidas segundo um movimento dialético.

Para o estudo de trajetória de vida, fizemos um recorte temporal de 2010 a 2020. Foram realizados levantamentos de dados de diferentes fontes de cunho primário e secundário que deram subsídio para compreender a complexidade e a especificidade desse fenômeno migratório. As análises teóricas dialogaram com a pesquisa de campo e as evidências das fontes secundárias.

A abordagem de trajetória de vida tem por objetivo principal considerar a voz dos sujeitos, um ponto chave para compreender o processo migratório entre Venezuela-Brasil, mas, não se limitou exclusivamente aos relatos em si, de modo que a análise do material biográfico foi subsidiada por consulta de documentos escritos, viagens de observações, notícias veiculadas pelas mídias, inclusive o relato de outras pessoas além dos biografados. Assim, evitamos conclusões precipitadas e possíveis equívocos em relação às narrativas biográficas.

A etnografia nos auxiliou na pesquisa quanto à produção e a interpretação dos relatos biográficos, visto que, a narrativa etnográfica além de permitir a “descrição mais densa” das entrevistas permitiu confrontá-los com as práticas observadas.

O estudo de trajetórias de vida terá como sujeitos de pesquisa duas famílias venezuelanas que estão vivenciando o processo da migração internacional e envolverá membros de diferentes faixas etárias possibilitando perceber no interior da família como são estabelecidas as relações. A escolha de duas famílias levou em consideração alcançarmos maior detalhamento dos relatos das experiências de vida e, assim melhor qualidade nos processos de análise.

Após contatos com outras famílias venezuelanas para compor a pesquisa não foi possível o fortalecimento do vínculo, devido o processo de pandemia da Covid-19 que

vivenciamos desde o início de 2020, acarretando desse modo na diminuição do número de interlocutores. Considerando que nessas referidas famílias havia grupos de riscos e respeitando as recomendações de decretos governamentais sobre “quarentena”, isolamento e distanciamento social e as recomendações do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas sobre as atividades de pesquisa durante a pandemia reduzimos o número de participantes.

Para a pesquisa de trajetória de vida, o critério de inclusão foram famílias de diversos tipos de arranjos (nuclear e monoparental) com residência fixa em Manaus. O critério de exclusão recaiu para as famílias em trânsito para outros estados ou países, considerando ser o *locus* da pesquisa, a capital manauara.

Conversas informais e entrevistas foram realizadas durante os anos de 2018 a 2021 com venezuelanos (as) em diferentes lugares. Ao identificar as famílias de imigrantes em Manaus em um primeiro momento foi realizada uma aproximação gradual, conhecendo-os e sendo conhecida. A escolha das famílias não se deu de maneira aleatória, mas depois de alguns encontros e o estabelecimento de um vínculo de confiança e às vezes de troca.

Respeitando o anonimato dos membros das famílias e dos demais interlocutores da pesquisa serão dados nomes fictícios. Em relação às famílias foram nomeadas como estados da Venezuela: Carabobo e Monagas. A família “Carabobo” é do tipo nuclear composta por sete membros. A família “Monagas” é do tipo monoparental feminina, composta por três membros mulheres.

A pesquisa contará também com relatos de outros interlocutores sem ser os biografados, nesses casos não teve o critério de que fossem obrigatoriamente residentes de Manaus. Assim, incluímos na pesquisa dados de duas famílias venezuelanas que adentraram no Brasil em tempos de pandemia, um imigrante venezuelano residente na cidade de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, uma imigrante venezuelana que veio interiorizada com sua família de Boa Vista para a cidade de Manaus, um imigrante venezuelano membro da “associação”, três imigrantes venezuelanas membros do “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras”, totalizando duas famílias e seis imigrantes.

O mergulho no campo de pesquisa não se deu de forma autônoma, assim agradeço ao meu orientador por mostrar da melhor maneira o “modo de fazer” em uma pesquisa antropológica. Os conteúdos apresentados em disciplinas do doutorado com destaque para a prática de pesquisa também proporcionaram suporte para a inserção no campo.

O trabalho de campo teve início com uma indicação para que eu entrevistasse uma família de imigrantes venezuelanos com status de refugiados que trabalhavam em uma

barbearia no Centro. Sendo esta uma oportunidade de aproximação com famílias, grupos ou redes de imigrantes na cidade de Manaus. Foi importante desde a primeira entrevista mapear e entender a rede a qual os imigrantes se vinculavam, seja no âmbito profissional, seja na esfera de sociabilidade pela qual se congrega estando fora de seu país.

Dessa maneira, o primeiro contato foi com um imigrante que tem ofício de barbeiro e depois sua esposa tatuadora, sendo denominada de “família Carabobo”. O casal tinha muitas dúvidas em relação aos trâmites para matricular os filhos na escola e considerando minha profissão como Assistente Social foi possível dar a eles algumas orientações não somente sobre o direito à educação, mas outras informações que a família necessitou.

A segunda família, “Monagas”, conheci um de seus membros na Universidade Federal do Amazonas em março de 2018. Além, da convivência no âmbito acadêmico tivemos a oportunidade de sairmos algumas vezes com grupos em comum e a partir de afinidades foi possível a construção de um vínculo.

Em agosto de 2019, buscando conhecer melhor a realidade na República Bolivariana da Venezuela, realizei uma viagem de observação para este país. Passei pelas cidades de Los Teques (Estado Miranda), Caracas (Distrito Federal), Valência e Puerto Cabello (Carabobo). Foram realizadas dez entrevistas, sendo três em Los Teques, duas em Caracas, duas em Puerto Cabello e três em Valência. Com pessoas de diferentes extratos sociais: médico, aposentado, empresária, diarista, jornalista, contadora, advogado e empreendedora.

Essas entrevistas nos deram subsídios para a construção do primeiro capítulo desta tese, no que corresponde a contextualização e os desdobramentos das crises venezuelanas. O objetivo foi conhecer a dinâmica de vida dos venezuelanos (as) que permaneceram em um país atravessado por crises de cunho econômico, político e social. Algumas transcrições das entrevistas foram apresentadas na tese mantendo o idioma espanhol devido os interlocutores não falarem ou entenderem a língua portuguesa.

Dentro do contexto brasileiro e com objetivo de conhecer como se dava o processo de “acolhida” aos imigrantes venezuelanos (as) na porta de entrada para esta imigração, Estado de Roraima, realizei uma viagem de observação para a cidade de Boa Vista no mês de julho de 2019, onde, além de conversas informais com os imigrantes venezuelanos (as), visitei instituições governamentais, não governamentais e instituições religiosas com projetos, serviços e ações voltadas para o atendimento aos imigrantes.

O instrumento principal desta tese foi a entrevista não estruturada apoiada em vários temas e algumas perguntas iniciais. Deu-se como uma conversa onde os participantes poderiam falar livremente sendo retomado para o tema quando era percebido que os interlocutores se

desviavam do assunto. Foi evitada nas entrevistas a interrupção, busquei ouvir mais e interferir menos, isso possibilitou que outras questões emergissem. Foi importante também atenção nos sinais não verbais dos entrevistados.

A condução da entrevista levou em consideração o estado emocional dos participantes, assim, como a disponibilidade de aprofundar algumas questões. Toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco, nesta pesquisa acreditamos que os riscos envolvidos foram as lembranças que poderiam causar algum tipo de incômodo, pela saudade ou ausência de membros da família. Assim, tentei minimizar esta situação procurando um momento e local adequados para realizá-las.

Foi feito o uso de gravador para facilitar e garantir o registro fiel das narrativas mediante a autorização dos entrevistados. Entretanto, houve algumas situações nas quais o uso do gravador gerou constrangimentos, impedindo que o entrevistado se manifestasse livremente. Nesses casos o roteiro da entrevista foi crucial sendo anotado o máximo de informações ao longo da entrevista, mas sem deixar que isso comprometera a fluência da conversa e ao término foram anotadas imediatamente todas as impressões e aspectos importantes.

Os sujeitos dessa pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos e a relevância social e acadêmica do estudo, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tiveram seus nomes mantidos em anonimato.

O projeto de pesquisa CAAE 36886120.1.0000.5020 foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas, com Parecer nº 4.348.240 favorável com recomendações. As recomendações foram: a pesquisadora deve seguir as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP sobre as pesquisas durante a pandemia. A pesquisadora do mesmo modo deve seguir as orientações da PROPESP/UFAM, através do ofício 009/2020, que estabelece procedimentos sobre as atividades de pesquisas durante a pandemia e isolamento.

A tese está estruturada em quatro capítulos articulados entre si. No primeiro capítulo contextualizamos a República Bolivariana da Venezuela e as repercussões de suas crises, apontando para momentos distintos em sua história: o sistema político no período de (1908-1958) e a passagem de uma economia agro-exportadora para petroleira; o Pacto de *Punto Fijo* (1958-1998); a era de Hugo Chávez (1999-2012) e a era de Nicolás Maduro (2012 -?). Sem deixarmos de mencionar as relações geopolíticas com os Estados Unidos, os países fronteiriços e extrarregionais. Apresentamos os motivos que levaram o país a mudar sua condição de país que recebia imigrantes para tornar-se um país que gera emigrante e os regimentos através do qual a população migrante venezuelana foi reconhecida e regularizada

nos países receptores, imigrantes ou refugiados?

No segundo capítulo explanamos sobre a imigração venezuelana para o Brasil apontando para as diversas teorias migratórias e os status jurídicos ao adentrarem no território brasileiro. Apresentamos os atores envolvidos nas redes de “acolhida” nas cidades de Boa Vista/Roraima e Manaus/Amazonas e a governança migratória brasileira. Abordamos também as fronteiras em seu conceito polissêmico a apresentando para além de sua definição geográfica e os desafios para uma efetiva inserção sociocultural e laboral na nova sociedade.

No terceiro capítulo descrevemos as trajetórias de vida de duas famílias venezuelanas, buscando conhecer suas histórias, percursos e as estratégias para o estabelecimento em um lugar “estranho”. Analisamos a partir de um olhar para a dimensão familiar em seus diferentes arranjos as estratégias nas construções das redes sociais, familiares ou por afinidades, nas produções de novos territórios e na (re) construção das identidades dentro de um processo migratório.

No quarto capítulo enfatizamos a (i) mobilidade humana em um contexto pandêmico e descrevemos a entrada pela fronteira norte com o Estado de Roraima de duas famílias venezuelanas e os desafios enfrentados na travessia e na permanência no país. Verificamos as estratégias de gestão da imigração venezuelana utilizadas pelas redes governamentais e não governamental e apresentamos as estratégias de (sobre) vivência, de resistências e resiliências dos (as) venezuelanos (as) frente à pandemia da Covid-19 chamando atenção para a sua resignificação mesmo diante das dificuldades enfrentadas em tempos de crises.

CAPITULO I - A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA E OS DESDOBRAMENTOS DE SUAS CRISES

Desde o início dos tempos, pessoas batem à porta de outros, fugindo de seus países em função da violência da guerra ou da brutalidade da fome.

(Zygmunt Bauman)

Nesse estudo sobre a imigração venezuelana para o Brasil seguimos uma ordem cronológica, a partir de seu nascimento e das condições sociais que a geraram, dado que, na origem da imigração encontramos a emigração. Sayad (1998) diz que falar da imigração é falar da sociedade como um todo em sua dimensão diacrônica e em sua extensão sincrônica, mas, com a condição de não tomarmos partido de mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração. Devemos considerar que o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território.

Entretanto, a sociedade que os recebe preconiza o direito de desconhecer tudo o que antecede a esse momento de sua concepção como imigrante. Para entendermos esse movimento de saída de venezuelanos (as) a partir de 2015 em direção à fronteira sul-sul, no caso Venezuela-Brasil, é importante conhecer um pouco da história venezuelana. Um país que apesar de suas grandes riquezas derivadas da exportação de petróleo e de ouro, convive na contemporaneidade com graves problemas sociais.

Na primeira parte deste capítulo contextualizamos a República Bolivariana da Venezuela avaliando as repercussões das suas crises e identificando as causas estruturais da mesma. Para entender esse processo iremos conhecer momentos distintos da história venezuelana tais como: o sistema político de (1908-1958) e a transição para uma economia petroleira; a ascensão e queda do Pacto de *Punto Fijo* (1958-1998); a Venezuela da era de Hugo Chávez (1999-2012) e a Venezuela no governo de Nicolás Maduro. A partir desse panorama geral buscamos situar o leitor em relação aos acontecimentos que resultaram na instabilidade político-institucional, econômica e social desse país e oferecer uma compreensão de sua organização e de suas relações geopolíticas.

Na segunda parte abordamos a transição da Venezuela de um país de imigrantes para se tornar um país de emigrantes. O país viveu dois grandes processos de emigração: o primeiro foi de um fluxo sul-norte nas últimas décadas do século XX, uma migração ainda não muito

significativa em seus números, em direção principalmente aos Estados Unidos e países europeus, com ênfase para a Espanha. No segundo momento, na segunda década do século XXI assistimos uma mudança nesse padrão migratório, onde os países sul-americanos se tornaram uma referência com um número cada vez maior e contínuo de imigrantes em direção aos países, tais como: Colômbia, Peru, Equador, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai.

Na terceira parte buscamos conhecer em que regimento se deu a regularização migratória de venezuelanos (as) nos diferentes países receptores localizados na América do Sul. Afinal, foram considerados imigrantes voluntários ou refugiados? Esse fenômeno migratório se apresenta como um dos maiores desafios humanitários na cena contemporânea.

1.1 - Contextualização histórica da Venezuela: da abundância à escassez

A Venezuela é um país localizado na costa norte da América do Sul em um território de 912.100 km². Apresenta destacados ecossistemas como as grandes altitudes geladas dos Andes em sua porção noroeste que se estendem em cadeias de montanhas junto ao litoral do mar do Caribe, em seguida o vale central das planícies dos llanos do rio Orinoco, e finalmente em sua porção sul os três subsistemas representados pela floresta tropical da Amazônia venezuelana, o Delta do Orinoco e a região da Gran Sabana (FREITAS, 2003).

Sua capital federal é a cidade de Caracas, estima-se que a população venezuelana seja de 28,4 milhões⁷, ao contrário da previsão oficial de 32 milhões no ano de 2020. A maioria da população é mestiça, com raízes indígenas e europeias. O espanhol é o idioma oficial e cerca de 90% dos (as) venezuelanos (as) moram em centros urbanos. Moreira (2018) considera que a queda de oportunidades de trabalho no setor agrícola teve profundos efeitos sociais, visto que, os trabalhadores rurais migraram para as cidades ou para os campos de petróleo, em busca de empregos, experimentando o país a mais rápida urbanização da América Latina.

A Venezuela faz fronteira a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e a leste com a Guiana Inglesa. É banhado a norte pelo mar do Caribe e a nordeste pelo Oceano Atlântico. Trata-se de um país de contrastes tanto em termos de natureza como em aspectos socioeconômicos.

⁷ Emigração reduz população da Venezuela para 28,4 milhões em 2020. Disponível em <https://www.ufjf.br/ladem/2020/07/13/emigracao-reduz-populacao-da-venezuela-para-284-milhoes/> Acesso em 10 de out de 2021

1.1.1- A política venezuelana de (1908-1958) e a transição para um país petrolero

A Venezuela tornou-se independente no início do século XIX e até o princípio do século XX tinha sua economia baseada na monocultura, ou seja, como a maioria dos países latino-americanos vivia da agricultura com destaque para o cacau e o café. Neves (2010) aponta que foi no período do governo do General Juan Vicente Gómez (1908-1935), após um golpe de estado, que a economia venezuelana sofreu uma profunda transformação passando de agrária para exportadora de petróleo. Entretanto, os primeiros anos de seu governo ainda foram caracterizados pela dependência em sua produção agrícola.

No início dos anos 1920, grandes campos de petróleo foram descobertos no país e ao longo do regime ditatorial do presidente Juan Vicente Gómez foi permitido a exploração das recém-descobertas jazidas de petróleo por parte de companhias estrangeiras, com ênfase para as estadunidenses.

O abandono da agricultura e a economia baseada quase que exclusivamente na produção petrolífera acarretou na importação de diversos produtos com custos elevados. O país submetido à dinâmica imposta pela renda petrolera passou a depender tanto da exportação de petróleo quanto da compra de produtos industrializados. Neste período foi estabelecida uma relação de dupla dependência com os Estados Unidos, que atuava no país segundo seus interesses.

Diante desse cenário de prosperidade, o país atraiu e assimilou uma mão de obra estrangeira com destaque, para os imigrantes europeus, compostos principalmente de espanhóis e italianos, que desde os anos 1930 vinham tentar a vida na América Latina fugindo das guerras em seus países de origem. Até o ano de 1958, entrou na bem-sucedida Venezuela cerca de quinhentos mil imigrantes, um número significativo se considerarmos que em 1960 a população do país mal alcançava os sete milhões e meio de habitantes (UCHOA, 2003).

O General Gómez permaneceu como ditador até sua morte no final de 1935 e apesar de seu governo ser marcado por avanços econômicos, também houve retrocessos democráticos caracterizados pela perseguição política, visto seu governo ter sido ditatorial e autoritário. Os generais Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945) seus sucessores iniciaram um movimento de liberação da economia, mas mantiveram o poder nas mãos dos militares.

A fase pós *gomezista* marcou a consolidação do petróleo como força motriz da economia em um país mais urbanizado, com a ascensão de novos grupos políticos e sociais, sobretudo profissionais liberais e ligados à indústria petrolera, que começaram a se organizar em partidos

políticos de diversos matizes. O contexto da Segunda Guerra Mundial influenciou os sucessores de Gómez a lidarem com as companhias de petróleo de maneira mais assertiva. A Venezuela aproveitou o momento em que os Estados Unidos precisavam da cooperação hemisférica para estabelecer regras mais benéficas para si em termos da exploração petroléira (EWELL, 1982).

Após 27 anos da ditadura do General Gómez tomou posse o General Eleazar López Contreras que permitiu a volta dos exilados políticos, sendo a maioria integrada por comunistas que haviam sido expulsos do país durante o governo anterior. O retorno do exílio de personalidades políticas como Rómulo Betancourt dentre outros, trouxe possibilidades de lutas e organizações políticas no país. Iniciava-se o processo de formação ou organização política que iria contrapor o governo de López Contreras.

O presidente López Contreras foi quem, pela primeira vez, buscou uma política econômica no sentido de ativar a economia de forma geral e a indústria não petroléira em particular. Para isso, constituiu o Banco Industrial de Venezuela, em 1937; criou leis sobre aduanas (1936); o Banco Central (1939) com uma lei para regular o sistema bancário, além de uma lei trabalhista (1936); enfim, criou as bases de um Estado nacional para uma política de *siembra del petróleo*. No entanto, apesar dos esforços e das políticas criadas no sentido de avançar no processo de industrialização, encontrou-se dificuldades expressivas. Talvez, a principal delas seja o acordo de reciprocidade comercial, firmado com os Estados Unidos em 1939 (FERREIRA, 2013).

Mas, apesar deste acordo, na Segunda Guerra Mundial, a Venezuela conseguiu desenvolver uma breve política de “substituição das importações”, abastecendo-se de produtos industriais produzidos nacionalmente, na medida em que os Estados Unidos não puderam suprir tal necessidade. Esta condição externa e as condições internas da renda petroléira sob controle estatal, possibilitaram que o país alavancasse seu processo de industrialização, dependente e tardia, diretamente integrado ao capital estrangeiro monopolizado e ao mercado internacional do petróleo e, portanto, submetido a eles e aos seus interesses.

Em 1941 o país se encontrava a caminho de mais uma eleição indireta realizada pelo Congresso, na qual foram apresentados dois candidatos e partidos que disputariam a corrida presidencial: Isaías Medina Angarita, militar pelo Partido Democrático Venezuelano (PDV), e Rómulo Gallegos, onde Medina ganhou o pleito. Como sucessor de Contreras, o General Medina manteve a mesma política que serviriam a um impulso produtivo industrial e agrícola, ainda que tímido e conjuntural, mas que mobilizou instituições técnicas e políticas no fomento de uma diversificação da economia venezuelana (CÍCERO, 2014).

A ampliação da política inspirada em *sembrar el petróleo* do presidente Contreras e a política de diversificação da economia gerou um acelerado processo de urbanização. Isso significa que em pouco mais de quarenta anos da instalação da indústria petroleira, o país sofreu um intenso processo migratório “interno” que encheu as cidades e esvaziou o espaço rural. Assim, na década de 1950, mais da metade da população vivia nos grandes centros urbanos.

Entretanto, o governo do General Medina não se limitou a ser a continuação do seu antecessor, haja vista as conquistas que conseguiu alcançar durante o seu mandato, sendo a mais notória a abertura democrática e, ao contrário do governo de Contreras, buscou legalizar os partidos políticos que se encontravam na ilegalidade, isto independente do viés político-ideológico que pertenciam. Um dos primeiros partidos a serem legalizados foi a *Acción Democrática* (AD). Entretanto, um golpe de estado realizado com a conivência deste partido derrubou Medina se destacando a figura de Rômulo Betancourt.

O golpe realizado foi legitimado em nome da democracia, mas na verdade, repetia-se a prática política de governantes anteriores, este era mais um dentre tantos golpes que o país já tinha enfrentando. Entretanto, apesar da participação do Exército, não foi um golpe militar na sua totalidade, mas sim, cívico-militar. Medina se entregou sem resistência, em síntese não possuía traços seguramente ditatoriais, visto que abriu as portas para exilados, legalizou partidos políticos, concedeu liberdades de imprensa e permitiu a abertura de sindicatos. Porém, não era um governo democrático na forma mais completa (AGUIRRE, 2020).

Em 1947 a Venezuela já tinha uma nova constituição, e no ano seguinte ocorreram eleições democráticas, na qual concorreram Rómulo Gallegos (AD), Rafael Caldera (COPEI) e Gustavo Machado (PCV). Gallegos foi eleito presidente, porém após nove meses, seu governo caiu através de mais um golpe de Estado, encabeçado por seus próprios apoiadores dentre eles destaca-se o General Marcos Pérez Jiménez. Assim, aqueles que o apoiaram foram os mesmos que o derrubaram.

Setores militares governaram por quatro anos até que o General Pérez Jiménez assumisse a presidência de 1952 a 1958 como um oficial militar que ajudou a derrubar um governo constitucional de 1948 e depois governou como ditador. Assumiu uma postura anticomunista e alinhou estreitamente a Venezuela com os Estados Unidos atraindo investimentos e fechando contratos com empresas de petróleo norte-americanas (AGUIRRE, 2020).

Pedroso (2020) discorre que em termos comerciais, Pérez Jiménez e Harry Truman (1945-1953), mandatário dos Estados Unidos, estreitaram as relações de seus países, por meio de novas concessões petroleiras a empresas norte-americanas e de tratados de livre-comércio

de manufaturados. A Venezuela consolidava-se, então, sua dependência do mercado estadunidense.

Após sofrer um golpe em 1958 com apoio dos partidos, Ação Democrática e do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) Pérez Jiménez foi acusado de crimes políticos e depois de uma série de levantes em massa foi deposto e fugiu para Miami. Seu governo foi marcado por investimentos pesados em infraestrutura, principalmente viária, o que passava uma sensação geral de crescimento econômico. Os preços do petróleo subiam de maneira regular, a produção e as exportações aumentavam muito, o país chegou a ser o segundo maior produtor mundial de petróleo nesse período, gerando recursos abundantes para o Estado.

Um fator determinante para a manutenção do governo de Pérez Jiménez foi a sua estreita relação com o governo dos Estados Unidos que financiava na época, muitas das políticas e governos latino-americanos com o intuito de fechar o cerco aos movimentos e países comunistas. A militarização esteve presente na maior parte dos regimes ditatoriais, terminando em 1958 com o advento do Pacto *de Punto Fijo*, que proporcionou eleições de governo civis até o ano de 1998, quando ocorreu o retorno de um governo militar eleito democraticamente.

1.1.2 - Ascensão e queda do Pacto de *Punto Fijo* (1958-1998)

Barros (2007) enumera dois fenômenos que destacaram a Venezuela na diferenciação dos países vizinhos: a rápida transição do dinamismo econômico indo de uma economia agroexportadora para uma economia petroleira e o seu longo período de democracia representativa⁸ com o Pacto de *Punto Fijo*.

A contar de 1958, a Venezuela passou a viver em uma democracia institucional com a assinatura do Pacto de *Punto Fijo*⁹. Esse sistema democrático tinha como base de sua estabilidade um “pacto de conciliação” de elites com um sistema bipartidarista caracterizado por uma mínima diferenciação ideológica e, teve sua sustentação garantida ao incorporar outros atores, tais como: as Forças Armadas, a igreja e os empresários, no sentido de sua institucionalização (VILLA, 2005). Dessa maneira, o referido acordo garantiu uma paz social e contribuiu para a imagem da Venezuela como um dos países em desenvolvimento com maior solidez.

⁸ É o tipo de democracia em que o poder político vem do povo, mas não é exercido por ele, mas por seus representantes eleitos por meio do voto.

⁹ Assim batizado porque esse era o nome da casa em que o Pacto foi assinado em uma propriedade do social-democrata Rafael Caldera no bairro central de Sabana Grande, em Caracas (UCHOA, 2003).

Este sistema político democrático teve início após a revolta popular que derrubou a ditadura do General Marcos Pérez Jimenez e deu lugar a este novo regime. Embora, a queda do ditador tenha ocorrido em decorrência de manifestações populares, contando com forte apoio do partido comunista venezuelano, este posteriormente foi excluído do acordo de governabilidade ao ser considerado como forças desestabilizadoras do nascente sistema democrático, e foi colocado na ilegalidade (AZEREDO, 2003; PEDROSO, 2014; WILHELM, 2011).

De acordo com Valente (2013), as lideranças de direita acreditavam que as boas relações com os Estados Unidos (EUA) seriam fundamentais na formação do futuro governo e que era necessário dar sinais favoráveis a Washington em meio a uma fase tensa da Guerra Fria¹⁰. Os EUA, aproveitando-se da situação benéfica aos seus interesses, ressaltaram que a estratégia de retirar a esquerda do processo político era bem-vinda e que contava com o apoio necessário da Casa Branca. Com isso, movimentos sindicais de esquerda, alguns setores militares de baixo escalão e especialmente o Partido Comunista da Venezuela, mesmo tendo colaborado de forma decisiva para a queda do regime ditatorial, foram expulsos da aliança datada em 1958.

Durante quatro décadas do Pacto de *Punto Fijo* prevaleceu na Venezuela um regime em que apenas dois partidos: a Ação Democrática (*Acción Democrática* - AD) do social-democrata e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (*Comité Organizacional Político Electoral Independiente* - COPEI) do social-cristão se revezavam no poder, mantendo políticas similares em quase todos os aspectos. O objetivo era garantir a estabilidade política por meio dessa alternância consentida entre ambos (SILVA; PERES, 2020). Vale ressaltar que o sistema político de revezamento gerado por esse modelo era muito semelhante à política do “café-com-leite” da República Velha no Brasil.

O Pacto de *Punto Fijo* passou por três etapas, e entre o período de 1958 a 1998, a Venezuela teve nove mandatos presidenciais, oito regulares e um de transição por um ano (1993-1994). Até o início da década de 1990, tirando-se as divergências pontuais, as relações políticas bilaterais com os Estados Unidos eram de grande cooperação e sem grandes percalços.

A primeira etapa do Pacto de *Punto Fijo* no período de (1959-1973) atravessou os governos de Rômulo Betancourt (1959-1964), Raúl Leoni (1964-1969) e o primeiro mandato de Rafael Caldera (1969-1974). Nesse período o Estado buscou executar um programa de

¹⁰ Período de tensão geopolítica entre a União Soviética (bloco socialista) e os Estados Unidos (bloco capitalista) e seus respectivos aliados. No qual o mundo ficou dividido em dois blocos políticos e ideológicos.

industrialização por substituição de importações, que, entretanto, não se completou e não diminuiu a dependência em relação aos Estados Unidos.

A segunda etapa do Pacto de *Punto Fijo* no período de 1974 a 1989 foi marcada pela forte dependência dos recursos petrolíferos e atravessou o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) e os governos de Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989). A entrada de recursos petrolíferos valorizou o câmbio e houve um forte aumento das importações.

A terceira etapa do Pacto de *Punto Fijo* no período de 1989 a 1998 contou com a volta de dois presidentes que fizeram parte da primeira e segunda etapa desse acordo, Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera. Nesse momento o país passava por uma grave crise econômica, social e política, no entanto, sem ainda questionar o marco do pacto democrático. Pois, por três décadas, a riqueza do petróleo fez a nação florescer consideravelmente e, apesar da corrupção generalizada de governos eleitos, uma parte da população quase não se importava com os assuntos políticos, visto que o governo atendia a certas necessidades de infraestrutura básica e serviços sociais.

Na década de 1980, o país viveu a primeira desaceleração na sua economia e os níveis de pobreza começaram a aumentar e os partidos políticos da Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), que mantiveram um reinado de ferro desde a derrubada do General Pérez Jiménez em 1958 tiveram suas bases fragilizadas. Gradualmente as percepções da população de crescentes atos de corrupção, as mudanças na distribuição da riqueza do petróleo motivadas principalmente pela instituição de uma agenda econômica neoliberal fizeram com que a desconfiança dos venezuelanos no governo começasse lentamente a se intensificar (GOLINGER, 2005).

Iremos dar ênfase aos mandatos dos presidentes Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera principalmente na terceira etapa do Pacto de *Punto Fijo* que antecedeu a chegada de Hugo Chávez à presidência. De acordo Barros (2007), no primeiro governo de Pérez, a Venezuela nacionalizou a indústria petrolífera e criou a companhia estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA). Essa iniciativa fez com que a crescente oligarquia petrolífera lucrasse ainda mais com a renda deste produto, em especial após a alta dos preços internacionais. Isso gerou uma sensação de prosperidade entre os venezuelanos até o início da década de 1980 quando o valor do petróleo despencou.

Segundo Valente (2013), mesmo com uma política externa mais independente adotada por Andrés Pérez e as nacionalizações que em nada agradavam o governo dos Estados Unidos, as relações geopolítica e econômica entre esses dois países ainda eram consideradas dentro da

normalidade. Beneficiado por uma entrada de recursos sem precedentes, o presidente Pérez deixou claro muitas vezes que achava que o país chegaria ao primeiro mundo a partir da atividade petrolífera. Com dinheiro sobrando e um aumento notório do bem-estar das classes médias e da elite venezuelana, o país chegou a ser chamado durante seu primeiro governo de “Venezuela Saudita”.

Tá barato “dá-me dois”, essa frase se tornou para os venezuelanos o emblema de uma época de prosperidade. Tempos da Venezuela “Saudita”, em alusão à Arábia Saudita, devido à riqueza por conta do petróleo. Onde, graças à injeção de petrodólares a classe média tornou-se habitual em Miami, nos Estados Unidos. O final dos anos 1980, marcado pelo agravamento da crise política e econômica, mostrou que a estabilidade democrática venezuelana por décadas teve o seu preço. Outro fenômeno presente nesse período foi a crescente concentração urbana e o esvaziamento das zonas rurais.

Esse processo implicou, segundo Vizentini (1994), em duas consequências básicas: o surgimento das grandes favelas e bairros periféricos das metrópoles venezuelanas que concentravam um volume considerável de população improdutiva, vinculada diretamente ao sistema político, através da distribuição de benefícios sociais em nome da estabilidade política. Por outro lado, o esvaziamento dos campos, aliado à facilidade do ingresso petrolífero propiciava o retrocesso dos setores econômicos como a agricultura.

A economia venezuelana foi e continua sendo altamente dependente do comércio de petróleo, sua principal fonte de exportação. No final da década de 1970, foi possível perceber que o que se vivia no país se tratava de mais um caso da “doença holandesa¹¹”. A falta de investimentos nos demais setores produtivos foi ocasionada pela priorização de um modelo rentista petrolífero. Apesar, da Venezuela não ter sido industrializada antes, o pouco do setor industrial ainda existente no país regrediu. Primeiro pela falta de incentivos em investir e operar neste setor e segundo porque os lucros do petróleo eram altíssimos e crescentes (PEDROSO, 2014).

Os autores Barros (2007) e Pedroso (2014) assinalam que o excedente do setor petrolífero exportador ficou restrito a uma pequena fração da população, contribuindo para o alto índice de concentração de renda. Além disso, essa atividade não absorveu grande quantidade da força de trabalho local e os setores agrícola e industrial, que poderiam gerar mais empregos, ficaram

¹¹ A teoria da doença holandesa tem sido utilizada para tratar problemas típicos da economia primária exportadora. Seu nome remonta ao comportamento que a economia holandesa teve nos anos 1960, logo após a descoberta de grandes reservas de gás natural e dos preços internacionais do produto durante o período de “bonança gasífera”. O excesso de exportações de gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade internacional e estimulou a importação de produtos de bens de consumo (BARROS, 2007).

por muitos tempos contraídos e perderam competitividade. Considerando o predomínio da economia rentista, quando o preço do petróleo despencou nos anos 1980, o país estava despreparado para a economia de mercado, com um setor produtivo mais acostumado a subsídios do que a busca de concorrência.

Villa (2005) destaca que nas duas últimas décadas do século XX ficaram evidentes os limites do Pacto de *Punto Fijo*. Embora, o bipartidarismo tenha prevalecido por quatro décadas, o sistema político entrou em crise já no início dos anos de 1980, chamada “década perdida”, período financeiro de crise e estagnação na América Latina, onde se enfrentou uma derrocada econômica, que acabou por condicionar profundamente as opções neoliberais econômicas.

A Venezuela ficou imersa em uma severa crise econômica com o fim do *boom* petrolero. O primeiro episódio que evidenciou a deterioração de seu quadro econômico foi à desvalorização da sua moeda, o Bolívar, em 28 de fevereiro de 1983, no governo do presidente Luis Herrera Campíns, dia que ficou conhecido como *viernes negro*¹². Para Silva e Peres (2020) o esgotamento do modelo *puntofijista* não se explica somente por a relação simplista com o preço do petróleo. Porém, todos os seus aspectos mantêm uma relação dialética com o rentismo petrolero, pois estavam simbioticamente ligados ao funcionamento do mecanismo de distribuição de benefícios oriundos dele.

A insatisfação dos cidadãos venezuelanos era cada vez maior e relacionava-se ao fato de que as vultosas remessas petroleras não estavam sendo redistribuídas igualmente entre a população, nem representava mais nenhum tipo de melhoria na qualidade de vida da maioria dos venezuelanos. O aprofundamento da crise e o sonho com o retorno dos “bons tempos” fizeram com que o povo elegeisse o social-democrata, Carlos Andrés Pérez, como presidente da República pela segunda vez em finais de 1988.

Carlos Andrés Pérez foi eleito com base numa plataforma que prometia ao país a recuperação econômica e medidas nacionalistas, como as implementadas no seu primeiro mandato, durante o qual a indústria do petróleo foi nacionalizada e criada a PDVSA. No entanto, logo após assumir a presidência em 1989, reverteu suas promessas de campanha e instituiu um “pacote” econômico neoliberal destinado a aumentar os preços da gasolina em 100% durante o primeiro trimestre de 1989, o que também afetou outras questões sociais e econômicas do país. De repente, os preços dos transportes aumentaram e os cidadãos reagiram com raiva (GOLINGER, 2005).

¹² *Viernes negro* (sexta-feira negra) é como ficou conhecido o dia em que o bolívar sofreu uma violenta desvalorização cambial frente ao dólar

A Sra. Marta, professora aposentada, venezuelana, 61 anos, imigrou para o Brasil início de 2018. Mãe de Verônica e avó de Elza, membros da família “Monagas”, que terão suas trajetórias de vida descritas no terceiro capítulo desta tese, falou sobre sua experiência do governo de Carlos Andrés Pérez:

Se le consideraba un candidato del pueblo, que se mezclaba con ellos y el pueblo adoraba a Carlos Andrés Pérez (CAP) que ganaba aplastando las urnas. En Venezuela en ese momento no había reelección, por lo que cuando Pérez terminó su primer mandato, esperó el momento para postularse nuevamente. La gente estaba muy contenta y satisfecha con su primer mandato, donde tenían muchas obras de construcción, fuentes de trabajo, la gente seguramente lo volvería a elegir y eso fue lo que pasó. Pero, en su segundo gobierno, realizó una reestructuración económica donde lanzó un paquete económico que involucraba el aumento de la gasolina, los impuestos, este ajuste económico no agradó a la población, y ya había un grupo de jóvenes de pequeños partidos de izquierda que ya no estaban satisfechos con el gobierno. Cuando se lanzaron estos ajustes, ocurrió el *Caracazo*, la gente protestó (Marta, venezuelana, 61 años, Manaus, entrevista em maio de 2021).

Nos anos 1990, influenciados pelo o Consenso de Washington¹³, é adotado uma agenda de abertura e liberalização da economia. Carlos Andrés Pérez voltou para o Palácio Miraflores, sob a esperança popular de que os tempos de bonança petrolífera de seu governo anterior ocupassem com ele a presidência. Entretanto, o país de seu segundo mandato em quase nada se parecia com a “Venezuela Saudita” da qual se orgulhava em citar. A crise econômica, cujo embrião se desenvolveu em sua gestão anterior com uma explosão de gastos públicos, estava completamente fora de controle.

Vizentini (1994) explica que Pérez empreendeu em seu segundo mandato um processo denominado *El Gran Viraje*¹⁴. A saída encontrada para conter a crise em nada se pareceu com as políticas de grandes obras e infraestrutura, e a diplomacia independente que defendera nos anos 1970. Com a Guerra Fria entrando em seus momentos finais e a receita econômica neoliberal começando a mostrar sua força, Pérez viu na nova cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no recém-estabelecido Consenso de Washington a solução para os problemas econômicos do país (VALENTE, 2013).

Assim, o socialdemocrata aplicou bruscamente um pacote de medidas neoliberais que surtiu pouco efeito nas contas públicas, mas provocou uma queda ainda mais acentuada no poder de compra da população. Já a reação popular contra essas medidas foi quase imediata e

¹³ Um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, onde se realizou uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

¹⁴ A aplicação de um pacote de medidas econômicas de cunho liberalizante, na perspectiva aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional assumindo o neoliberalismo, permitindo a liberalização do mercado para o capital estrangeiro e a desnacionalização da PDVSA (VIZENTINI, 1994; PEDROSO, 2014).

em 27 de fevereiro 1989 protestos na região metropolitana de Caracas ganharam rápido vulto e chegaram até a capital venezuelana.

Milhares de pessoas tomaram conta das principais avenidas e ruas de Caracas protestando contra o governo. Foi diante desse cenário de crise e do primeiro forte sintoma de instabilidade política do sistema democrático venezuelano que aconteceu o denominado, *Caracazo*. A revolta foi reprimida duramente pelas forças de segurança pública resultando na morte de centenas de pessoas, milhares de feridos e muitos presos (MOREIRA, 2018; NEVES, 2010; VILLA, 2005).

Sobre o Caracazo, a Sra. Marta disse que não participou do movimento espontâneo popular porque vivia longe de Caracas, sempre foi uma campesina de Sucre. Mas, pode afirmar que

El *Caracazo*, a pesar de haber sido un movimiento reprimido, inició la revolución. Poco después, hubo un intento de golpe de Estado contra el gobierno de Carlos Andrés Pérez encabezado por Hugo Chávez, quien tras el fracaso del movimiento fue detenido. Posteriormente, Pérez fue destituido del Poder Ejecutivo por vía constitucional y la Asamblea Nacional nombró un presidente interino hasta nuevas elecciones, donde Rafael Caldera se presentó como candidato con apoyo popular y de partidos minoritarios, y fue elegido presidente. Después de que Rafael Caldera concediera la libertad a Hugo Chávez, continuaron los movimientos de izquierda para ganar el Poder Ejecutivo. Así, como el pueblo amaba a Carlos Andrés Pérez, también amaba a Chávez, quien fue elegido democráticamente con un porcentaje muy alto de votos, quien en todo ese tiempo después de la elección de Pérez no había visto una victoria tan expresiva (Marta, venezolana, 61 años, Manaus, maio de 2021).

Em quatro de fevereiro de 1992, o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías liderou uma rebelião armada contra o governo de Carlos Andrés Pérez, que embora tenha fracassado, teve amplo apoio em todo o país. Pérez resistiu ao *Caracazo* e aos golpes contra seu governo liderados por Chávez. Mas, as fraturas e divisões resultantes de tantas crises fizeram com que sucumbisse aos escândalos de corrupção em seu Gabinete e ganhassem grandes dimensões provocando reações populares que resultou em seu impeachment em 1993.

Rafael Caldera, sucessor de Carlos Andrés Pérez, na terceira etapa do Pacto de *Punto Fijo*, ao chegar novamente como Presidente da República da Venezuela em 1994, dirigiu um governo marcado pelo apoio de setores da esquerda, mas, deu continuidade à política econômica neoliberal implantada pelo governo de Pérez, apesar das medidas intervencionistas de emergência. Caldera foi à última tentativa de permanência do pacto democrático.

O retorno de Rafael Caldera só foi possível por ter se filiado ao partido Movimento ao Socialismo (MAS) deixando evidente a pouca credibilidade que as siglas tradicionais (AD) e (COPEI) gozavam naquele momento. Contrariamente, ao que prometera em sua campanha

fortaleceu ainda mais os laços com Fundo Monetário Internacional (FMI), a liberalização econômica e comercial e aprofundou o neoliberalismo. Dentre as medidas tomadas em seu mandato destaca-se a redução dos gastos sociais, a abertura do setor petrolífero ao capital internacional e a privatização de empresas estatais (PEDROSO, 2014).

Vizentini (1994) define o Pacto de *Punto Fijo* como muito mais formal do que real, no qual os antagonismos sociais puderam ser contidos graças à distribuição entre as classes populares de parte da renda petrolífera, criando condições para o consenso por um longo período. Os fatores que garantiram o sucesso inicial desse acordo tornar-se-iam futuramente causas de problemas estruturais. Entretanto, enquanto o sistema funcionou favoravelmente, o país tornou-se, segundo a consagrada expressão do poeta venezuelano Thomas Lemder, “uma nação de cúmplices”.

Em 1998, o Pacto de *Punto Fijo* que vigorou por quarenta anos encontrava-se esgotado e sem possibilidade de encontrar algum tipo de superação que não levasse ao seu fim. É neste contexto de crise das instituições, do modelo de desenvolvimento e de financiamento do Estado que se tornou eleitoralmente viável a alternativa proposta pelo Movimento Quinta República (MVR) e a candidatura de Hugo Rafael Chávez Frías¹⁵. Sua campanha foi pautada no combate à pobreza, na política de inclusão social e de transferência de renda, garantindo dessa maneira êxito no pleito e se elegendando como Presidente da República da Venezuela.

1.1.3 - Venezuela da era Hugo Chávez (1999-2012)

O Movimento Bolivariano Revolucionário-200, grupo conhecido pela sigla (MBR-200), foi fundado em grande parte na filosofia e ideologia de Simón Bolívar, o grande libertador da América do Sul, que tentou unir o continente para torná-lo a principal potência contra as forças estrangeiras. O movimento de Chávez começaria a colocar em prática ideias semelhantes promovendo a unificação política da América Latina, por meio da criação de um bloco econômico soberano e poderoso (GOLINGER, 2005).

Esses conceitos foram amplamente aplaudidos pelos cidadãos, que sofreram os efeitos de um programa neoliberal que mutilou a economia e aumentou drasticamente os níveis de

¹⁵ Hugo Rafael Chávez Frías nasceu em 28 de julho de 1954, em uma cidade chamada Sabaneta, que fica localizada na província de Barinas, Venezuela. Seus pais, Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías, eram professores primários. Membro de uma família humilde, durante sua juventude, Chávez viu na vida militar uma opção de carreira.

pobreza. O MBR-200 tinha como grande objetivo tomar o poder da Venezuela para implantar uma agenda econômica nacionalista no país.

O golpe contra o governo de Pérez não obteve sucesso, mas, Chávez ficou famoso por que foi o encarregado de ler diante das câmeras o boletim pedindo a rendição dos rebeldes. Falou durante menos de um minuto em cadeia nacional, pedindo que os militares restantes se entregassem, informando que “por enquanto” “*por ahora*”, não haviam conseguido atingir seus objetivos e assumiu a responsabilidade pelo levante. O pronunciamento que marcou sua derrota militar se converteu em sua primeira vitória política, mesmo com os líderes da revolta presos e de um completo desconhecido, tornou-se uma importante figura política na Venezuela.

O presidente Rafael Caldera foi o responsável de conceder anistia aos envolvidos na tentativa de golpe em 1992. Libertou em março de 1994 o seu futuro adversário político, Hugo Chávez, que após seu indulto utilizou-se da popularidade obtida com seu pronunciamento em cadeia nacional e começou a organizar-se politicamente.

Wilhelm (2011) aponta que ao deixar a prisão, Chávez anunciou que converteria o Movimento Bolivariano Revolucionário-200 em uma organização política, cujo fim seria disputar a Presidência da República da Venezuela. Para que pudesse pleitear as eleições deveria criar um partido de sigla diferente, uma vez que, no país, é proibida por lei a utilização do nome Bolívar em qualquer organização partidária. Assim, foi instituído o partido Movimento Quinta República (MVR). Candidatou-se à presidência da República em 1998, com a proposta de livrar o país da corrupção e redistribuir a riqueza advinda do petróleo.

Na sua vitória eleitoral em dezembro de 1998, Chávez recebeu 58% dos votos válidos e assumiu a presidência da Venezuela em fevereiro de 1999. Ainda em julho do mesmo ano, promoveu eleições para Assembléia Nacional Constituinte (ANC), um grupo eleito para redigir a nova Constituição Federal (VILLA, 2005). Essa nova carta constitucional estabeleceu pautas para a reestruturação do poder judiciário e elevou para cinco os poderes públicos: além dos três poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judiciário, somaram-se o Poder Cidadão e o Eleitoral.

A Constituição Federal também alterou o nome da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela sendo convocadas eleições para o ano seguinte de todos os cargos eletivos, incluindo o de Presidente da República. No mesmo período foi aprovada a chamada “Lei Habilitante”¹⁶, que concedia poderes extraordinários ao presidente permitindo que ele

¹⁶ A Lei Habilitante permite que o presidente legisle por decreto em temas determinados pela Assembleia Nacional e pelo tempo estipulado pelos parlamentares. A través dessa Lei, o presidente poderá usar os poderes especiais em temas

legislasse acerca de matérias de seu interesse. A oposição criticou fortemente essa lei, afirmando que ela dava poderes ditatoriais ao presidente (CICERO, 2013).

Hugo Chávez, do ponto de vista político-institucional representou uma ruptura com o modelo pactuado denominado “*Punto Fijo*”. Para ele, se tratava de um sistema rentista e clientelista a serviço de uma elite política permissiva com concentrações de renda e de poder. Inicialmente, propôs mudanças nas estruturas do Estado e da economia reconhecendo que o Estado venezuelano era profundamente dependente do petróleo, e já em seu programa de governo expôs a necessidade urgente de superar essa dependência mediante a diversificação da estrutura produtiva do país (MOREIRA, 2018; BARROS, 2006).

Cano (2003) avalia que um país como a Venezuela, de frágeis bases agrícolas e industriais e cuja receita financeira está centrada na produção de petróleo, ao abrir sua economia e desregulamentá-la, apresentou poucas chances de “competir eficientemente” no mercado mundial dos países com economias centrais, salvo em petróleo. Colocou em evidência a imprescindível necessidade de diversificar internamente a economia do país, ampliar seu mercado interno via distribuição de renda e emprego e ampliar seu grau de integração com os países de economias dependentes.

Entretanto, as classes mais ricas da Venezuela não estavam satisfeitas com os programas do governo de Hugo Chávez, principalmente com sua postura em combater os privilégios das classes altas como forma de promover a distribuição de renda. Com isso, uma conspiração começou a ser organizada contra o governo chavista. Villa (2005) destaca que parte da geração classe média que protestava nas ruas de Caracas contra Chávez é a mesma que cresceu nos melhores anos do *boom* petroleiro venezuelano dos anos de 1970. A expectativa quando votaram em Chávez era a de que o novo governante fizesse funcionar novamente, e de maneira eficaz, o velho e desgastado sistema populista.

A insatisfação da oposição atingiu seu auge em 2002, quando manifestantes pediram a saída de Chávez do cargo de presidente. A primeira tentativa de golpe de Estado foi em abril de 2002 e o segundo movimento de peso da oposição ocorreu em dezembro de 2002, por meio da greve do setor petroleiro.

Em 11 de abril de 2002 a tentativa de golpe foi impetrada pela burguesia venezuelana, numa aliança formada por empresários, latifundiários, meios de comunicação empresarial, pelos principais dirigentes da PDVSA, pertencentes a elite que sempre comandou a empresa, pelo alto comando das Forças Armadas e, claro, respaldado pelos Estados Unidos (EUA).

relacionados com segurança, transporte, infraestrutura, serviços públicos, impostos, habitação, ordenação territorial, finanças e outras variáveis socioeconômicas sem submeter ao Parlamento.

Segundo Maringoni (2008), o desenrolar dessas manifestações contra e em apoio ao governo terminou com o sequestro do presidente e um golpe de Estado. Chávez mesmo sequestrado fez chegar às massas a informação de que não havia renunciado. Assim, a população caraquenha tomou as ruas em defesa da “Revolução Bolivariana” e do presidente. Uma imensa mobilização popular, somada à reação de setores leais a Chávez nas Forças Armadas derrotam o golpe na noite do dia 13 de abril de 2002.

Outra ameaça ao processo teve início em 2 dezembro de 2002 por iniciativa dos mesmos setores e personagens do golpe anterior. Desta vez, esses setores uniram-se na realização de uma paralisação nacional de 63 dias, que incluiu a paralisação quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal queda da atividade econômica e retração das exportações, entre outras turbulências.

Wilhelm (2011) aponta que esse último ato ficou conhecido como paro-sabotagem petroleira (*paro-sabotaje petrolero*). Essa paralisação de trabalhadores da PDVSA foi organizada e executada pela Federação das Indústrias da Venezuela (*Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela - Fedecámaras*) que tinha como presidente, Pedro Carmona, que objetivava o desgaste do governo chavista, sua possível renúncia ou um novo golpe.

O caos social foi gradativamente normalizado com o apoio de petroleiros que não aderiram à greve, assim como de petroleiros aposentados que se dispuseram a trabalhar na indústria e de parte da população que repudiou a paralisação saindo às ruas para manifestar seu descontentamento com o apoio das Forças Armadas. Apesar da profunda crise econômica que se instalou na Venezuela em consequência do paro, Chávez saiu fortalecido, e empreendeu a reforma na gestão da PDVSA retirando seu controle das mãos da burguesia que sempre a controlou. Assim, um dos resultados desse movimento foi à nacionalização definitiva da indústria petroleira (PDVSA) e o controle acionário de seus recursos financeiros pelo governo.

Mesmo após os insucessos em retirar o presidente Hugo Chávez do poder, a oposição realizou outra tentativa, dessa vez utilizando-se de um instrumento institucional, constitucionalmente previsto: a realização de um referendo popular que visava à revogação do mandato presidencial. Porém, mais uma vez Chávez obteve a vitória popular quando, em quinze de agosto de 2004, por 59% dos votos, foi aprovada a continuidade de seu mandato presidencial.

Diante dessa derrota, a oposição abandonou o cenário político até 2006, o que fez com que o chavismo se consolidasse como governo legítimo, propiciando a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Hugo Chávez foi reeleito presidente da Venezuela em 2006 com 62,9% dos votos. Assim que tomou posse, declarou que o objetivo de seu governo

seria guiar o país ao rumo do “Socialismo do século XXI”, um modelo de sociedade que se pautaria na solidariedade e cooperação, a fim de frear a destruição provocada pelo neoliberalismo (BASTOS; OBREGÓN, 2020).

Frente às tentativas frustradas da oposição para destituir o governo chavista, a resposta de Hugo Chávez veio na forma do lançamento das “Missões Sociais” (*Misiones*) financiadas com recursos advindos diretamente da renda petroleira. Assim, entre 2002 e 2003, iniciou os planos sociais voltados para atender necessidades básicas de setores da classe baixa e da classe médio-baixas (VILLA, 2005). As *Misiones* envolviam programas de saúde, venda de cestas básicas com preços subsidiados e distribuição gratuita de alimentos para indivíduos em situação de miserabilidade, programa de alfabetização, reingresso e estímulo à educação superior.

As *Misiones* constituíram-se em medidas sociais de curto, médio e longo prazo. Os planos de curtos e médios prazos foram: o programa de saúde, *Bairro Adentro*, onde médicos, cubanos em sua grande maioria, prestavam consultas diárias e permaneciam em estado de prontidão durante as 24 horas do dia nas regiões mais pobres do país; o programa de alimentação, *Mercal*, espécies de mercados populares, nas quais mais de vinte produtos da cesta básica podiam ser compradas a preços subsidiados pelo governo; e o programa de distribuição gratuita de alimentação pronta a setores populares que viviam em condições de quase indigência (VILLA, 2005).

A Sra. Marta narrou sobre suas vivências no que corresponde ao Programa *Mercal*:

El gobierno creó PDVAL, la empresa estatal de distribución de alimentos de Venezuela, y el programa Mercado de Alimentos S.A (MERCAL), este fue o principal, un programa social impulsado por el gobierno venezolano destinado a comercializar productos alimenticios a precios reducidos entre los precios disponibles en el mercado. Supermercados subvencionados por el gobierno. Era una enorme cola de personas para comprar en estos lugares. MERCAL tenía un subsidio más completo, las cosas eran mucho más baratas que en otros negocios. Sin embargo, la gente se aprovechó de estos productos subsidiados por el gobierno, tanto los que ejecutan el programa como dentro de la propia comunidad. Tengo un amigo que trabajaba en MERCAL y en las distintas comunidades había pequeñas tiendas en los barrios que buscaban productos MERCAL para revender, pero no pagaban. Mi amiga se encargaba de hacer visitas a estos pequeños comercios para recoger o retirar la mercadería, una vez que le pusieron una pistola en el pecho diciéndole que ya no cobraría allí. Considero que todos estos programas sociales del gobierno eran buenos, la idea era buena, pero la corrupción se apoderó, una bolsa sin fondo, el dinero se fue al país mismo, los administradores del programa corrompieron y los programas colapsaron, se rompieron (Marta, venezolana, 61 años, Manaus, maio de 2021).

O plano de longo prazo concentrou-se na área de educação abrangendo três frentes: a “Missão Robinson”, que pretendia alfabetizar mais de 1,5 milhões de pessoas; a “Missão Ribas”, que objetiva o estímulo ao reingresso no subsistema de ensino médio de pessoas que

ainda não havia concluído seus estudos; e, por fim, a “Missão Sucre”, dirigida à educação superior, cuja realização mais concreta foi a Universidade Bolivariana, que se propôs incorporar quinhentos mil estudantes sem vaga no subsistema de educação superior público e privado (VILLA, 2005).

Como coordenadora voluntária das “Missões Rivas e Robinson” em uma zona rural, a Sra. Marta descreveu suas experiências nesses programas educacionais do governo Chávez:

Mi carrera como docente fue en el Programa Campesino, mi trabajo fue con las comunidades rurales, relacionado con la formación y organización de campesinos, mujeres, jóvenes, productores agrícolas. En estos grupos trabajé específicamente con el Comité de Salud y Mujer. Cuando Chávez fue elegido, la gente tenía grandes expectativas de cambio y en los primeros años se vieron cambios. Una de las cosas que observé, experimenté y admiré mucho fue la construcción de mejores escuelas. La infraestructura de las nuevas escuelas mostró cambios significativos, así como la construcción de viviendas de bajos ingresos, las cuales eran muy diferentes a las anteriores, sumamente pequeñas e incómodas para una familia rural que tiene muchos miembros. En relación con la educación, hubo muchas becas y distribuciones de estudios. Me ofrecí como voluntario para la misión Rivas destinada a la escuela secundaria, la misión Robinson que era la alfabetización. Trabajé en el Ministerio de Educación en una comunidad muy pequeña donde trabajaban las misiones Rivas, Robinson y Sucre. Estaban bien diseñados al principio. Comenzaron a pagar becas a todos los estudiantes participantes, esto se veía como una buena acción, pero terminó volviéndose asistencial, porque la gente recibió las becas, pero no quiso asumir las responsabilidades. La gente pensó en inscribirse en las misiones para recibir becas. La educación fue buena, pero después se distorsionó. Los participantes no se comprometieron realmente con la educación de calidad que se ofrecía. Yo era la coordinadora del centro, trabajaba de día en la escuela y de noche como coordinadora de la Misión Rivas, buscando que la población local se graduara, pero no fue así para todos, claro que algunas personas aprovecharon la oportunidad. Además de la Misión Sucre para cursos universitarios, también logramos capacitar personas. La idea de las misiones era buena, la misión era capacitar, ofrecer educación (Marta, venezolana, 61 años, Manaus, maio de 2021).

Em relação às “Missões Sociais”, a Sra. Marta a vivenciou na prática profissional na sua área da educação e percebeu mudanças significativas tanto de infraestrutura quanto educacional, mas, apesar dos avanços, tudo foi se perdendo ao longo do caminho. Considerava que a proposta do governo era boa, mas acabou em corrupção, tanto através da população que se inscrevia nos cursos muito mais pensando na bolsa de estudo, do que em sua qualificação educacional (claro que houve quem aproveitasse tal oportunidade), quanto pelos governantes, a corrupção veio principalmente através dos envolvidos na execução dos programas desvirtuando todo seu objetivo.

Segundo a Sra. Marta, ela não possuía uma preferência de partido, mas conseguia visualizar as qualidades nas ações do governo de Hugo Chávez e o que se fez para a melhoria do bem-estar coletivo, mas também conseguia ser crítica ao verificar a corrupção se instalando em algo que inicialmente traria grandes benefícios para o país, pois não há como nenhuma

nação se desenvolver socialmente sem investir consideravelmente na educação, junto ao crescimento econômico deve vir acompanhado o crescimento social.

As principais críticas dos opositores às “*Misiones*” centravam-se no seu caráter assistencialista e para fins eleitorais, bem como na falta de informações confiáveis que permitiriam aferir seus resultados junto às populações assistidas. Argumentaram que não havia como estimar o número de pessoas atingidas, o montante de recursos investidos, nem os benefícios gerados. Advertindo que as únicas estatísticas disponíveis eram do próprio governo, as quais, na opinião dos críticos, não gozavam de credibilidade (NEVES, 2010).

Em 2008, foi aprovada uma emenda constitucional que permitia a possibilidade de reeleições ilimitadas o que proporcionou a manutenção do presidente Hugo Chávez no poder até a sua morte. Tal medida foi criticada pela oposição por se tratar de uma forma de dar legitimidade à ditadura sob a qual afirmavam que o país vivia. Na eleição presidencial de 2012, Chávez foi reeleito pela terceira vez consecutiva para exercício do mais alto cargo executivo do país.

O governo de Chávez, mesmo com diversas greves que prejudicaram a economia, e promoveram uma fuga de capitais conseguiu realizar a distribuição de renda e a redução da pobreza, como havia prometido em suas campanhas presidenciais. No entanto, na busca de manter os programas sociais financiados pela exportação do petróleo, o governo foi forçado a adotar uma política de desvalorização da moeda, as quais surtiu pouco efeito na melhoria de vida dos venezuelanos, já que o país é extremamente dependente de produtos importados, inclusive os de primeira necessidade, como alimentos e produtos de higiene pessoal (WILHELM, 2011).

Briceño-León (2007) considera que o governo de Hugo Chávez representou um passo a mais na exacerbação da economia rentista petroleira, o mesmo que vinha se debilitando desde os anos 1980 e que, repentinamente, teve um novo oxigênio com o incremento notável dos preços do petróleo, a partir de 2003. Entretanto, no governo chavista foi possível reconhecer o aumento dos recursos diretamente oferecidos para os setores mais pobres da sociedade venezuelana. Mas, isso não mudou nada em substancial em relação ao modelo econômico que acabou sendo o mesmo. A realidade é que não houve nenhuma criação de riqueza real durante os períodos de alta do petróleo.

Apesar da sua vitória e reeleição em 2012, Hugo Chávez não conseguiu ocupar novamente o cargo de presidente da Venezuela, pois lutava contra um câncer e saiu de licença para tratamento da própria saúde em Cuba. Chávez faleceu no dia 5 de março de 2013, e Nicolás Maduro assumiu o poder por ser o vice-presidente.

1.1.4 - Venezuela e o governo de Nicolás Maduro

Hugo Chávez indicou como seu sucessor Nicolás Maduro, assim, logo depois da pronuncia sobre a morte de Chávez, o Ministro da Defesa da Venezuela declarou que a Força Armada Nacional e o povo deveriam apoiar o vice-presidente para a futura eleição e dar continuidade ao governo chavista. Diante do pronunciamento oficial, a oposição que já havia se organizado para as eleições no caso de falecimento do Presidente, inclusive, já tendo cooptado o possível candidato, se insurge contra a medida de promover Nicolás Maduro presidente interino (BASTOS, OBREGÓN, 2020).

Sob a acusação de inconstitucionalidade, uma vez que Hugo Chávez nem chegou a tomar posse do último mandato (2012) e, segundo a “Carta Política” do país, quem deveria assumir interinamente seria o presidente da Assembleia Nacional. Segundo Bello (2019), a impugnação da posse de Nicolás Maduro perante a Justiça fracassou, pois, apesar de Chávez não ter tomado a posse do governo em 2012, acolheu-se a tese de que houve continuidade administrativa entre seus dois mandatos.

Até mesmo os opositores já previam que Nicolás Maduro seria eleito, devido à recente sensibilização da população venezuelana quanto à morte de seu presidente, que de fato ocorreu em 14 de abril de 2013, quando derrotou o candidato da oposição Henrique Capriles, por 50,75% dos votos contra 48,97%, iniciando, assim, seu governo, cujo término do mandato estava previsto para 2019. A vitória de Maduro no cenário mundial foi recebida com controvérsias: enquanto os países com aproximação ideológica à “Revolução Bolivariana” reconheceram prontamente as eleições, outros que adotam uma perspectiva neoliberal evitaram parabenizá-lo.

Apesar das oscilações econômicas serem uma questão recorrente na história do país, de acordo com Bello (2019), desde 2014 foi intensificado na Venezuela a chamada “guerra econômica”, caracterizada, entre outros motivos: pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, pela alta da inflação e por cortes feitos pelas grandes empresas no abastecimento de insumos não fornecidos pelo Estado. Cerca de metade desses insumos básicos consumidos no país é de produtos importados; logo, a suspensão do seu ingresso ou a redução da sua oferta por sabotagens no abastecimento afetou de forma imediata e grave a situação de milhões de pessoas.

No cenário internacional, o governo de Nicolás Maduro, teve algum apoio, mas também sofreu forte oposição. Se por um lado, possui apoio de países como Cuba, Bolívia e Rússia, por outro, tem forte oposição na comunidade internacional pela União Europeia e por governos de

direita de países imperialistas como os Estados Unidos e colonizadores como Espanha e França. No plano latino-americano, sofre oposição por integrantes do MERCOSUL, que suspenderam a Venezuela em agosto de 2017, e por países antes aliados ao chavismo, que agora são comandados por governos conservadores como o Brasil (BELLO, 2019).

Atravessada por uma profunda crise a Venezuela passou a ter aplicação de sanções seja pelos Estados Unidos ou pela União Europeia com objetivo de forçar uma mudança no regime político. O impacto das sanções é inegável pelos seus efeitos colaterais, dada centralidade que as atividades petrolíferas ocupam em sua estrutura produtiva. Esses ataques atingem diretamente seu povo e sua autodeterminação. O endurecimento da retórica anti-Maduro atingiu seu apogeu no final de março de 2020, quando o governo dos Estados Unidos (EUA) acusou o presidente de liderar uma conspiração narcoterrorista que justificou sua incriminação e inclusão no programa de recompensas do Departamento de Justiça dos EUA (HIRST, LUJÁN, TOKATLIAN, 2020).

As ações de desestabilização econômica venezuelana implementada desde que Nicolás Maduro foi eleito presidente em 2013 tem como motivação o desejo de controle dos recursos naturais deste país, em especial de suas reservas de petróleo. A guerra econômica empreendida pelo setor empresarial, somada ao bloqueio imposto pelos Estados Unidos, busca gerar e alimentar uma grave crise econômica já instalada na Venezuela.

Pilar (2020) aponta que, a partir de janeiro de 2019, a imprensa internacional, os Estados Unidos, a União Europeia, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo Lima¹⁷, entre outras instâncias, deram visibilidade à crise venezuelana em decorrência do desconhecimento do segundo mandato presidencial de Nicolás Maduro.

A confiança de que o colapso econômico esmagaria as bases de apoio político-militar ao governo chavista voltou a ser excessiva após o novo ciclo iniciado com a auto-proclamação de Juan Guaidó como “presidente em exercício”, cargo que não consta na Constituição. Após algumas semanas de sucesso, o governo pareceu ter recuperado parcialmente o controle da situação e a oposição se deparou com o dilema de participar enfraquecida, de uma nova mesa de diálogo (SUTHERLAND, 2020).

¹⁷ Formado em agosto de 2017, na capital do Peru, Lima, com o objetivo declarado de “abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país através de uma saída pacífica e negociada”. Representantes de 12 países americanos: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru firmaram o documento conhecido como Declaração de Lima. Posteriormente Guiana e Santa Lúcia se juntaram ao grupo. A Bolívia aderiu em dezembro de 2019. Os Estados Unidos, embora não integrem oficialmente o grupo, participam das reuniões. A Argentina se retirou em 2021. No mesmo ano, o Peru, país-sede do grupo também se retirou.

Contra a constituição venezuelana a oposição decidiu inventar um presidente interino, o então deputado Juan Guaidó, para assumir o papel de porta voz dos interesses dos Estados Unidos e de agente público da desestabilização política e econômica do país (BORGES, 2021). Soma-se ainda à tentativa frustrada de intervenção com a desculpa de ajuda humanitária, boicotes e sabotagens no sistema de serviços públicos como o de distribuição de energia e o de transporte na Venezuela.

A busca por um desfecho desta “guerra”, que não tem alcançado sucesso, levou a uma tentativa de golpe civil-militar no dia 31 de março de 2019, que fracassou. No entanto, o interesse dos Estados Unidos no petróleo venezuelano tem sido colocado acima de qualquer compromisso com a vida da população venezuelana. Uma intervenção militar com apoio de diversos países da América Latina organizados no Grupo Lima, que inclui o Brasil chegou a ser cogitada pelo governo de Donald Trump.

Em maio de 2020, a Força Armada Nacional Venezuelana neutralizou uma tentativa de invasão do território venezuelano por parte de um grupo de mercenários comandados por empresa de segurança privada estadunidense. Com o fracasso de várias tentativas, coube ao governo dos Estados Unidos recrudescerem ainda mais as sanções econômicas sobre a Venezuela. Assim, no dia 5 de agosto, o governo de Donald Trump publicou um decreto presidencial que ampliava as sanções contra a Venezuela, estabelecendo um bloqueio total sobre este país (BORGES, 2021).

O então presidente americano Barac Obama iniciou este bloqueio com o decreto que qualificava a Venezuela como uma “ameaça inusual e extraordinária” para os Estados Unidos em 2015. Mas, foi Donald Trump quem recrudesceu o bloqueio e em maio de 2018 estabeleceu um decreto que atuava diretamente nas relações financeiras internacionais do país que, como sabemos, tem sua economia dependente da exportação de petróleo, impedido de fazer qualquer transação em dólar.

A segunda forma de bloqueio se deu pela sanção aos intermediários, ou seja, qualquer empresa o país que realizasse relações financeiras ou comerciais com a Venezuela estaria sujeito também às sanções dos Estados Unidos. Esta é uma ação que tem grandes custos humanitários, na medida em que impede a compra de remédios, alimentos, material médico, vacinas, etc.

O país, além de viver atualmente uma das maiores crises de sua história, mergulhada em uma profunda deterioração socioeconômica e política deixou de contar com o apoio ostensivo de aliados extrarregionais, com os quais havia estabelecido fortes laços durante o período de Chávez, como exemplo, a China. A relação entre esses dois países se baseava no

intercâmbio entre petróleo venezuelano e o financiamento para programas sociais e grandes obras de infraestrutura, condicionados à contratação de empresas chinesas (MOREIRA, 2018).

Segundo Moreira (2018), os contratos com a China implicavam disponibilidade de financiamento para a venda futura de petróleo, o que resultou em uma forte relação de dependência da Venezuela. Essa situação agravou a deterioração da economia venezuelana quando o país necessitou de divisas em dólares para poder enfrentar o desabastecimento em 2014. As exportações de petróleo para a China eram destinadas ao pagamento de financiamentos passados e a disposição desse país em adiantar recursos financeiros em momentos de dificuldade venezuelana parecia haver-se esgotado no início de 2015.

O cenário ficou caracterizado por uma grande incerteza, no marco da qual a crise multidimensional se agravou ainda mais com as aplicações das sanções e bloqueio econômicos por parte dos Estados Unidos e de seus países aliados. Para enfrentar essa crise, o governo implantou um novo discurso, desde o final de 2019, cuja característica mais significativa é a acentuação da dolarização, que vinha ocorrendo na prática, embora em menor escala e informalmente (PILAR, 2020).

Para Pillar (2020), muito embora a dolarização não tenha se refletido formalmente em uma reforma econômica, juntamente, com a desregulamentação dos preços e a abertura ao setor privado, se constituiu em uma válvula de escape respondendo a uma estratégia de sobrevivência política voltada para ganhar tempo, acalmar as tensões e aliviar a pressão social. No entanto, recentes protestos resultantes de uma escassez na esteira da pandemia da Covid-19 levaram o governo novamente tentar regular os preços dos produtos da cesta básica e outros itens, desta vez em dólares.

Mediante a migração de mais de cinco milhões de venezuelanos (as) nos últimos anos, as remessas em dólares têm sido importantes para a economia venezuelana, apesar de uma diminuição em decorrência da pandemia. Embora, uma parte da população pobre também tenha acesso a divisas como pagamento pelos serviços que presta, a dolarização tornou as diferenças sociais ainda mais visíveis de acordo com a quantidade de divisas que cada grupo social maneja.

As divisas que ingressam ao país (como remessas declaradas ou não) também afetam a economia de um país e a vida de seus habitantes. Acontece na escala das redes de ajuda existentes e colaboração em termo de envio de recursos entre migrantes e os familiares que permanecem no país de origem. Esse dado socioeconômico é fundamental, mas, muitas vezes se minimiza o tipo de escala, não se deve esquecer, que o econômico também se ver afetado com aspectos de outra ordem, a estabilidade emocional, a manutenção de vínculos que

concedem sentido à vida, a permanência de tradições culturais e a resiliência frente às adversidades que os imigrantes experimentam.

Aqui vemos um tipo de troca simbólica também caracterizada pelo que Marcel Mauss observa como a teoria do dom, existe um tipo de reciprocidade entre os que migram e os que permanecem. Isto é um fenômeno humano e um modelo societário que acontece em diferentes contextos e países; a procura de um tipo de simetria dentro da grande assimetria entre países com grandes economias e os de menor vantagem, e no caso da migração venezuelana atual entre países latino-americanos mais e menos pobres.

O economista e diretor da Ecoanalítica, Asdrúbal Oliveros, identificou três grupos que se distinguem pelo acesso diferenciado ao dólar: 15% da população que maneja moeda estrangeira em valores superiores a 400 dólares por mês, 35% que maneja dólares em valores menores como resultado da dolarização de seus serviços, empregos ou comércios, e 50% em situação precária, que não têm acesso ao dólar (PILAR, 2020).

O novo regime cambial estimulou o aumento dos preços dos produtos não subsidiados, o que gerou maior desigualdade no acesso a alimentos, aos bens e serviços entre os diferentes grupos sociais da população. Quem tem dólares suficientes podem acessar bens de consumo não subsidiados pelo governo, que são escassos. Para Pilar (2020) em contraste com a minoria altamente dolarizada, aqueles que sobrevivem com um salário-base diminuíram drasticamente o poder de compra, embora recebam produtos subsidiados. Referindo-se a esses setores, Nicolás Maduro destacou em entrevista à televisão que a “pátria os salva” por meio de títulos e bolsas de alimentos.

Para Vera (2018), explicar o colapso da nação petroleira não é uma tarefa simples. Contudo, uma possível explicação para a atual “bancarrota” da economia venezuelana seria seu isolamento financeiro, a crise externa, a crise produtiva e a crise fiscal que assolam o país. O atual cenário aponta para o enfraquecimento do modelo social bolivariano de redistribuição da renda do petróleo e na resolução de problemas estruturais do país como, por exemplo, a baixa industrialização.

Entretanto, a crise que atravessa a Venezuela também estar relacionada com a política intervencionista dos Estados Unidos, com boicote, bloqueio e sanção à economia venezuelana. Isso fez com que, embora seja um país produtor de petróleo, enfrente uma série de dificuldades nas suas relações comerciais, com risco de países sofrerem retaliações dos Estados Unidos. Evidentemente que somente isso, não explica todo o processo de crise atual, mas, pode ser considerado um fator importante.

A questão migratória não somente da Venezuela, mas da América Latina está relacionada com a questão geopolítica. A busca por recursos naturais é que faz hoje com que o Estados Unidos implemente políticas de bloqueio e sanções econômica. Isso reflete diretamente na mobilidade humana da contemporaneidade em suas diversas modalidades seja de maneira voluntária ou forçada.

1.1.5 - Venezuela e suas relações geopolíticas

A partir desta breve contextualização, através da qual apresentamos a trajetória política, econômica e social da Venezuela no período ditatorial, no Pacto de *Punto Fijo* aos governos bolivarianos de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro, consideramos importante conhecer também suas relações geopolíticas. Segundo Comblin (1978), a geopolítica é o estudo da relação entre a geografia e os Estados, sua história, destino, rivalidades e lutas. Os Estados sempre fizeram geopolítica sem saber, tornando conhecida essa expressão por meio das ações que levaram o mundo à Segunda Guerra Mundial e posteriormente à Guerra Fria.

Vesentini (2013) assinala que foi a partir dessas Guerras que se viu a necessidade de produzir estudos geopolíticos para entender a configuração de poder da época, que pouco tinha a ver com disputas entre Estados, mas sim entre ideologias. Explica que a palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, mas algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial.

Apontaremos aspectos gerais da política externa venezuelana com os Estados Unidos, com seus países vizinhos sul-americanos com ênfase para o Brasil e as relações com os países extrarregionais, principalmente os que fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁸. Todos esses conjuntos de dados nos possibilitarão compreender melhor a ampliação do fenômeno migratório internacional de venezuelano/as na contemporaneidade.

A relação da Venezuela e os Estados Unidos passaram por mudanças substanciais a partir do início do século XX. Antes de se tornar uma referência em petróleo à imagem venezuelana para as autoridades norte-americana estava associada a uma nação atrasada, predominantemente agrícola e politicamente turbulenta. As transformações no relacionamento entre esses dois países se devem à descoberta de petróleo em grandes quantidades, a ponto de tornar-se em 1928 o segundo maior produtor mundial. A exploração das imensas reservas desse recurso natural foi logo dominada por companhias americanas (AZEREDO, 2003).

¹⁸ No início dos anos 1960, a Venezuela criou junto com países árabes e africanos a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com a finalidade de defender o preço do petróleo.

De acordo com Salgado (2017), desde a descoberta das primeiras jazidas de petróleo, as empresas estadunidenses se fizeram presente em territórios venezuelano para drenar os recursos naturais ali presentes. Enquanto, a Venezuela cedia o petróleo, os Estados Unidos (EUA) vendiam seus produtos industrializados. Obviamente, tal dinâmica privilegiava os EUA, que vendiam os produtos com valor agregado maior do que o petróleo, que ainda precisava ser refinado pelas empresas norte-americanas.

As relações bilaterais com os Estados Unidos foram sem muitos conflitos em especial no período do acordo democrático. Pelo menos até a década de 1980, a Venezuela não era um problema, pelo contrário era um dos seus principais fornecedores de petróleo. Autores como Pedroso (2014) e Vizentini (2003) assinalam que no período do Pacto de *Punto Fijo* o país conseguiu preservar a imagem de segurança da sua economia, ostentando um padrão econômico e democrático que contrastava com o restante da América Latina.

A Venezuela tinha crédito dos Estados Unidos dentro de uma troca assimétrica de benefícios ao longo prazo, oferecendo como garantia a sua subalternidade. Mas, além, dessa relação umbilical, a classe média venezuelana gozou de padrões de alto consumo de produtos trazidos de forma periódica desde Miami e de outras cidades norte-americanas. Talvez, o final desse “costume” de décadas, de querer incorporar o estilo americano, levou a inconformidade dos setores da burguesia e o próprio status que ostentavam os setores socioeconômicos da população e da classe política venezuelana beneficiada pelo modelo econômico precedente.

A política externa da Venezuela, segundo Pedroso (2014), não pode ser pensada sem considerar dois elementos imbricados entre si: a dependência da renda petroleira e as importantes trocas comerciais com os norte-americanos. A Doutrina Betancourt¹⁹ de 1959 priorizava os acordos bilaterais com os Estados Unidos e a política externa venezuelana era guiada no sentido de reforçar as relações comerciais com este país.

Moreira (2018) nota que o petróleo faz parte da alma da Venezuela, o “ouro negro” como também foi apelidado, moldou e forjou a política, a sociedade, a cultura e a economia do país. O hábito de consumir uísque, a adoção do beisebol como esporte nacional e a multidão de jovens venezuelanos (as) que migravam e estudavam em universidades norte-americanas ilustra a relação simbiótica com os Estados Unidos.

¹⁹ A Doutrina Betancourt apresenta este nome porque foi idealizada por Rômulo Betancourt, primeiro presidente durante o período do Pacto de Punto Fijo em 1959 e fundador do partido Acción Democrática. Segundo este pressuposto, a Venezuela somente reconheceria governos democraticamente eleitos (CERVO, 2003; BARROS, 2017).

A Venezuela como a quarta maior fornecedora de petróleo do mundo é um interesse de segurança nacional para os Estados Unidos. A região do rio Orinoco, no sul do país, tem mais reservas de petróleo do que toda a Arábia Saudita, e a maioria dessas reservas ainda não foram exploradas. Até 1998, a Venezuela foi um ator submisso na política americana, um colaborador muito desejado. Os Estados Unidos estavam prestes a se tornar o beneficiário número “um” dos esforços de privatização em andamento na lucrativa indústria do petróleo, nacionalizada desde os anos 1970, mas Chávez chegou como poder máximo do país (GOLINGER, 2005).

Com a chegada de Hugo Chávez na presidência, ficou explícito no plano de seu governo a intenção de diversificação da pauta exportadora, buscando novas parcerias econômicas, especialmente com a América latina e o Caribe. Planejou reduzir a dependência dos Estados Unidos que considerava prejudicial para outras áreas econômicas e aumentava as disparidades sociais entre a rica oligarquia petroleira e a maioria da população que vivia em condições de pobreza.

O novo regime político reforçou a soberania nacional, fomentou a integração regional e revitalizou o diálogo político internacional. O estilo pessoal e independente do Presidente Hugo Chávez criou problemas no relacionamento com os Estados Unidos e umas das razões foi seu estreitamento com o regime de Fidel Castro em Cuba, de sua visita ao Iraque e da reserva diante do “Plano Colômbia”²⁰ (CERVO, 2003).

Durante o período de 1998 a 2000, Chávez enfrentou uma política dos Estados Unidos relativamente indiferentes em relação à Venezuela. Depois da chegada de George W. Bush à Casa Branca em 2001 as relações mudaram para pior, pois, as políticas do governo Chávez não eram convenientes para Bush. A ideia de um governo à frente de uma das mais importantes indústrias petrolíferas do mundo, próximo e abertamente ligada a Fidel Castro, era uma “pílula” difícil de engolir para um governo republicano que, mais uma vez, havia endurecido o laço entorno à economia cubana com o antigo objetivo, já com quarenta anos, de derrubar Fidel Castro (GOLINGER, 2005).

A política externa de Chávez gerou alguns contratempos com os Estados Unidos ao recusar-se a ceder seu espaço aéreo a este país, na questão dos voos antidrogas, sem a competente autorização prévia, e por ter conseguido ou tentado reforçar relações com blocos

²⁰ Os objetivos originais desse tratado entre a Colômbia e os Estados Unidos eram a luta contra o narcotráfico, as negociações com as guerrilhas, implementação de medidas de austeridade fiscal e políticas para promoção do desenvolvimento econômico. Paulatinamente, o plano se militarizou, tendo como foco praticamente exclusivo a luta contra o narcotráfico. Esse acordo bilateral foi caracterizado basicamente pela ajuda financeira dos Estados Unidos no combate aos centros de produção e distribuição de entorpecentes.

de países e contrabalancear o poder dos americanos. Cano (2002) aponta como exemplo das ações: a promessa de estreitar relações com a China e com o Irã; a solicitação à ONU sobre a suspensão das sanções contra o Iraque, a entrevista com Saddam Hussein e o convite para a reunião dos Chefes de Estado dos países da OPEP em Caracas e as suas pressões junto à organização para aumentar os preços do petróleo.

Golinger (2005) assinala que a revitalização empreendida por Chávez na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entidade que os Estados Unidos preferiram silenciar, e suas visitas a países amigos produtores de petróleo, provocaram a irritação da administração do presidente George W. Bush. Sem falar da atenção às políticas destinadas a reduzir a pobreza e promover a democracia participativa, ideias rejeitadas pelos intransigentes economistas de mercado. Além disso, um evidente descontentamento com o governo Chávez é acrescentado de uma elite empresarial venezuelana descontente com os negócios.

O marco histórico que representou um ponto de inflexão nas relações bilaterais entre Venezuela e os Estados Unidos foi a tentativa frustrada de um golpe de Estado que retirou o presidente, Hugo Chávez, do poder em abril de 2002. Com seu retorno dois dias depois de sua retirada, surgiu a denúncia de que o país norte-americano não só tinha sido conivente com os acontecimentos, como também tinha patrocinado a ação dos grupos golpistas. A partir disso, suas relações se tornaram ainda mais difícil. Mas, embora existisse motivo para que houvesse um rompimento, os ânimos precisavam ser contidos mediante a dependência mútua no comércio de petróleo (PEDROSO, 2014; VIZENTINI, 2003).

Os autores Pedroso (2014), Vizentini (2003) e Cano (2002) assinalam que a manutenção da relação da Venezuela e Estados Unidos iam além da importância geopolítica, estava ligada ao comércio petrolífero. Por outro lado, Hugo Chávez não deixava de fazer críticas a este parceiro comercial, o acusando de imperialistas e neoliberais. A relação foi se complicando ainda mais na medida em que o governo venezuelano foi estreitando suas relações com Cuba, e o acordo de suprimento de petróleo a preços preferenciais a esse país.

A política externa entre os Estados Unidos e Venezuela dos últimos anos são permeadas pela percepção de que os interesses chineses, russo e a influência política cubana, países solidários ao regime chavista, constituem uma mistura que prejudica a tranquilidade geopolítica internacional. Enquanto, a China expressa sua resistência aos desígnios dos norte-americanos de determinar o futuro da Venezuela, a Rússia o denuncia por suas ações intervencionistas assumindo uma atitude de patrocínio do governo de Nicolás Maduro nas áreas de governança global, questionando as práticas coercitivas do governo dos Estados Unidos e de seus aliados contra a Venezuela (HIRST; LUJÁN; TOKATLIAN, 2020).

Se por um lado, uma maior vigilância internacional sobre a Venezuela se difundiu em questões humanitárias e de direitos humanos, de outro, ao ser considerado como perigo externo para os Estados Unidos e seus aliados, e em geral para a segurança global contribuiu para a desqualificação do regime chavista. As ações punitivas do governo norte-americano pioraram a partir de 2017 com o governo de Donald Trump e a ampliação das sanções e bloqueios econômicos impostos e progressivamente aplicados, com impacto sobre a capacidade de Nicolás Maduro de reagir à crise.

A invasão político-militar dos Estados Unidos visando uma “mudança de regime” ou de “modelo” na Venezuela é considerada por muitos países um erro, uma vez que essas operações militares em vários exemplos recentes como Iraque, Afeganistão, Líbia foram fracassados e nada indica de que outro fiasco será evitado no eventual caso da Venezuela. O fato é que as questões internas da Venezuela têm que ser resolvidas pelos venezuelanos (as) e não pelos Estados Unidos ou por quem quer que seja.

No ano de 2020 a Venezuela passou a enfrentar além de sua crise socioeconômica e política o aprofundamento de uma crise sanitária com a declaração pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de uma pandemia. Os autores Hirst; Luján; Tokatlian (2020) assinalam que diante de um novo contexto mundial de crise na saúde o governo dos Estados Unidos ignorou o pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, endossado por órgãos do sistema ONU, de que diante dos impactos da pandemia da Covid-19, fosse suspensa a aplicação de sanções econômicas aos “países vulneráveis”.

Ao contrário ao recomendado, a resposta dos Estados Unidos foi intensificar sua campanha de vilanização da Venezuela, com a denúncia de supostos crimes e transgressões que justificaram sua caracterização como um “Estado narco-terrorista”. Ou seja, mesmo diante da propagação do vírus da Covid-19 as sanções contra a Venezuela não deixaram de acontecer, agravando a situação deste país.

Após esse breve histórico sobre a relação da Venezuela com os Estados Unidos ressaltamos a importância de entendermos também a política externa com os países fronteiriços. Durante muito tempo o país priorizou as relações econômicas bilaterais com os Estados Unidos como preconizava a “Doutrina Betancourt” que fixou diretrizes políticas rígida no trato dos países vizinhos, ao decidir somente reconhecer governos oriundos de eleições realizadas sob normas constitucionais democráticas, assim, por longos anos viveu de costas para a América Latina (BARROS, 2007).

Martínez (2020) ao examinar o estado das fronteiras da Venezuela diz que é pertinente revisar aspectos significativos das políticas e ações governamentais durante o final do século

XX e as duas décadas do século XXI. Mudanças periódicas foram observadas no uso de fronteiras, moldadas de acordo com interesses e acontecimentos em que as relações bilaterais com as nações vizinhas são desenvolvidas, sendo possível identificar três cenários geopolíticos diferenciados: de confronto geopolítico com a Colômbia, de acordos com a Guiana Inglesa e de vínculos baseados em afinidades político-ideológicas com o Brasil, neste contexto se referido principalmente ao governo de Chávez e do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No âmbito do confronto geopolítico se situa o predominante conflito fomentado entre os governos da Venezuela e Colômbia, segundo Cervo (2003) é um cenário complexo que tem como contraparte a geografia humana de trocas próximas e laços de convivência cidadã, geograficamente e historicamente construídos em complexas interações transfronteiriças de mais ou menos intensidade entre cidades e áreas rurais localizadas ao longo dos 2.119 quilômetros de limites que demarcam os dois territórios. A diversidade de fatores envolvidos na relação destes países além da fronteira em comum abarca também os aspectos do comércio, da migração fronteiriça, da dupla nacionalidade, da luta contra o tráfico de ilícitos e da guerra revolucionária na Colômbia.

Nas últimas décadas, as relações entre Venezuela e Colômbia foram positivas do ponto de vista comercial. Cervo (2003) diz que o dinamismo das atividades econômicas de fronteira foi ao ponto de converter a Colômbia no segundo parceiro comercial da Venezuela, depois dos Estados Unidos. As facilidades legais fixadas em acordos de integração fizeram avançar a complementaridade econômica e estimularam empresários de ambos os países a realizarem aplicações conjuntas. As trocas induziram, para além dos fluxos de mercadorias, o comércio de matérias-primas de origem colombiana para processamento em indústrias venezuelanas (CERVO, 2003).

De outra forma, a relação foi conturbada do ponto de vista diplomático e político. Oliveira (2013a) aponta que a instalação de novas bases militares norte-americanas na Colômbia gerou enorme preocupação por parte do governo venezuelano dificultando as relações entre esses países vizinhos. Se analisarmos os principais momentos de inflexão nessa relação percebemos que, em grande medida, as tensões se referem à ingerência norte-americana na região, principalmente através do “Plano Colômbia”.

Apesar dos problemas apontados anteriormente, Colômbia e Estados Unidos, além de importantes fornecedores para o mercado interno venezuelano, ainda continuam a ser o principal destino das exportações desse país. Essa parceria que a primeira vista parece incoerente por estar na contramão dos turbulentos vínculos diplomáticos, denota, na verdade, uma profunda interdependência no plano econômico.

No que corresponde a relação entre a Venezuela e Brasil, era quase inexistente até décadas recentes, apesar da sua ligação territorial com uma fronteira comum de 2.199 quilômetros, no entanto, estes países não apresentavam conflitos entre si. A relação foi sendo construída durante as administrações dos presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera. Em 1994, foi firmado o Protocolo de *La Guzmania*²¹ cujo objetivo era traçar as diretrizes da nova e moderna cooperação econômica bilateral, avaliando as transformações substanciais da cena mundial que representavam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para essas duas nações (VIZENTINI, 2003; CERVO, 2003).

Moreira (2018) destaca algo em comum entre a Venezuela e o Brasil, o impeachment de seus presidentes, antes da relação bilateral entre eles. Na década de 1990 os países latino-americanos atravessavam um longo período de dificuldades econômicas em razão da crise da dívida externa e precisava ter acesso ao crédito internacional, adotando as medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A aplicação de políticas de ajustes nesses dois países sul-americanos foi acompanhada de um quadro de instabilidade político institucional, que resultou no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e do presidente Carlos Andrés Pérez, em 1993.

Rafael Caldera no seu segundo mandato pode ser considerado o precursor das boas relações entre o Brasil e a Venezuela. Todos os grandes negócios bilaterais, a construção de uma rodovia ligando Manaus à Caracas, a interligação energética, a intenção de cooperar no setor siderúrgico e petroleiro, de alguma maneira se relacionam com o protocolo de *La Guzmania*. Antes disso, esses países tinham apenas um tratado de livre navegação, firmado em 1859 pelo presidente venezuelano e o imperador brasileiro (UCHOA, 2003).

A geografia também teve um papel importante, por manter os dois países por longas datas de costas um para o outro. O território venezuelano foi desde os tempos coloniais, ocupado demograficamente a partir da região andina e da zona centro costeira. Os estados mais populosos se situam nos Andes (Zulia e Mérida) e no Norte, voltados para a bacia do Caribe (Miranda, Carabobo e Aragua) e ao Sul do país, a porção amazônica constitui até hoje um obstáculo natural à ocupação do território. O processo de ocupação populacional do território ao norte caribenho e ao ocidente orientou o interesse prioritário de Caracas para o Caribe e a Colômbia (MOREIRA, 2018).

²¹ O ato recebeu esse nome por ter sido assinado na residência de verão do presidente Rafael Caldera, que se chamava *La Guzmania*. Constituiu-se em um documento de natureza política, que definiu a orientação da relação bilateral Brasil/Venezuela a partir daquele momento (MOREIRA, 2018).

No que tange o lado brasileiro, Moreira (2018) discorre que a ocupação do território se concentrou, historicamente, nas regiões Sul e Sudeste do país, o que contribuiu para direcionar os interesses estratégicos do Brasil quase exclusivamente para a bacia do Prata, pelo menos até os anos de 1970, assim, os contatos de brasileiros e venezuelanos permaneceram esporádicos durante séculos.

Em síntese, os acordos de *La Guzmanía* constituíram um divisor de águas para as relações entre o Brasil e a Venezuela. Além disso, a continuidade do impulso inicial foi mantida graças a uma intensa diplomacia presidencial que se iniciou com o presidente Itamar Franco e seguiu, sem interrupções e em um ritmo crescente, com os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Venezuela e Brasil se tornaram ainda mais próximos, a partir das eleições do Presidente Hugo Chávez em 1998, que descontente com a relação de dependência que o país mantinha com os Estados Unidos, pregava uma maior integração com os vizinhos do sul. Além, da integração pelo comércio, projetos de infraestrutura foram dando sentido concreto ao desenvolvimento fronteiriço.

Moreira (2018) identifica os dois principais projetos: a construção de uma linha de transmissão entre a Hidrelétrica de Guri e a cidade de Boa Vista, em Roraima. Esse projeto de interconexão física previa uma linha de transmissão ao Estado do Amazonas, com uma estação terminal em Manaus. A linha de transmissão foi inaugurada em 2001, em um encontro dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez. A energia recebida da Venezuela teria um custo menor do que qualquer projeto alternativo no Brasil, tendo em conta o isolamento de Roraima.

Segundo Moreira (2018) a dependência criou uma vulnerabilidade para esse estado brasileiro. Nos últimos anos, a Venezuela vem atravessando sérias dificuldades de abastecimento de energia elétrica, em razão da precária manutenção das instalações e de falta de investimentos, sendo comuns apagões em importantes cidades desse país. Esse problema também, afetou o Estado brasileiro de Roraima, que com certa frequência, sofria com blecautes. Até março de 2019, a energia elétrica consumida em Roraima era fornecida pela Venezuela. Atualmente, o fornecimento elétrico de Roraima é feito por usinas termelétricas da empresa Roraima Energia.

Em meados de 2018 saiu a notícia “*Venezuela ameaça interromper o fornecimento de energia ao Estado de Roraima*”. O motivo do corte seria uma resposta à falta de pagamento de uma dívida, de ao menos US\$ 33 milhões, que a Eletrobrás acumulava com a estatal venezuelana pela compra de energia. Mas, o motivo do não pagamento foi operacional. A

Eletronorte relatou que bancos brasileiros estavam com dificuldades para processar a transferência do dinheiro para a Venezuela (OGLOBO, 2018)²².

O entrave estaria relacionado ao embargo dos Estados Unidos e as restrições impostas pelos americanos que impediam operações de bancos estrangeiros com o país. As instituições brasileiras foram afetadas indiretamente, e não estariam conseguindo repassar o dinheiro para o banco indicado pela Venezuela. Podemos perceber um exemplo, de perto que pode ser considerado um bloqueio econômico na prática.

A Eletronorte reconhecia a dívida com a estatal venezuelana, mas afirmou que o débito não resultava de falta de dinheiro em caixa para pagar a Corporación Eléctrica Nacional S.A (CORPOELEC), e sim de “dificuldades operacionais” para transferir o pagamento pelo fornecimento de energia, serviço que vem sendo prestado regularmente desde 2001. Ainda de acordo com a Eletronorte, as dificuldades de transferência de dólares para o país vizinho por meio do banco em que a CORPOELEC tem conta começou após o governo dos Estados Unidos impor uma série de medidas restritivas contra a Venezuela, seu presidente, Nicolás Maduro, e altos funcionários do governo (AMAZONASATUAL, 2018)²³.

Outro projeto de desenvolvimento fronteiriço foi a pavimentação da rodovia BR-174, que interliga Manaus - Boa Vista até a fronteira com a Venezuela, esse plano de cooperação fronteiriça estabeleceu a possibilidade de vínculo rodoviário entre ambos os países. Na América do Sul, a Venezuela identificou o Brasil como o principal parceiro para contribuir com o seu desenvolvimento nacional.

Moreira (2018) comenta que nos encontros presidenciais, Chávez admitia abertamente a necessidade de a Venezuela reduzir sua total dependência com relação à produção e exportação de petróleo, o que não foi atingido ao longo de seu governo. Em diversos níveis, eram corriqueiros os pedidos de autoridades venezuelanas para que o Brasil auxiliasse o país vizinho a criar polos de desenvolvimento industrial e agrícola capazes de minimizar os efeitos negativos da dependência do petróleo.

A busca por um mundo multipolar foi um objetivo compartilhado pelos dois países, embora, no plano do discurso, o governo brasileiro representado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou uma retórica mais suave e moderada que a adotada pelas autoridades venezuelanas. A narrativa brasileira predominante afastava-se da ideia de contra arrestar a

²² Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/venezuela-ameaca-cortar-fornecimento-de-energia-roraima-23008824>

²³ Disponível em <https://amazonasatual.com.br/empresa-da-venezuela-ameaca-cortar-fornecimento-de-energia-para-roraima/>

influência dos Estados Unidos, mas reconhecia que as regiões do mundo estavam se agrupando em polos econômicos e políticos e que caberia à América do Sul consolidar um desses polos para melhor inserir-se no sistema internacional (MOREIRA, 2018).

Enquanto, o presidente da Venezuela foi radicalizando seu discurso contra a Casa Branca, o governo brasileiro seguiu um caminho oposto, buscando estreitar os laços comerciais com o governo americano, apesar das divergências ideológicas. A postura do governo brasileiro com relação à Venezuela mudou na transição do governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) para o governo de Michel Temer (2016-2019). Algo não muito comum de se observar na política externa brasileira, tradicionalmente guiada pela manutenção constante do diálogo com países sul-americanos.

Se no governo Dilma Rousseff foi adotada uma postura de apoio declarado ao governo de Nicolás Maduro, cabendo ao Itamaraty gerir o que se denominou naquele período de “paciência estratégica” com a Venezuela, o governo de Michel Temer perdeu a paciência e partiu para uma série de declarações oficiais condenando o governo bolivariano (DELGADO, STIER, FEBRARO, MARQUES, 2017).

No governo do presidente Jair Bolsonaro a relação com a Venezuela se tornou ainda mais complicada. Galinari (2019) evidencia que nos últimos anos, o comportamento geopolítico do Brasil mudou radicalmente. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, deu início a consideráveis mudanças na política externa brasileira, com uma clara “guinada à direita²⁴”. O fato que mais marcou foi o afastamento imediato do país em relação à Venezuela, cujo governo é visto como um aliado ideológico da esquerda. De fato, o presidente Nicolás Maduro, se posicionou publicamente contra o *impeachment* da presidenta Dilma, chamando-o de golpe de Estado.

Em dezembro de 2016 com forte apoio do governo brasileiro, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. No final de 2017, a relação entre Brasil e Venezuela se tornou ainda pior. Depois de os governantes destes países trocarem muitas críticas, o governo venezuelano expulsou o embaixador brasileiro e em resposta o governo brasileiro fez o mesmo. Já em maio de 2018, os países do Grupo Lima não reconheceram a vitória de Nicolás Maduro na eleição presidencial venezuelana, o que aumentou as tensões entre Brasil e Venezuela.

No que corresponde a fronteira da Venezuela com Guiana Inglesa, era possível identificar um cenário geopolítico de acordos. A Guiana Inglesa se estende desde o Norte, litoral do Mar do Caribe (Oceano Atlântico) e a tríplice fronteira Guiana-Brasil-Venezuela. Alguns

²⁴ Conforme Bobbio (2011), esquerda e direita designam contrastes entre duas ideologias e, além de distinguir ideias, visões de mundo e programas políticos estão carregadas de significado emotivo.

aspectos da política externa entre Venezuela e Guiana serão aqui apresentados. O primeiro diz respeito ao litígio entre esses dois países, sobre a região denominada Essequibo. Uma antiga disputa territorial, existente desde os tempos em que a atual Guiana era uma colônia britânica, atravessou séculos e permanece latente até a atualidade.

A região de Essequibo se caracteriza por conter sobre seu solo, savana tropical amazônica, rica em recursos minerais, destacando-se ouro, bauxita e urânio, e outros recursos naturais, como os produtos da floresta e a própria água, seja para consumo, seja como potencial hidrelétrico. O mar territorial, por sua vez, é rico em petróleo, em especial no seu extremo ocidental, nas proximidades do delta do rio Orinoco na Venezuela (DESIDERÁ NETO, 2012).

A contenda inflamou-se depois que se descobriu ouro na região contestada. Um tribunal internacional, reunido por iniciativa dos Estados Unidos, deu parecer favorável ao Reino Unido, em 1899, mas a sentença nunca foi reconhecida pela Venezuela. Havia indícios da existência de petróleo na região, o que dificultou as negociações. A região em litígio corresponde a cerca de 60% do território da Guiana (NEVES, 2010).

Os dois países ao longo do tempo firmaram acordos de cooperação em outras áreas, independentemente de se chegar à solução da controvérsia. No governo de Chávez apesar de haver estabilizado as relações bilaterais com a Guiana, adensando a cooperação econômica e o comércio, nenhuma solução alcançou-se quanto ao território litigioso.

Entretanto, a PDVSA anunciou que pretendia leiloar concessão de área em litígio com a Guiana, para exploração de petróleo, em represália à intenção deste país de ceder a uma empresa dos Estados Unidos na mesma área, uma base lançamento de satélites. Chávez reafirmou o Protocolo de Port of Spain assinado com a Guiana em 1970, que a impede de fazer qualquer infraestrutura na área antes da solução do impasse, no que tange a área (CANO, 2003).

De outra parte, durante o ano de 2015 o governo de Nicolás Maduro teve graves problemas com a Guiana. Neste caso, o conflito está vinculado ao desenvolvimento da exploração de petróleo pela empresa Exxon Mobil, em uma zona marítima disputada pela Venezuela, relacionada a um conflito de mais de um século por esse território de Essequibo. O atual governo venezuelano chegou a ameaçar suspender o embarque de petróleo para a Guiana, sob o tratamento preferencial (URRIBARRÍ, 2016).

A partir desse panorama geral podemos dizer que as relações geopolíticas no governo chavista foram de reafirmação do nacionalismo e de defesa da soberania territorial em relação aos Estados Unidos. A crise de natureza multidimensional somada a incapacidade do governo de reorientar a economia com a queda do preço do petróleo e a aplicação de sanções e bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos e de seus aliados agravou a situação da Venezuela. O

cenário de 2020 passou a ser ainda mais complexo com a pandemia Covid-19 e caracterizado por uma grande incerteza, visto que, foi adicionada à crise econômica, social e política, uma crise sanitária.

Já no que corresponde as relações bilaterais com os países vizinhos, foram identificados como três cenários geopolíticos fronteiriços diferenciados. A relação com a Colômbia foi de conflito geopolítico tendo como contraparte a geografia humana de trocas próximas e laços de convivência. A relação com o Brasil foi baseada em um vínculo de afinidades político-ideológicas com o governo de esquerda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e depois com a presidenta Dilma Rousseff, mudando esse cenário a partir do governo de Michel Temer e se agravando com a eleição e Jair Bolsonaro. A relação com a Guiana Inglesa foi de acordos, mas, não necessariamente podem ser identificados como afinidades político-ideológico e há uma histórica reclamação territorial pendente com este país.

1.2 - Quando migrar é preciso: de um país de imigrantes para emigrantes

A condição de um país que tradicionalmente recebia imigrantes foi se modificando e nessas variações do padrão demográfico, dois movimentos migratórios foram identificados. O primeiro é um êxodo populacional progressivo e contínuo de venezuelanos (as) entre os anos de 2000 a 2014, compostos principalmente por profissionais especializados e setores de camadas médias e alta da sociedade venezuelana e o segundo é caracterizado por uma mobilização abrupta e em massa a partir de 2015.

Mas, nem sempre foi esse o cenário, a Venezuela foi tida durante décadas como um país de imigrantes. Os movimentos migratórios internacionais para este país foram iniciados no século XIX e sujeitos à implementação de políticas de promoção e atração de imigrantes, por meio de leis e regulamentos editados com objetivo de colonizar seus territórios desabitados e expandir as atividades agrícolas. Entretanto, essas políticas baseavam-se na atração de uma imigração seletiva e discriminatória de algumas nacionalidades, privilegiando a imigração europeia (PÁEZ, 2015).

Em relação ao primeiro padrão migratório iniciado ainda no século XIX, Bravo (2016) nota que as estratégias de atração utilizadas se assemelhavam com as implementadas pela maioria dos países sul-americanos, com a aprovação de leis concedendo benefícios e isenções aos imigrantes ultramarinos. Além disso, havia a preferência pelo branqueamento das migrações. Mas, apesar dos esforços para atrair imigrantes europeus, o sucesso alcançado até as primeiras décadas do século XX foi limitado. Fato explicado pelas precárias condições

socioeconômicas, consequência das contínuas guerras civis desencadeadas até o final do século XIX, gerando uma grande instabilidade nacional.

A imigração para a Venezuela passou por uma mudança entre os anos 1936 e 1950 pela estabilidade econômica conquistada e no final da Segunda Guerra Mundial, cidadãos deslocados de diferentes países chegaram a esta nação (BANKO, 2019). Até os primeiros anos de 1960, as características da população imigrante foram constituídas em sua maioria de europeus, distribuídos entre italianos, espanhóis e portugueses. O país também recebeu cubanos que tiveram que deixar seu país de maneira forçada.

Entre as décadas de 1970 e 1980, começaram a surgir algumas mudanças no perfil dos imigrantes. De um lado, iniciou-se um lento processo de declínio da população europeia. Configurando-se em uma migração de retorno, motivada pela estabilização política e recuperação econômica do pós-guerra. Ao mesmo tempo, houve um crescimento da população latino-americana e caribenha. Foi notável a presença de imigrantes do Chile, Argentina e Peru, essencialmente em deslocamentos forçados por motivos políticos ligados às ditaduras militares dominantes nesses países. Mas, a migração nesse período foi principalmente constituída de colombianos (MARTÍNEZ, 2018).

No início da década de 1980 a Venezuela foi perdendo sua atratividade e inicia-se a emigração de sua população, nesse primeiro momento o número de saída ainda não era muito expressivo. Mateo e Ledezma (2006) registram que na década de 1990, o movimento para o exterior teve sua continuidade, reforçado pela combinação de diversos fatores como a ampliação da crise política que levou à destituição de Carlos Andrés Pérez e o agravamento da situação econômica resultando no aumento cada vez maior da pobreza populacional.

A transição de um país de imigrante para um país de emigrantes ocorreu com um ritmo surpreendente nas últimas duas décadas, nos anos 2000. Um dado a ser destacado, é que esse processo migratório foi se intensificando paradoxalmente no período de maior volume de renda, ou seja, quando o país foi favorecido com a entrada de grandes recursos financeiros decorrentes da subida dos preços do petróleo.

Essa informação indica que não podemos restringir a explicação da determinação de migrar por razões exclusivamente econômicas, confirmando a complexidade do fenômeno em que muitas outras razões intervêm: social, emocional, política, religiosa etc. A decisão é precedida de análises, considerações e avaliações as mais diversas (MARTÍNEZ, 2018; PÁEZ, 2015).

O século XXI foi marcado como um momento importante na história venezuelana, não só porque o país começa a passar por dificuldades econômicas com a desvalorização da moeda,

o aumento da dívida externa, a queda do preço do barril de petróleo e a inflação sem precedentes no país. Mas, segundo Vega (2003) também porque deu início a novos problemas, entre eles, a fuga de pessoas altamente qualificadas.

Até décadas recentes praticamente não havia no âmbito acadêmico muitas pesquisas sobre a emigração venezuelana. Esse fenômeno foi ganhando visibilidade e transpondo-se como um atraente problema de pesquisa ao passo que o quadro do país foi se modificando mediante vários acontecimentos que contribuíram para este fenômeno migratório. Segundo Mateo; Ledezma (2006) a nível nacional, os estudos sobre migração se concentravam nas migrações internas e na imigração, muito pouco se publicava sobre os processos de emigração.

Álvarez (2011) e Bravo (2016) explicam as sofridas perdas populacionais para o exterior em quatro episódios. A primeira onda da migração ocorreu em decorrência da desvalorização e restrição de transferências e trocas de moeda durante o governo do presidente Luis Herrera Campis (1979-1984). A segunda onda ocorreu após o chamado *Caracazo* em 1989 e as duas tentativas de golpe ocorridas em 1992, durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez (1989-1993).

A terceira onda de emigração ocorreu durante o segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999), período em que bancos venezuelanos fecharam e em que milhares de venezuelanos descendentes de imigrantes europeus se aproveitaram de uma série de leis e programas que lhes permitiram obter a dupla cidadania e mudar-se para o velho continente. Finalmente, a quarta onda começou com a chegada ao poder do presidente Hugo Chávez. A polarização política gerada em torno de sua figura e os altos níveis de insegurança causaram um padrão de emigração que cresceu exponencialmente com a continuidade do governo de Nicolás Maduro.

Vega (2003), um dos primeiros teóricos a se dedicar ao estudo da emigração, em sua pesquisa intitulada “*Emigración intelectual en Venezuela: el caso de la ciencia y la tecnología*” aborda a emigração de cientistas e tecnólogos venezuelanos como resultado da deterioração progressiva do país nas esferas socioeconômicas e políticas e as implicações, que isso leva à competitividade da nação no futuro. A Venezuela deixou de ser um país de acolhimento para se tornar exportador de talentos, processo que se iniciou de forma insignificante, mas que com o passar do tempo avançou.

Dentro desse novo contexto venezuelano de emigração, os pesquisadores Nobrega e Blanco (2014) em sua pesquisa intitulada “*La alegría triste de abandonar el país*” fazem uma análise relacionando o fenômeno migratório, especialmente para os Estados Unidos, na busca de melhor qualidade de vida. O resultado da pesquisa aponta que os primeiros venezuelanos

(as) que deixaram o país o fizeram por múltiplos motivos, entre os quais: a crise econômica, política, desemprego, falta de oportunidades, salários escassos e o problema de insegurança pessoal e jurídica estão entre as causas mais apontadas.

O fato de emigrar não é uma questão simples, pois requer muita coragem para deixar seu país para então instalar-se em outro. Portanto, a maioria dos venezuelanos entrevistados na pesquisa de Nobrega e Blanco (2014) relata que apesar das dificuldades enfrentadas, tais como: comportamentos hostis, relações indiferentes e pouca receptividade na oferta de emprego, precisaram se manter firmes, porque ao compararem as alternativas oferecidas por seu país com as de outros países, foi preferível optar por se arriscarem na aventura migratória.

Tomás Páez (2015), sociólogo venezuelano, em sua obra intitulada “*La voz de la diáspora venezolana*” também pesquisou as características da emigração. Vale ressaltar que essas pesquisas foram anteriores a onda massiva com início em 2015. Páez considera que a experiência de viver em outro país, adquirir outra cultura e em alguns casos outra língua, experimentar uma nova forma de viver a diversidade social, política e institucional produz um enriquecimento valioso. Em seus estudos procura analisar, entender e explicar o fenômeno recente da emigração venezuelana e as motivações para a decisão de migrar, os obstáculos que precisaram ser superados e as razões para a escolha do país anfitrião.

Os resultados da pesquisa de Páez (2015) também indicaram a América do Norte e os países da União Europeia como os destinos mais importantes quando se iniciou a imigração venezuelana, mas, com o aprofundamento da crise, outros países e regiões vizinhas emergiram e começaram a se tornar uma referência. Assim, este fenômeno teve início com a travessia da fronteira sul-norte se intensificando posteriormente para a fronteira sul-sul com destaque para o Brasil.

Entretanto, apesar de países sul-americanos não terem sido as primeiras opções no início do processo migratório venezuelano, convênios de estudos para o Brasil com direito a bolsa financeira permitiu a vinda de Santiago, um jovem caraquenho que migrou para a cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil há mais de vinte anos. Tem na sua origem uma família com poucos recursos financeiros, cresceu na maior favela da América Latina “*Petare*” localizada na zona metropolitana de Caracas.

Santiago é filho de imigrantes peruanos que chegou à Venezuela nos tempos da bonança petroleira atraídos por uma chance de conseguir um trabalho. Este país era visto como de oportunidades e atraiu milhares de estrangeiros para trabalhar ou realizar investimentos. No ano de 1998, Santiago migrou através de um convênio de estudo com universidades federais brasileiras para estudantes da América Latina e da África cursarem uma graduação. A sua

migração não foi forçada, mas, não conhecia nada sobre o país, um tio que havia migrado primeiro para estudar o convidou para vir.

Por falta de recursos para a compra de uma passagem aérea fez o mesmo trajeto terrestre que os imigrantes venezuelanos dos últimos anos fazem, chegou até o sul do país atravessou a fronteira com Pacaraima, seguiu para Boa Vista e em Manaus pegou o avião para Porto Alegre. Santiago está hoje (2022) com 42 anos, formado em analista de sistema, costumava visitar Caracas com frequência para visitar a família, entretanto, com a pandemia não foi mais possível.

Na época que Santiago migrou para o Brasil a referência da Venezuela era o norte, principalmente para os Estados Unidos. O país sempre seguiu o estilo norte-americano, as músicas, o modo de se vestir etc. Ir aos Estados Unidos era uma rotina comum para as pessoas de classe média venezuelana. Entretanto, como um jovem membro de uma família de baixos recursos não teve a chance de realizar essa viagem na ocasião. As passagens eram muito baratas e acessíveis para a classe média. Um tio de Santiago trabalhava em uma agência de viagem na década de 1990 em Caracas.

Quando visitava meu tio na agência de viagem ficava impressionado com a quantidade de voos diários diretos para os Estados Unidos. Tinha voos 6h, 7h, e 9 horas da manhã depois se repetiam a tarde e a noite, eram cerca de dez voos por dia. Acredito que nem em São Paulo se tinha tantos voos para Miami. Os venezuelanos iam muito aos Estados Unidos, principalmente Miami, seja para passeio, estudo, trabalho ou simplesmente para fazer compras (Santiago, 42 anos, venezuelano, Porto Alegre, entrevista virtual-vídeo chamada/whatsapp em 18/01/2022).

Santiago sempre tinha algum colega que viajava aos Estados Unidos e traziam lembranças para ele, este país era à referência de “primeiro mundo”. Quando se iniciou o processo migratório quase não se falava nos países da região como uma alternativa de migração. Fato que foi se modificando ao longo do agravamento das crises, do perfil do migrante, se tornando os países da América do Sul uma opção na rota migratória venezuelana a partir de 2015. Seja pela proximidade, pela possibilidade de acesso via terrestre, tendo em vista que nesse momento não se tratava mais da saída de pessoas de classe média e alta, mas de pessoas com poucos recursos.

Durante toda sua vida em Caracas, Santiago morou na maior favela da América Latina, onde tem referências boas e ruins. Costumava visitar com frequência seus parentes que continuou morando em “*Petare*”, a favela ficou ainda mais perigosa nos últimos anos com o aumento da insegurança no país. Acredita que se tornou depois de tantos anos morando fora um completo desconhecido para a favela de *Petare*, visitava sua mãe em casa somente durante o dia e a noite ficava em um hotel no bairro vizinho por questão de segurança.

Santiago saiu da Venezuela no ano das eleições que ganhou Hugo Chávez em 1998. Ele considera que Chávez foi um dos poucos políticos que conseguia entrar nas grandes favelas venezuelanas e passar uma mensagem para o povo que passaram a se identificar com ele. Tanto que ganhou suas primeiras eleições com uma margem alta de votos terminando com as quatro décadas do pacto de *Punto Fijo* e a alternância de poder entre dois partidos.

Para Santiago, o governo venezuelano sempre foi paternalista e nos primeiros quatro anos do governo de Chávez mediante a bonança petroleira foi possível investir ainda mais em programas sociais de cunho assistencialistas. E apesar da corrupção instalada no país, alta inflação, Chávez por ter conseguido chegar junto à população pobre, teve favorecida sua vitória de no pleito.

Se Chávez tivesse conseguido cumprir tudo que prometeu em seu plano de governo, eu seria chavista (Santiago, 42 anos, venezuelano, Porto Alegre, entrevista virtual-vídeo chamada/whatsapp em 18/01/2022).

Mas não foi o que aconteceu e Santiago pensa que o descontentamento com o governo chavista começou no início de seu segundo mandato. A chegada de Chávez ao poder foi o momento também que a relação com os Estados Unidos ficou estremecida. Visto que, naquela época mais de 50% do petróleo dos Estados Unidos era da Venezuela e com empresas da PDVSA instaladas neste país. Um governo de esquerda era visto como uma grande ameaça em relação à questão petroleira. Santiago considera que Chávez sempre “falou muito”, sempre ameaçava a interrupção do petróleo e estreitamento de laços com outros países fora da região e com Cuba.

No primeiro governo de Chávez, com o aumento no preço do barril do petróleo foi possível cumprir o que havia prometido às populações mais pobres do país, implementando programas sociais e de redistribuição de renda. Entretanto, no seu segundo mandato houve uma crise petrolífera e os preços baixos do petróleo começaram a afetar no cumprimento das promessas de governo feitas. Santiago considera que a situação foi ainda mais agravada por se tratar de um país monoprodutor.

Começou a partir daí as reclamações da população em relação a este governo. Ao mesmo tempo assistimos os bloqueios para a compra de alguns produtos que o país era dependente, como no setor alimentício, de medicamentos etc. Para Santiago, foi nesse contexto que se intensificou o processo de saída de milhares de venezuelanos principalmente no governo de Nicolás Maduro.

Mesmo distante de seu país há mais de vinte anos, Santiago afirma que sempre procurou entender e conhecer os motivos que levaram à Venezuela a essa grave crise vivenciada na contemporaneidade. Entende que o bloqueio econômico, as sanções e todas as relações geopolíticas principalmente com os Estados Unidos, como uma relação simbiótica, mas desigual e que contribuiu muito com agravamento da crise.

Entretanto, para Santiago, a maior porcentagem da responsabilidade pela grave crise instalada no país em diversos aspectos corresponde ao movimento chavista. Apesar de um bom plano de governo, os compromissos ao povo não foram cumpridos na sua integralidade, o que poderia levar o país como uma referência aos demais países sul-americanos. “A corrupção mais uma vez tomou conta do governo”.

Por outro lado, Santiago não vê o interesse dos Estados Unidos ao oferecer ajuda “humanitária” como um gesto de amizade e preocupação com o povo venezuelano, o interesse desse país é e sempre foi o petróleo. Por isso não concorda com sua intervenção, acredita que os problemas do país precisam ser resolvidos internamente, através de atitudes articuladas em busca de tirar a Venezuela dessa severa crise.

Ao escutar e ler sobre fraudes nas eleições venezuelanas, Santiago se pergunta como explicar que governos de dois importantes Estados venezuelanos tenham obtido vitórias da oposição nas urnas eleitorais elegendo seus candidatos em 2021. No caso dos Estados Zulia, com uma das maiores reservas de petróleo, e em Barinas²⁵ considerada o berço do chavismo e Estado natal de Hugo Chávez.

Para Santiago o voto deveria ser obrigatório na Venezuela, como é no Brasil, talvez assim tivesse um número menor de abstenção nas urnas. Como explicar a vitória da oposição nesses dois estados bem emblemáticos para o país. Em novembro de 2021 saiu na mídia a notícia “Eleições na Venezuela: abstenção alta mostra crise na oposição e reforça poder do chavismo”. Um pleito marcado pelo alto índice de abstenção, onde apenas 40% dos eleitores foram às urnas evidencia a crise na oposição e reforça o poder do chavismo como principal força política no país.

Considero que aí esteja a resposta para a pergunta de Santiago: é necessário vontade e participação política de todos os venezuelanos (as) com idade para votar, pois será nas urnas,

²⁵ Ver em: Eleições na Venezuela: a simbólica vitória da oposição no Estado natal de Hugo. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/topics/c6vzyvr66w4t> e em Venezuela: oposição vence eleição em estado onde nasceu Chávez após 2 décadas. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/10/venezuela-oposicao-vence-eleicao-para-governador-em-estado-onde-nasceu-chavez.ghtml>

elegendo o candidato que pode apresentar a melhor proposta e opção para o país, para os estados e os municípios, será quando a população exercerá uma plena cidadania.

Os venezuelanos que migraram têm direito ao voto para presidente, entretanto, são inúmeros os desafios para exercer este direito. Como no caso de Santiago que mora em Porto Alegre, o lugar mais próximo que poderia votar seria São Paulo, por isso nunca votou estando longe de seu país. Outra situação é o fechamento das embaixadas venezuelanas, local onde seriam realizados os votos. Mas, Santiago não considera que este seria o caminho para a saída da crise venezuelana, mas sim dentro do próprio país quando a população se organiza e sai para votar no que acredita ser a melhor alternativa para o desenvolvimento do país e para o bem-estar da coletividade.

Santiago foi um dos poucos venezuelanos interlocutores desse trabalho que aceitou falar sobre política, demonstrando interesse na situação política de seu país e buscando explicação para tudo que estão vivenciando na atualidade. Muitos venezuelanos (as) tanto nas entrevistas realizadas na Venezuela como no Brasil se mostraram desiludidos com a política venezuelana evitando comentar sobre este assunto, por outro lado não escondiam a insatisfação com o atual governo.

Esta observação mencionada vislumbra que a questão da migração tem muito a ver não apenas com o imaginário de uma vida melhor fora do país de origem, senão também que a saída sempre tem um componente altamente político em termos específicos (a *polis* como vida social) e a política partidária como *eidós*, com conotação ideológica. O *eidós* pode se questionar ou aparentemente silenciar, mas o *ethos* continua presente no caráter nacional dos migrantes. Isto fica evidente quando se renova ou atualiza essa pertença em festas, reuniões, culinária e outras manifestações de cunho social e cultural.

Martínez (2018) enfatiza que a crise venezuelana ao longo dos anos se agravou a tal ponto de afetar a vida cotidiana em todos os setores sociais. A escassez de alimentos e medicamentos se espalhou por todo o território, assim como uma hiperinflação que empobreceu rapidamente a população. A incerteza impactou a sociedade venezuelana como um todo e provocou a saída de milhares de seus cidadãos.

De acordo com Bravo (2015), a atitude inicial do governo venezuelano foi de não reconhecimento da saída maciça de sua população, visto que isso representaria admitir que o atual modelo político e econômico gerava emigrantes e, portanto, não funciona. Assim, o governo fechou os olhos para a saída de seus compatriotas, mesmo boa parte deles sendo considerada altamente qualificada.

A escassez de diversos produtos e a luta diária para obtê-los a preços cada vez mais caros, passou a fazer parte do cotidiano dos/as venezuelanos (as). Uma tensão social que se evidenciou no aumento da criminalidade e nos conflitos sociais gerando uma instabilidade e angústia para o futuro, que se traduziu em diversos fenômenos, incluindo a tendência crescente de emigrar (URRIBARRÍ, 2016). Altamente dependente de importação o país enfrentou muitos problemas no fornecimento de bens e serviços, incluindo insumos básicos para a produção agrícola e industrial de alimentos, medicamentos, peças de reposição para todos os tipos de maquinários dentre outros itens.

A imigração venezuelana cresceu extraordinariamente e a partir de 2015 foi composta de todas as camadas sociais. Apresentaremos o processo migratório do Sr. Ramon, 51 anos, natural de Valência na Venezuela, chegou ao Brasil no início de 2018 permanecendo quase um ano. Veio com a ajuda de seu sobrinho, Allan, membro da família “Carabobo” que terá a trajetória de vida apresentada no terceiro capítulo desta tese.

Sr. Ramon realizou uma migração forçada ao contrário de Santiago que saiu voluntariamente do país. Ele considera que a crise aconteceu por etapa, e entre 2014 a 2015 já se começou a notar o aprofundamento, desempregado precisou vender alguns de seus patrimônios.

De 2015 a 2018, para comprar comida, enfrenté largas colas, mi esposa se levantaba a las 3:30 am y a veces no llegaban los productos que buscaba, o cuando le llegaba el turno no había más comida. Había escasez de alimentos y muchas colas para comprar lo poco que tenía. Ahora (2019) las condiciones son diferentes, hay comida, pero no tenemos dinero para comprar al menos no lo suficiente. Antes no se devaluaba el dinero como ahora, un dólar valía tres bolívares y mucha gente ahorra dólares sin imaginar lo que íbamos a pasar. Aquí, la gente de clase media pasaba sus vacaciones en Miami como si fuera a Margarita, pasar un fin de semana, no tenía que ser rico para ir a Estados Unidos, Miami a comprar (Sr. Ramon, 51 anos, Técnico em Mecânica Industrial, Valência, Carabobo, Venezuela, entrevista em agosto de 2019).

Quando Sr. Ramon retornou para a Venezuela final de 2018, para passar as festas de final de ano com a família, decidiu ficar no seu país. Ele começou a trabalhar com seu carro que estava com o motor quebrado quando chegou, mas com o dinheiro que levou da poupança de seu trabalho no Brasil conseguiu consertá-lo aos poucos. Em relação ao seu novo trabalho,

Aquí, además de las piezas que faltan para la reparación de automóviles, los precios son altísimos. Traslado personas como taxista a una empresa, una cocina industrial que elabora alimentos para otras empresas. Todavía tengo un camión, que solía transportar mercancías para algunas empresas, pero está roto porque es demasiado caro de reparar. Bueno, aquí recibimos en bolívares, pero el costo es en dólares, y para sostenerse necesitas tener dos o tres trabajos y mucha gente está trabajando en ventas.

(Sr. Ramon, 51 anos, Tecnólogo em Mecânica Industrial, Valência, Carabobo, Venezuela, entrevista em agosto de 2019).

Também cresceu o número de comerciantes informais que buscam ter acesso aos produtos a um preço preferencial e depois revendê-los no mercado secundário. Há muita deterioração na oferta dos serviços públicos como o serviço de eletricidade que é oferecido entre apagões e interrupções diárias em todo o país. O mesmo acontece com o serviço de abastecimento de água, que é racionado e apresenta níveis duvidosos de qualidade para consumo humano. A falta de manutenção e investimento em infraestrutura trouxe cada vez mais problemas para o funcionamento eficiente desses serviços.

A migração venezuelana tornou-se uma questão que veio surgindo silenciosamente, tornando-se cada vez mais importante à medida que o ambiente social, econômico e político do país se deteriorava. Nos estados fronteiriços, a situação tornou-se mais crítica devido à condição de espaços marginalizados, somados à militarização e fechamento de fronteiras.

Para Martínez (2020), fechar fronteiras não resolve os problemas, pelo contrário, agrava e cria novos nichos de conflito. Temos como exemplo, a fronteira da Venezuela e Colômbia, especialmente durante o ano de fechamento em 2015-2016 decretado pelo governo de Nicolás Maduro e que gerou um sério conflito bilateral. Medidas como essa estimula a construção de trilhas utilizadas como atalhos ilegais para a mobilidade transfronteiriça controlada por grupos criminosos extorsionários.

Mesmo com o fechamento da fronteira, a emigração não parou e tampouco o fluxo das trocas comerciais transfronteiriças diárias realizadas por inúmeras trilhas na fronteira com a Colômbia. Segundo Martínez (2019) ao final de 2019 já havia mais de 4,5 milhões de imigrantes venezuelanos fora do país, sendo que 1.771.237 deles encontravam-se na Colômbia. O processo migratório venezuelano cresceu de maneira sustentada, pois, os emigrantes não param os seus esforços para encontrar melhores condições de vida revelando o descontentamento com seu país.

Mármora (2004) alude que o principal direito das pessoas com relação à migração é o direito de não migrar. Toda pessoa tem direito a permanecer no lugar de origem e desenvolver-se plenamente em todas as áreas, sem necessidade de se deslocar para outro lugar. A falta de garantias dos direitos econômicos e sociais fundamentais acaba sendo causa de uma migração forçada, que se manifesta quando as pessoas não podem usufruir o direito à educação, saúde, trabalho, seguridade social, liberdade de expressão política e associação visando uma vida digna.

A decisão de deixar o país de origem é muito diferente daquela em que não há alternativa, definida como migração forçada, no entanto, ambos os casos envolverão um processo psicossocial relativamente complexo. Quem emigra na busca de reconstrução de vida, enfrenta um afastamento de suas redes sociais, familiar e de capital social existente. No novo país, o ponto de partida é zero, no qual é necessário construir novas redes e aprender, em muitos casos uma nova língua, novos valores e uma nova cultura (PÁEZ, 2015).

Buscando dar subsídios no que corresponde a decisão de migrar ou permanecer no país, irei apresentar relatos de uma viagem de observação para a Venezuela em agosto de 2019. Entretanto, esta não foi a primeira vez que viajei para o país vizinho. A construção da rodovia federal, BR-174 que liga Brasil a Venezuela proporcionou a travessia da fronteira entre esses dois países por muitos brasileiros/as, principalmente em direção à ilha turística de Margarita, que passou a ser um dos principais destinos para as férias de boa vistenses e manauaras que enfrentavam quilômetros de estrada para desfrutar do caribe venezuelano.

Na primeira ida à Venezuela em 2007 foi perceptível que as prateleiras dos comércios estavam muito bem abastecidas, onde realizei muitas compras, pois os preços eram bem melhores e mais em conta do que os praticados no Brasil. Na ocasião também conheci excelentes restaurantes, mas como uma turista e desconhecendo a história socioeconômica e política do país não suspeitei que um dia fosse realizar uma pesquisa sobre o intenso fluxo migratório de venezuelanos (as) para o Brasil.

Em 2019, doze anos após a primeira viagem, retornei à Venezuela, agora não somente na condição de turista, mas, realizando uma viagem de observação buscando através de um olhar “antropológico” aprofundar o entendimento sobre o fenômeno migratório venezuelano da contemporaneidade. Conhecer os processos que atravessavam na decisão de ficar ou partir, e se havia essa possibilidade de escolha a todos.

A presença *in loco* não era necessariamente imprescindível, mesmo em se tratando de um estudo com viés “antropológico”. Por outro lado, informações acessadas através do local de origem da emigração, poderia me ajudar compreender internamente os processos que o geravam. Realizar essa viagem contribuiu para compreender a dinâmica de vida dos venezuelanos (as) que por algum motivo resolveram permanecer e as suas estratégias de (sobre) vivência meio a uma crise que marca a recente história de um país que veio da abundância a escassez, com sua vasta riqueza natural.

Em agosto de 2019, desembarquei no aeroporto internacional *Simón Bolívar em La Guaira*, capital do Estado de Vargas, um dos principais portos venezuelanos. A viagem possibilitou reunir um material vasto e parte desse material estará sendo exposto ao longo do

trabalho. Fiquei hospedada na cidade de *Los Teques*, uma zona metropolitana a 20 km de distância de Caracas.

Na minha chegada passei pela capital do país, Caracas, e percebi que as ruas estavam tranquilas, apesar de ser uma noite de sexta-feira não havia congestionamento e nem muitas pessoas circulando. Perguntei aos anfitriões por que não havia muita movimentação e se havia “toque de recolher”. Eles responderam que devido à insegurança, a própria população decidiu pelo isolamento social.

Quando visitei o centro comercial de *Los Teques*, notei que havia muitas lojas fechadas e as que estavam abertas a maioria era para a venda de alimentos. Tudo podia ser pago em dólares, quando cheguei um dólar valia 12.500 mil bolívares depois de duas semanas quando retornaria ao Brasil um dólar estava custando 25.000 mil bolívares e as mercadorias aumentavam de preço de um dia para outro, apontando para a inflação que vivia o país.

Quando ia aos supermercados ou restaurantes, na tentativa de conversão dos preços dos produtos, principalmente alimentícios, percebia que se aproximavam com os cobrados no Brasil. Mas, devido a hiperinflação, a desvalorização da moeda e dos salários, o poder de compra da população venezuelana diminuiu bastante.

Em uma das idas ao centro de *Los Teques*, passei uma tarde em um salão de beleza, onde as mulheres faziam piadas com algumas situações, como a falta de água de todos os dias fazendo com que as clientes tivessem que lavar seus cabelos com a água armazenada em um tanque. A maioria das pessoas que entrevistei ou conversei informalmente tinha algum parente que migrou devido à crise instalada no país.

Quando tentava adentrar ao assunto político, falavam que já estavam cansadas e que não acreditavam em políticos seja de direita ou esquerda, pois o que o país precisava era de representantes que visassem o bem-estar de todos e não apenas seus próprios interesses. Soube que depois que voltei para o Brasil o referido salão fechou.

As duas semanas que fiquei na Venezuela foram muito dinâmicas. Conversei com alguns moradores do condomínio onde estava hospedada e a maioria relatou que precisava ter dois ou mais empregos para sobreviverem. A vizinha do apartamento era servidora do governo na área de administração e também estava trabalhando como taxista para complementar a renda. Outro vizinho, que já estava aposentado há anos como professor e que havia ido morar em uma zona rural, estava vendendo os produtos que cultivava, pois o salário proveniente da aposentadoria não dava mais para manter a família. Ele se emocionou muito em sua entrevista ao relatar que nunca imaginou passar por uma situação tão difícil.

Em um dos retornos para o condomínio, tomei um táxi. Logo o motorista percebeu que eu era uma “estrangeira” e ficou curioso em saber o que uma brasileira estava fazendo naquela cidade em um tempo difícil para o turismo no país. Expliquei a ele sobre minha pesquisa de doutorado. O taxista que também era médico comentou que naquele dia havia saído do plantão depois de fazer onze partos e recebendo um salário mensal de quatro dólares que naquela época equivalia a setenta e cinco mil soberanos, esse valor não conseguia alimentar a família nem por uma semana.

O médico (taxista eventualmente nas suas folgas da maternidade) se deslocava até a fronteira com a Colômbia para comprar mercadorias “produtos alimentícios” para revender. Enfatizou que trabalhava muito como médico e no tempo de folga deveria descansar, mas no seu caso isso não era possível, pois o que recebia não dava nem para a alimentação da família.

Várias outras pessoas apontavam para a falta no país de peças de reparos, quem precisasse trocar os pneus ou alguma peça do carro sentia dificuldades, alguns remédios principalmente para tratamento de doenças crônicas estavam em falta sendo comprado na Colômbia, o sistema de saúde estava colapsado e as pessoas tinham muito medo de adoecer.

Além da cidade de *Los Teques* no Estado Miranda, eu visitei outras cidades como Caracas (Distrito Federal), Valência e Puerto Cabello (Carabobo), com a finalidade de recolher impressões, conversas informais e entrevistas com pessoas de diferentes extratos sociais. Realizei o acompanhamento atento aos meios de comunicação venezuelanos tais como jornais, revistas e televisão. As entrevistas foram gravadas sendo algumas transcritas dando subsídio ao estudo e na compreensão da conjuntura contemporânea na Venezuela.

No deslocamento para a cidade de “*Puerto Cabello*” presenciei uma beleza natural exuberante, de montanha e mar. Trata-se de uma zona portuária muito importante para a economia e história do país, um dos maiores portos da Venezuela, localizada no estado de Carabobo a 56 km da capital Valência, e 210 km de Caracas. Seu centro histórico apresenta uma linda arquitetura colonial espanhola com casas coloridas e ruas de pedra e apesar de ser um lugar turístico a cidade estava praticamente vazia.

Na avenida beira mar paramos em um café com uma vista linda para o mar. O “*Boite Gouter Café*” um lugar bonito e aconchegante que tem como proprietária uma jovem venezuelana moradora de *Puerto Cabello* que manifestou seu ponto de vista de uma realidade dividida sobre o conflito de permanecer no país ou migrar.

Represento el Boite Gouter Café, mi empresa en Puerto Cabello. En relación con la inmigración ya no es valiente o que se queda o quién va, cada uno tiene su valor. Al emprender mi negocio, tuve la oportunidad de irme un par de veces del país durante

unos días y, por lo tanto, valoro a mis amigos que se han ido, ya que me di cuenta de que no es fácil. La decisión de permanecer es fuerte tiene que tener mucha paciencia y emocionalmente no es fácil, porque todos los días nos enfrentamos a las adversidades, superamos a uno y al día siguiente viene otra, por lo que no es muy simple. Un día, usted está abajo y otro amanecer optimista, luego reunirse con otras personas y ver que no es solo en el país y que no es el único que cree y quién no quiere ir. Hay personas que gracias a esta crisis han conocido su calidad y capacidad, a veces lloro mucho, pero gracias por una crisis que ha tomado lo mejor de mí y nosotros, como lo peor también porque hay personas que han hecho cosas muy locas... Las personas que han decidido ir también han aprendido mucho porque son culturas diferentes, diferentes formas de vida y necesitan adaptarse a una nueva realidad. De repente, aquí era un ingeniero o jefe de algo y en un lugar extraño tiene que lavar platos, es donde todos son iguales, ninguno será más importante que el otro... La crisis migratoria fue una enseñanza para todos a través del dolor de la separación de los que quedan. Pero todo sucede en la vida, es un ciclo, solo nos preguntamos cuándo terminará todo esto, pero es necesario seguir... Mi empresa es gracias a algunas personas que creyeron en mi potencial y me financiaron. Vengo mucho "bajo", mi madre vendió verduras en el puerto, vendí pastel en la playa y en la universidad... Estudié en la Universidad de Carabobo, soy un contador y abogado. Pero, no ejerco el derecho y la contabilidad significa que hago ejercicio, porque hago la contabilidad de mi negocio. También hago dulces; he estado trabajando desde que tenía 12 años y aquí estoy. Espero pagar a las personas que me ayudaron, esto no es fácil de conseguir, porque la inflación es un tema muy fluido en Venezuela, no le permitirá ver una luz ... Gracias por venir aquí en mi país y verlo directamente y no solo a través de las noticias. Aquí encontrará personas que creen que las cosas mejorarán y con las personas que comen desde la calle. Considero que hay varias realidades paralelas, creo que hay tres realidades. Hay aquellos que son muy malos, antes que fuera un trabajador y ahora los vea como indigentes, comiendo las sobras de la calle, mucha gente pasó y está experimentando dificultades para satisfacer las necesidades básicas. El tema de la salud también es muy delicado, muy serio, por lo que debe agradecerle todos los días si no se enferma porque recibe un medicamento aquí, incluso el más común es complicado. La otra realidad son las personas como yo que sigue creyendo incluso antes de todas las adversidades diarias. Hoy puedo ser feliz en otro momento llorando y, así que sigo como una montaña rusa de emoción, a veces quiero tirar la toalla, pero después de llegar aquí no me rendiré... Intento alimentarme, cuidar de mi salud, hago ejercicio, medito, veo el mar, trato de estar bien, este dentro es posible, tan poco es "uau", pero al menos no tenemos tantas dificultades como la primera realidad. Y el último es el que dices "uau", todavía hay personas que gastan mucho dinero, al menos en hoteles en Valencia, usted ve que la gente todos los fines de semana en una fiesta que está allí requiere mucho dinero y luego le preguntas usted mismo "uau" de donde toman? Debido a que yo mismo soy el dueño de mi propio negocio, tengo muchas restricciones y no me doy el lujo de comer una hamburguesa, y mucho menos sentarse en un bar y tomar una copa, por qué este gasto diante de nuestra economía es significativo. Te privas de muchas cosas mientras tienen los que pasan dinero fácil, esto es increíble... Estas tres realidades paralelas siempre han existido, pero hoy en día están más acentuadas en Venezuela. Es bueno que estés aquí porque de una manera o otra verás las tres realidades: las personas que son muy malas que parte el corazón, las que siguen adelante y las que no saben qué pasa "papá". ¿Por qué continúan manteniendo un alto nivel de vida? Lucho todos los días y no puedo tener muchas cosas que antes sí y ahora ya no más (Katy, 29 años, Contadora, Advogada e Empreendedora, Puerto Cabello, Carabobo Venezuela, entrevista em agosto de 2019).

Este relato é muito emblemático já que apresenta uma perspectiva ampla sobre a situação e a população venezuelana na escolha de permanecer no país ou da necessidade de migrar. Mas, também avança sobre as possíveis mudanças e potenciais que desenvolvem as pessoas, sejam na permanência ou na mobilidade.

O relato supramencionado aponta diferenças de aspectos levantados anteriormente sobre questões geopolíticas e sobre certos benefícios do chavismo ou pelo menos de intencionalidades dessa administração. Para a interlocutora a decisão de ficar é forte, pois a cada dia, adversidades são enfrentadas e superadas quando se reúne com outras pessoas e ver que não está sozinha no país e que não queira migrar. Considera que as pessoas que decidiram partir têm aprendido muito por que nos países de chegada, são culturas diferentes e modos de vida distintos. Para ela a crise migratória foi um ensinamento para todos através da dor da separação dos que se foram.

Considera também que há três realidades paralelas: os venezuelanos (as) que estão vivendo muito mal comendo as sobras da rua, passando dificuldades para suprir as necessidades básicas. A outra realidade são as pessoas que assim como ela continua acreditando na recuperação do país mesmo diante de todos os desafios diários e a última são as pessoas que continuam gastando muito dinheiro. Essas três realidades paralelas sempre existiram, entretanto acredita que ficaram mais acentuadas com o advento da visibilidade da crise instalada no país.

Os processos migratórios não são estáticos pelo contrário são dinâmicos, e há muitas idas e vindas. Assim, de um país de imigrante, a quem sempre acolheu de braços abertos e com as melhores disposições, a Venezuela da contemporaneidade se tornou um país de emigrantes. Experimentando um êxodo sem precedentes, absolutamente novo, em quantidade e em sua composição.

1.2 - Venezuelanos (as): imigrantes ou refugiados?

A foto de um menino afogado à beira de uma praia na Turquia em 2015 virou símbolo de uma tragédia humanitária. Aylan Kurdi era seu nome, ele tinha três anos. Essa imagem de uma criança inerte, cuja vida escapou das mãos dos pais numa travessia desesperada de refugiados tocou fundo na consciência de milhões de pessoas que nunca tinham ouvido falar de refugiados ou se preocupado em conhecer o drama e a tragédia dos migrantes forçados. Transmitida pelas redes sociais para o mundo, a foto do menino morto gerou indignação e colocou o tema dos refugiados no centro do mundo (RODRIGUES, 2019, P. 6).

O que é ser um refugiado? Vários estudiosos como Sassen (2015), Bauman (2017), Rodrigues (2019), Sartoretto (2018) dentre outros darão subsídio para a discussão sobre o alcance e a limitação dos instrumentos jurídicos internacionais sobre esse status. Regimentos que consideram todo refugiado como um migrante forçado, no entanto, nem toda migração forçada será considerada refúgio. Em resposta a pergunta acima, alguns diriam o que dispõe a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, de que:

“Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (ACNUR, 2011, P.11).

Entretanto, se considerarmos a realidade específica de cada região ou de cada continente, a definição de refugiado vai muito além da declarada nesse Estatuto. Compreender a migração tornou-se uma questão essencial, e passou a ocupar um lugar de destaque na agenda de discussão das ciências humanas e sociais, levando em consideração suas novas características, o crescimento do movimento e os problemas dele decorrentes.

Segundo Marinucci e Milesi (2006) as migrações internacionais, atualmente, mais que um fluxo naturalizado constitui um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário. A intensidade e a complexidade da mobilidade humana trazem sérias interrogações em relação a suas causas. Estamos diante de migrações “espontâneas” ou “compelidas”? Em muitos contextos migrantes e refugiados acabam embarcando da mesma forma em uma travessia em busca de uma garantia mínima da própria dignidade.

O que diferencia migrantes voluntários de migrantes forçados é a possibilidade de decidir migrar, e essa decisão é tomada sem a intervenção de fatores externos que a obriguem a realizar esse movimento e nesses casos cada país terá sua própria legislação que define a forma de ingresso e a necessidade de concessão de visto como condição para sua permanência no país. E tem aqueles que deixam seus países de maneira forçada e nessa categoria pode-se isolar um grupo ainda mais restrito, o dos “refugiados”.

A migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente, embora com frequência mude e por vezes reverta a direção, já que o nosso “modo de vida moderno” produz “pessoas redundantes”, localmente excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico. Ou, localmente intoleráveis, rejeitadas por conflitos e dissensões causados por transformações sociais ou políticas e subsequente lutas por poder (BAUMAN, 2017).

Apesar da tentativa de se estabelecer controle sobre um fenômeno que na história mostrou-se natural do ser humano, que migra em busca de novas oportunidades, por melhores condições de vida ou para salvar a própria vida, os fluxos alteram-se e os países sul-americanos que no passado foi uma região receptora de milhões de imigrantes europeus, na atualidade geram emigrantes.

Bauman (2017) menciona que do modo como as coisas estão e prometem continuar por muito tempo, é improvável que a migração em massa venha a se interromper. O que tem

acontecido nos últimos anos é um enorme salto no contingente de refugiados e de pessoas em busca de asilo. Acrescentando-se ao volume total de migrantes que já batiam às portas dos países europeus, salto causado pelo número cada vez maior de Estados “afundando” ou já submerso, ou de territórios sem Estado, e, portanto, sem leis, palco de guerra, assassinatos e de um banditismo permanente do tipo salve-se quem puder.

Sassen (2015) demonstra diferentes formas de expulsões relacionadas aos impactos sociais, econômicos e ambientais. Aponta para um novo tipo de refugiados, produzidos por uma forma particular de “desenvolvimento econômico”, que desloca milhares de pessoas do campo para as cidades, local onde eles possam se dispersar em forma de uma grande favela e alguns, eventualmente, vão além de uma migração interna tentando se deslocar para outros países.

Entretanto, Sassen (2015) sinaliza que ainda não há nenhum regime que reconheça essas múltiplas formas de deslocamentos, onde as pessoas são muitas vezes forçadas a sair, mas, sendo vistas apenas como migrantes. Entretanto, em inúmeras situações, não podem ser consideradas somente migrantes, mas, o que se pode denominar de refugiados econômicos. Não é imigração é expulsão, não é simplesmente ser pobre, mas, está com fome. Para a Saskia Sassen novos conceitos são necessários para capturar a complexidade dos diversos deslocamentos que ocorre no mundo. O conceito de expulsão é direto e forte e nos obriga a levar muito a sério o que está acontecendo.

Bauman (2017, p.12) aponta que o fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária, onde são compelidos a abandonar suas casas e propriedades, acrescentaram-se ao fluxo constante dos chamados “migrantes econômicos”, estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a “grama é verde”, de sair de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades.

Apesar de, historicamente, ter-se buscado estabelecer linhas divisórias entre migrantes e refugiados, ou entre o que tradicionalmente se tem chamado de “migração voluntária” e “migração forçada”, o certo é que do ponto de vista dos direitos humanos é necessário abordar tais problemáticas a partir de um enfoque de direitos e da avaliação de suas necessidades de proteção.

De acordo com Rodrigues (2019) a migração forçada aos poucos foi sendo regulada pelo direito internacional. Porém, foi durante a Segunda Guerra Mundial que as sociedades ocidentais se convenceram da importância de criar uma proteção universal às pessoas perseguidas por razões específicas. Não podemos nos esquecer do caso de milhares de judeus que fugiram da Alemanha e se refugiaram em outros países. Estima-se que mais de seis milhões

foram mortos durante o governo de *Adolf Hitler*, fato conhecido como *holocausto*. O genocídio de milhares de judeus, postos em condições sub-humanas e mortos em câmara de gás nos campos de concentração gerou uma enorme comoção mundial.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, estabeleceram que os direitos humanos devessem prevalecer em qualquer circunstância, e que todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, a ter opinião política e uma nacionalidade, entre diversos direitos fundamentais que passaram a ser internacionalmente reconhecidos.

Dessa maneira, sentiu-se a necessidade de um novo instrumento internacional que definisse a condição jurídica dos refugiados. Ao invés de formular acordos *ad hoc*, que define algo provisório, atendendo apenas determinado propósito, no caso para situações específicas, optou-se por um instrumento único contendo a definição geral das pessoas que deveriam ser consideradas como refugiadas. A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados entrou em vigor em abril de 1954, foi denominada “Convenção de Genebra de 1951” devido às discussões para sua elaboração terem começado nesse ano (ACNUR, 2011).

Com a aprovação desse Estatuto, criado na forma de um tratado internacional foi definido quem poderia ser considerado refugiado e tornando-se obrigatório para todos os países signatários. Baseado nesse documento era permitido ao migrante forçado ingressar no território de outro país sem pedir autorização e mesmo sem passaporte, visto, ou qualquer outro documento. Até dezembro de 2016, cerca de 150 países faziam parte dessa Convenção dentre eles o Brasil.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também criou uma agência que cuidasse especificamente das questões de refúgio e, em 1949, foi estabelecido, com um mandato de três anos, o Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas para Refugiados, o ACNUR. A comunidade internacional imaginava que a questão dos refugiados seria localizada e passageira e que as instituições e instrumentos adotados para a proteção dessas pessoas iriam ter um tempo de atuação relativamente curto.

O tempo mostrou que esse pensamento não poderia estar mais longe da realidade. O ACNUR teve seu mandato sucessivamente renovado, em função das necessidades de proteção crescentes, que emergiram nas décadas seguintes à sua criação, até que se tornou uma agência permanente (SARTORETTO, 2018). A partir desse marco regulatório, entra em vigor o direito internacional dos refugiados apresentando duas questões essenciais, primeiro a proteção internacional que garante o acolhimento e a impossibilidade de deportação, e segundo soluções duradouras como a repatriação voluntária, integração local e reassentamento.

Segundo Rodrigues (2019) a prioridade é a repatriação voluntária, porém na maioria das vezes isso não é possível, pelo menos não em curto prazo, mas depois de anos ou décadas do evento que provocaram a sua fuga. A integração local busca que o país acolhedor possa oferecer condições dignas para que o refugiado e seus familiares reconstruam suas vidas nesse novo local. No que corresponde ao reassentamento trata-se de a possibilidade do refugiado mudar para outro país de segundo acolhimento, de melhor adaptação e de menor risco, tudo isso com o apoio do ACNUR.

A repatriação voluntária também depende da vontade do refugiado, pois, depois de anos vivendo fora de seu país de origem, e tendo se adaptado e, muitas vezes, constituído família em outro país, a pessoa refugiada pode não ter mais vontade de retornar. E essa decisão deverá ser respeitada pelo o ACNUR e os países de acolhimento, pois é garantido pelo Direito Internacional dos Refugiados.

Os países signatários da Convenção de Genebra de 1951 tem a obrigação de criar as condições para acolher e oferecer proteção aos refugiados, sendo necessário que a pessoa ingresse no território e solicite refúgio, ou seja, não é possível pedir refúgio fora do país de acolhida.

Em 1967, foi editado o Protocolo de Nova York como um complemento legal à Convenção de 1951. Sua característica principal foi à eliminação das limitações temporais e geográficas para o reconhecimento do status de refugiado. Antes disso, apenas poderiam ser reconhecidos pessoas oriundas da Europa e por acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Contudo, apesar dos avanços conquistados, a definição de refugiado prevista nesses instrumentos internacionais não corresponde às necessidades dos indivíduos que se refugiam no contexto atual (RAMOS, 2011; SARTORETTO, 2018).

A definição clássica de refugiado apresenta lacunas, entretanto, tentar ampliá-la se torna muito difícil, visto ter muitos interesses em jogo, principalmente de países que querem limitar o ingresso de solicitantes de refúgio em seu território. A imigração é tema que faz parte da geopolítica, das relações de poder e de controle das fronteiras. Sartoretto (2018) expõe que mesmo não representando as necessidades dos deslocamentos forçados atuais, a definição de refugiado prevista nos tratados internacionais ainda vigora em termos universais.

Diante disso, alguns países da África e América Latina alargaram essa definição através de mecanismos que trouxeram novos parâmetros ao conceito de proteção aos refugiados. Nasceram assim a Convenção Africana em 1969 e a Declaração de Cartagena em 1984 que se preocuparam em atacar a visão eurocêntrica e restrita da definição de refugiado.

A África, em meio ao seu processo de descolonização, se preocupou em elaborar uma convenção que abarcasse as realidades dos fluxos forçados no contexto africano. Em 1969 passou a vigorar em todo o continente a Convenção Africana dos Refugiados, ampliando a definição e contemplando aspectos específicos. Sartoretto (2018) enfatiza que a Convenção Africana ecoou na América Latina marcada por um passado de imperialismo e exploração.

A década de 1980 marca o início das tratativas latino-americanas para a elaboração do seu próprio instrumento regional de proteção aos refugiados. A eclosão de diversos regimes ditatoriais na América Latina, principalmente na década de 1970, foi fundamental para o aparecimento de um grande número de refugiados na região. O Sistema Interamericano de Asilo em vigor não se mostrou mecanismo adequado para lidar com essa situação. A proteção prevista no Estatuto do Refugiado de 1951 era também limitada e rígida e não englobava as complexas causas de deslocamentos latino-americanos (SARTORETTO, 2018).

Por conseguinte, verificou-se a necessidade de se buscar uma resposta comum em âmbito regional para tal fluxo. Dessa maneira, um grupo de membros dos governos de países latino-americanos, especialistas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e de acadêmicos reuniram-se na cidade colombiana de Cartagena das Índias para discutir o problema do deslocamento forçado e criar um instrumento jurídico que atendesse a realidade desse continente.

O encontro culminou com um documento chamado, Declaração de Cartagena. Foi estabelecido que na definição de refugiado além de conter os elementos da Convenção de Genebra de 1951 e do Protocolo de Nova Iorque de 1967, deveria contemplar também como refugiados as pessoas que tinham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tinham sido ameaçadas pela violência generalizada, os conflitos internos e a violação dos direitos humanos (JUBILUT; MADUREIRA, 2014; RAMOS, 2011; RODRIGUES, 2019).

A Declaração de Cartagena foi implementada seguindo uma previsão de atualizações decenais, por ser um instrumento que visava atender às necessidades de proteção em função das causas de deslocamento à época de sua formulação, mas, também possibilitar o enfrentamento de problemas que pudessem surgir no futuro. Assim, os processos revisionais visam manter o instrumento dinâmico estando sempre adequado às necessidades de proteção (SARTORETTO, 2018).

A partir desse marco o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) promove a cada dez anos desde 1984 encontros para debater problemas e prioridades sobre o tema “refugiado”. Assim, houve “Cartagena+10” em 1994 na Costa Rica, “Cartagena+20” em 2004 no México e “Cartagena+30” em 2014 no Brasil. Segundo Rodrigues

(2019) em cada uma dessas reuniões é elaborada uma declaração e um plano de ação para serem cumpridos durante os intervalos dos encontros.

No Brasil em 1997, influenciado pelo processo da Declaração de Cartagena foi editada a Lei nº 9.474, disciplinando o Estatuto do Refugiado, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa legislação possui uma definição ampliada de refúgio incorporando os conceitos da Convenção de Genebra 1951, do Protocolo de Nova Iorque de 1967 e aspectos da Declaração de Cartagena e foi incorporada ao ordenamento jurídico interno (BARRETO; LEÃO, 2009).

Bógus; Mazine (2015) assinalam que a Lei nº 9.474/97 além de estabelecer critérios e procedimentos para a obtenção e cassação do refúgio, direitos e deveres dos refugiados, também institucionalizou um órgão específico ligado ao Ministério da Justiça para decidir o status de refugiado aos solicitantes. A instituição criada para esse fim foi o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) um órgão deliberativo coletivo, tripartite, interministerial, com representantes do governo, da sociedade civil e da comunidade internacional.

Compete ao CONARE analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância da condição de refugiado, bem como decidir pela cessação e perda, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

Quando um indivíduo chega ao Brasil buscando refúgio primeiramente precisa se apresentar no setor de migração da Polícia Federal para os encaminhamentos necessários. A análise *prima facie* se dará com base nas declarações do solicitante de refúgio e em possíveis documentos que tenham no momento da solicitação, entretanto, a falta de documentos não implicará no indeferimento do pedido.

Imigrantes e Refugiados são titulares não apenas de seus direitos humanos básicos, mas, dependendo das razões que o levaram a migrar, podem ter necessidade de assistências adicionais específicas. Atualmente há um crescente fenômeno denominado de fluxos migratórios mistos, quando imigrantes e refugiados estão juntos em um grupo, sendo as diferenças geralmente difíceis de serem percebidas no momento. No entanto, perceber as diferenças é vital para dar respostas adequadas às necessidades e direitos, respeitando a especificidade de cada um (BINGHAM, 2010; MURILLO, 2008).

Jubilut e Apolinário (2010) notam que, em razão da segurança nacional, restrições à migração têm sido adotadas pelos estados, isso faz que algumas pessoas, consideradas

migrantes econômicos, busquem a solicitação de refúgio como uma estratégia para obter a regularidade de sua entrada e permanência no país de destino. Naturalmente, isso acontece em razão da maior proteção proporcionada por esse status jurídico.

Essa opção, contudo, acaba gerando mais insegurança. O desafio de proteção aos migrantes forçados que não são protegidos pelo Direito Internacional dos Refugiados impacta não somente na sua proteção como também na proteção dos solicitantes de refúgio e refugiados. Isto em razão de, sendo a única forma obrigatória de proteção em caso de migração forçada, o instituto do refúgio passa a ser acionado em situações em que pelos seus limites conceituais não seria possível aplicá-lo.

Ou seja, o uso desmedido do instituto do refúgio por migrantes forçados desguarnecidos de proteção, contribui para questionamentos desse instituto. Silva e Abrahão (2018) frisam que com essa afirmação, não se pretende, de forma alguma, defender o desamparo aos migrantes forçados, pelo contrário, o que se propõe é a discussão da falta de proteção específica e pré-definidas dessa categoria de migrantes que também se encontram extremamente vulneráveis.

O imigrante é tratado como “o outro”, que ao se deslocar no espaço e chegar num outro território é visto como “estranho”. O imigrante quando chega, pode estar de passagem ou querer ficar, mas essa sua movimentação através das fronteiras é olhada com desconfiança pelo Estado-Nação. Como bem observa Seyferth:

O estrangeiro, em particular o imigrante que se estabelece num outro país sujeito a legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho, de diferente, aparece muitas vezes associada a risco imponderável nos discursos políticos de apelo nacionalista (SEYFERTH, 2008, p. 1).

Não há uma definição jurídica da palavra “migrante”. Em geral, na legislação doméstica dos Estados, referência é feita somente a “estrangeiros” e o seu direito de entrar, permanecer e trabalhar. Sayad (1998) faz a distinção entre esses dois grupos evidenciando que,

“Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se “estrangeiro” é a definição jurídica de um estatuto, “imigrante” é antes de tudo uma condição social” (SAYAD, 1998, p. 244).

Para Sayad (1998), pode-se dizer que o mundo está dividido em dois: de um lado, um mundo dominante (economia hegemônica) que produziria apenas turistas, e todo o estrangeiro desse mundo poderoso, mesmo se residir no estrangeiro por toda sua vida seria tratado com o

respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro”. De outro lado, um mundo dominado (economias dependentes) que só forneceria imigrantes, e todo o estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou o tempo atribuído aos turistas, é considerado como imigrante.

Considerando a tensão existente entre as categorias imigrantes e refugiados, exigindo adequações nos regimentos e demandando ampliações do conceito de refúgio, Rossa, Menezes (2018) apontam que novos conceitos surgiram em discursos institucionais e acadêmicos prevendo situações de pessoas em situação análoga ao refúgio e despontando em novas modalidades, como exemplo, a “migração por sobrevivência”.

Alexander Betts cria o termo “migrante por sobrevivência” para classificar novos fluxos de migração forçada que necessitam de proteção internacional, mas estão excluídos do instituto do Refúgio. Betts (2013) diz que a fragilidade do Estado representa um desafio para o regime de refugiados. Em vez de apenas enfatizar a necessidade de proteger as pessoas que fogem dos atos desse agente de poder, contra sua própria população, também, exige a proteção das pessoas que fogem das omissões dos Estados, seja por falta de vontade política ou por sua incapacidade de prover aos cidadãos seus direitos fundamentais.

A consequência é milhares de pessoas que se sentem forçadas a cruzar as fronteiras internacionais e não se enquadram nas categorias estabelecidas na Convenção de Genebra de 1951. Pois, fogem da privação de direitos humanos, fogem de Estados frágeis ou falidos, se parecendo muito com refugiados e, no entanto, a maioria não se inclui na definição regulamentada tendo sua proteção negada. Mesmo, que não estejam fugindo da perseguição do Estado, estão fugindo da sua incompetência.

Para Betts (2013) da perspectiva de um indivíduo, não faz diferença se a fonte de privação de direitos humanos vem de um Estado perseguidor ou de outra fonte. Se não se pode sobreviver ou manter as condições fundamentais da dignidade humana sem sair de um país, não faz sentido distinguir entre perseguição e outras causas. A sua abordagem foi importante para entendermos que os Estados não possuem ou não querem se valer de mecanismos que resguardem todas as migrações forçadas. Preferindo, em vez disso, classificar apenas alguns destes deslocamentos como forçados, nomeando outros como espontâneos.

Além disso, quando grandes fluxos migratórios não incluídos no instituto do refúgio surgem dentro de seus territórios, o Estado muitas vezes opta discricionariamente por uma medida complementar e precária. Dessa forma, aqueles chamados por Betts (2013) de “migrantes por sobrevivência”, ficam extremamente vulneráveis. O indicado é a adoção de um regimento flexível que comporte as demandas atuais de migração forçada e os possíveis novos

fluxos, já que estes tendem a mudar ao longo do tempo, apresentando motivos diversos para o deslocamento.

Na cena contemporânea chamamos atenção para a imigração venezuelana, que mostrou ao mundo as características de uma crise humanitária de grandes proporções e relevância, demandando ações urgentes. Trata-se de uma migração inesperada e complexa, tanto pelo número de migrantes que saem diariamente do país, quanto pelas características e condições daqueles que são impelidos pela crise a abandonar suas casas e famílias.

Em 2015 foram cerca de 700 mil saídas de venezuelanos, em 2019 esse número disparou para mais de 4 milhões chegando até meados de 2021 aproximadamente a 5,7 milhões pelo o mundo e deste total 4,6 milhões estão na América Latina e Caribe. Os países latino-americanos foram os que receberam a vasta maioria dos venezuelanos, com destaque para a Colômbia, seguida do Peru, Equador, Chile, Brasil, Argentina e Uruguai. O México e os países da América Central também receberam um número significativo de imigrantes (ACNUR, 2019; R4V, 2021).

Apresentaremos um panorama sobre a proteção oferecida pelos países da América Latina aos imigrantes venezuelanos (as). A regulamentação migratória é essencial aos que decidem cruzar as fronteiras inclusive para acesso a direitos específicos e de serviços, com risco de aumentar a vulnerabilidade caso isso não ocorra adequadamente. A questão que se coloca em face da migração forçada dos venezuelanos (as) é sobre de que forma será feita tal regulamentação, se será reconhecido o status de refugiados ou se haverá mecanismos de proteção complementar.

Para Jubilut e Fernandes (2018) a medida mais adequada seria o de reconhecimento do status de refugiados, uma vez que, por um lado há situações de fundado temor de perseguição individual em função de opinião política ou pertencimento a grupo social, e por outro há a possibilidade de reconhecimento em função de grave e generalizada violação dos direitos humanos. Mas, mesmo com o reconhecimento da comunidade internacional da existência de violações de direitos humanos, a proteção aos migrantes forçados pelos Estados latino-americanos apresentou sérios problemas.

Identificamos uma preferência por mecanismos de proteção complementar como meio de regulamentação migratória. Se, por um lado tais medidas possam ser mais ágeis e em alguns casos mais simplificados que os procedimentos para a determinação do status de refugiados, por outro lado, podem ser vistos como uma maneira dos Estados diminuírem suas responsabilidades. Visto que, o Direito Internacional dos Refugiados traz deveres mais amplos em termos de proteção a migrantes forçados.

O México é um dos poucos países que havia proferido decisões de reconhecimento de venezuelanos como refugiados nos termos da Declaração de Cartagena. Segundo Jubilit e Fernandes (2018) das 912 solicitações, em 2017, 907 venezuelanos receberam status de refugiados. Entretanto, com o aumento do fluxo foram criadas algumas barreiras pelo país mexicano nos anos subsequentes. De acordo com dados da R4V (2021) até setembro de 2021, o México recebeu 102,2 mil venezuelanos.

Em novembro de 2021 saiu na notícia²⁶ de que o México buscava conter onda de imigrantes venezuelanos a pedido dos Estados Unidos. Autoridades mexicanas estudavam a possibilidade de estabelecer requisitos mais rígidos para conter a onda da imigração venezuelana que chegavam ao país como uma ponte para os Estados Unidos. Essa decisão seria influenciada em parte pelo pedido de Washington após o aumento das prisões de imigrantes venezuelanos na fronteira.

Embora, atualmente nenhum visto seja necessário para entrar no México, o país está avaliando o estabelecimento de algumas medidas como fizeram países da América do Sul, tais como Chile, Peru e Equador, onde a entrada de nacionais venezuelanos era restrita caso eles não tivessem um visto.

De acordo com dados do Aeroporto Internacional de Cancun, 35% dos passageiros que chegavam da Venezuela ficavam, não voltavam para Caracas. Em relação a esse dado sobre os voos que retornavam para Caracas quase vazio, foi também presenciado isso aqui em Manaus. Quando viajei em uma companhia aérea venezuelana “Avior” para Caracas em agosto de 2019 apesar de no dia que comprei as passagens ter sido avisada que havia apenas dois assentos disponíveis, esse voo chegou a Caracas quase vazio.

Haviam dois voos semanais de Caracas-Manaus-Caracas que segundo o gerente da companhia quando saíam de Caracas vinha com seus assentos todos ocupados o que não acontecia com os voos que saíam de Manaus para Venezuela. Ou seja, a grande maioria não retornava na data marcada, e diariamente poderíamos encontrar no aeroporto Internacional Eduardo Gomes entre quinze a vinte imigrantes em trânsito para Argentina, Uruguai, Chile tendo Manaus como lugar de passagem. Durante meu voo para Caracas, dos 108 assentos apenas 30 estavam ocupados.

No aeroporto de Manaus conversei com um jovem médico e um engenheiro agrônomo ambos venezuelanos que iriam respectivamente para Buenos Aires e Córdoba na Argentina. Já estavam com trabalhos garantidos nesse país através da rede de amigos que já se encontravam

²⁶ Ver em <https://talcualdigital.com/mexico-busca-frenar-oleada-de-migrantes-venezolanos-ante-peticiones-de-eeuu/> acesso em 08 de janeiro de 2021.

lá. Perguntei ao médico o porquê de demorar tanto decidir migrar e ele respondeu que precisou ser forte e contar com o apoio dos familiares para terminar o curso de medicina e fazer mais um ano de estágio e conseguir seu diploma ficando apto a exercer a medicina.

O engenheiro agrônomo relatou que acreditava que os imigrantes que ficam na rua como pedintes são os que partiram desesperados, e que ele não sairia de seu país para ficar nas ruas pedindo esmola, nesse momento o médico interveio e disse que não poderiam julgar essas pessoas, pois desconheciam suas realidades e deveriam considerar que muitos fugiam da fome. Essas conversas me fizeram pensar se existiam perfis diferentes de imigrantes, quem eram os que se deslocam para o Brasil seriam os mais vulneráveis socioeconomicamente.

Com a pandemia, a imigração de venezuelanos para os Estados Unidos (EUA) bateu recorde. Só em maio de 2021, 7.484 venezuelanos (as) foram interceptados cruzando a fronteira do México com os Estados Unidos, segundo a patrulha de fronteira norte-americana. Ao todo, cerca de 17.306 venezuelanos cruzaram a fronteira sul dos EUA de forma indocumentada desde janeiro de 2021. No entanto, eles já deixaram a Venezuela há anos e estavam vivendo em outros países. Mas, com a crise em consequência do descontrole da pandemia da covid-19 na América Latina, os imigrantes venezuelanos buscaram se realocar (PODER360, 2021)²⁷.

Países como Colômbia, Peru, Equador e Brasil adotaram práticas de concessão de proteção complementar aos imigrantes venezuelanos (as). Essa proteção pode ser concretizada por instrumentos como vistos humanitários e residência temporária. Mecanismos destinados e efetivados para vários grupos de migrantes que não possuem proteção específicas tais como: os deslocados ambientais, migrantes econômicos ou de sobrevivência, dentre outros.

No caso da Colômbia foi aplicada uma política de atribuição de visto especial para permanência temporária dos venezuelanos (as). No Peru, a regularização foi através do estabelecimento pelo governo de um permissão temporal, contudo, apenas para aqueles que adentraram de maneira regular, isso deixou muitos imigrantes venezuelanos sem status migratório pelo fato do país requerer o passaporte válido para entrada legalmente no território (JUBILUT; FERNANDES, 2018).

Posteriormente, em junho de 2019, o Peru passou a exigir um “visto humanitário”, além, do passaporte válido, alegando razões de segurança após a chegada de 800 mil imigrantes no país. Os venezuelanos (as) poderiam solicitar o visto humanitário nos consulados do Peru em Caracas e em Puerto Ordaz. De maneira excepcional, o governo peruano, permitiu que a

²⁷ Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/internacional/com-piora-da-pandemia-migracao-de-venezuelanos-para-os-eua-bate-recorde/>)

tramitação dos vistos pudesse ser realizada também nos consulados de Bogotá, Medellín e Leticia na Colômbia, no consulado do distrito de Cuenca no Peru e nas cidades de Guayaquil e Quito no Equador.

Em relação ao processo de migração para o Peru, o médico e taxista venezuelano, em sua entrevista realizada em agosto de 2019 na cidade de *Los Teques*, relatou sua experiência na embaixada peruana em Caracas.

Tenía planes de ir a Perú, mi esposa, que es maestra de niños autistas y con síndrome de down, recibió allí una oferta de trabajo, pero sus documentos universitarios no estaban listos y no fue posible ir. Ahora están solicitando una visa humanitaria para ingresar al país. Fui a la embajada del Perú en Caracas y la cola era enorme para sacar esa visa, solo atendían a treinta personas al día, no me podían atender. No puedo ir a la Capital todos los días a buscar este servicio, ya que necesito trabajar duro para mantener a mi familia. Ahora estamos haciendo algunos ajustes a la migración. Tenemos a Colombia como proyecto, ya que no tenemos muchos recursos económicos para ir a otra parte. Aunque tenemos a Brasil como país hermano, el idioma es un problema, ya que como médico cómo voy a asistir y entender a un paciente, porque, más que recetar un medicamento, tendré que hacer un buen interrogatorio para poder hacer un diagnóstico. Ya tengo en mis manos mis títulos, carta de recomendación, pero me falta un sello que está programado para noviembre (Perdono, 39, médico, Los Teques, Venezuela, entrevista em agosto de 2019).

No que corresponde ao processo migratório para a Colômbia, Mejía e Quintero (2018) enfatizam que o número significativo de venezuelanos (as) que cruzam a fronteira pode ser explicado pelo passado em comum desses dois países. Antes os fluxos majoritários ocorriam principalmente de colombianos para a Venezuela, estimulados pela bonança do petróleo e pela violência sofrida no lado da Colômbia. No entanto, à medida que as condições foram piorando, uma dinâmica inversa começou a ser vista e a partir daí o número de migrantes venezuelanos aumentou exponencialmente.

A migração venezuelana correspondeu inicialmente ao retorno dos colombianos e de sua segunda e terceiras gerações, que possui também a nacionalidade colombiana, com a qual entram e passam despercebidos. O volume dessa população pode ser considerado alto, devido à existência de redes de apoio maiores no país vizinho.

Em 2017 iniciou-se o processo de emissão do Cartão de Mobilidade Fronteiriço, com o objetivo de identificar a população que transitava na fronteira. Até 2018 foram emitidos 1.624.915 cartões, além disso, foram adotadas medidas complementares, como as diretrizes para o registro extemporâneo no registro civil de filhos de colombianos nascidos na Venezuela e a simplificação do sistema de vistos.

Iniciou-se na Colômbia a regularização migratória de nacionais venezuelanos, ao autorizar a emissão de uma Licença Especial de Permanência aos inscritos, válido por 90 dias

e prorrogável por igual período, até dois anos e autorização para o exercício de qualquer atividade ou trabalho jurídico. Mejía e Quintero (2018) chamam a atenção para o número expressivo de cadastros de mulheres grávidas venezuelanas no Registro Administrativo de Migrantes Venezuelanos na Colômbia (RAMV).

Esse fato representava um risco de apatridia²⁸ de grande magnitude, pelo menos temporário, visto que seus registros como venezuelanas apresentaram dificuldades na regularização e a Colômbia estava negando a nacionalidade colombiana a crianças de pai e mãe venezuelanos nascidas no país, com o argumento de que não cumpriam a condição constitucional de que “um de seus pais fosse domiciliado na República no momento do nascimento”, posto que, o entendimento era que deviam estar em uma total condição regular.

Sobre essa situação de risco de apatridia dos filhos de mulheres venezuelanas em situação migratória ainda não regularizada na Colômbia, o Cônsul colombiano convidado a participar em junho de 2018 da mesa-redonda intitulada: “Refugiados no Amazonas desafios às políticas públicas”, evento que ocorreu na Universidade Federal do Amazonas com realização do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia - GEMA e Pastoral do Migrante de Manaus, o Cônsul se manifestou sobre essa situação de apátrida.

Declarou que estavam em um impasse sobre a nacionalidade dessas crianças de pais venezuelanos em situação irregular no país. Visto que, tanto a Venezuela como a Colômbia baseada em suas leis, estavam negando a nacionalidade às crianças nascidos em território colombiano. Situação que foi resolvida posteriormente com o reconhecimento pela Colômbia dessas crianças.

Outra demanda que merece atenção é de venezuelanos (as) em trânsito para outros países. Mejía e Quintero (2018) apontam que durante os primeiros meses de 2018, 675.716 venezuelanos (as) deixaram a Colômbia para outros países que não a Venezuela, principalmente por via terrestre, por exemplo, para o Equador, Peru e Chile. Também pode acontecer que muitos migrantes venezuelanos migram para Colômbia como lugar de passagem e logo ingressar em grandes caravanas que se dirigem por América Central a México para logo ingressar nos Estados Unidos.

Dados da R4V (2021) sobre a presença de imigrantes e refugiados venezuelanos (as) na América Latina e no caribe até setembro de 2021 apontam que na Colômbia havia 1,7 milhões;

²⁸ Apátridas são todos os homens e mulheres que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacionais, seja porque não há um consenso sobre qual Estado deve reconhecer a cidadania dessas pessoas.

Peru 1 milhão; Chile 457.3 mil; Equador 451.1 mil e Brasil possuía o número de 261.4 mil imigrantes e refugiados venezuelanos (as) em seu território.

A imigração venezuelana comprometeu a solidariedade de alguns países das regiões vizinhas, que endureceram as condições para atravessar suas fronteiras. Equador também começou a exigir o “visto” a partir de agosto de 2019. Argumentou a garantia de uma imigração segura e uma ajuda adequada aos imigrantes venezuelanos (as) registrados no país. Antes podiam entrar apresentando documentos de identidade, mas, desde esta medida precisavam de um visto.

Para obter essa permissão era preciso fazer um trâmite através dos consulados. O visto não era pago, mas o trâmite custava 50 dólares, uma quantia alta para os venezuelanos (as) que se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade social. Passaportes vencidos eram aceitos até cinco anos no máximo e se exigia um certificado de antecedentes criminais autenticado, legalizado e validado pelas autoridades venezuelanas (EL PAÍS INTERNACIONAL, 2019).

Verônica da família “Monagas” relatou que seu irmão, com a esposa e filhos migraram para o Equador ainda em 2015, e sempre a convida juntamente com sua filha e sua mãe para migrarem para este país. Entretanto, Verônica afirma que lá a regularização migratória continua sendo paga ao contrário do Brasil que é garantido a isenção para quem declarar hipossuficiência.

Segundo Verônica no Equador tem muitas ONGs que assistem aos imigrantes, e que após análise das condições socioeconômica auxilia no pagamento das taxas cobradas a residência no país, ou seja, até o momento não havia nenhum tipo de programa governamental como a “Operação Acolhida” no Brasil. Ela tem dúvidas se irá para este país quando terminar o doutorado e considera que em termos de acolhimento, pelo menos no que corresponde a regularização dos documentos, o Brasil está mais avançado do que os outros países sul-americanos.

Acredito que há uma tendência que mostra o itinerário dos imigrantes num tipo de progressão geométrica (em direção ao sul), e em termos de poder ou não escolher novos territórios. Podemos identificar três tipos de trajetos: 1º trajeto - nas cidades de Pacaraima e Boa vista (de xenofobia e mendicância), na cidade de Manaus e outros Estados brasileiros (de diferentes situações socioeconômicas), em países como Argentina, Chile e Uruguai (de formalização no mercado laboral); 2º trajeto - na fronteira com Colômbia (conflitiva em termos de segurança, grupos paramilitares de extermínio); e 3º trajeto - Equador e Peru (conflitiva em termos de travas migratórias impostas pelos estados receptores).

No Brasil, a primeira situação de proteção complementar foi concedida aos haitianos que adentraram ao país a partir de 2010 recebendo o “visto humanitário” e aos venezuelanos em 2017 foi dada a possibilidade de “residência temporária” através de uma Resolução Normativa emitida pelo Conselho Nacional de Imigração.

Na fronteira com o Brasil, em Pacaraima, muitos venezuelanos ao ingressarem no país solicitavam o status de refugiados alegando violação de direitos humanos no país de origem, essa condição os preservava do risco de serem deportados. É fundamental considerar o conceito de refugiados além do status normativo ou legal, também como estratégia para ingressar e/ou permanecer em outra nação.

Diana e Allan, casal da família “Carabobo” que também terão suas trajetórias de vida apresentadas no terceiro capítulo desta tese relataram que ao adentrarem ao Brasil pela primeira vez, perceberam que os venezuelanos solicitavam refúgio para ter direitos a documentos onde poderiam ter acesso aos serviços públicos e ao mercado de trabalho. O casal assim, como os demais conterrâneos após os quinze concedidos inicialmente como turistas compareceram ao posto da Polícia Federal em Manaus solicitando o protocolo de refúgio.

O Sr. Ramon tio de Allan ao adentrar ao Brasil também protocolou uma solicitação de refúgio. Com esse protocolo de refúgio de um ano foi possível tirar sua Carteira de Trabalho, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), colocar todas suas vacinas em dia. Por outro lado, demonstrou desconhecer a definição do que seja um refugiado, pois em sua entrevista afirmou que caso resolvesse retornar ao Brasil, já possuía todos os documentos, a sua “regularização migratória”. Nessa sua afirmação se percebe o desconhecimento sobre a proibição de deixar o país que o acolheu e concedeu refúgio.

Rossa e Menezes (2018) questionam se é possível reprovar o uso do status de refugiado como estratégia de agência pessoal, quando temos uma situação na realidade em que os Estados não somente enrijecem as políticas migratórias impossibilitando a mobilidade e expondo as pessoas a riscos pelo uso de rotas perigosas. Frente a esses elementos conjunturais, temos a análise do deslocamento de venezuelanos que ilustra bem a dificuldade em categorizar essas pessoas.

Abordaremos o Brasil como receptor da migração internacional venezuelana no segundo capítulo desta tese. Daremos ênfase para esse fenômeno que teve como porta de entrada a fronteira com o Estado de Roraima, onde foram protocolados inúmeros pedidos de refúgio junto ao departamento de migração da Polícia Federal brasileira colocando aos governantes locais e aos órgãos de proteção nacionais e internacionais um desafio no sentido

de identificar e desenvolver estratégias de proteção adequadas à situação e em sintonia com a normativa legal existente.

1.4 - Considerações do primeiro capítulo

Nos estudos de percursos migratórios, há uma tendência de situar-se apenas no país receptor apontando para os contrastes sociais, econômicos e culturais, entretanto, sentimos a importância de focarmos também o país emissor na pesquisa e as causas que provocaram a saída de milhares de pessoas. Dessa maneira, para compreendermos as crises da Venezuela, foi necessário olhar para o passado para entender o que a fez tão próspera.

Para isto foi realizado uma análise histórica que mostrou que as atuais características da política econômica venezuelana têm raízes bem mais antigas. Foi preciso olhar para além daquilo que é imediatamente visto e pesquisar a história geral desde a transição de uma economia agroexportadora para petroleira, os quarenta anos do pacto democrático até chegar aos governos bolivarianos de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro, para então ter uma compreensão mais completa de como foi possível o país ter chegado à atual situação de crises.

Antes da inauguração dos primeiros campos de petróleo o país foi marcado por instabilidades políticas e econômicas. Entretanto, a descoberta desse recurso natural no início do século XX alterou tal situação, na qual, a poderosa aristocracia agrária viria a ser substituída por uma classe industrial, que abriu o mercado petrolífero para os investimentos estrangeiros e para exploração das multinacionais.

Vera (2018) assinala que a dinâmica que transformou a Venezuela, que por um longo período foi considerado um país afortunado, em uma sociedade em crise está relacionada à existência de fatores estruturais. A persistente dependência de um recurso natural exportável, cuja receita apresenta comportamento altamente volátil, o peso excessivo do Estado na economia, o pouco dinamismo do setor privado não petrolífero para se projetar internacionalmente, a alta dependência de importações, a sobrevalorização crônica da moeda, a queda da produtividade são todos fatores que somados se combinaram para projetar o advento de uma crise.

Neste contexto podemos incorporar também o fator geopolítico, de dependência política e econômica com os Estados Unidos, considerando a presença de importantes grupos econômicos multinacionais e consórcios financeiros norte-americanos. Esse aspecto intervencionista na economia e política do país se inscreve também como uma situação altamente volátil.

Ao longo dos anos, principalmente a partir de 2014, passamos assistir uma Venezuela imersa na mais severa crise econômica já enfrentada na sua história, com poucas perspectivas de recuperação em um curto prazo. A situação se agravou a tal ponto que o governo atual, de Nicolás Maduro, não conseguiu mais atender às necessidades básicas de alimentação, saúde e serviços essenciais de grande parte da população e o índice de violência e pobreza aumentou diante desse contexto.

A combinação de diversos fatores impactou a sociedade como um todo e provocou uma onda inesperada de emigração, agora não mais por uma decisão voluntária de migrar, mas deslocados à força. Este país altamente dependente de importação passou a enfrentar cada vez mais problemas no fornecimento de todos os tipos de bens e serviços, incluindo insumos básicos. A busca por bens escassos tornou-se uma atividade diária para a grande maioria dos venezuelanos e o dia a dia ficou cada vez mais difícil.

Devido períodos de bonança petrolífera e *boom* econômico, poucos venezuelanos deixavam o país permanentemente, não existindo assim muitas redes de migrantes, dificultando ainda mais a saída e permanência em outros países, principalmente no que corresponde as regiões vizinhas na América do Sul, por ser um deslocamento mais recente.

A Venezuela durante um longo período foi um país receptor de imigrantes, mas, a partir da década de 1980, esse cenário foi se modificando. Os primeiros deslocamentos foram caracterizados como uma “fuga de cérebros” ao contrário do que começamos a presenciar a partir de 2014, uma “migração por sobrevivência”.

A imigração venezuelana apesar de apresentar semelhanças com a imigração econômica tradicional trouxe consigo aspectos forçados. Por outro lado, a proteção oferecida aos imigrantes foi bastante precária não atendendo as diversidades da mobilidade humana na contemporaneidade.

No cenário atual é de fundamental importância a criação mecanismos de proteção aos migrantes forçados que não sejam caracterizados como refugiados. Muitos migraram em condições de vulnerabilidade, mas juridicamente não possuem o perfil para a obtenção de status de refugiado. Entretanto, esses migrantes econômicos ou migrantes por sobrevivência não podem ficar à deriva, vulneráveis, expostos à exploração, à violência e, até mesmo, à ausência das mínimas condições para a vida.

A acelerada e intensa imigração venezuelana em pouco tempo se expandiu pelo mundo, diariamente venezuelanos chegam a diferentes países para tentar encontrar uma oportunidade de emprego que garanta sua sobrevivência. Mesmo com o reconhecimento da comunidade internacional da existência de violações de direitos humanos, a proteção aos migrantes forçados

pelos Estados da América Latina apresentou sérios problemas havendo uma preferência por mecanismos de proteção complementar como meio de regulamentação migratória.

CAPÍTULO II - MOBILIDADE HUMANA, FRONTEIRAS E INSERÇÃO SOCIOCULTURAL DE IMIGRANTES VENEZUELANOS (AS) NO BRASIL

A imigração condena-se a gerar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver um intenso sentimento de provisoriedade.

(Abdelmalek Sayad)

Neste capítulo apresentamos as categorias mobilidade humana na modalidade de migração internacional, as fronteiras e os desafios da inserção sociocultural no contexto da imigração venezuelana para o Brasil. O país se inseriu nessa dinâmica crescente de mobilidade desde o ano 2015 com a chegada à sua fronteira norte de um fluxo migratório intenso de venezuelanos (as), sem precedência entre os dois países.

Na primeira parte deste capítulo discutimos a imigração venezuelana para o Brasil apontando para as diversas teorias migratórias e os processos de regularização dos venezuelanos (as) no território brasileiro. A entrada por via terrestre se concentrou no Estado de Roraima, que mesmo sendo fronteiriço não possuía experiência com deslocamentos de grandes proporções, trazendo desafios no que corresponde à acolhida, à governança migratória e à inserção sociocultural e laboral.

Na segunda parte verificamos que ao cruzarem as “fronteiras” os imigrantes não realizavam somente uma travessia em seu aspecto físico, sendo importante que esta categoria não seja pensada em um único sentido, pois se trata de um conceito polissêmico, e apesar da definição geográfica ser relevante, será apresentado em outros aspectos como social, político, cultural, linguístico acompanhando o imigrante na produção de sua trajetória.

Na terceira parte tratamos sobre a hospitalidade e os desafios da inserção sociocultural e laboral dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Se por um lado a presença venezuelana apontou para a falta de uma política migratória consolidada, por outro lado indicou o limite da governabilidade da migração. Nessa perspectiva se apresentou a necessidade de formulação de uma política que garanta não somente uma livre circulação, com a concessão da residência temporária ou de refúgio, mas a inserção dos imigrantes à sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos: social, cultural e econômico.

2.1 - A imigração venezuelana para o território brasileiro

O conceito de migração de maneira geral refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, ou seja, movimentações que possuem uma origem e um destino. Para Resstel (2015) as movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas”, ou fluxos entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados “imigrantes”. Os fluxos de partida foram nomeados “emigração” e os da chegada ao destino, “imigração”, podemos também falar em país emissor e país receptor.

A migração internacional é bastante plural e com características próprias de acordo com a configuração do deslocamento. Não é possível homogeneizar o processo migratório, mesmo frente ao modelo globalizado e globalizante protagonizado pela sociedade contemporânea. No cenário atual, há diversos movimentos humanos caracterizados no escopo de novas modalidades de migrações (ALMEIDA, MORAES, RODRIGUES, 2020). As recentes configurações aparecem como respostas aos acontecimentos mundiais com destaque as migrações forçadas.

Na cena contemporânea assistimos a vultosa imigração venezuelana para diversos países. Alves (2018) chama atenção para os inúmeros desafios que esse fenômeno migratório levou à região fronteira brasileira, tais como a questão de logísticas, de infraestruturas e de legislações, visto que, a fronteira amazônica não estava preparada para os processos migratórios que foram se configurando nos últimos anos. O imigrante tinha o anseio de chegar ao Brasil, mas se deparou com a Amazônia brasileira afastado real e simbolicamente do restante do país.

Esse é um aspecto fundamental que desde o ponto de vista da fronteira geográfica pode definir a mobilidade ou imobilidade dos imigrantes venezuelanos. Podemos aqui entender a fronteira amazônica brasileira como uma barreira ou freio para o deslocamento, no caso dos imigrantes menos favorecidos em termos socioeconômicos.

Nesse sentido, os custos da logística jogam um papel fundamental, mas também a possibilidade de traçar estratégias vai depender do capital simbólico e cultural desses imigrantes. Dessa maneira os recursos socioeconômicos podem definir ou não tipos de mobilidade. Por outro aspecto devemos considerar o ethos migratório que alguns povos possuem, onde mesmo desfavorecidos em termos financeiros, não impede a mobilidade, como por exemplo, o caso dos imigrantes venezuelanos indígenas Warao.

2.1.1 - As teorias migratórias e o status dos venezuelanos (as) no Brasil

O cenário das migrações internacionais no século XXI é marcado por movimentos migratórios com fluxos e percursos cada vez mais intensos. As restrições impostas por países desenvolvidos, no que tange a entrada e permanência de imigrantes em seus territórios consistem em um importante elemento na reconfiguração das migrações e seus destinos no mundo atual. O aumento significativo das migrações sul-sul entre e em direção aos países da América Latina, demonstram nas últimas décadas a complexidade e a heterogeneidade do fenômeno migratório.

Frente ao dinamismo da mobilidade humana já não é mais possível aceitar concepções muito rigorosas na análise da questão migratória. Apesar do maior controle nas fronteiras, os fluxos internacionais de pessoas têm se intensificado, assim como os tipos de mobilidade também aumentaram. Diante desse fenômeno, incorporações de novas dimensões explicativas tornam-se imprescindível para o entendimento das migrações internacionais.

Para Almeida e Baeninger (2011), a dinâmica dos fluxos apresenta especificidades de acordo com o tipo de migrante, a modalidade da migração e a forma de inserção na nova sociedade. As regras sejam de cunho político, econômico ou social não são as mesmas para todos os perfis de migrantes, portanto, conseqüentemente os mecanismos envolvidos no projeto e na realização da migração também não serão idênticos. Ao ignorarmos os novos cenários de mobilidade e da globalização, a análise de movimentos migratórios na atualidade pode ser fragmentada, incapaz de apreender o fenômeno em termos de sua totalidade.

Para as autoras supracitadas, assim como uma concepção muito restrita de migração significa a desconsideração de formas importantes de mobilidade, os critérios para tipificar os deslocamentos também precisam ser cuidadosamente selecionados com o intuito de minimizar os prejuízos analíticos. O argumento central da reflexão proposta é que a compreensão das migrações internacionais contemporâneas exige a contextualização do fenômeno investigado, do ponto de vista da origem, do destino e da sustentação dos fluxos, bem como dos agentes envolvidos.

Essa “empirejada” não pode ser conduzida sem o reconhecimento da diversidade dos deslocamentos e dos tipos de migrantes. Esses fatores denotam os desafios teórico-metodológicos para explicações e análises das migrações em suas diferentes modalidades: migrações econômicas, migrações qualificadas, migrações climáticas, migrações forçadas,

dentre outros movimentos migratórios que constroem o mosaico das tendências de deslocamentos de população no mundo.

Para Sayad (1998), a imigração é em primeiro lugar um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de tudo no espaço físico, no entanto, não se resume a este, também é um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente. Assim, como em espaço dos afetos, espaço mental, espaço de exploração dos sentidos. Cada uma dessas especificações e suas variações podem ser objeto de uma ciência em particular.

Desse modo essa temática apresenta um itinerário epistemológico que se dá, de certa forma no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas como a história, geografia, demografia, sociologia e na antropologia em suas diversas formas (cultural, social, política etc.).

Nos últimos tempos, uma literatura abundante tem focalizado as múltiplas dimensões da migração. Castiglioni (2009) salienta que os resultados desses estudos colocam em evidência a dificuldade de construção de uma teoria geral para medir, explicar e prever a mobilidade espacial. O processo de teorização da migração é caracterizado por uma grande heterogeneidade de enfoques e as abordagens variam de trabalhos precursores a teorias mais atuais.

Desse modo, a complexidade do tema levou a formulação de diversas teorias a fim de explicá-lo com diferentes enfoques de análise, onde cada um irá produzir uma resposta a essa problemática. Serão apresentadas a seguir algumas das teorias da migração, visando um panorama geral, sem a pretensão de aprofundar e esgotar o tema, cuja amplitude vai além do escopo desse trabalho.

Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) podem ser considerados pioneiros entre os estudos sobre migração. Ravenstein (1885), geógrafo e cartógrafo inglês, que observou as regularidades segundo as quais as migrações eram realizadas, e propôs uma série de generalizações sobre a ocorrência desse fenômeno. Para elaborar seu trabalho se baseou no recenseamento britânico de 1881, e a análise nessa primeira etapa, restringiu-se à migração ocorrida dentro do Reino Unido. Em 1889, retomou o tema, baseando-se em pesquisas realizadas em um contexto de observação mais amplo, que incluía a Inglaterra e mais vinte países.

Ravenstein (1885) intitulou seu trabalho de “As leis da migração” e partiu dos seguintes pressupostos: há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo, onde tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão de obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção e áreas de dispersão. O principal

elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão de obra nos grandes centros industriais.

O autor enumera, então, as leis em sete partes e, dentre elas, se figuram as relações entre a migração e a distância, o crescimento urbano, a atividade econômica, a distribuição por sexo, a formação de contracorrentes, dentre outras que embora tenham sido contestadas, refutadas, ou, melhor elaboradas por outros teóricos, não deixam de representar um primeiro passo na tentativa de se compreender os elementos motivadores da migração. Estabeleceu construções fundamentais para a teoria das migrações sendo uma delas os fatores baseados na atração-repulsão, onde a regra é a migração voluntária, sendo a compulsória, casos excepcionais.

As análises econômicas e demográficas segundo Sassen (2010) tendem a explicar a formação de migrações internacionais em termos também de fatores de repulsão e atração. Entre os principais fatores de repulsão, estão a pobreza e o desemprego, ao passo que os principais fatores de atração são as possibilidades de emprego e melhores salários. Esses fatores podem explicar por que certas pessoas se mudam, mas não explicam por que a maioria das pessoas que vive em condições semelhantes não se muda. Claramente existem outras variáveis em jogo.

Para Sassen (2010), o que a sociologia e a antropologia podem trazer para uma explicação da migração é o foco nessas variáveis adicionais, talvez menos sistêmicas, como a decisão da família de que um dos seus membros deve emigrar. As condições de repulsão, notavelmente a pobreza, são importantes, mas a questão deve ser: quando a pobreza se torna um fator de repulsão?

De acordo com Sassen (2010), o foco nos indivíduos também não é suficiente. Cada pessoa pode vivenciar sua migração como resultado de uma decisão pessoal, mas em migrações de grande escala a opção de migrar é produzida socialmente. Muitos imigrantes, de fato, vêm de áreas ou países com economias dependentes e têm níveis baixos ou médios de educação e renda, fatores que levam à noção de que a pobreza e o desemprego em geral são o que impulsiona a emigração.

Os motivos dependem também do próprio status das pessoas: idade (tal vez os jovens migram mais ou pelo menos viajam mais), situação civil (diferente é a situação de pessoas solteiras das que são casadas, depende-se da idade dos filhos, o número de integrantes de dita família), domínio da língua, profissão ou ofício (oportunidades de emprego em determinados países), se são grupos migrantes (por exemplo, indígenas, ou/e integrantes de grupos étnicos), entre outros.

Mas, ainda assim, muitos países com pobreza extrema e índices elevados de desemprego não apresentam um histórico significativo de emigração e, em outros, a emigração é um evento

recente. São necessárias várias outras condições para transformar a pobreza em um fator de repulsão e, mesmo então, apenas uma pequena minoria de pessoas pobres e de classe média estarão propensas a tentar emigrar, nesse requisito a educação será de fundamental importância.

A racionalidade da emigração é muito mais complexa do que permitem as explicações de repulsão e atração (SASSEN, 2010). Cada país é singular, e cada fluxo migratório é produzido por condições específicas de momento e lugar. A ênfase deve ser na especificidade e complexidade das migrações, distintas de abordagens gerais e simplificadas que não conseguem explicar as diversidades dos movimentos.

No caso da imigração venezuelana, pode-se observar que as pessoas com mais recursos financeiros se deslocaram para mais longe. Por exemplo, da cidade de Manaus viajaram para outras regiões ou outros países da região sul como Argentina, Chile e Uruguai. O caso contrário acontece com as pessoas que ficam em Pacaraima e Boa Vista. Isso foi percebido no aeroporto de Manaus em visitas realizadas em 2019, onde percebemos a presença de grupos imigrantes venezuelanos em trânsito para outras cidades brasileiras ou outros países, com custeio próprio.

Abraão (2019) considera que na imigração venezuelana para o Brasil os fatores de expulsão foram mais significativos do que os de atração, visto que, em Roraima, porta de entrada, não há empregos suficientes para todos os imigrantes que cruzam a fronteira. Além disso, outro fator importante é o idioma que sendo diferente do espanhol, dificulta a comunicação e as diferenças culturais. Lima e Fernandes (2019) assinalam que a grande maioria das ofertas de emprego em Roraima está vinculada ao serviço público, campo onde os imigrantes não podem atuar.

No que corresponde a escolha do Brasil como país para migrar, os membros das famílias “Carabobo” e “Monagas” que terão suas trajetórias de vida apresentadas no capítulo seguinte, falam sobre seu processo migratório.

Não sabíamos nada sobre o Brasil, mas chegamos a conclusão que naquele momento este país seria a melhor escolha, pois muitos venezuelanos que migraram para Colômbia e Peru estavam sofrendo muita xenofobia sendo acusados pelo aumento da criminalidade, sendo vistos como pessoas “malandras” e nós não queríamos passar por esse tipo de situação. Percebemos que no início muita gente descartava o Brasil como uma opção, apesar da proximidade e da possibilidade também de viagem via terrestre, acredito que devido o idioma ser diferente (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Particpei de um processo seletivo da “Organização de Estados Americanos” que tem convênio com Brasil de bolsas de pós-graduação para latino-americanos. No projeto que enviei para a OEA, devia solicitar três universidades do Brasil. Optei por universidades no Pará, Mato Grosso e Amazonas. A Universidade Federal do Amazonas aceitou meu projeto e isso foi ótimo por que conseguiríamos chegar sem precisar comprar passagens aéreas. Antes desse momento tinha chegado até

Pacaraima em 2010 numa prática de campo da graduação. Também tinha a noção que era um país limítrofe, era gigante (só não sabia quanto) (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, fevereiro de 2021).

Oliveira (2019) diz que só mesmo uma situação desesperadora poderia levar à opção de emigrar para Pacaraima em Roraima e, em seguida, se dirigir à Boa Vista, dado que as condições objetivas no destino não seriam as melhores para acolher fluxos migratórios de tal magnitude. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, nem o Estado, nem a sua capital, possuem capacidade de gerar empregos suficientes para inserir adequadamente a força de trabalho venezuelana. No aspecto social, a infraestrutura de serviços sociais básicos tampouco suporta o volume da migração observada. As duas famílias citadas acima seguiram seus percursos para a cidade de Manaus.

Na mesma linha de pensamento de Ravenstein (1885), o autor Everett Spurgeon Lee (1966) demógrafo americano em sua teoria sobre a migração argumenta que esse processo resulta de uma resposta dada pelos indivíduos a dois conjuntos de forças: os fatores pessoais, que atuam em um nível micro, e os fatores estruturais. As regiões de origem e de destino possuem uma série de fatores positivos, negativos e neutros que atraem, empurram ou deixam as pessoas indiferentes.

Esse conjunto de fatores estimula o indivíduo a deixar um lugar ou atraí-lo para outro. Assim, forças econômicas, políticas, sociais, culturais e afetivas agem sobre os indivíduos em seus locais de origem, impulsionando-os à decisão de migrar (*push factors*). Nesse compasso, fatores de estabilidade como melhoria econômica, segurança política são colocados em perspectiva como atrativos dos locais escolhidos como destino pelos migrantes (*pull factors*).

Segundo Lee (1966) o ato de migrar é pessoal e os fatores que influenciam a decisão de migrar e os processos migratórios podem ser resumidos em quatro categorias: fatores associados à região de origem, fatores associados à região de destino, obstáculos intermediários e fatores pessoais. A decisão de migrar está ligada a um comportamento racional do indivíduo, que leva em consideração tais fatores no momento de decidir sobre seu deslocamento.

Lee (1966) também dirige seu olhar à problemática da escassez versus excesso de mão de obra e a mobilidade da mesma, focando sua atenção à questão do trabalho. Formulou hipóteses sobre os fatores do ato migratório, do estabelecimento de correntes e contracorrentes e a seletividade migratória e retomou as leis da migração de Ravenstein, embora lhe faça algumas críticas, considerando a existência de obstáculos intervenientes e de fatores pessoais como aspetos determinantes a considerar na decisão de migrar.

A ideia da racionalidade na escolha da migração aliada aos fatores de repulsão pode ser aplicada à imigração venezuelana para o Estado de Roraima, pois, o migrante ao analisar os fatores associados ao local de origem, como a crise socioeconômica e política, os desabastecimentos de produtos de primeiras necessidades, a violência urbana e a hiperinflação, racionalmente optam por deixar seu país e migrarem para outro local. A escolha por Roraima pode ser explicada pela proximidade e a possibilidade do deslocamento terrestre, considerando a restrição de voos internacionais na Venezuela, e por não terem pleno conhecimento dos fatores associados ao local de destino.

Para Sayad (1998, p.55) um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, provisória, temporária, em trânsito. Em virtude, desse princípio, um trabalhador imigrante, mesmo se for chamado a trabalhar durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer como imigrante continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está sujeita ao trabalho que condiciona toda sua existência e não é qualquer trabalho, é o que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui, ou seja, existem trabalhos apenas para migrantes.

Eles sempre são menos retribuídos que os cidadãos naturais do lugar, ocupam trabalhos não desejáveis pelos nacionais, muitas vezes não possuem seguro médico, nem benefícios sociais como carteira de trabalho assinada, etc. Desde o ponto de vista simbólico é importante destacar que esse espaço do trabalho para os migrantes os identifica, os estigmatiza, mantendo a barreira dos *outsiders* e os integrados ao sistema. A esse respeito Rivas (2020) trabalha sobre os imigrantes indocumentados em Canadá que teve sua situação ainda mais agravada em tempos de pandemia da Covid-19.

Rivas (2020)²⁹ analisa as mobilizações de indocumentados e a redefinição das fronteiras da exclusão. Com base em um trabalho etnográfico sobre as mobilizações de migrantes indocumentados em Montreal, sua apresentação refletiu sobre a forma como as lutas dos indocumentados no contexto da emergência sanitária gerada pela Covid-19 disputam e sujeitam a contradições dos regimes dominantes de significação, vigilância e delimitação das fronteiras territoriais.

²⁹ Apresentação na Mesa-redonda: Migrantes, refugiados, indocumentados e criação de territórios do Ciclo de Conferência organizada em nov/dez de 2020 pelo Laboratório de Estudos Panamazônico, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (Lepapis): Territórios, Fronteiras e Populações em Movimento. Vinculado ao Departamento de Antropologia; Programa Pós-graduação Antropologia Social; Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Amazonas.

No contexto de uma crise sanitária, o estado canadense respondeu à emergência de saúde implementando políticas de apoio para aqueles que têm permissão para viver legalmente no território. Essas políticas, que excluem as populações de migrantes que vivem indocumentados em território canadense, tiveram o efeito de fortalecer as fronteiras que excluem migrantes sem status. Diante disto, os imigrantes indocumentados e suas organizações aliadas se mobilizaram politicamente para fornecer proteção e abrigo de emergência para aqueles que foram excluídos em tempos de pandemia da Covid-19.

A imigração ou emigração sempre esteve vinculada ao tema das fronteiras, do controle dos impérios ou dos estados sobre a circulação e o status das pessoas (as exigências nas viagens de documentos de identidade, passaportes, etc.). Já a mobilidade, também em sentido amplo, é plenamente um fenômeno vinculado ao processo de hominização e a produção do espaço gerado por este. Agora os problemas sociais se desencadeiam nos pontos de vista diversos sobre as relações de alteridade, identidade e relação.

Segundo Mármora (2004) ao contrário das migrações do início do século XX, e mesmo no pós-guerra que respondiam a um movimento de equilíbrio entre sobras e carências populacionais entre as partes, vistos como uma contribuição para o desenvolvimento pelos países de acolhimento, como uma esperança de um futuro promissor para os migrantes e uma descompressão circunstancial para os países de origem. No século XXI as migrações contemporâneas são vistas cada vez mais como uma ameaça por parte dos países receptores e uma desesperada alternativa de sobrevivência para os imigrantes.

Assim, como as primeiras migrações foram vistas como uma redistribuição dos recursos humanos, considerados parte da riqueza das nações, as atuais são vistas como uma redistribuição da pobreza, em um mundo caracterizado pela concentração de riquezas. Para Mármora (2004) a resposta política a esta nova situação é a de restringir a migração. As migrações são alarmantes porque são a prova da miséria em meio à riqueza, do autoritarismo em um mundo que quer ser democrático e de preconceito em sociedades supostamente multiculturais. A rejeição da migração seria a negação de princípios assumidos como universais pelas sociedades pós-industriais.

Um debate se faz necessário no que corresponde como conciliar o processo de globalização econômica com a crescente restrição à livre circulação de pessoas, como manter uma ordem econômica mundial caracterizada por grandes diferenças quando estas são as que causam desordem populacional indesejada. É necessário avançar na solução dos problemas básicos que geram as migrações involuntárias. É necessário ir da mera reação policial à

elaboração de políticas eficazes, superando a improvisação para entrar na governança migratória.

O Brasil é um país onde a imigração teve um papel importante na sua formação socioeconômica e cultural com a significativa presença de imigrantes, sejam os que vieram de forma forçada, como foi o caso dos africanos na condição de escravos, sejam os europeus, que na falta de perspectivas em seus países, vieram povoar e colonizar regiões do sul e sudeste do país.

A questão é como estas populações poderiam ou não criar espaços de reconhecimento, dignidade e equidade social. No caso das populações negras, a escravatura continuou em outra escala. Tem muitos mitos que devem ser desconstruídos como da superação do preconceito por meio da mistura ou da miscigenação. Acredito que também se devem criticar certos modelos de suposta integração nacional como um país multicultural e multiétnico. Em cidades do Canadá, por exemplo, as sociedades convivem de forma separada, e os documentados e os indocumentados têm diferenças notáveis nos benefícios e direitos sociais.

Seyferth (2001) diz que o processo de migração “desejada” sofreu altos e baixos ao longo da história. Se no início do século XX os imigrantes europeus eram bem-vindos em razão da sua contribuição econômica e “racial”, já que além de fazerem parte do projeto de povoamento e colonização do país, contribuíram também com a política do “embranquecimento” da população brasileira, o mesmo não se pode dizer durante o Estado Novo, quando os imigrantes foram forçados a adotar a nacionalidade brasileira.

Se, até o Estado Novo, o princípio da assimilação era o critério seletivo da imigração para o Brasil, tal princípio será substituído mais tarde por outro de ordem econômica, priorizando a qualificação profissional dos trabalhadores migrantes, porém, com ressalvas quanto à participação política deles. A aprovação do Estatuto do Estrangeiro de 1980 deixou claro que só eram bem-vindos ao país os que vinham com o propósito de fazer investimentos ou que atendiam às demandas de mão de obra qualificada de alguns setores do mercado de trabalho brasileiro.

A partir desse momento, além de seletiva, a política migratória tornou-se xenofóbica, particularmente para com os latino-americanos, que fugiam da violência das ditaduras e da falta de oportunidades em seus países de origem (SILVA, 1997b). Assim, o Brasil teve diversos fluxos migratórios, com diferentes nacionalidades, ainda hoje muito perceptíveis nas diversas influências culturais presentes na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que as ações estatais focadas na atração de pessoas, fundamentando-se em justificativas que eram desde a substituição da mão de obra escrava,

passando pela melhor ocupação do território, chegando a teorias racistas e em argumentos econômicos, para Silva (2018c) ficou evidente que o Brasil estabeleceu critérios de seleção para a entrada e permanência de migrantes internacionais vinculados aos interesses estabelecidos pelos grupos em posse dos poderes políticos e econômicos.

Tais informações desconstruem a errônea ideia de que o Brasil em algum momento foi um país aberto a uma imigração sem controle estatal e que seus processos migratórios não trouxeram as características de preconceitos raciais e religiosos característicos da sociedade brasileira. Entretanto, depois dessas ações, o país só voltou suas atenções para a temática quando, nos anos 1980, em virtude de censos demográficos que apontavam “desaparecimentos” de brasileiros, as autoridades perceberam que o país se caracteriza, também, como de emigrantes (SILVA, 2018c).

Na década de 1980 assistimos uma mudança no panorama da imigração para o Brasil. Com maior visibilidade à latino-americana com destaque para os bolivianos e a migração de africanos, sendo também notável a presença de asiáticos. Silva (2015 d) considera que com a entrada pela fronteira amazônica primeiramente de haitianos, a partir de 2010 e posteriormente de venezuelanos a partir de 2015, foram colocadas várias questões, dentre elas a falta de uma legislação e política migratória capaz de dar conta da complexidade das migrações no mundo contemporâneo e nas mudanças do perfil e origem dos imigrantes.

A Venezuela imersa em uma crise de muitos aspectos estruturais provocou a saída forçada de milhares de venezuelanos (as) e o Brasil foi um dos destinos escolhidos na medida em que se apresentava como uma alternativa pela proximidade. A fronteira entre a cidade brasileira de Pacaraima e a venezuelana de Santa Elena de Uairén, transformou o Estado de Roraima em um dos destinos por via terrestre mais acessível. A partir desse momento também foi notável a presença de imigrantes venezuelanos, muitos deles em situação de grave vulnerabilidade social, nas ruas da capital, Boa Vista distante aproximadamente 250 quilômetros de Pacaraima.

Quando o fluxo de venezuelanos para o Brasil aumentou, a norma atinente à migração voluntária não conseguiu atender a demanda por serem demasiadamente burocráticas e ineficientes para sua realidade. Por conseguinte, os migrantes forçados ficaram situados em um limbo normativo, por inexistir norma protetiva específica.

Em virtude da ausência de possibilidades de regularização migratória, notadamente entre 2015 e 2017 muitos imigrantes optaram pela solicitação de refúgio como um mecanismo de permanência regular no território brasileiro. Segundo o Comitê Nacional para Refugiados

(CONARE, 2019), no ano de 2014 o Brasil recebeu 201 solicitações de refúgios ao passo que em 2019, nos seis primeiros meses esse número passou para 80.057 solicitações.

Abrahão (2019) em sua pesquisa intitulada “Solicitação de refúgio como estratégias migratórias dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014-2017” analisa as opções feitas no requerimento do acolhimento jurídico com o objetivo de compreender em que se baseia a solicitação de refúgio de venezuelanos (as). Para a análise foi disponibilizado pelo CONARE os formulários de solicitações de refúgio referentes aos anos de 2014-2017 (as perguntas nº 10 do formulário nº 22 e a de nº 8 do formulário nº 24)³⁰.

A análise da pesquisa foi feita baseada no método de amostragem aleatória simples de 10% do total dos formulários obtidos. No ano de 2014, foram obtidos 3 formulários de solicitações, sendo todos motivados pela crise econômica na Venezuela. No ano de 2015, foram obtidos 234 formulários, sendo 26 analisados. No ano de 2016, foram obtidos 2.241, sendo 224 analisados. Em 2017, foram obtidos 16.215 formulários de solicitações, sendo 1.620 analisados (ABRAHÃO, 2019).

A profissão do referido pesquisador como delegado da Polícia Federal o possibilitou vivenciar em seu cotidiano profissional a atividade migratória e o aumento dos pedidos de refúgio feitos pelos venezuelanos (as) nos anos de 2014-2017. Diante da alta demanda foi necessário um prévio agendamento para a solicitação do protocolo de refúgio. Assim, surgiu seu interesse pelo referido estudo tendo como objetivo principal compreender as causas e motivos que justificassem esse grande fluxo nos últimos anos e a existência ou não de uma estratégia migratória.

Não houve pelo pesquisador uma entrevista presencial, ou seja, trata-se de uma pesquisa documental. Abrahão (2019) sinaliza que nos últimos anos houve aumento na solicitação de refúgio tanto por migrantes na real situação de refugiados como dos que não se enquadravam nessa condição, mas que buscavam a regularização de forma mais rápida e célere no Brasil

³⁰ Pergunta nº 10 do Formulário 22/2015-CONARE: Por favor, explique as razões pelas quais você decidiu deixar seu país de origem ou residência habitual e buscar proteção como refugiado no Brasil. Dê explicações detalhadas, descrevendo qualquer acontecimento, experiência pessoal ou medidas adotadas contra você ou membros de sua família que o (a) levaram a abandonar seu país de origem ou residência habitual. Se possuir provas de suas alegações, favor anexá-las. Se necessitar de mais espaço, utilize o verso e outras folhas.

Pergunta nº 8 do Formulário 24/2017-CONARE: Explique as razões pelas quais você deixou seu país de nacionalidade ou residência habitual e buscou proteção como refugiado no Brasil. Descreva de forma detalhada, todos os fatos importantes: acontecimentos, sua experiência pessoal ou as medidas que foram adotadas contra você ou contra membros de sua família e que o (a) levaram a abandonar seu país de nacionalidade ou residência habitual. Descreva especialmente situações envolvendo violações de direitos por conta de sua raça/etnia, religião, nacionalidade, opinião política, ou pertencimento a grupo social específico. Se possuir provas dos fatos narrados, apresente uma cópia junto com esse formulário. Se necessitar de mais espaço, utilize o verso e outras folhas (SILVA; ABRAHÃO, 2019).

proporcionando o acesso a documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

O fenômeno migratório venezuelano pode ser caracterizado como misto, ou seja, composto tanto por refugiados, como por imigrantes voluntários. No entanto, Abrahão (2019) sinaliza que o problema não é o fluxo misto em si, pois há inúmeras possibilidades de se averiguarem quais são os tipos de proteção que devem ser oferecidas ao migrante que está realizando um movimento migratório e se ele possui ou não o direito a obtenção do refúgio. Na verdade, o fator primordial é que há uma enorme quantidade de Estados no mundo que não desejam receber migrantes que não lhes interessam os denominados “imigrantes indesejados”.

No ano de 2016 as duas maiores causas alegadas para solicitação de refúgio foi a crise econômica 35,2% e a falta de alimento com 29,5% que somadas equivale quase que 65%. No ano de 2017 também as duas causas que mais apareceram como motivos foram a crise econômica e a falta de alimentos para a subsistência, as quais juntas representaram 71,3% das solicitações. Os dados apresentados embasaram a conclusão da pesquisa de Abrahão (2019) que constatou em se tratar de um fluxo misto composto por refugiados e migrantes por sobrevivência.

Por conta do elevado número de solicitações de refúgio, a Polícia Federal estabeleceu uma tentativa de administrar a quantidade de pessoas que procuravam o órgão por meio de emissão de um papel comprobatório de que o solicitante esteve perante a autoridade migratória e agendou um atendimento para solicitar seu refúgio, o que ficou conhecido como o “Protocolo do Protocolo”. Essa ação tentava diminuir as filas e assegurar que essas pessoas não fossem deportadas por estar em uma situação irregular enquanto não solicitasse efetivamente o seu pedido de refúgio, momento em que de fato recebe o protocolo de sua solicitação, o qual lhe confere uma série de direitos.

Por outro lado, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) não conseguiu atender a demanda e instruir os processos de solicitação de refúgio de maneira mínima a possibilitar um julgamento dos casos, visto que, diferentemente da Polícia Federal, este órgão não possui efetivo em âmbito nacional para mobilização para o Estado de Roraima, para assim realizar as entrevistas dos solicitantes de refúgio *in loco*.

A grande quantidade de solicitações de refúgio em situação indefinida aguardando um posicionamento do CONARE era grave e representava uma omissão estatal. Demonstrando a incapacidade do estado em lidar de maneira oportuna com a demanda de refúgio, que pela lei deveriam tramitar em regime de urgência, deixando o migrante em uma incerteza jurídica prejudicial para sua integração na sociedade. Abrahão (2019) ressaltou que isso poderia

representar uma política do estado brasileiro, visto que, caso o CONARE reconhecesse os venezuelanos (as) sob o regime de refúgio estaria em confronto direto com o discurso do próprio governo venezuelano de que o país vive uma democracia.

No Brasil de acordo com o CONARE para a caracterização da hipótese de refúgio por grave e generalizada violação de direitos humanos são necessárias três condições. A primeira é a total incapacidade de ação ou mesmo a inexistência de entes conformadores de um Estado democrático de direito, como as instituições representativas dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A segunda condição é a observação naquele território de uma falta de paz estável e durável. A terceira é o reconhecimento por parte da comunidade internacional, de que o Estado ou território em questão se encontra em uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos (ABRAHÃO, 2019).

Por estas balizas, no caso da Venezuela, não há uma inexistência dos entes conformadores de um Estado democrático de direito, isto é, os três poderes estão presentes. Em relação a segunda condição não há, apesar de viverem uma violência urbana em níveis elevado, uma guerra interna ou externa, mas, sim manifestações e protestos contra o governo, mas isso também existe no Brasil. Em relação a terceira condição, não havia até 2019 o reconhecimento de uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, havia o posicionamento político internacional de alguns países como os Estados Unidos, mas não dava para afirmar que a comunidade internacional entendia da mesma forma.

Diante do exposto não seria possível pelo CONARE o reconhecimento de refúgio com base na grave e generalizada violação dos direitos humanos. No entanto, Abrahão (2019) aponta que nada impedia que o próprio órgão brasileiro alterasse seu entendimento e passasse a reconhecer o refúgio nessa hipótese. Mas, ao que tudo indicava o Brasil não queria assumir o protagonismo internacional no reconhecimento de refúgio aos venezuelanos (as), sendo a não instrução e julgamento uma decisão também política, que transcendia as questões burocráticas.

Para Abrahão (2019), uma prova desse raciocínio foi a solução criada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg)³¹ para a migração venezuelana. Como resposta ao grande fluxo de entradas de imigrantes venezuelanos, o governo brasileiro, no ano de 2017, estabeleceu a

³¹ O CNIg é um órgão criado pela Lei nº 6.815/80 responsável por formular política de imigração, coordenar e orientar atividades de imigração, efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão de obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporária, promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração, estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos, opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, quando proposta por qualquer órgão do poder executivo dentre outras atribuições previstas.

Resolução Normativa nº 126 para abordar o tema. Trata-se de uma norma de emergência, como tem sido característico de todas as respostas aos fluxos migratórios mais numerosos que chegaram ao Brasil.

A Resolução prevê a possibilidade de residência temporária ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço. Nesse caso a migração foi tratada em sentido amplo, estabelecendo diretrizes e procedimentos de regularização do migrante como um todo, não apenas à migrante laboral. Entretanto, alguns problemas foram apresentados, o primeiro ter sido criada com o propósito de resolver uma demanda emergencial.

O segundo ponto foi o ingresso pela via terrestre, Silva analisa (2017a) que em termos de gestão migratória, essa exigência foi uma grande falha, pois o simples fato de um indivíduo ter utilizado um avião para adentrar no Brasil fazia com que ele fosse discriminado pela resolução, colocando pessoas em situações semelhantes sujeitas a tratamentos distintos. O terceiro ponto a instrução com alguns documentos e certidões, eventualmente constituía num obstáculo, considerando que não são exigidos para a solicitação de refúgio, e, conseqüentemente, caso o imigrante não possua algum dos documentos pode optar estrategicamente por solicitar o refúgio.

O quarto ponto relacionava-se ao pagamento de taxas. A grande maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil não possuíam recursos para o custeio. Diante disso, a Justiça Federal em Roraima, em agosto de 2017, suspendeu o pagamento de taxas aos migrantes que quisessem solicitar a residência temporária. A partir desta decisão a Resolução começou a ter um efeito prático, ainda que incipiente.

Diante de tantos problemas apresentados foi editado a Portaria Interministerial nº 9 de março de 2018, alterando o contexto normativo tratado. Essa portaria resolveu alguns problemas e diminuiu outros, como não exigindo mais a entrada exclusivamente via terrestre, a certidão consular e a taxa para aqueles que não podem pagar.

A residência temporária inicialmente teve pouco apelo entre os imigrantes venezuelanos. No ano de 2017 foram 17.865 solicitações de refúgio, contra 1.691 solicitações de residência. A opção pelo refúgio, dentro desse contexto traçado e dos problemas apresentados pela Resolução Normativa nº 126/2017, foi uma estratégia migratória para regularização e evitar o retorno à Venezuela em crise. Outros fatores que levaram o migrante a solicitar refúgio à residência foi extensão da segurança jurídica do instituto aos familiares, algo que não era previsto na residência temporária.

Somente em 2019 o CONARE consolidou o entendimento de reconhecer “prima facie” boa parte dos venezuelanos (as) solicitantes de refúgio, admitiu o cenário de grave e generalizada violação de direitos humanos no território venezuelano. Foi publicada a partir disso uma resolução normativa que permitiu a adoção de procedimentos diferenciados na instrução e avaliação de pedidos manifestamente fundados.

Em 2019 o número de solicitantes de refugio no Brasil totalizou 82.552 solicitações. O CONARE em 2019 apreciou um total de 28.133 processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado de pessoas de nacionalidade venezuelana e decidiu pelo deferimento em 20.902 processos (OBMIGRA, 2020). No início de 2020 o governo brasileiro reconheceu mais 17 mil venezuelanos como refugiados totalizando mais de 37 mil venezuelanos (as) com status de refúgio (ACNUR, 2020).

No que se refere às regularizações migratórias existentes, até agosto de 2020 foram 148.782 registros de residência temporária, 102.504 solicitações de refúgio sendo que até este mês 46.141 imigrantes venezuelanos já haviam sido reconhecidos como refugiados. No entanto, é preciso informar que tanto os registros de residência temporária quanto solicitações de refúgio tiveram a partir de março de 2020 uma significativa redução em decorrência do fechamento da fronteira por causa da pandemia da Covid-19 (OIM, 2020).

No que corresponde as características das migrações realizadas pelas famílias “Carabobo” e “Monagas” também verificamos um perfil misto, mas apresentando aspectos semelhantes de vulnerabilidades socioeconômicas na trajetória migratória.

Considero que fui forçada a migrar. Até o momento que eu meu esposo decidimos partir, nunca havia pensando em sair da Venezuela. A decisão foi tomada por nós dois, tivemos a certeza que era a única alternativa para sobreviver, pois não estávamos mais conseguindo suprir nossas necessidades. Vendemos quase tudo que tínhamos em casa, aparelhos eletrodomésticos e outros que ainda foram possíveis encontrar um comprador, pois a situação não estava fácil para ninguém. Mas, somando o valor só alcançava para a passagem de uma pessoa então, Allan veio primeiro (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Migrei por motivos de estudos, uma migração voluntária. Verdade que já tinha intenção de sair da Venezuela desde 2015, mas engravidei e acreditei ser melhor esperar um pouco mais. No primeiro momento quando cheguei não me sentia como imigrante, mas depois, sim, aqui me percebi como uma imigrante venezuelana fazendo parte desse movimento (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, fevereiro de 2021).

Os primeiros membros da família Carabobo ao adentrarem ao Brasil em 2017 solicitaram o protocolo de refúgio sendo renovado por mais um ano, mas antes de ser julgado pelo CONARE mudaram seu status para residentes temporários, assim, como os demais

familiares. Já para os membros da família Monagas foi concedido um visto de estudante para Verônica e para sua mãe e sua filha foi dado um visto de residentes temporários.

Em relação os motivos alegados pelos membros da família Carabobo que inicialmente solicitaram refúgio, no que tange ao preenchimento do formulário do CONARE declararam ter saído da Venezuela pela crise econômica e a falta de comida que vivenciavam no país. As razões expostas corroboram com o resultado da pesquisa de Abrahão (2019) que aponta que nos anos de 2016 e 2017 cerca de 70% dos investigados alegaram a crise econômica e a falta de alimentos como causas para a solicitação de refúgio.

Foi também percebido pouco conhecimento dos membros das duas famílias sobre o Brasil, ao afirmarem não saber nada ou muito pouco sobre o país antes da migração, com exceção de um membro da família Monagas que chegou a conhecer Pacaraima em uma atividade do curso universitário, nenhum outro havia visitado o país, apesar da sua proximidade.

A residência temporária apesar de ser uma tentativa de resolver uma questão presente no país, acabou sendo mais um documento capaz de comprovar que em termos migratórios o Brasil continua a não possuir planejamento para as demandas que possam vir a aparecer, resolvendo o tema caso a caso, sempre com a característica de oferecer respostas lentas que muitas vezes inviabilizam o acesso dos migrantes à regularidade e aos serviços e direitos assegurados, além de dificultar que essas pessoas possam trazer desenvolvimento e contribuições ao contexto nacional (SILVA, 2018c).

O fato é que as autoridades não veem nessa migração a criação de oportunidades para o país, principalmente quando não se enquadram em um estereótipo daquilo que consideram o imigrante “ideal”. Dessa forma, o Brasil continua a ser bastante seletivo para os migrantes, pois apesar das mudanças e dos avanços que os movimentos migratórios ofereceram historicamente, os direitos e a integração para essas pessoas ainda são vistos apenas como custos.

Silva (2011e) aponta que o pedido de reconhecimento do status de refugiado por pessoas que não se encontram nessa situação, em vez de chamar a atenção para as necessidades que esses indivíduos trazem consigo, faz com que o discurso contrário à concessão do refúgio se torne mais forte. Assim, os fluxos mistos acabam se tornando uma barreira para a concessão do status de refugiado.

A migração venezuelana pode ser considerada uma migração pela (sobre) vivência para muitos venezuelanos (as) que vieram para o Brasil, visto que, estar relacionada com a falta de garantia do mínimo de condições de existência em seu país. No entanto, esta tipologia ainda não é reconhecida nem regulamentada. A omissão dos governos dos países receptores é

prejudicial aos imigrantes que precisam recorrer a outros tipos migratórios, para garantirem o ingresso e a segurança jurídica mínima de permanência.

Por outro lado, não podemos nos iludir e não perceber que, independente do tipo migratório, a barreira à entrada de um determinado imigrante é sempre imposta àqueles que não possuem recursos materiais e técnicos de interesse do país que os recebe. Ou seja, existem imigrantes “desejáveis” e “não desejáveis”. O sujeito que investe, consome, tais como os turistas, grandes empresários ou pessoas altamente qualificadas são os que sempre serão vistos como o tipo ideal.

2.1.2 - Conhecendo os atores das redes de acolhida em Boa Vista e Manaus

Em julho de 2019, com objetivo de conhecer a “porta de entrada” da imigração venezuelana para o Brasil e a dinâmica de acolhida a estes imigrantes, realizei uma viagem para a cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Cheguei à capital roraimense em um domingo e fiquei hospedada em uma residência próximo à Rodoviária Internacional José Amador de Oliveira, ao redor fica as instalações da “Operação Acolhida” onde pernoitavam os venezuelanos (as) que não haviam conseguido vagas nos abrigos da cidade.

A residência era em frente à Praça Simón Bolívar que fica logo na entrada de Boa Vista para quem chega de Manaus. A referida praça que poderia ser considerada símbolo da presença venezuelana na cidade, depois de uma reforma ficou toda murada e com grades de proteção perdendo a característica de um espaço público e se assemelhando com uma praça privada.

Silva (2018f) assinala que a imigração venezuelana para a capital roraimense ganhou visibilidade e ao mesmo tempo se tornou um problema social, a partir do momento em que grupos de imigrantes montaram um acampamento na Praça Simón Bolívar onde permaneceram por vários meses. Posteriormente, o espaço foi cercado com tapumes com aviso de manutenção.

A Praça Simón Bolívar está situada há alguns metros da rodoviária e abrigou dezenas de venezuelanos (as) no ano de 2017. Em março de 2018, em uma ação conjunta da Prefeitura e “Operação Acolhida” do Governo Federal, os imigrantes foram retirados e encaminhados para abrigos na cidade construídos para recebê-los.

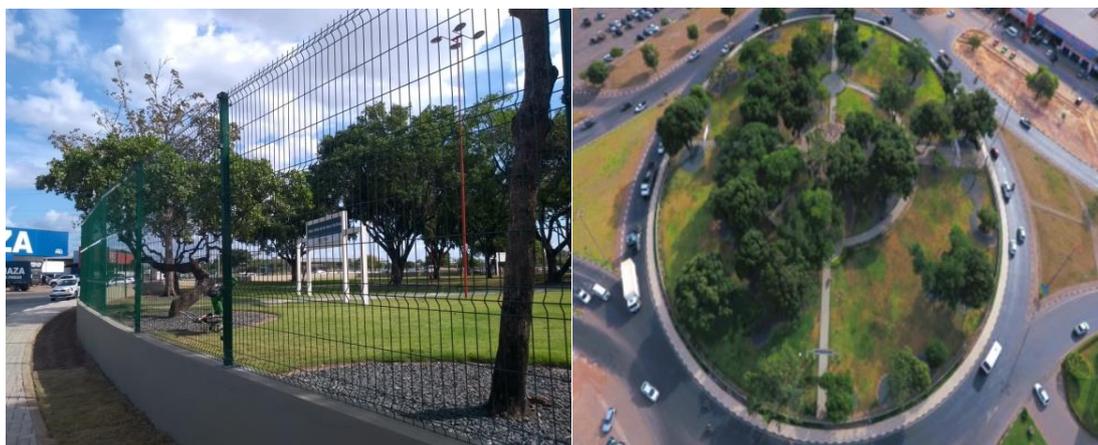
Há um simbolismo e paradoxo de uma praça chamada *Simon Bolívar*, hoje totalmente estranha aos próprios compatriotas, e as estratégias de negação e obliteração de acesso por parte do poder local. Este é um *modus operandi* comum aos processos de higienização e de resemantização do poder público, gradeando ou acorrentando espaços públicos como praças para impedir o uso popular do mesmo.

Figura 1 - Praça Simón Bolívar antes da reforma



Fonte: Operação Acolhida março/2018

Figura 2 - Praça Simón Bolívar depois da reforma



Fonte: Operação Acolhida março/2019

No entorno da Rodoviária Internacional de Boa Vista conversei com duas venezuelanas que haviam chegado sozinhas recentemente à cidade, seus familiares ficaram na Venezuela esperando que elas conseguissem um trabalho e enviassem recursos para a vinda deles ao Brasil. Essas mulheres me mostraram o lugar que dormiam em uma rua próxima às instalações do Posto de Recepção e Apoio (PRA) da “Operação Acolhida”.

Disseram que, para pernoitar nos espaços da operação, era preciso enfrentar uma fila para pegar uma barraca e montá-la embaixo de uma tenda branca, mas às 6 horas da manhã tinham que sair do local, dessa maneira, elas preferiam dormir na rua pelo menos até conseguirem uma vaga em algum abrigo ou um trabalho para alugarem um quarto, porém fizeram o cadastro que dava acesso à alimentação, lavagem de roupas e a realização da higiene pessoal nas instalações do PRA.

Uma delas ao saber que eu era de Manaus pediu para vir comigo, alegando dificuldades para conseguir um trabalho em Boa Vista, mas não possuía nenhum familiar em Manaus. Orientei a procurar o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) da “Operação Acolhida” para regularizar sua situação migratória e esboçar o interesse em interiorizar-se através do programa de interiorização. No caso dessa imigrante, somente seria possível na modalidade de abrigo-abrigo³² ou por proposta de vaga de emprego sinalizado (PVES)³³, visto que não tinha familiar ou amigos que pudessem recebê-la em outra cidade brasileira.

Outras situações como essa se repetiram em outros momentos, enquanto caminhava pela área do pernoite. Um caso similar foi de uma família venezuelana, que ao observarem minha chegada em um carro com placa de Manaus, o homem venezuelano me abordou e ofereceu um cordão justificando que era para comprar comida para a família. Ele estava com o olho machucado aparentando ter sido agredido e acompanhado de sua esposa e dois filhos pequenos. Nas ruas estavam submetidos a todo tipo de violência, física, emocional e em um lugar onde não se sentiam pertencentes.

Ao sentar na calçada com a família para conversar, o homem me pediu uma carona para Manaus dizendo que já tinha uma promessa de emprego como caseiro em um sítio na cidade de Manacapuru, região metropolitana, mas não tinha dinheiro para chegar lá. Afirmou que depois enviaria o dinheiro para sua família ir também. Pediu-me uma carona para Manaus alegando também a falta de trabalho o que tornava a vida deles muito difícil por lá.

Nas falas desses imigrantes que esboçaram voluntariamente interesse em sair de Boa Vista haviam certo desconhecimento do “Programa de Interiorização” do Governo Federal, ou então, devido à exigência de alguns requisitos burocráticos, os referidos migrantes não buscavam apoio no programa. Contudo, estavam muito descontentes com a falta de emprego na cidade impossibilitando o envio de ajuda financeira e material para os familiares que permaneceram na Venezuela.

Aproveitando a viagem para Boa Vista, realizei algumas visitas às instituições e organizações governamentais e não governamentais com o intuito de conhecer os projetos ou ações voltadas para o atendimento aos imigrantes venezuelanos. Iniciei pela Universidade

³² O migrante e refugiado deixa os abrigos de Boa Vista ou Pacaraima e se instala em abrigos de outras cidades mantidos por entidades governamentais estadual, municipal ou da sociedade civil organizada, podendo permanecer por três meses.

³³ Nesta modalidade de interiorização por trabalho é feita por meio de contato prévio com empresas e seleção dentro do banco de competências, nesse caso o migrante e refugiado tem a oportunidade de ser interiorizado com um emprego e uma bolsa financeira para se manter até receber seu primeiro salário.

Federal de Roraima (UFRR), onde um docente do Instituto de Antropologia me recebeu e relatou sobre as contribuições desta instituição de ensino no acolhimento aos imigrantes.

Lima e Fernandes (2019) assinalam que as iniciativas das ações promovidas pela UFRR surgiram de forma espontânea entre alunos e professores como resposta as demandas sociais que o processo migratório apresentava. Deu-se num momento de ausência estatal, e quando as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda estavam se instalando na cidade e as organizações da sociedade civil realizavam ações ainda pouco coordenadas.

Nesse contexto foi implementado no âmbito desta universidade o “Projeto Acolher”. As ações do projeto envolviam aulas de português, campanhas de sensibilização da opinião pública, campanhas de doação de alimentos e roupas. O projeto foi oficialmente denominado “Projeto de Apoio aos Refugiados em Roraima”.

No percurso para esta universidade, passando pela Avenida Venezuela observei imigrantes em semáforos, seja vendendo alguma coisa como bombons, água ou “limpando os vidros dos carros” ou simplesmente pedindo em muitos cruzamentos como forma de sobrevivência. Nas minhas idas a centros comerciais, padarias, supermercados, restaurantes, foi notável a presença dos imigrantes trabalhando nesses locais e o espanhol ou o portunhol sendo falado.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 2017 firmou acordo com uma agência da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para a criação da Cátedra Sérgio Viera de Mello (CSVM)³⁴ cujo um dos objetivos é promover a inclusão e formação acadêmica de refugiados e solicitantes de refúgio no ensino superior. Simões (2018a) relata que a celebração do convênio se deu após um período de negociações, onde a UFRR passou a ser a primeira universidade do norte do país a compor a mencionada Cátedra.

As Cátedras podem prestar serviços aos refugiados em várias frentes e, ainda, inseri-los na vida universitária, ao prover acesso ao ensino superior, mediante vestibular específico e favorecer a construção de relações sociais com a comunidade local. Ao estimular o convívio social, auxiliam a prevenir e combater situações de discriminação, xenofobia, intolerância à população refugiada no país (MOREIRA, 2015).

Contudo, apesar do destacado papel da UFRR, as primeiras iniciativas de acolhimento e apoio nos anos de 2015 e 2016 se deram no âmbito da sociedade civil, principalmente no campo das instituições religiosas. Para as autoras Milesi e Coury (2018, p. 72) acolher, proteger

³⁴ As Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVM) foram criadas pelo ACNUR em 2003, em homenagem ao Alto Comissário de Direitos Humanos, que havia dedicado décadas de sua vida trabalhando com refugiados e foi vitimado pelo atentado ao Escritório da ONU em Bagdá no mesmo ano.

e integrar contingente tão grande de pessoas foi um desafio para todos os atores que trabalham com a temática migratória no Brasil. O Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)³⁵ buscaram contribuir para estes esforços, trabalhando de forma articulada com outras organizações da sociedade civil, entidades governamentais e não governamentais internacionais, no intuito de garantir uma acolhida solidária aos venezuelanos.

O Estado de Roraima não tinha a tradição de receber expressiva imigração e os equipamentos públicos não estavam preparados para lidar com a crescente demanda. As entidades da sociedade civil tampouco dispunham de recursos humanos e financeiros para tanto e as organizações internacionais nesse momento ainda não tinham uma presença marcante na região (MILESI; COURRY, 2018). Nesse contexto teve início à atuação do IMDH na resposta ao fluxo migratório venezuelano oferecendo assistência jurídica, técnica e, em alguns casos, financeiros às entidades que já atuavam em Roraima.

No ano de 2017 entram em cena as agências da ONU como o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),³⁶ a Organização Internacional para Migração (OIM)³⁷, o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)³⁸ e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)³⁹. Instalaram-se também no Estado de Roraima em 2018, o Serviço de Apoio a Refugiados e Migrantes dos Jesuítas (SJMR)⁴⁰, a Pastoral do Migrante dentre outras organizações não governamentais e religiosas.

Os trabalhos de apoio à acolhida aos imigrantes realizados por instituições religiosas, tais como: Cáritas Arquidiocesana, Pastoral do Migrante e Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) de certa forma se repetiam e no geral eram: assistência social, inserção laboral, ajuda nos processos de interiorização, distribuição de cestas básicas, aluguel solidário,

³⁵ O IMDH fundado em 1999 e sediado em Brasília é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por missão promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes, refugiados e apátridas, atuando na defesa de seus direitos, na assistência social, jurídica e humanitária, bem como por sua integração social e laboral no Brasil, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade.

³⁶ Foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial (ACNUR, 2020).

³⁷ Criada em 1951 sendo a principal organização intergovernamental para as migrações. O Brasil é Estado Membro da OIM desde 2004 (OIM, 2020).

³⁸ Uma agência de desenvolvimento internacional da ONU responsável por temas populacionais. Desde 1973, o UNFPA tem atuado no Brasil e seu escritório no país foi inaugurado em 1985, em Brasília, com o objetivo de intensificar as relações já existentes com o país, especialmente por meio da cooperação da área de saúde reprodutiva (UNFPA, 2020).

³⁹ Presente no Brasil desde 1950, apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no país.

⁴⁰ Uma instituição internacional da Companhia de Jesus, especializada em migração, deslocamento forçado e refúgio. Atuam em favor de um maior acolhimento, além de promoverem diálogo com as estruturas governamentais. São três seus eixos de atuação: proteção, inserção laboral e educação.

cursos de qualificação profissional, projeto de empreendedorismo, encaminhamento para protocolo de refúgio, residência temporária, carteira de trabalho dentre outros.

Além das agências da ONU, teve a colaboração do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), uma organização independente e neutra que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência. Desde julho de 2018, o CICV iniciou o programa de Restabelecimento de Laços Familiares (RLF) na cidade de Pacaraima.

O serviço RLF para migrantes inclui o uso gratuito do telefone durante três minutos, de internet para chamadas por *whatsapp* ou *facebook* e energia para carregar a bateria do celular. O CICV atua na prevenção de separação familiar para que os migrantes saibam como fazer para manter o contato com sua família (CICV, 2018). A Cruz Vermelha começou a fazer parte da “Operação Acolhida” em Manaus início de 2020.

Simões e Rocha (2018) chamam atenção para o papel transversal da Universidade Federal de Roraima na questão migratória que além das ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão foi o centro de atuação de todos os atores da governança global. Nesse sentido, cedeu espaço para o funcionamento dos escritórios das agências intergovernamentais internacionais como o ACNUR, OIM, UNFPA e UNICEF, além de sediar no Campus principal um Centro de Referência ao Imigrante (CRI), um espaço de acolhimento e recepção aos imigrantes venezuelanos.

No CRI são oferecidos serviços de emissão de carteira de trabalho, auxílio no preenchimento de papéis para solicitação de refúgio ou de residência temporária/permanente, aulas de português como língua de acolhimento, oficina de elaboração e tradução de currículos, auxílio jurídico e cidadão. Foi implementado por meio de um convênio com o ACNUR que forneceu recursos e mobiliário. Ao mesmo tempo, as agências da ONU instalaram seus escritórios no Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI) operando assim em um espaço dentro da universidade.

No que refere à chegada das organizações da ONU, Simões e Rocha (2018) consideram que as ações desenvolvidas por esses atores na gestão da crise passaram a seguir uma lógica de cima para baixo. A ideia era que as políticas fossem elaboradas pelas agências internacionais em suas sedes, no caso do ACNUR em Genebra na Suíça e implementadas não só pelos escritórios locais, mas também por atores governamentais e sociedade civil. Ações dessa lógica poderiam ser vistas na implementação dos abrigos. Ao mesmo tempo a própria UFRR se inseria nesse contexto ao receber escritórios físicos de agências da ONU em sua sede.

Por outro lado, essa mesma universidade se mostrou como uma resistência a essas políticas adotadas de “cima para baixo”, justamente ao realizar seu papel de universidade: o ensino, pesquisa e extensão. Pois, grande parte das ações desenvolvidas nesse tripé foram ações individuais ou de grupos de professores e totalmente espontâneas ou financiadas por outros atores fora do ambiente das agências internacionais. Nesse sentido a UFRR presta um grande serviço por problematizar e algumas vezes se opor às lógicas trazidas de fora para dentro e com pouco ou nenhum diálogo com os atores locais (SIMÕES; ROCHA, 2018).

Sobre a atuação dos múltiplos atores institucionais composto pelo o Estado, a sociedade civil e as agências do Sistema ONU (Agências vinculadas à Organização das Nações Unidas) há questionamentos sobre essa resposta humanitária realizada no Brasil e no mundo. O artigo “Ajuda humanitária: solidariedade ou indústria da pobreza”⁴¹ chama atenção de forma crítica à forma com que a ajuda humanitária é conduzida no mundo, Kris Mauren, produziu em 2014 o documentário “Pobreza S.A”, no qual assinala que existe uma grande e complexa indústria que ganha imenso lucros através da pobreza.

Essa indústria é composta por governos que fornecem dinheiro para grandes Organizações não Governamentais que ficam com boa parte do dinheiro, empresas de todos os tipos e as próprias pessoas em situação de pobreza que ficam com uma pequena parte desse dinheiro. O filme mostra os mecanismos que sustentam essa indústria contribuindo para que as pessoas se tornem cada vez mais dependentes de ajuda humanitária, sendo um sinal da ineficácia desses programas.

A importância da ajuda humanitária em situações de emergência ou extrema pobreza não é negada, a crítica é sobre a política de assistência fornecida durante meses, anos e décadas sem investimentos no desenvolvimento dos países que precisam, os esforços deveriam se concentrar em ajudar esses lugares em crise a sair dessa condição e no desenvolvimento social e econômico dessas pessoas para que não necessitem mais de ajuda “humanitária”.

Nessa pesquisa chamamos atenção para o papel importante na defesa dos direitos dos migrantes realizado pela Defensoria Pública da União (DPU)⁴² que, desde 2016, tem realizado o trabalho de atuação extrajudicial e judicial por meio da unidade da DPU/RR, dos grupos de trabalho temáticos e dos defensores regionais de direitos humanos em favor dos migrantes

⁴¹ Disponível em <https://www.politize.com.br/ajuda-humanitaria-solidariedade-ou-industria-da-pobreza/> acesso em 05-02/2022

⁴² Uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (ALVIM, 2018)

venezuelanos. Alvim (2018) revela que a educação foi alvo da primeira provocação feita pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apátrida e Refúgio (DPU/RR) ao Governo Federal. As crianças migrantes estavam com dificuldades de realizar matrículas em escolas brasileiras, em razão da exigência de tradução juramentada dos documentos escolares.

Após a provocação da DPU/RR, o Ministério da Educação (MEC) manifestou-se informando que conforme explicitam a Lei de Diretrizes e Base - LDB/96, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA/90 e a recente Lei de Migração - Lei 13.445/2017 não deverá haver discriminação das crianças oriundas de outros países no que tange à educação escolar, entende-se que não é exigível documentação traduzida para efetivação de matrícula nas redes públicas de ensino fundamental e médio.

A primeira atuação judicial coletiva ocorreu em 2016, quando a DPU/RR impetrou *habeas corpus* em favor de cerca de 450 venezuelanos que iriam ser deportados de forma sumária. Essa decisão liminar concedeu a ordem para assegurar a esta coletividade detida na sede da Polícia Federal o direito de permanecer no país até decisão final proferida no processo administrativo em que assegurado o devido processo legal. Desta forma, os ônibus que já estavam na fronteira tiveram que retornar à capital com todos aqueles que desejavam ficar no país (ALVIM, 2018).

Depois dessa ação da DPU/RR veio outro desafio, como realizar a regularização migratória deste fluxo migratório, que se mostrava multifacetado, abrangendo refugiados, imigrantes econômicos e imigrantes indígenas (warao). Considerando que o antigo Estatuto do Estrangeiro, legislação vigente à época, não possuía alternativas normativas para dar conta desta imigração complexa, a opção que se revelava era o pedido de refúgio.

Frente a esta situação que violava os direitos humanos dos imigrantes, a DPU/RR juntamente com diversos órgãos públicos e representantes da sociedade civil recomendou ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a edição de uma resolução visando uma solução migratória alternativa que oferecesse amparo a este grupo. Alvim (2018) enfatiza que se sugeriu adotar uma solução análoga ao que ocorre com os cidadãos dos países do MERCOSUL e associados, concedendo uma residência temporária, com possibilidades de trabalhar regularmente.

Tal recomendação foi acolhida pelo estado brasileiro que regulamentou a residência temporária para os venezuelanos. Entretanto, mais um novo desafio se apresentou, era previsto o pagamento de taxa elevada para quem optasse por esta via de regularização migratória e considerando a extrema vulnerabilidade do público imigrante, a mencionada Resolução corria o risco de se tornar totalmente inócua.

Assim a DPU/RR ajuizou ação civil pública em parceria com o Ministério Público Federal do Estado, com o escopo de isentar os migrantes venezuelanos da taxa de R\$ 311,22 para acesso à residência temporária. O magistrado deferiu o pedido determinando que a União se abstivesse de condicionar o processamento da solicitação de residência temporária ao pagamento da taxa, quando formulado por estrangeiro carente, aceitando como prova da vulnerabilidade a declaração de hipossuficiência firmada pelo pleiteante.

Diante da continuidade da imigração intensa de venezuelanos (as) para Roraima, as organizações da sociedade civil apresentaram um relatório em janeiro de 2018 para representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apontando a ausência de políticas públicas de acolhimento, a omissão do Governo Federal e a desarticulação das ações do Governo Estadual e Municipal. O CNDH no início de 2018 emitiu a Recomendação nº 01 que dispõe sobre os direitos dos venezuelanos (as).

O CNDH levando em consideração tratar-se de um fluxo crescente de natureza mista, onde as cidades de Pacaraima e Boa Vista registravam um expressivo número de famílias venezuelanas em situação de rua, faltando coordenação de ações nos três níveis de governo. Recomendou-se em suma, a instalação de um Gabinete Emergencial de Gestão Migratória, a realização de estudo e implementação de um Plano de Interiorização, a elaboração de Portarias que regulamentassem os aspectos da Lei da Migração nº 13.445/2017, bem como o início da gestão adequada de abrigos para os imigrantes mais vulneráveis (MOREIRA, 2018).

O Presidente Michel Temer, em atenção ao pleito, editou a Medida Provisória (MP) nº 820 em 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, medida depois convertida na Lei nº 13.684/2018⁴³. Foi instituído também o Comitê Federal de Assistência Emergencial para o acolhimento dos imigrantes vulneráveis.

O Governo Federal editou três decretos iniciais: o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, que reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela; o Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, que define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial e por fim, no ano seguinte, foi editado o Decreto

⁴³ Essa Lei que entrou em vigor em 21 de junho de 2018 dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.

nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que atualiza e dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial (SIMÕES; FRANCHI, 2020).

Ruseishvili; Carvalho e Nogueira (2018) mencionam que antes dessas medidas tardiamente tomadas pelo Governo Federal, houve a publicação pela Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos do Decreto 24.469-E de 2017 declarando a situação de emergência social pela intensa imigração venezuelana. A referida data se tornou um marco temporal que deu início a um debate público em nível nacional sobre a situação política, econômica e social no país vizinho, o acolhimento dos imigrantes venezuelanos e o papel da sociedade e do estado brasileiro no gerenciamento dessa situação.

Por meio da apelação às noções de “crise” e de “emergência social”, o Governo de Roraima realizou uma chamada ao Governo Federal e a toda sociedade brasileira e a internacional para se posicionarem diante do crescente número de migrantes venezuelanos. O ato publicado visava produzir um efeito, sobretudo performático, esperando tanto atenção midiática quanto apoio financeiro e logístico do Governo Federal.

Para Ruseishvili; Carvalho e Nogueira (2018) mesmo que o Brasil não fosse o destino preferencial dos venezuelanos foi o Estado de Roraima que concentrou a maior parte das entradas desses migrantes para o país. As primeiras medidas de gerenciamento dessa situação oscilaram entre dois modelos estabelecidos: securitário e humanitário.

Ao longo de 2016 as medidas consistiam nas retiradas diretas desses imigrantes do território nacional com deportações em massa, prática interrompida por decisões judiciais. Sem poder deportar os imigrantes, que se acumulavam em locais públicos e a ausência de ações articuladas do governo local para abrigar os venezuelanos ao longo dos anos 2015-2017, fez com que os imigrantes começassem a se concentrar em acampamentos improvisados.

Enquanto, os governos das três esferas pouco se manifestavam em relação a esta problemática, as ações de acolhidas eram geridas, sobretudo, pelas organizações da sociedade civil, entidades religiosas, universidades, cidadãos comuns, que tentavam amenizar por conta própria as condições precárias dessa população. A situação em Roraima mudou a partir do início de 2018, com a intervenção federal, dando início a “Operação Acolhida”.

Os imigrantes venezuelanos foram retirados das ruas, praças e acampamento e foram levados para abrigos onde receberiam alimentação, vacinas, kits de higiene, documentação e iniciaram-se os processos de interiorização para outros estados brasileiros. Nesse contexto, Ruseishvili; Carvalho e Nogueira (2018) consideram que o Decreto n. 24469-E parece ter produzido um novo arranjo de significados que fez mobilizar as forças nacionais, as

organizações internacionais e a sociedade civil em torno da temática da migração internacional venezuelana.

Fassin (2010) analisa como o discurso de crise produz um modelo que legitima a intervenção militar em nome da ação humanitária para salvar vidas e proteger populações. Esse novo arranjo entre práticas intervencionistas e discursos humanitários é denominado por Ruseishvili et al. (2018) de “governança militar e humanitária” do mundo. Fazendo paralelo com o caso dos venezuelanos em Roraima, fica claro que o decreto que produziu o discurso da crise social teve por objetivo provocar uma intervenção por parte do Governo Federal, cuja ação humanitária, é realizada pelas Forças Armadas.

A “Operação Acolhida” é uma ação conjunta, interagências e de natureza humanitária, envolvendo as Forças Armadas e vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além das agências internacionais e organizações não governamentais. Nesse contexto, em 1º de março de 2018, o Estado-Maior determinou ao Exército Brasileiro que estabelecesse a Força Tarefa Logística Humanitário (FT Log Hum) para o Estado de Roraima e pautasse a sua atuação por meio do tripé: ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização dos imigrantes (KANAAN ET AL., 2018).

No eixo ordenamento da fronteira o Exército Brasileiro (EB) juntou às demais Forças e agências parceiras, para controlar o fluxo migratório. O eixo abrigo evitou que o imigrante ficasse em situação de rua. Por fim o terceiro eixo, o de interiorização envolve vários atores, como as Forças Armadas, as agências nacionais e internacionais, instituições civis e empresários que trabalham em conjunto para distribuir e receber os imigrantes pelos diversos estados brasileiros.

Entretanto, a construção de abrigos foi insuficiente para lidar com a imigração, considerando a continuidade pela fronteira e o mercado de trabalho em Roraima apresentando sinais de saturação, diminuindo as chances de inserção social e laboral dos imigrantes e aumentando as vulnerabilidades. Rocha; Ribeiro (2019) e Simões e Franchi (2020) consideram que um dos eixos mais importantes da “Operação Acolhida” é o “Programa de Interiorização”, com objetivo de aliviar as cidades roraimenses, principalmente em seus serviços básicos e, ao mesmo tempo, oferecer maior oportunidade de inserção socioeconômica aos imigrantes.

Quando visitei as instalações da “Operação Acolhida” em Boa Vista, no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), o Coronel do Exército responsável pelo local me recebeu e expôs toda a dinâmica da missão realizada, desde a recepção e identificação na porta de entrada, na cidade de Pacaraima até o deslocamento para a capital roraimense. No PITRIG era disponibilizado serviços de documentação (CPF, carteira de trabalho, protocolo de refúgio e de

residência temporária), vacinação, atendimento de proteção às mulheres, ligação telefônica para Venezuela e cadastro para interiorização incluindo a possibilidade de entrevista virtual com diversas empresas empregadoras do país.

Explicou que na cidade de Pacaraima há um Posto de Recepção e Identificação (PRI) com serviço de vacinação, emissão de documentos com exceção da carteira de trabalho e contava também com a presença das agências da ONU. Mas, mesmo assim muitos imigrantes chegavam à Boa Vista indocumentados aumentando a demanda e à espera pelo atendimento.

Além, do PRI foram estabelecidas outras amplas estruturas para o ordenamento da fronteira e controle migratório; como um Posto de Triagem (PTRIG); um módulo de hospital de campanha; um alojamento de passagem com capacidade para 500 imigrantes e uma área de apoio para os integrantes da Força Tarefa e diversas agências da ONU.

Na cidade de Pacaraima há dois abrigos um para imigrantes indígenas e outro para não indígenas, sendo o ACNUR a agência responsável para fazer a triagem para o abrigo. Em Boa Vista há onze abrigos com mais ou menos seis mil imigrantes, um deles para indígena. Na área do Posto de Recepção e Apoio (PRA) na rodoviária havia cerca de mil imigrantes desabrigados que pernoitavam em barracas. Após a breve explanação, o Coronel indicou que eu fosse ao PRA, no final da tarde, momento que estão chegando os imigrantes venezuelanos para pernoitarem.

Ainda no momento que estávamos no PTRIG, se aproximou uma servidora que emitia as carteiras de trabalho para os imigrantes, e avisou que estavam sem o sistema e que iria pedir para os imigrantes buscarem o documento outro dia, o Coronel solicitou que ela esperasse um pouco mais o sistema se reestabelecer, visto que já havia muitas carteiras de trabalho esperando que seus titulares fossem buscá-las.

Era muito complicado para os imigrantes voltarem, pois muitos moravam distantes ou por motivos diversos não retornavam, seja por falta de transporte, ou para não faltar ao trabalho. Mas, o fato que ficava lá caixas e caixas com documentos, mesmo os imigrantes sendo alertados que só poderiam dar entrada a um processo de interiorização mediante a apresentação de tais documentos.

Na visita ao PRA no momento que os imigrantes chegavam para pernoitar havia muita movimentação ao redor, pois, naquele período se iniciava as distribuições das refeições e muitos corriam para o refeitório. O militar responsável pela área relatou que para os imigrantes terem acesso aos serviços como guarda-volumes; atendimento médico; serviço de informações através das agências da ONU; local de banho; de lavagem e secagem de roupa; refeitório e local de pernoite eram necessários à realização de um cadastro.

Figura 3 - Posto de Recepção e Apoio (PRA) em Boa Vista/Roraima



Fonte: Operação Acolhida, 2020.

A solicitação para ter acesso aos onze abrigos em Boa Vista deveria ser formalizada junto ao ACNUR, agência da ONU responsável pela triagem dos imigrantes que seriam abrigados e para dar autorização de acesso de outros (pesquisadores, jornalistas etc.) dessa maneira não foi possível visitar os abrigos, sendo o acesso bastante restrito pelo ACNUR, inclusive para pesquisadores.

A imigração venezuelana não se restringiu ao Estado de Roraima e novas fronteiras passaram a ser exploradas e a cidade de Manaus passou a ser outro ponto de destino. Entretanto, nesta capital, diversos direitos dos imigrantes passaram a ser também violado, o que ensejou a edição de recomendações da Defensoria Pública da União (DPU) em parceria com o Ministério Público Federal (MPF). Segundo dados do IBGE (2020) Manaus é uma cidade com uma população estimada em 2.219.580 habitantes e neste cenário, os imigrantes venezuelanos demoraram um pouco mais a ganhar visibilidade diferentemente de Boa Vista com uma população de 419.652 habitantes.

Silva (2018, p. 206) registra que em Manaus a presença venezuelana tornou-se visível e passou a chamar atenção da população local, a partir do momento que um grupo de imigrantes indígenas da etnia Warao fez um acampamento ao lado da rodoviária da cidade, no início de 2017. Posteriormente, os imigrantes venezuelanos não indígenas também foram notados pelas ruas da cidade, onde homens e mulheres, às vezes acompanhadas com crianças, exibiam mensagens escritas em pedaços de papelões com os seguintes dizeres: “sou venezuelano/a, preciso de um trabalho ou de uma ajuda, obrigado/a”.

Diante da situação as autoridades locais instadas por uma ação do Ministério Público Federal se mobilizaram e criaram um abrigo provisório em um centro esportivo. Enquanto o

Governo Estadual transformou esse ginásio em “abrigo”, a Prefeitura de Manaus alugou casas para alojamento dos indígenas Warao em áreas distintas da cidade.

Dessa maneira as famílias Warao acampados na rodoviária de Manaus foram alojadas em um abrigo situado no bairro do Coroado, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). Enquanto as famílias Warao que estavam subalugando casas no centro da cidade, foram transferidas por meio da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), para casas alugadas em diferentes bairros da cidade. A SEMASC contratou, inicialmente, em 2017, uma equipe multidisciplinar (antropóloga, assistente social, psicóloga e tradutores) para assistir os indígenas no abrigo e nas casas alugadas.

Posteriormente, o abrigo localizado no bairro Coroado para imigrantes indígenas passou a ser para os imigrantes não indígenas e continuou a ser gerenciado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) e o abrigo para os indígenas warao mudou-se para outro local no bairro Alfredo Nascimento na zona norte de Manaus sendo gerenciado pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC).

Em agosto de 2019 iniciaram as tratativas para o ordenamento da área próxima à Rodoviária de Manaus, ocupado naquele momento por 536 imigrantes venezuelanos (as) que foram encaminhados para a Arena Poliesportiva Amadeu Teixeira, onde permaneceriam até o término das ações (SEJUSC, 2019).

Figura 4 - Área próxima à Rodoviária de Manaus (lugar de pernoite dos imigrantes) após o reordenamento



Fonte: arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus em fevereiro de 2020.



Fonte: arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus em fevereiro de 2020.

As barracas para pernoite eram divididas em três: uma para famílias, outra para casais sem filho e a outra para homens solteiros. Assim, como em Boa Vista, a partir das 16 horas os imigrantes poderiam pegar seus colchonetes nas instalações da “Operação Acolhida” e entrar nas barracas, mas a partir das 6 horas da manhã teriam que sair e era proibido ficar próximo do local. O que é muito contraditório por ser um lugar de acolhida, entretanto, o único lugar possível para os imigrantes era a rua, ou sair em busca de trabalho, mas, como aponta Silva (2020g), faz-se o questionamento: onde encontrá-lo?

Com o reordenamento da rodoviária, as moradias improvisadas deram lugar a enormes tendas brancas. Em termos de produção do território dos imigrantes o surgimento das gigantes barracas branca próximo à rodoviária tem como uma das explicações, o processo decorrente da pressão exercida pelos imigrantes localizados embaixo do viaduto próximo ao terminal, um local perigoso onde pessoas estavam expostas a acidentes e condições de vida praticamente à intempérie.

A produção do território acontece organizada pelo estatismo e as organizações humanitárias como do lado dos migrantes no seu deambular pela cidade e a concentração em determinados lugares como rodoviárias, avenidas, parques, praças, feiras, áreas comerciais, locais onde oferecem diariamente sua força de trabalho.

Figura 5 - Momento de entrada dos imigrantes nas barracas para pernoitar – Manaus



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus em fevereiro de 2020 e agosto de 2021.

O Posto de Recepção e Apoio (PRA) de Manaus tem uma área de lavanderia, banheiros, chuveiros, área para secagem de roupas, um local para a guarda de pertences e um espaço para o funcionamento dos serviços das agências da ONU (ACNUR, OIM, UNFPA, UNICEF). Conforme as fotos abaixo:

Figura 6 - Instalações da “Operação Acolhida em Manaus” - Refeitório e a Lavanderia no Posto de Recepção e Apoio



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus em agosto de 2021.

Figura 7 - Guarda-volumes e sala de atendimento e orientação aos imigrantes



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus em agosto de 2021.

A partir de 2018, um crescente contingente de venezuelanos (as) também se fez presente nas ruas do bairro Centro da cidade de Manaus. A Rua Quintino Bocaiúva que faz cruzamento com a Avenida Joaquim Nabuco, uma via de grande circulação de carros e pessoas ficou conhecida como a *calle de los venezolanos*. Onde, alugam quartos em prédios antigos, ou pagam por diárias, e onde muitos outros vendem comidas típicas da Venezuela, como arepas e empanadas ou trabalham em salões de beleza e barbearias podendo ser visto também como um exemplo, de produção de novos territórios.

Entretanto, em Manaus ainda não há um bairro que seja reconhecido como de imigrantes venezuelanos como visto em outras capitais brasileiras como exemplo, a cidade de São Paulo com zonas conhecidas referenciando as imigrações mais antigas como de italianos e japoneses e outros bairros vistos como redutos dos imigrantes bolivianos, acredito que por se uma imigração recente e de perfis diferentes.

Na capital manauara as primeiras iniciativas de atendimentos e acolhida aos imigrantes também foram oferecidas pelas instituições religiosas e sociedade Civil Organizada. Os primeiros abrigos tiveram a gestão da Pastoral do Migrante que funciona há quase trinta anos e com experiência em respostas emergenciais e conhecimento da rede estadual e municipal em relação à políticas públicas como de assistência social, educação, saúde dentre outros.

Como Assistente Social no período de 2010 a 2014 de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não era raro receber encaminhamentos realizados através da Pastoral dos Migrantes para atendimento social de imigrantes. O padre da Igreja São Geraldo

certa vez procurou a coordenação do CRAS solicitando que fosse realizado um mutirão para a realização do Cadastro Único dos imigrantes em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo era a inclusão desses imigrantes em programas sociais. A equipe de referência do CRAS também realizava atendimentos e acompanhamentos aos refugiados. Nesses casos os encaminhamentos eram realizados através do Serviço Social da Cáritas Arquidiocesana de Manaus, instituição parceira do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Particpei entre 2012 a 2014 como assistente social do CRAS/Glória de algumas reuniões na Cáritas com representantes do ACNUR para receber orientações para realização do cadastro desses imigrantes em programas sociais, tendo em vista, que eles não possuíam alguns documentos obrigatórios para os responsáveis familiares, muitos ainda tinham apenas o protocolo que comprovava a solicitação de refúgio esperando a resposta do CONARE.

Os encaminhamentos de imigrantes aos órgãos públicos realizados pela sociedade civil, instituições religiosas e agências internacionais, estão voltados à utilização dos aparelhos governamentais já existentes, como os CRAS, ou para a rede de serviços socioassistenciais ou de saúde de média e alta complexidade, visto que não existem programas específicos para essa demanda.

Com a imigração venezuelana para Manaus a partir do ano de 2016, os gestores locais depois de instados pelo Ministério Público Federal tomaram algumas medidas de proteção como um “Plano Emergencial de Ajuda Humanitária” por meio de diversos órgãos públicos para atender a alta demanda dos imigrantes que necessitavam de apoio assistencial.

Esse plano teve à frente órgãos estaduais e municipais como a Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) e Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) dentre outros. Sendo posteriormente pedido apoio ao governo federal para a implementação da “Operação Acolhida”.

Em 2020 antes de ser declarada pela Organização Mundial de Saúde, a pandemia da Covid-19, realizei um trabalho de campo com vista a conhecer o funcionamento da “Operação Acolhida” na capital amazonense. Em relação a sua implementação no início de 2019, o Coronel responsável pelo VII contingente na Base Manaus afirmou que a Prefeitura de Manaus e o Estado do Amazonas buscaram uma aproximação com o Comitê em Brasília que regula as ações da “Operação Acolhida”, bem como os seus representantes no Norte.

Em Manaus já haviam muitos venezuelanos (as), muitos deles nas ruas, ocupando áreas públicas, como a rodoviária, algo que muito se assemelhava as cidades de Pacaraima e Boa

Vista/RR. Em julho de 2019 iniciaram as tratativas e atividades de reconhecimento na cidade de Manaus. Foi acordado que os poderes locais (Estado e Município) cuidariam das questões ligadas ao abrigamento e Manaus serviria como um *hubb* (área de trânsito) para as atividades de interiorização, a fim de auxiliar a saída dos imigrantes que vinha de Pacaraima ou Boa Vista, para daí seguir para outras regiões, devido Manaus ter maior oferta de voos regulares.

Com isso, o Estado do Amazonas cedeu parte da área de uma Secretaria Estadual, para se mobiliar ali uma Base Interagências e outra área junto à rodoviária para se constituir em um Posto de Recepção e Apoio PRA/AM. Viu-se a necessidade de ampliação das ações tanto de ordenamento, como de interiorização (grande interesse dos governos locais) e foram construídas duas áreas cedidas pelo o Estado do Amazonas contíguas para uma Área de Trânsito de Manaus (ATM) e para um Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG/AM), tendo início de funcionamento no dia 05 novembro de 2019.

Em relação aos atores envolvidos na “Operação Acolhida” em Manaus, o responsável pela base Manaus explicou como se dava o trabalho de articulação entre eles.

O ACNUR envolvida desde as atividades dos cadastros e protocolos de refúgio, passando pelo cuidado e acompanhamento da ATM a partir da parceira implementadora ONG Fraternidade Internacional⁴⁴ e do Instituto Mana⁴⁵ que atende no PITrig e PRA. A OIM que participa ativamente de seus processos em cadastramento para obter as condições de residente temporário no país, atua bastante na aquisição de passagens e controle das atividades de interiorização. A UNPFA atua no monitoramento das questões ligadas à saúde e controle reprodutivo da mulher e no combate a violência contra a mesma. A UNICEF atua desde o apoio no PITrig e PRA com o projeto “Superpanas”, atualmente conduzida pela ONG Aldeias SOS, sua parceira implementadora, até no controle às questões ligadas às crianças e aos adolescentes. A CICV e a sua implementadora nacional CVB atuam no apoio a reunião familiar (uso de telefones para contato dos venezuelanos com os seus parentes, dentro ou fora do país) e no apoio emergencial de saúde no PITrig e PRA. Há a participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, como a PF, a RF, a SEJUSC, a SUSAM, a SEAS, a SEMASC, a DPE e a DPU (Coronel Scafutto, 49 anos, Coordenador da Operação Acolhida em Manaus, VII contingente, entrevista, em fevereiro de 2020).

As relações entre os atores se davam de maneira autônoma, mas coordenada, sendo que cada um tinha sua missão específica e que por vezes os esforços eram somados para a consecução de tarefas novas ou para suprir as existentes ainda pendentes. Havia diversas

⁴⁴ A Fraternidade – Missões Humanitárias Internacionais (FMHI), organizada como associação civil sem fins lucrativos, atua em defesa da dignidade e dos direitos humanos.

⁴⁵ O Instituto Mana surgiu da união de forças de três amigas, operadoras do Direito e naturais de Manaus, que compartilhavam o interesse de contribuir para a emancipação feminina e lutar pelo fim da violência de gênero contra a mulher, seja em virtude da sua orientação sexual, identidade de gênero ou apenas pelo fato de ser mulher.

reuniões de coordenação, sendo uma principal mensal com a participação de todos os envolvidos. O coordenador da base Manaus considerava que a integração era muito positiva e a grande vantagem era de que em Manaus havia uma considerável participação local do governo do Estado e Município diferentemente do que ocorreu em Roraima.

É importante reconhecer as conquistas referentes à formulação de novas leis na perspectiva do direito de migrar e ter acolhimento, como a nova Lei da Migração e o Estatuto dos Refugiados. Igualmente, é pertinente observar que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no que se refere à implementação de políticas públicas de acolhimento. A acolhida institucional via Estado, em geral, até o momento presente se resume mais à abertura da fronteira para a passagem e a entrega de um documento provisório ao imigrante/refugiado, ou seja, temos uma excelente legislação, mas ainda não podemos considerar que o Brasil tem uma política migratória consolidada.

Apesar dos esforços nos últimos anos, o acolhimento está muito limitado ao processo de documentação e pouco se tem discutido sobre a importância da inserção sociocultural e laboral desses imigrantes na sociedade brasileira. Por se tratar de um fenômeno multifacetado são colocados desafios no que compete ao acolhimento e para isso é necessário o envolvimento das diferentes esferas de gestão (união, estado e município), organizações não governamentais, a sociedade civil organizada, agências internacionais das nações unidas e das instituições religiosas.

2.1.3 - A governança migratória no Brasil

A falta de materialização da política migratória brasileira tornou o processo de inserção dos imigrantes venezuelanos (as) no país ainda mais complexo. O governo brasileiro foi bastante criticado pela decisão tardia de acionar os órgãos federativos para responderem a crise instalada em Roraima, pois uma resposta coordenada veio somente três anos depois do início da migração, ou seja, em fevereiro de 2018.

Os atores governamentais locais participaram de forma diferenciada e pouco assertiva em relação ao processo de governança migratória. De maneira geral, o Governo do Estado de Roraima, desde o início da crise, buscou judicializar a questão na tentativa de transferir responsabilidades. Já o poder municipal, especialmente de Boa Vista, mostrou-se antagônico aos imigrantes e muito ausente das discussões e das respostas (SIMÕES; ROCHA, 2018).

A presença venezuelana no Brasil passou a ser concebida como um problema social quando foi definida como migração e os atores do processo como refugiados. Sarmiento e

Rodrigues (2020, p. 20) enfatizam que enquanto as autoridades locais trataram de reivindicar verbas extras ao Governo Federal alegando falta de recursos para receber os imigrantes, a mídia repercutia o discurso dessas autoridades reforçando a narrativa de que os migrantes “quebrariam” o Estado de Roraima. Os moradores alarmados por essas retóricas se dividiam na opinião favorável ou contrária ao recebimento dos migrantes.

Segundo Sarmiento; Rodrigues (2018) a sociedade roraimense se polarizou mediante o aumento da imigração venezuelana de um lado aqueles que sensibilizados pela situação de penúria dos imigrantes e entendendo a migração como um direito de ir e vir reivindicava um tratamento e acolhimento humanizado. E, do outro lado, aqueles que acreditam que o Estado já tinha muitos problemas a serem resolvidos devendo priorizar a população nacional e roraimense e, dessa forma defendiam o controle e/ou fechamento da fronteira, a deportação, a restrição e as cotas para o acesso aos serviços sociais, entre outros.

Nesse último grupo, estavam incluídos atores de diferentes classes sociais, moradores locais que, entendendo a migração a partir de um viés negativo, colocavam argumentos contrários ao recebimento dos imigrantes e discordavam de qualquer tipo de “ajuda” que o governo e a sociedade civil pudessem oferecer.

Os imigrantes foram cotidianamente depreciados, através do uso de expressões como “veneco”, uma expressão frequentemente empregada para se referir aos migrantes venezuelanos de uma forma geral e “ochenta” às mulheres venezuelanas que supostamente trabalham se prostituindo nas ruas de Boa Vista. Vasconcelos (2021) afirma que pela dificuldade de falar o português, essas mulheres acabavam pronunciando o valor do programa em espanhol, “*ochenta*”. Assim, essa expressão que significa oitenta em português, passou a ser utilizada pelos brasileiros para se referir a essas profissionais e a outras venezuelanas como forma de associação a esse tipo de trabalho.

Segundo Sarmiento e Rodrigues (2018), o discurso de ódio sobre esse “outro” quase sempre produzido no âmbito da classe média e das elites que cooptam os grupos populares que, impactados pela perda de direitos e ressentidos por essa situação, acabam vendo o migrante pobre como um competidor, um intruso que chega para disputar os poucos recursos e benefícios sociais existentes.

Os imigrantes “pobres” são vistos como “ameaça” e para quem estão endereçadas todas as formas de desconfiança e rejeição pela sociedade que os recebem. Sendo assim, nem sempre o que está em jogo é a “xenofobia”, que quer dizer aversão ou medo direcionado aos estrangeiros, mas, sim a “aporofobia”. A rejeição dos pobres é a chave de uma realidade muitas vezes invisível.

Adela Cortina (2017) filósofa espanhola que estuda entre outros temas a aversão aos pobres procurou uma palavra que conseguisse descrever isso, usando o termo aporofobia⁴⁶. Chamou atenção que a aversão ao estrangeiro não está dirigida a qualquer tipo de migrante. A fobia contra o estrangeiro refere-se exclusivamente aos migrantes pobres e não uma aversão pelos imigrantes que detêm recurso financeiro ou boa condição de vida e passam a viver em um novo país.

Contudo, os mesmos países que rejeitam os imigrantes por sobrevivência e os refugiados, ou seja, os imigrantes pobres são também os mesmos que recebem todos os dias em seus aeroportos internacionais com extrema cordialidade os estrangeiros vindos de países com economias hegemônicas dando boas vindas, por outro lado, são raros os nacionais que agem com uma verdadeira hospitalidade e sem nenhum interesse, acolhendo aqueles imigrantes mais vulneráveis socioeconomicamente.

Segundo Milesi et al. (2018) as autoridades locais roraimenses tenderam a neutralizar suas responsabilidades através de retóricas xenofóbicas. Ou seja, o foco dos problemas na saúde, o desemprego, a falta de vagas na escola, a violência e as desigualdades sociais deixaram de ser uma questão de má gestão pública, para ser transferida ao fluxo migratório venezuelano que chegava a Roraima. Entretanto, a referida imigração apenas deu visibilidade a problemas já existentes.

Assim, todo o esforço das autoridades locais de responsabilizar a União veio acompanhado pelo uso de elementos xenofobos no discurso político, e que, de maneira bastante expressiva, permeia a argumentação na qual se baseia a Ação Cível Originária 3.121 Roraima (ACO 3121). A Ação parte da premissa de que não há dúvida que “a entrada descontrolada de venezuelanos pela fronteira Venezuela/Brasil tem causado enormes prejuízos à população do Estado de Roraima que é o menor da Federação”. Conforme se verá a seguir.

Na narrativa construída, nota-se a clara intenção de responsabilizar exclusivamente os venezuelanos por diversos problemas observados em Roraima, muitos dos quais têm causas estruturais e já estavam presentes antes mesmo da atual conjuntura migratória. Ao fazê-lo, os políticos locais buscam isentar-se de suas responsabilidades pela precariedade dos serviços públicos, desviando a atenção das reais causas dos problemas e utilizando os imigrantes como bode expiatório. Essa estratégia é perceptível na ACO 3121, que pede o fechamento da fronteira baseando-se em elementos como o risco de “possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade” (MILESI; COURRY; ROVERY, 2018, p. 66).

⁴⁶ Do grego aporós, que é a forma de nomear os pobres, e fobeo que se refere à rejeição e ao medo, a "aporofobia" pode se resumir na disposição pessoal ou institucional contra os pobres ou indefesos, que pode ser da invisibilidade e rejeição ao crime de ódio (CORTINA, 2017).

A ACO 3121/RR utiliza-se desta retórica xenófoba para embasar seu pleito de fechamento da fronteira e a limitação da entrada de venezuelanos, medidas defendidas pelo Governo do Estado de Roraima como solução para os problemas enfrentados na região. No entanto, no atual contexto, restringir a entrada vai contra o espírito da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que aborda a questão da mobilidade humana através da ótica dos direitos humanos e não mais de uma perspectiva securitária (MILESI; COURRY; ROVERY, 2018).

Sarmiento e Rodrigues (2020) chamam atenção que o governo brasileiro ao invés de elaborar uma política migratória consistente tratou a migração como uma situação transitória paliada por meio de uma “Operação Acolhida” com início em 2018 caminhando já para o quarto ano de existência em março de 2022. E que mantém o protagonismo do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, num papel que já não lhe compete, segundo os dispositivos jurídicos nacionais em vigor.

Apresentando o caráter fortemente securitário do revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980) e posteriormente uma análise sobre os principais pontos de avanço da nova Lei da Migração (Lei 13.445/2017), os autores Baggio e Nascimento (2018) apontam também para os desafios que foram postos no horizonte de aplicabilidade dessa nova lei: os vetos⁴⁷ presidenciais e a falta de um decreto regulamentador. Tentaram responder à seguinte pergunta: quais os avanços da nova Lei de Migração?

O Estatuto do Estrangeiro que esteve em vigor por 37 anos, de 1980 a 2017, criado durante a ditadura militar que concebia os imigrantes como “caso de polícia” tornou-se anacrônico após o processo de redemocratização do país. Inúmeros de seus artigos entraram em contradição com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (FELDMAN-BIANCO, 2018).

O Estatuto do Estrangeiro tratou a questão do migrante com toda a desconfiança própria da ideologia de segurança nacional, restringindo ao máximo qualquer possibilidade de integração política ou social. Baggio, Nascimento (2018) assinalam que diante de todo o anacronismo e da crescente pressão ocasionada pelos novos fluxos migratórios, em 2013, o Ministério da Justiça criou uma comissão de especialistas por meio da portaria 2162/13 para a criação de um anteprojeto da nova lei brasileira de migração.

⁴⁷ Ver os 18 vetos do poder executivo em “Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017” disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm acesso em 12 de agosto de 2021.

De modo que o documento pudesse ser construído com a parceria da sociedade civil e que esse novo marco legal conseguisse, sobretudo, modificar a abordagem de segurança nacional para o reconhecimento dos direitos subjetivos dos imigrantes. Contudo, o projeto de lei (PL 288/13)⁴⁸ que acabou aprovado pelo Congresso Nacional não foi o proposto pela comissão de especialistas.

Baggio e Nascimento (2018) afirmam que o projeto aprovado (PL 288/13), ainda que se parecesse em vários aspectos com o projeto elaborado pela comissão de especialistas e debatido amplamente em diversos espaços, acabou deixando de fora uma das principais reivindicações da sociedade civil e dos migrantes. A criação de uma autoridade nacional migratória especializada na regularização da matéria, tendo em vista a necessidade de desvinculação da recepção e regularização migratória das funções da Polícia Federal, uma vez que os processos migratórios estariam deixando de ser assunto policial para passar a ser um tema da seara de proteção de direitos humanos.

O Brasil até o momento que entrou em vigor a nova lei da migração vivia o paradoxo de conviver com um marco regulatório que além de ultrapassado na dimensão política engessava a tomada de decisões voltadas ao acolhimento e à integração dos imigrantes. Oliveira (2017) considera que apesar dos vetos feitos pelo poder executivo, esse novo arcabouço legal abre a perspectiva de esperança para os coletivos migrantes que já se encontram por aqui, para aqueles que estão por vir e para os brasileiros que emigraram para o exterior.

Dentre os princípios da nova Lei da Migração 13.445/2017 estão, a saber:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; [...] V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária [...]; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas e repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (BRASIL, 2017).

Para Oliveira (2017) os principais desafios colocados no que diz respeito à nova Lei da Migração, é sua regulamentação. Pois, embora minoritários, os setores conservadores são suficientemente bem articulados para poderem atuar no sentido de desconfigurar alguns aspectos positivos no processo de implementação da lei. Assim, o espectro da sociedade civil

⁴⁸ De Autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). Nº na Câmara dos Deputados: PL 2516/2015. Norma Gerada: Lei nº 13.445 de 24/05/2017. Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

que defende a nova lei deve estar atento para assegurar que o marco legal reflita os anseios por garantir direitos e proteção à pessoa migrante.

Respondendo à pergunta inicial sobre a nova Lei de Migração, Baggio e Nascimento (2018) dizem que sim, é um avanço, sobretudo quando comparada ao Estatuto do Estrangeiro. Contudo, o contexto político institucional que a aprovou é o mesmo que pode paralisar e desfigurar seus avanços. Se, por um lado, a nova lei logrou sucesso ao colocar a temática nos marcos internacional de proteção de direitos humanos, por outro, a conjuntura interna brasileira não deixa dúvidas de que o legado autoritário permanece mais presente do que nunca, não só se colocando como um desafio a ser superado, mas, sobretudo, ameaçando explicitamente as possibilidades de aplicação da nova Lei.

Assis (2018) enfatiza que apesar da nova lei procurar retirar o ranço autoritário das legislações anteriores, ela convive com as contradições e paradoxos de um país que tem um discurso de acolhimento aos imigrantes, mas ao mesmo tempo, continua tratando certos grupos de migrantes na categoria de indesejados e cria mecanismos que podem favorecer a migração qualificada produzindo seletividade migratória. Traduzir a nova lei da migração para novas práticas de acolhimento e diálogo intercultural com os imigrantes contemporâneos permanece um desafio a ser enfrentado.

A governança migratória através da militarização se aproximou ao modelo aplicado mundo afora com união de militares e agências internacionais na gestão dos abrigos. A realidade de Roraima frente à estrutura da “Operação Acolhida” no eixo de abrigamento se assemelha às descrições de Didier Fassin (2014) sobre o Centro Sangatte, localizado na pequena cidade de Calais, norte da França.

Sangatte, inicialmente pensado como uma instalação transitória (uma espécie de casa de passagem) para migrantes advindos do Oriente Médio (Kosovo, Curdistão e Afeganistão) em busca de refúgio na Grã-Bretanha tornou-se, tendo em vista as dificuldades de acesso ao Reino Unido, um abrigo permanente para dezenas e milhares de pessoas que não conseguiram cruzar o canal da Mancha.

O Centro Sangatte, um galpão em desuso de 25 mil metros quadrados foi aberto no dia 14 de agosto de 1999. Logo se tornou conhecido como um campo de trânsito, pois supunha a acomodação somente de curta estada para imigrantes. Aconteceu, contudo, que, durante os primeiros dois anos e meio de sua existência, o galpão acomodou cerca de 50 mil pessoas, sendo que apenas 350 destas pediam asilo na França.

O restante conseguia cruzar o canal, geralmente após ter passado menos de um mês no refúgio. Assim, o governo francês podia se esquivar ligeiramente combinando a aparência da

“ajuda humanitária aos refugiados” com a recusa da “imigração clandestina”. A situação mudou quando o governo britânico, sob pressão pública, decidiu restringir o acesso ao asilo e bloquear a entrada ilegal em seu território (FASSIN, 2014).

Após essa nova guinada política, sair de Sangatte tornou-se cada vez mais difícil para os imigrantes. “O centro de emergência Sangatte, uma pequena cidade de 1.300 habitantes que sonham ir à Inglaterra”, era o título de um artigo do *Le Monde* de 30 de maio de 2002. Contudo, com esta circulação de pessoas em uma cidade de grandes tendas, sua enorme cantina com longas filas de espera por comida, suas construções pré-fabricadas abrigando serviços administrativos e médicos, esta “pequena cidade” começou a adquirir características marcadamente urbanas.

Sangatte se tornou um ponto focal para queixas sobre direitos humanos bem como uma potencial ameaça à ordem pública. Para muitos, o centro humanitário parecia cada vez mais com um campo de confinamento. O drama de Sangatte é paradigmático das tensões entre os discursos e práticas de “compaixão e repressão” nas políticas de imigração.

Com o enrijecimento das normas de concessão de refúgio no Reino Unido e as disputas entre atravessadores curdos e afegãos pelo tráfico de pessoas, houve uma preocupação por parte das autoridades locais com a segurança em razão de uma potencial ameaça à ordem pública. Sob essa justificativa, a presença permanente da polícia passou a fazer parte do cotidiano desses migrantes que cada vez mais comparavam o “centro humanitário” a um “campo de confinamento” (FASSIN, 2014).

Assim, como em Sangatte, devido a conflitos ocorridos envolvendo cidadãos nacionais, em Roraima também foi estabelecido o decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO)⁴⁹, legitimando a presença da força policial nas proximidades dos abrigos para os imigrantes e refugiados e produzindo a sensação de aprisionamento. Inicialmente, o Exército Brasileiro (EB) não tinha legitimidade para o emprego da força, autorizada apenas após a ocorrência de atentados contra migrantes venezuelanos na cidade de Pacaraima no mês de agosto de 2018.

Em ambos os casos, tanto na França como no Brasil existe uma preocupação humanitária com acolhimento de estrangeiros. Produzindo uma oscilação entre sentimentos de comiseração, por um lado, e de preocupação com a ordem de outro. Entre uma política de piedade e políticas de controle (FASSIN, 2014). Também em ambos os casos, a emergência se torna permanência.

⁴⁹ Em 28 de agosto de 2018, o decreto presidencial de Garantia de Lei e Ordem (GLO) nº 9.483 foi publicado no Diário Oficial, autorizando o emprego das Forças Armadas, com poder de polícia, nas fronteiras e rodovias de Roraima. Decreto revogado em 20/12/2018 por meio do decreto 9.623.

Dode Júnior (2017) busca encontrar explicações para a atual política migratória no Brasil e na Europa, tendo como pano de fundo a problemática do imigrante pobre/refugiado. O autor faz uma explanação crítica da teoria de securitização da “Escola de Copenhague” desenvolvida no final da Guerra Fria, onde se formou um grupo de especialistas que trabalhavam exclusivamente com a percepção de ampliação da ideia de segurança na Europa.

A mencionada Escola defende que a securitização deve estar sempre no debate político. Podendo restringir direitos em nome de um “bem maior”, ou seja, a manutenção da velha estrutura de Estado-Nação, absorvida pela União Europeia, numa tentativa de retorno ao nacionalismo.

Como de praxe na história da humanidade, é escolhido um “bode expiatório”⁵⁰, que neste caso é o imigrante. Assim, problemas sociais já recorrentes são colocados sob as costas deste novo inimigo que é criminalizado. A relação estabelecida pela entrada do imigrante no país e a segurança da “Escola de Copenhague” evidencia a compreensão dos processos migratórios enquanto ameaça ou invasão. Dode Júnior (2017) afirma que esses conceitos embora tenham sido superados através da construção de tratados e convenções internacionais que priorizam a proteção dos direitos humanos, ainda se encontram presentes, em detrimento do entendimento de interesse nacional e ordem pública.

Em relação à governança migratória brasileira, Uebel (2019) realiza uma discussão dessa temática durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), a partir da ótica dos panoramas migratórios do país no período. As migrações internacionais para o Brasil passaram, nas últimas duas décadas, por uma profunda transformação quanto à sua intensidade, origem, repercussão e de acolhimento na sociedade brasileira.

O país teve um crescimento contínuo dos fluxos desde 2010, quando atravessava um favorável momento econômico e político, com relativa estabilidade às tensões financeiras e geopolíticas globais. Nesse contexto os fluxos migratórios anuais atingiam valores históricos, todos acima de cem mil novos imigrantes por ano a partir de 2012, cujo ápice se deu no ano da reeleição de Dilma Rousseff, 2014, com mais de 146 mil novos imigrantes.

Entretanto, Uebel (2019) registra que a partir de 2014, quando os tensionamentos político e institucional no Brasil se transformam em crise multifacetada, verifica-se uma diminuição dos fluxos imigratórios anuais, que, em 2016, chegaram a patamares menores do

⁵⁰ Em sentido figurado, um “bode expiatório” é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar (sozinho) a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo (embora não o tenha cometido). A busca do bode expiatório é um ato irracional de determinar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja responsável de um ou mais problemas sem a constatação real dos fatos. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/bode_expiatorio

que os anteriores a 2012, com tendência de maior diminuição para 2017 e 2018, apesar da explosão imigratória de venezuelanos. Se a crise venezuelana não tivesse aumentado os fluxos de migrantes solicitantes de refúgio, o grau de inclinação de sul e latino-americanos seriam muito maiores.

Se Dilma Rousseff assumiu o governo com a continuidade do tratamento e agenda do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a política externa migratória da ex-presidente sofreria uma ruptura e mudança na passagem para os dois governos subsequentes de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Os quais modificaram a agenda migratória e lançaram para o debate nos dias atuais se o Brasil de fato apresenta uma governança migratória sólida e se continua a ser um país de imigrações ou um Estado de emigração forçada e remigrações.

De acordo com Mendes; Menezes (2019) a campanha eleitoral de 2018 no Brasil coincidiu com o aprofundamento da crise da Venezuela e a imigração da população desse país. O candidato Jair Bolsonaro quando eleito presidente propõe revogar a nova Lei de Migração e regressar ao paradigma da segurança nacional, entendendo que a defesa do Estado deve ser prioritária.

A idealização do retorno ao prisma de legislações do passado não levou em conta transformações no caráter dos deslocamentos contemporâneos, que já não correspondem somente a demandas por mão de obra. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, aproveitou um discurso para atacar a Lei de Migração em vigor no Brasil afirmando que “ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa”.

A crítica à lei sancionada pelo presidente Michel Temer em maio de 2017 é recorrente no discurso de Bolsonaro que afirma que a lei “transformou o Brasil em um país sem fronteiras”. “Se essa lei continuar em vigor, qualquer um pode entrar no Brasil e chega com mais direitos do que nós”, declarou o presidente, na ocasião (MAIA, 2019).

O primeiro ato de Jair Bolsonaro em política migratória ocorreu no dia de sua posse na Presidência da República, 1º de janeiro de 2019. Após a investidura no cargo, uma nota do Itamaraty circulou instruindo diplomatas brasileiros em postos no exterior a comunicar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações e membros de governos, que o Brasil deixaria o Pacto Global de Migração⁵¹.

Acordo formalmente chamado de Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, firmado por 164 países em dezembro de 2018, ao término do mandato presidencial de

⁵¹ O Pacto Global é uma resposta conjunta dos países do Sistema ONU à atual crise migratória e consiste na ideia de que os Estados não devem agir de forma isolada frente a essa crise, mas sim, atuar de forma coletiva, cooperando para se alcançar resultados significativos (GARCIA, 2019).

Michel Temer. A nota ressaltava que Brasília não iria mais “participar de qualquer atividade relacionada ao pacto ou à sua implementação”. O Pacto visa enfrentar os desafios associados à migração, não tendo efeito legal vinculativo para os seus países signatários, no entanto, é considerado um compromisso político (ONU, 2018).

Em 09 de janeiro de 2019, o recém-empossado presidente da república, Jair Bolsonaro, confirmou por meio de seu Twitter a revogação da adesão do Brasil, alegando a preservação dos valores nacionais. Como explicitado por ele, “quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros” (BOLSONARO, 2019).

Só que isso não é assim para todos os países e cidadãos. Os motivos são fortemente ideológicos. O *modus operandi* pareceria seguir um tipo de boicote político e econômico, que aconteceu, em outro contexto com os médicos cubanos.

O Pacto Global de Migração procedeu à Declaração de Nova Iorque⁵², que ocorreu em 2016 e teve como objetivo formular diretrizes para enfrentar os problemas relacionados às migrações sendo adotada por 193 países, incluindo o Brasil. O documento parte da premissa de que os grandes fluxos migratórios têm ramificações políticas, econômicas, sociais, humanitárias e de direitos humanos, ultrapassando fronteiras.

Desse modo, os grandes deslocamentos de refugiados e migrantes são um fenômeno de responsabilidade comum da comunidade internacional, e demandam, portanto, abordagem e soluções globais. O documento se baseia no reconhecimento de que o mundo está encarando um nível de mobilidade humana inédito. Reconheceu-se também que o número de pessoas forçadas a se deslocar está em franca ascensão.

A política migratória do governo de Jair Bolsonaro retomou o paradigma da segurança nacional, em oposição ao modelo garantidor dos direitos humanos. Ao retirar o Brasil do Pacto Global para a Migração, sinalizou o alinhamento com o presidente norte-americano *Donald Trump* e outros líderes antimigrantistas com claro discurso xenofóbico (MENDES; MENEZES, 2019). Os Estados Unidos não participaram das conversações que levaram à assinatura do acordo, e não firmaram o documento final.

⁵² Para a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, os Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, reuniram-se na Sede das Nações Unidas em Nova York em 19 de setembro de 2016 para abordar a questão dos grandes movimentos de refugiados e migrantes.

Como Presidente da República, a visão de Jair Bolsonaro sobre a imigração passou a ser reproduzida em atos oficiais e documentos, como a (Portaria nº 666)⁵³ de 25 de julho de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O dispositivo faz menção à “pessoa perigosa” para se referir ao migrante que será impedido de ingressar no país ou que poderá ser repatriado, deportado sumariamente ou ter cancelada a permissão de permanência.

No seu artigo segundo informa que considera perigosos “aqueles suspeitos de envolvimento” em um rol de delitos listados pela própria norma. Retoma, nesses termos, a desconfiança sobre o migrante, conforme o antigo paradigma de segurança nacional que fundamentava o Estatuto do Estrangeiro. A busca por controle e vigilância do Estado aos migrantes galgou novo passo no governo Bolsonaro com a edição dessa Portaria.

No sentido contrário da nova Lei de Migração e da Constituição Federal de 1988, que asseguram direitos e garantias a nacionais e estrangeiros em igualdade de condições, a portaria prevê deportação sumária de migrante com base em suspeita de envolvimento em terrorismo, organização criminosa, tráfico de drogas, entre outros crimes. A suspeição é suficiente para enquadramento do migrante como pessoa perigosa (BRASIL, 2019).

A medida concede prazo de 48 horas para que o acusado apresente defesa ou deixe voluntariamente o país. Seu artigo 5º atribui à Polícia Federal prerrogativa de “representar perante o juízo federal pela prisão ou por outra medida cautelar, em qualquer fase do processo de deportação” (BRASIL, 2019). Assinada pelo ministro Sergio Moro, a Portaria nº 666/19 foi criticada por entidades de defesa dos direitos dos migrantes. Diante de críticas, em outubro de 2019 foi substituída pela Portaria nº 770, aumentando o prazo de deportação para cinco dias.

Por outro lado, a concentração de imigrantes venezuelanos em Roraima, suscitou questões de várias ordens, o que obrigou o presidente Jair Bolsonaro a um olhar imediato após sua chegada à presidência. Dessa maneira, Mendes e Menezes (2019) assinalam que na falta de um plano de governo com diretrizes migratórias adequadas para lidar com o problema, e diante do quadro emergencial, o recém-empossado presidente definiu pela continuidade por um ano, até o final de 2019, da “Operação Acolhida”, montada na administração federal anterior.

A resposta governamental, no que corresponde a imigração venezuelana, teve início tardio e ainda se mostrou insuficiente diante das demandas identificadas. Similarmente, os governantes locais buscaram se eximir de suas responsabilidades, fazendo recurso a uma retórica que mais se aproxima de xenofobia, do que às razões de falta de recursos e de condições de acolher os imigrantes.

⁵³ Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal (BRASIL, 2019).

2.2 - Cruzando fronteiras em suas diferentes perspectivas

O conceito de fronteiras assume significados diversos conforme a disciplina ou a área do conhecimento com a qual estará relacionada. As fronteiras não podem ser consideradas meros limites espaciais, mas, zonas de confrontos, interações e de misturas culturais e sociais. O termo tem sido empregado em vários sentidos, que vão desde o limite entre dois países até em sentidos simbólicos como: fronteira social, fronteira cultural, fronteira linguística dentre outras.

No que corresponde seu aspecto físico, nesse estudo ressaltamos a Amazônia Legal⁵⁴ que compreende quase dois terços dos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres no Brasil e o Estado de Roraima com 12% das fronteiras internacionais do país fazendo uma tríplice fronteira com a Venezuela e a Guiana (ALVES, 2018). A Venezuela e Brasil possuem 2.199 quilômetros de fronteira, a maior parte em áreas de floresta ou de reservas biológicas e/ou indígenas. Essa região possui uma baixíssima densidade demográfica e a ausência de uma interação social entre as populações dos dois países é rompida nas cidades de Santa Elena de Uairén na Venezuela e Pacaraima no Brasil.

Historicamente, a cidade de Pacaraima sempre foi bastante dependente de Santa Elena de Uairén, cidade maior e que possuía melhores ofertas de bens e serviços. Além disso, há que se destacar que o movimento migratório característico da região antes da crise humanitária vivida pelo país vizinho, foi o de ida de brasileiros para a Venezuela, muito dos quais motivados pelo sonho de melhorar suas condições de vida, principalmente por meio de atividades no garimpo (SILVA, 2018c).

Haviam também os chamados movimentos pendulares, nos quais os brasileiros se dirigiam para o lado venezuelano com o objetivo de adquirirem produtos de marcas com preços mais em conta do que os praticados no mercado interno. Essa realidade muito vivenciada entre as duas cidades fronteiriças foi sofrendo um processo de mudança e os deslocamentos foram se invertendo a partir de 2015 quando assistimos um grande deslocamento de venezuelanos cruzando a fronteira para o Brasil.

O Estado de Roraima possui uma extensão territorial de 224.273 km² e Venezuela tem uma extensão de 912.050 km² estabelecendo fronteira ao sul de seu território com o Brasil,

⁵⁴ A Amazônia Legal é dividida em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>

sendo ligados pela rodovia BR-174. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 apontou para uma população em Roraima estimada em 18.116 habitantes morando na região do antigo Território Federal de Roraima, que passou a ser de 215.950 habitantes em 1991. Em 2003 a população correspondia a 357.936 habitantes e em 2014, o número era de 496.936 habitantes. Em 2018, o aumento populacional continuou e o estado passou a ter 576.568 habitantes.

Contudo, mesmo ultrapassando uma população de 500 mil, Roraima continua tendo o menor índice populacional do Brasil. Diante desse quadro a imigração venezuelana ganhou rapidamente grande visibilidade na fronteira norte do Brasil ensejando diferentes reações por parte dos brasileiros moradores da cidade de Pacaraima. Silva (2018f) diz que como consequência da inexistência ou insuficiência de uma política de acolhimento, manifestações xenofóbicas não tardaram a acontecer atribuindo a esses imigrantes a culpa pelo aumento da criminalidade, da mendicância nos semáforos, prostituição dentre outras situações.

Para Silva (2018f) essas atitudes indicam que a migração e os imigrantes venezuelanos foram vistos como um problema e os responsáveis por uma “crise” que não criaram seja no país de origem ou no país de passagem ou destino. Nesse sentido, a noção de “crise” pode, por um lado, ser usada pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os imigrantes pela “invasão” de seu “território” e, por outro lado, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência de políticas de acolhimento, visto que, o “problema” vem sempre do outro lado da fronteira.

Se por um lado a criminalização dos imigrantes parece ser um fato cada vez mais presente em diferentes contextos e a criação de barreiras, inclusive físicas para impedir a entrada deles, é também prova de políticas anti-imigrantes de países centrais, por outro lado, o discurso de vitimização dos imigrantes pode ser também uma forma de limitar o seu poder de organização e de participação na nova sociedade.

No ano de 2019 quando estive em Roraima, mas especificamente na sua capital, Boa Vista, presenciei uma situação bastante desagradável em frente ao local onde estava hospedada. Para debaixo de um toldo de uma área comercial a partir das 17 horas chegavam grupos de venezuelanos, a maioria famílias que se acomodavam nesses espaços para pernoitarem. Então, assisti a expulsão de um dos grupos que ao chegarem ao local, o mesmo encontrava-se todo “gradeado” impedindo a entrada desses imigrantes.

O filho do dono do comércio durante o dia cercou o espaço onde esses imigrantes dormiam com a justificativa que eles faziam muita “sujeira”. O proprietário da loja que ficava ao lado desse comércio se mostrou triste com a situação, e continuou permitindo que os

venezuelanos pernoitassem na área externa coberta de seu comércio e também tinha um funcionário (vendedor) venezuelano. No início de 2019 o dono do local onde esses imigrantes pernoitavam foi assassinado em uma tentativa de assalto ao levantar muito cedo para verificar se haviam deixado o espaço limpo. Existia uma suspeita que o crime tinha sido cometido por um imigrante venezuelano, mas depois descobriram que um brasileiro vindo de outro estado teria cometido o delito.

Diante do exposto podemos perceber que com o aumento de imigrantes na cidade de Boa Vista os conflitos e a xenofobia começaram a aparecer. Vimos na situação relatada acima, um empresário que se solidarizava com os imigrantes permitindo que eles pernoitassem embaixo da cobertura de seu estabelecimento, e outro que fazia “barreira” impedindo o acesso. Para Rodrigues (2009) o espaço fronteiriço é um lugar de encontros de diferentes realidades culturais e, dessa forma lugar de construção de alteridades, de conflitos, das alianças e da solidariedade.

Silveira (2005) diz que para estabelecer uma análise, ainda que preliminar, do que vem a ser uma fronteira, seria necessário percorrer um amplo campo teórico-conceitual identificado com uma série de disciplinas que se debruçam sobre o tema apresentando seus múltiplos significados. Daí o seu caráter eminentemente interdisciplinar, visto que, adentra diversas áreas do saber.

Diante da complexidade do conceito de fronteira, importantes autores se dedicam nesse estudo, nos seus significados e desdobramentos. Para Guigou (2008) pensar na fronteira tornou-se também em um pensamento fronteiriço, nômade, que tenta sair do pensamento do Estado incorporado, que ver a fronteira em um único sentido de binarismo simbólico, um dualismo que separa duas regiões centro-periferia. Estar perto da fronteira implica considerar um centro, um núcleo de significados sociais, cujo enredo de desdobramento contínuo mostraria a unificação do espaço sacralizado do Estado-nação.

A fronteira se coloca frente ao Estado-nação como uma coisa agonística de difícil resolução, sendo a preocupação maior as dispersões, ou seja, a perda do controle dos cidadãos cria essa agonia. Guigou (2008) faz uma reflexão sobre os efeitos teóricos da fronteira trazendo com a noção de des-centralidade uma crítica à construção antagônica de centro e periferia, para situar a fronteira como parte de um tipo de pensamento que difere e perturba o pensamento de Estado. Esses dois elementos centro e periferia e o que seria uma fronteira trazem elementos de ausência, mistura e dispersão.

Uma das maiores dificuldades em gerar um pensamento além do centro e da periferia e que somos também portadores desse pensamento dicotômico. Guigou (2008) assinala o que

significa estar perto das fronteiras, sendo estas linhas de conexão e desconexão que elaboram sua territorialidade. Ou seja, as práticas de significados sociais herdadas vivem à sombra de interpelação permanente. Explorar a partir da fronteira consiste em alertar os mundos possíveis, mundos virtuais. Encontraremos então, as fronteiras nas dimensões simbólicas, ritualísticas e performáticas que parecem entrar completamente no núcleo de identidade mais singular e firme.

Centros e periferias podem ser desenvolvidos, dentro e fora dos limites das fronteiras. Trajetórias de sujeitos que em suas possibilidades de permanecer fieis à sua própria tradição identificadora podem viajar como sujeitos históricos sem grandes problemas. As discontinuidades de identidades temporárias acontecem para formar lugares-chaves, criar uma antropologia necessária: uma antropologia do pensamento fronteiro (GUIGOU, 2008).

Basini (2018) em seu ensaio sobre “Transformações e subjetividades transfronteiriças” expõe que a dificuldade de pensar uma vida sem Estado pode alcançar uma maior dimensão na composição que fazemos das identidades a partir das fronteiras. Ou seja, gravitar sobre as formas que adquirimos quando passamos e nos movemos proporciona uma perspectiva de fronteira trans-continua, em que a singularidade se alimenta de diversos devires, tanto quanto os incorporados em nossas viagens, em escalas específicas onde nosso corpo e nosso espírito passam e se reconhecem com os outros e as suas comunidades de referência.

O autor supracitado trata sobre a “pele” nas fronteiras ou as “fronteiras” das peles, não aquela pele que muda, mas, que durante sua passagem e movimento adere diversas qualidades. Referindo-se as noções de adesão e de aderência, de corpos e geografias, entre outras materialidades que aparentemente tão opostas, convergem em paradoxos tais como sentimentos nacionalistas e espíritos livres, em movimentos, circulação e itinerários.

Para Basini (2018), a fronteira também é lugar dos rodeios, do desvio em frente do controle e da consciência, da fuga, o espaço por excelência dos indocumentados, dos contrabandistas, dos migrantes e refugiados, dos nativos, indígenas, que viajam por outro território, outra região, outra fronteira. Por que seu território precede as formações sociopolíticas atuais, e até por que não são sujeitos às contradições da propriedade privada, onde a combinação de terra e mobilidade é muitas vezes perigosa.

As fronteiras são espaços organizados em esfera de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados por aqueles que os definem, pelo menos parcialmente, como inclusivos e excludentes. Segundo Perez (2008) o significado da palavra “fronteira” em seu aspecto mais tangível indica uma região limítrofe, longe de um centro, mas localizados em um ponto de confluência a partir do qual se pode ter uma visão onipresente de territórios contíguos.

Perez (2008) enfatiza que a fronteira não significa apenas um fim, mas, simultaneamente, o começo e o encontro com outra região. Essa linha divisória territorial-simbólica nem sempre é fixa, já que a mobilidade pode ser a característica mais notória de algumas regiões fronteiriças. Há momentos em que apenas o conflito ou a posição das diferenças pode dar visibilidade a uma região de fronteira.

As fronteiras territoriais começaram a ser dimensionadas como resultado de um processo dinâmico, como realidade construída política e socialmente e em permanente mudança na gestão da mobilidade humana. Zapata-Barrero (2012) discorre que as leis e políticas que gerenciam esses fluxos tem em comum o fato de terem sido criadas com uma finalidade militar e de segurança. No entanto, é importante um debate acadêmico, político e social sobre como teorizar sobre uma categoria de fronteira mais ligada à mobilidade e não tanto a uma realidade estática, imóvel e inegociável, estabelecida numa linha territorial física.

A fronteira apresenta um conceito multidimensional abrangendo muitos significados e de muitas perspectivas. A fronteira é vista “de dentro”, como proteção, “de fora”, como um obstáculo. A fronteira tem a função de servir de marcador de diferença. A própria constituição da identidade pessoal ou de grupo e sua consciência como tal estão intimamente ligadas a uma noção de fronteira que faz a diferença em relação a outras identidades. Não pode haver definição de fronteira sem levar em conta sua capacidade expansiva de geração de significados (ZAPATA-BARRERO, 2012).

Mezzadra (2015) em seu trabalho intitulado “Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade” aponta que a fronteira não é entendida apenas como um lugar estratégico de pesquisa e de intervenção política, mas também como um ponto de vista “epistêmico” em relação aos processos globais reais. Isso significa que os múltiplos elementos (jurídicos e culturais, sociais, econômicos, simbólicos e linguísticos) constitutivos do conceito e da instituição da fronteira tendem hoje, frequentemente, a se desenvolver em direções diferentes, sem que a linha magnética por muito tempo representada pela tradicional fronteira geopolítica seja ainda capaz de garantir e de articular sua consistência unitária.

Mas, o que é uma fronteira? Mezzadra (2015) usando os termos utilizados por Marx para definir o capital, poder-se-ia dizer que a fronteira não é uma “coisa” (por exemplo, um muro, uma cerca ou uma ponte), mas sim “uma relação social mediada pelas coisas”. Isso significa considerar as fronteiras como instituições sociais complexas, marcadas por tensões que se desenvolvem entre práticas de “fortalecimento” e práticas de “atravessamento”. Ao discorrer sobre a importância de atravessar fronteiras afirma está completamente consciente de que se trata de um momento importante, não apenas sob o ponto de vista dos sujeitos em

trânsito, mas também dos Estados, dos atores políticos globais, das agências de *governance* e, do capital.

Em relação ao fluxo migratório venezuelano e seu controle na fronteira, o Governo Federal brasileiro acionou as Forças Armadas e determinou ao Exército Brasileiro (EB) o estabelecimento da força-tarefa logística humanitária para Roraima, pautando suas ações em um tripé: ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização. Sobre essas três principais ações o Coronel do Exército que comandou a “Operação Acolhida” na base Manaus falou que,

No início, por inúmeras razões, as duas primeiras ações eram as mais relevantes, para se controlar o “caos” que estava instalado no Estado de Roraima. O elevado número de venezuelanos que viviam nas ruas, os conflitos sociais entre nacionais e estrangeiros e entre os próprios venezuelanos pela precariedade pública existente e outras razões sociais impuseram medidas restritivas e emergenciais. A entrada desses estrangeiros em Pacaraima/RR era cada vez maior principalmente nos anos de 2018 e 2019, chegando a um número médio superior a 500 pessoas por dia. Mas, o que é o ordenamento de fronteiras? Como o próprio nome diz, trata-se de se por ordem, de se controlar esse acesso ao território nacional. Como dizem os especialistas em migrações das Nações Unidas, mesmo que houvesse uma proibição de acesso ou bloqueio nas áreas de fronteira, de um modo ou de outro, haveria o movimento humano. Bem, no caso brasileiro, em que a Constituição não o limita, o melhor a se fazer é o controle do mesmo. Assim, faz-se necessário compor um local de recepção e triagem, a fim de identificar a intenção desse imigrante. O que se deseja? Entrar no país para trabalho ou comprar mercadorias de interesse? Ultrapassar o país para se dirigir a outro destino? Buscar uma regularização como residente temporário ou refugiado? Em Pacaraima, foram erguidas algumas instalações para atender essas questões do ordenamento (Coronel Scafutto, 49 anos, Coordenador da Operação Acolhida em Manaus, VII contingente - período de dezembro 2019 a março de 2020, entrevista, em fevereiro de 2020).

Diante do crescimento das migrações globais se pergunta se o fechamento da fronteira é uma solução? De acordo com Góis (2018) a resposta é não, “o fechamento de fronteiras não é um ato de gestão migratório, mas uma tentativa vã de impor limites legais a problemas sociológicos”. Ao contrário fechar as fronteiras é um erro em vários aspectos. Em primeiro lugar por não ser possível fechar todas as fronteiras, a todo o tempo para todos os indivíduos, de cercar com muros e securizar através de agentes de segurança ou militares.

Por outro lado, o impedimento da circulação de imigrantes e a seletividade que tenderá a subsistir é um acelerador de desigualdades sociais. Em segundo lugar poderá ser considerando um erro econômico. Várias análises vêm demonstrando que um progressivo abrandamento das barreiras à mobilidade humana entre países traria mais prosperidade econômica global considerando o capital humano.

As fronteiras precisam deixar de ser vistas apenas como linhas geográficas definidas, mas, sim como resultantes de um processo dinâmico e de uma realidade construída politicamente e socialmente e em permanente mudança, tendo em vista a mobilidade humana

contemporânea. É a partir dos processos de interação das populações locais com a fronteira que podemos compreender seu verdadeiro significado, ou o significado das fronteiras sociais, tendo em vista que as fronteiras políticas são determinadas pelo acordo de vontade, ou disputas, entre os Estados e nem sempre coincidem com as sociais (GÓIS, 2018).

A discussão em torno do conceito de fronteira envolve um longo debate entre diferentes disciplinas do conhecimento. A geografia, entretanto, destaca-se entre um dos ramos que mais tem se dedicado a esse debate, especialmente a geopolítica. Desse modo, no que tange aos aspectos geográficos, Raffestin (1993) assinala que, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites.

De acordo com Raffestin (1993) o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pela coletividade para marcar o território. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território. O limite cristalizado se torna, então, ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. O limite é, portanto, uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto.

O autor salienta que com o aparecimento do Estado moderno, as coisas mudaram graças ao surgimento de um instrumento de representação, o mapa, considerado o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira. A linha fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa e isso significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivessem essa fronteira em comum. A demarcação permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal.

A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política. Em contrapartida, a função de controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral. Quanto à função fiscal, por muito tempo ela representou o papel de instrumento de política econômica, por meio do protecionismo. Seria errôneo pensar que as três funções estão em cena, em todas as fronteiras internacionais. A função legal está sempre presente, mas a função de controle e a fiscal podem ser virtuais (RAFFESTIN, 1993).

No que se refere ao conceito de fronteiras para a Antropologia, os antropólogos Priscila Faulhaber (2001) e José Basini (2009) nos darão suporte nessa discussão. Faulhaber (2001) enfatiza os muitos sentidos do termo fronteira apontando a distinção entre as concepções. O conceito vem sendo objeto de distintas abordagens disciplinares e expressas por meio de noções

tais como “limite identitário nacional ou internacional”, “fronteira móvel”, “frente de expansão”, “espaço aberto, porém controlado”, “lugar de passagem e conversão” e “ponto de encontros sociais”.

O trabalho de Faulhaber (2001) evidencia, em particular, a apreensão antropológica da fronteira como um problema de análise que faz realçar sua dimensão simbólica e cultural, como imaginariamente construída. A análise abrange o exame da “cultura de fronteira” que não coincide necessariamente com a “linha de fronteira”. Focaliza igualmente termos discursivos constituintes das narrativas identitária e nacionais que aparecem como marcadores de identidade, associados à etnicidade, e como força que impulsiona atividades econômicas e sociais dos Estados Nacionais.

A autora explica que os antropólogos enfocam o problema da fronteira em suas implicações simbólicas, identitária e culturais. Os geógrafos constroem o conceito a partir da categoria espaço, ainda que, de um ângulo crítico, seja considerado um produto social. Os economistas partem das relações entre rendimento do trabalho ou do capital, produtividade e renda diferencial. Os historiadores mostram as relações entre momentos diferentes do tempo. Os sociólogos focalizam a fronteira em termos da crítica da estrutura e da dinâmica social.

O emprego da concepção de fronteira sob uma ótica predominantemente geopolítica supõe a relação entre Estados Nacionais, separados territorialmente por limites físicos entre os diferentes países. Diversamente, a concepção de “frente” é empregada por abordagens em economia política que adjetivam a “frente” ou a fronteira como de expansão ou pioneira e indicam as relações entre centros urbano-industriais e o “interior”, a incorporação ao mercado de terras ainda não consideradas economicamente ocupadas e o avanço de correntes migratórias.

Para Faulhaber (2001) se faz relevante distinguir a concepção de fronteira entre países, explorada a partir da noção de linha de fronteira, da concepção de “frente”, cujo uso ideológico vem sendo depurado pela crítica sociológica da economia política. O emprego da concepção de “fronteira em movimento” ou “fronteira móvel” pelos cientistas sociais já se tornou clássico e remete ao estudo de Turner (1963)⁵⁵. Atualmente são apontadas a este estudo muitas limitações,

⁵⁵ Para Turner, a fronteira seria o lugar onde nasce o território e a identidade. Sua concepção de fronteira se desenvolve sobre a região do Oeste americano, região interna ao país e dá senso a fronteira como margem geográfica na qual nasceria o centro identitário e os valores da sociedade. Para ele o Oeste americano seria o berço da alma americana, da democracia e da identidade nacional, lá onde os pioneiros de todas as nacionalidades teriam de lutar pelo recuo da natureza selvagem. Com base em tal ideia a fronteira seria “frente pioneira em expansão” (KNAUSS, 2004).

sobretudo, por não considerar devidamente a importância das etnias indígenas e a ocupação autóctone do território americano.

A situação da fronteira amazônica brasileira, sob uma perspectiva crítica, é comparável à situação de outros estados nacionais, sobretudo na América Latina, apesar das diferentes composições étnicas e sociais. Sem querer subestimar a importância dos processos econômicos, ressalta-se que as contradições históricas em torno do conceito de fronteira, que expressam conflitos sociais, não se explicam somente pelo econômico. Faulhaber (2001) sinaliza que a concepção de fronteira étnica consiste em um instrumento de análise para examinar os limites entre os territórios indígenas e os Estados Nacionais.

Basini (2009) em seus estudos sobre os Mbyá⁵⁶ Guaraní, aponta a fronteira como um tema recorrente e transversal aos diálogos interétnicos com diversos atores da sociedade não indígena. A fronteira é uma divisão que separa para identificar, uma invenção humana. Os Mbyá se questionam por que essa maneira insana de pedir nomes nas passagens de fronteira? Acaso se os Mbyá perguntassem onde eles estão indo e lhes pedissem os documentos?

Esta situação de bio-poder, de controle das sociedades matrizes, de diferentes aspectos do mundo transnacional, as formas atuais dos estados nacionais modernos são resistidas pelos “Guaranis” e outros povos tradicionais e migrantes com estratégia e estéticas de desaparecimento, ou como forma de estar dentro estando fora.

A dispersão em diferentes nações do povo Mbyá ou a *disse-minação*⁵⁷, só pode ser observada através do prisma das fronteiras nacionais. Se removermos essas fronteiras, as pessoas terão sua continuidade geográfica. Os Mbyá-Guaranis propõem estratégias efetivas através de diferentes modalidades de mobilidade gerando um jogo de invisibilidade e visibilidade (BASINI, 2009). Atualmente, esses povos têm um padrão de mobilidade e um aspecto configuracional que pode ser sintetizado em seu dinamismo étnico.

Eles são migrantes que colonizam áreas, produzem e se estacionam por um período de tempo variável, viajam por diferentes motivos, para eles o território não se valida como um elemento de posse, mas de circulação. Os Mbyá exercem sua autoridade buscando espaços ecologicamente apropriados, lugares onde eles podem desenvolver seu sistema de vida, mas eles não reivindicam a totalidade de um território, mas sim a passagem livre pelas fronteiras dos Estados Nacionais.

⁵⁶ Constitui um dos três povos Guaranis contemporâneos que habitam territórios de Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai.

⁵⁷ A nação que se vai perdendo, desmanchando.

A partir desse quadro conceitual, Basini (2009) explica as diferenças entre as concepções de fronteira e território das lógicas utilizadas pelo estatismo e de alguns povos tradicionais, como o Mbyá Guarani. O autor aponta as dificuldades das famílias “Mbyá” quando ingressaram ao território uruguaio, assim como as regras cordiais de relacionamento e as atitudes de empatia que tiveram que exercer na aduana ao entrar “num país sem índios” sem documentos e sem nomes. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.

Para Velasco (2019), a compreensão das fronteiras como dispositivos essencialmente obstrutivos tais como transparece na imagem dos muros, representa apenas uma percepção simplista que, no entanto, tem sido amplamente disseminada. Fronteiras e muros não são duas maneiras de expressar um mesmo conceito. Suas funções são distintas: as fronteiras não buscam primariamente impedir os intercâmbios, mas regular os trânsitos. O autor busca explorar as razões normativas para o estabelecimento de um regime migratório solidário que ofereça uma alternativa à blindagem das fronteiras que atualmente predomina.

A proliferação de muros e outros tipos de barreiras em todo o planeta reabriu o debate, sobre a legitimidade que os Estados têm de fechar ou abrir as fronteiras ou, mais precisamente, se os Estados possuem o direito exclusivo de controlar o acesso de estrangeiros ao seu próprio território ou se essa é uma decisão que deve ser justificada perante todos os envolvidos, sejam eles membros ou não da comunidade política em questão. A doutrina, jurídico-política dominante reconhece que o controle das fronteiras é parte do poder soberano dos Estados, que teriam o direito de determinar seus próprios limites e definir os critérios de pertencimento.

A política de recepção de imigrantes estaria, portanto, subordinada aos interesses particulares de cada sociedade. No entanto, os Estados não podem mais ignorar a dificuldade de compatibilizar a autoridade que cada país soberano possui de proteger suas fronteiras e o dever indeclinável de respeitar os direitos humanos. Os indivíduos são protegidos por serem pessoas, não por causa de sua nacionalidade, o que limita a autonomia dos governos, que são confrontados pelo desafio de proteger as fronteiras sem desproteger as pessoas.

Neste contexto, Velasco (2019) aponta que a obsessão pela segurança e pela manutenção do *status quo* em nível global se torna completamente insuportável para os desfavorecidos. A busca por modelos políticos, sociais e econômicos mais inclusivos e equitativos só será factível em escala global se o papel atribuído às fronteiras territoriais for substancialmente modificado. Visando oferecer uma alternativa argumenta a favor da mudança de um modelo que interpreta as fronteiras como muros supostamente intransponíveis para outro que as concebe como locais de trânsito regulamentado.

Há pouco tempo, podia-se pensar que com a globalização as fronteiras políticas acabariam sendo diluídas. Quando caiu o Muro de Berlim, em 1989, muitos entenderam que essa possibilidade estava muito mais próxima. Difundiu-se, então, a ideia de que, à medida que a globalização avançasse, a relevância das fronteiras diminuiria. Não parece, no entanto, que desde então a história tenha trilhado esses caminhos, pois, a verdade é que os processos globalizantes dos últimos anos levaram não à diminuição das fronteiras, mas à sua proliferação (MEZZADRA, 2015; VELASCO, 2019).

No caso das políticas de migração, observa-se que medidas restritivas foram precedidas pela difusão de um discurso anti-imigratório. Os esforços são direcionados no sentido de tentar conter os fluxos migratórios “indesejados”. Como solução propõe-se o fechamento das fronteiras e, como suposto remédio para todos os males, a construção de mais muros. Para Velasco (2019) não importa que levantá-los seja um esforço bastante ineficaz para atingir o objetivo expressamente declarado. Na realidade, é útil para aqueles que lucram com sua construção, manutenção e vigilância, todo um conglomerado de elevados negócios que floresce na sombra do Estado.

Para Cortina (2017) as fronteiras fortificadas, sob a vã justificativa de garantir a integridade sociocultural do país, mal podem esconder sua função de barreira contra os que fogem da miséria, das guerras, dos desastres naturais e de outras desgraças. Com esses elementos, constrói-se um discurso ideológico para oferecer aos cidadãos um culpado por seus males: as pessoas migrantes. Na verdade, se olharmos em detalhes, não é tanta questão de xenofobia, e sim de *aporofobia*, em geral, não se rejeita o estrangeiro, mas sim o pobre.

Como exemplo, de barreiras, muros e cercas, citamos a fronteira dos Estados Unidos e México. Velasco (2019) chama atenção de que tais barreiras têm sido erguidas não tanto com o propósito de deter o avanço de exércitos inimigos, mas de impedir o trânsito de pessoas desarmadas, em particular de refugiados e imigrantes. Com esse objetivo são mobilizadas patrulhas de fronteira, vigilância aérea, drones de última geração equipados com câmeras e todo tipo de tecnologias sofisticadas.

Apesar dos enormes investimentos, nem os muros, nem as cercas conseguem impedir a continuidade dos fluxos migratórios, como mostram, por exemplo, os inúmeros cruzamentos de fronteira e estadias ilegais nos Estados Unidos ou na União Europeia que se registram todos os anos. Essas travessias se tornaram cada vez mais difíceis, mas não chegam a ser de fato intransponíveis.

Quanto mais circulação de pessoas ocorre em distintas escalas, em todo o mundo, mais se observa o enrijecimento na travessia, entretanto, este não atinge de maneira comum todo e

qualquer tipo de viajante que se empenhe em cruzar alguma fronteira territorial. Dias (2019) diz que o tratamento dispensado nas zonas de fronteira, na realidade, difere-se de acordo com o perfil do viajante e de seu status político-econômico. Nesta direção, fronteiras não devem ser compreendidas de forma desconectada de quem as atravessam, mas como espaços sociais que também produzem um senso de exclusão e desconexão, segundo cada perfil.

Em relação ao que se entende por fronteira, membros das famílias Carabobo e Monagas relataram como veem as fronteiras e as múltiplas “barreiras” encontradas.

Ao atravessar a fronteira foi quando eu me vi como um venezuelano, isso parece algum muito simples, muito óbvio, era evidente que eu teria que me ver como venezuelano. Primeiro que precisava de uma autorização para entrar em um lugar onde não conseguia entender o que falavam, com uma cultura diferente, é certo que hoje não vejo uma diferença tão grande, pelo menos com a cultura de Manaus, do restante do Brasil não posso dizer nada, acho a comida parecida, mas é claro que vai ter sim suas regionalidades. Acho que fisicamente somos bem parecidos, ao contrário de outras nacionalidades que pela fisionomia já se sabe que é estrangeiro. Inicialmente cruzamos uma fronteira que divide dois países, mas tem também outras fronteiras que precisam ser atravessadas ao longo do caminho como a desconfiança, a “rejeição” por acreditarem que viemos aqui tomar seus empregos e outras coisas. Mas, no geral sou muito grato às oportunidades que me foram dadas em Manaus, é claro que trabalhei muito para conseguir tudo que tenho agora (Allan, 38 anos, venezuelano, membro da família Carabobo entrevista em Manaus, abril de 2021).

A primeira fronteira enfrentada por mim foi a do idioma, depois acho que a inserção em um lugar que você não se sente pertencente, aliás, até hoje tenho essa sensação, é bem difícil. Nos termos culturais tem suas semelhanças e diferenças, mas dentro de um mesmo país pode existir diferentes culturas. Acho que acabamos absorvendo algumas e outras não (Diana, 37 anos, designer gráfico, venezuelana, membro da família Carabobo, entrevista em Manaus, abril de 2021).

A maior fronteira inicialmente foi da língua. Ao princípio cheguei a fazer aulas de português. (Risos) demorei alguns meses para entender as falas rápidas dos clientes da padaria onde trabalhava (Verônica, 31 anos, venezuelana, membro da família Monagas, entrevista em Manaus, fevereiro de 2021).

A fronteira linguística no início foi um grande entrave para as duas famílias, a fronteira cultural foi citada, mas consideram que apesar de haver diferenças, há também muitas semelhanças com o país de origem, pelo menos no que corresponde a cidade de Manaus. A fronteira poderá dividir duas culturas distintas, porém, é no convívio do cotidiano, na interação que se misturam podendo resultar muitas vezes em uma cultura híbrida. No entanto, misturas culturais podem acontecer, sem que se perca de vez a cultura tradicional.

As fronteiras existem para serem atravessadas ou não e podem representar perigos, significando a impossibilidade de aceitação, como podem representar o êxtase. Silveira (2005) assinala que cabe a cada um a escolha, desde que não seja imposta, ou seja, forçados a isso, o cruzar fronteiras é um ato de liberdade, de necessidade, de se arriscar e conhecer as diferenças.

Por mais difícil que se tornou a cruzar a fronteira, não existem medidas de controle fronteiriço que realmente sirvam para conter os sonhos das pessoas e impedi-las de entrar em um território e, ainda menos, para deter aqueles que, movidos pelo desespero, querem deixar o seu próprio país. Os muros são sinais expressivos da incapacidade dos Estados de governar as dinâmicas assimétricas desencadeadas pelos processos de globalização neoliberal, com desigualdades sociais cada vez maiores.

2.3 - A hospitalidade e os desafios da inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos (as)

Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram como são agora, estranhos (BAUMAN, 2017). Para este autor:

Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes”, e assim assustadamente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar. Essas pessoas com as quais estamos acostumadas a coexistir em nossos bairros, nas ruas das cidades ou locais de trabalho, nós as dividimos entre amigas ou inimigas, bem-vindas ou apenas toleradas. Mas, qualquer que seja a categoria em que situemos, sabemos muito bem como nos comportar em relação a elas e como conduzir nossas interações. Sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas, adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida (BAUMAN, 2017, p. 13-14).

Para Bauman (2017, p.24) a humanidade está em crise e não existe outra saída para ela senão a solidariedade dos seres humanos. O primeiro obstáculo no caminho para abandonar a alienação mútua é a recusa ao diálogo, o silêncio nascido da insensibilidade, do desprezo e, em termos gerais, da indiferença e que simultaneamente os reforça. Em vez de ser vista como a díade do amor e do ódio, cabe pensar a dialética do estabelecimento de fronteiras, em termos da tríade constituída por amor, ódio e indiferença.

A “Paz perpétua de Immanuel Kant: um esboço filosófico” citado por Bauman (2017) trata em seu terceiro capítulo “A Lei da Cidadania Mundial deve ser limitada às condições de hospitalidade universal”, não se trata de filantropia, mas de direito,

Hospitalidade significa o direito de um estrangeiro de não ser tratado de forma hostil quando chega à terra de outro, em território alheio. O outro pode desprezar o estrangeiro, se isso pode realizar-se sem ruína deste, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente em seu posto, o outro não pode tratá-lo com hostilidade.

Não há nenhum direito de hóspede em que possa basear essa exigência, mas um direito de visita, direito a apresentar-se à sociedade, que têm todos os homens em virtude do direito da propriedade em comum da superfície da Terra, sobre a qual o ser humano não pode se estender até o infinito, por ser uma superfície esférica, tendo que se tolerarem uns juntos aos outros, e não tendo ninguém originalmente mais direito que o outro de estar em um determinado lugar da Terra (KANT, 1975 apud BAUMAN, 2017, p. 73).

Bauman (2017) chama atenção para a cautela de Kant e a circunspeção com que articula as condições da “paz perpétua”, em um planeta sobre o qual seus habitantes “não podem se estender até o infinito” e, portanto, “tendo de se tolerar uns juntos aos outros”. O que Kant reivindica é a substituição da “hostilidade pela hospitalidade”.

Além, do humanismo de Bauman traremos a influência de Derrida nos estudos de hospitalidade e a questão do estrangeiro. Derrida (2003) trata de uma forma ontológica a condição do estrangeiro na díade de hospitalidade/hostilidade, onde para estabelecer uma lei da hospitalidade, definir um direito de hospitalidade, resulta na perda de sua incondicionalidade.

O autor propõe nos seus escritos uma hospitalidade incondicional, que manda “abrir as portas a cada um e a cada uma, a todo e a qualquer outro, a todo o recém-chegado, sem perguntas, mesmo sem identificação, de onde quer que ele viesse e fosse ele quem fosse” Trata-se de uma hospitalidade que acolhe sem impor condições, antes de saber e indagar o que quer que seja, ainda que seja um nome, ou um documento de identidade.

A lei da hospitalidade, a lei formal que governa o conceito geral de hospitalidade, aparece como uma lei paradoxal, perversível ou perversedora. Ela parece ditar que a hospitalidade absoluta rompe com a lei da hospitalidade como direito ou dever, com o “pacto” de hospitalidade. Em outros termos, a hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e não ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda lugar, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereça a ele, sem exigir dele nem reciprocidade, nem mesmo seu nome (DERRIDA, 2003, p. 25).

Derrida (2003) ao “*Falar da hospitalidade*” diz que a primeira violência que o estrangeiro sofre é que deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua primeira língua, mas, sim aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, a nação, o Estado, estes lhe impõem a tradução em seu idioma. A hospitalidade deve atuar sem pedir ao estrangeiro nenhuma contrapartida. Nesse aspecto a lei da hospitalidade absoluta, geral, abarca a todos e as várias leis da hospitalidade, concretas e limitantes. Com a incondicionalidade ocorre a mudança da ênfase da acolhida como um processo que envolve a imposição do acolhedor ao acolhido, para um processo de aceitação do outro no ato de acolher.

Em março de 2018, um grupo de moradores de Mucajaí no Estado de Roraima ateou fogo e expulsou todos os imigrantes de um prédio desocupado que servia de abrigo para essas pessoas. As ações ocorreram após o homicídio de um morador brasileiro da cidade, supostamente praticado por um venezuelano. Além disso, no mesmo mês, moradores de Pacaraima fizeram uma manifestação cobrando ações do governo brasileiro no que corresponde a imigração venezuelana. O ato se deu em parte por conta de um segundo abrigo para imigrantes a ser construído na cidade em um ginásio que era utilizado pela população local. Para Simões (2018) a imigração venezuelana gerou uma onda de xenofobia, sobretudo, quando houve uma série de ataques aos venezuelanos e com tendência ao aumento da violência.

A inserção de imigrantes num contexto sociocultural heterogêneo, e quase sempre hostil, é um processo marcado por conflitos e estranhamentos, seja para os recém-chegados, que não dominam os códigos culturais locais, seja para a sociedade receptora, que tende a vê-los a partir de estereótipos já construídos, transformando as diferenças étnico-culturais em algo depreciativo. Assim, Segundo Silva (2005g),

Em primeiro lugar, é preciso lidar com esses preconceitos da sociedade local, os quais vêm à tona à medida que o grupo dos imigrados passa a disputar, com os nacionais, espaços no mercado de trabalho, no bairro onde eles moram, sobretudo, no que diz respeito aos serviços básicos de saúde e educação, e na dinâmica cultural da cidade. Em segundo lugar, a transposição de fronteiras geográficas implica no limite, no desafio de ser aceito como cidadão pelo país de destino, para desse modo ter seus direitos sociais, políticos e culturais respeitados os que nem sempre acontece (SILVA, 2005g, p. 78).

Acredito que ter acesso aos direitos é um desejo que só pode ser realizado dentro de uma política nacional que com vontade política intervenha diretamente sobre as estruturas discriminatórias. A história da acolhida de venezuelanos no Brasil, diz respeito também à hostilização dos migrantes, as tentativas de expulsão, aos protestos contra sua entrada e permanência no Brasil, agressões, exploração laboral e sexual, acusações infundadas sobre crimes não praticados, ataques às entidades que lidavam com esses migrantes, etc.

Todos esses elementos permitem conceber essa experiência migratória como uma grande oportunidade de aprendizado social, pois, inclusive, tem colocado em xeque o mito da hospitalidade brasileira e demonstrado que a nossa receptividade na verdade é seletiva. A amabilidade está dirigida a um tipo de estrangeiro em particular, o “gringo” que aporta algum capital econômico ou simbólico, mas não necessariamente ao estrangeiro sul-americano, imigrante e pobre (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

Com a intensificação da imigração venezuelana, parte da população roraimense passou a se sentir incomodados com a presença dos imigrantes por considerarem o fluxo como um problema social. Esta imigração foi associada a diversas mazelas, como o aumento da violência urbana, sobrecarga de serviços públicos, prostituição, pedintes nas ruas, dentre outras situações.

Allan, membro da “família Carabobo” recorda que quando chegou à Boa Vista meados de 2017, em uma conversa com um caminhoneiro pediu informações sobre a cidade e foi alertado por este de que se possuísse algum dinheiro comprasse sua passagem e seguisse para Manaus, pois não havia emprego na cidade e devido o aumento da violência e prostituição os/as venezuelanos (as) que permaneciam por lá não estavam sendo visto com “bons olhos”⁵⁸ por alguns locais.

São inúmeras as dificuldades encontradas por uma pessoa imigrante, o impacto com a nova realidade provoca diversas formas de violências. Para Candaten (2007) psicologicamente, sofrem a solidão, a insegurança, as incertezas quanto ao futuro, o medo que seu projeto migratório falhe. Sociologicamente, encontram dificuldades em integrar-se num ambiente novo, por motivos econômicos, culturais, associativos, logísticos e linguísticos. Moralmente, a dificuldade de adaptação nasce do ambiente estranho, no qual seus hábitos e regras de vida não são mais sustentados pelas relações familiares e de amizades.

Na cidade de Manaus ao entrevistar o casal de venezuelanos, Allan e Diana, da família Carabobo em uma Praça no Centro, próximo de nós passou várias vezes, outro venezuelano que estava vendendo água e nos oferecia para comprar. Esse imigrante era extremamente sorridente, parecia muito feliz. Allan olhou para mim e disse:

“Você ver esse sorriso no rosto dele? Precisamos sorrir para enfrentar a tristeza de está longe do nosso país, de nossa gente. Nós aqui, eu e você não conhecemos a história dele, o que ele fazia na Venezuela antes de está aqui vendendo água, mas, eu tenho certeza que ele ao deitar chora ao lembrar-se de quem ficou para trás. Mas, no dia seguinte precisa se recompor e sair em busca de ganhar algum dinheiro, pois com certeza deve ter algum familiar que precisa do pouco que ele envia para somente comer” (Allan, 38 anos, venezuelano, entrevista em Manaus, maio de 2019).

O assunto levantado por Allan é expressivamente relevante já que a condição dos imigrantes, e especificamente dos imigrantes venezuelanos em Manaus explica a tensão entre as identidades, aquela que ficou na Venezuela relacionada como um determinado status e um estilo de vida, e essa outra que desafia todo um processo de perda e de reconstrução do self e

⁵⁸ Expressão popular que significa considerar o lado positivo de algo.

invenção social, dentro de outro marco de referência. Isto exige várias saídas: sair da intempérie, sair do estigma, sair do anonimato e recobrar finalmente a alegria.

O imigrante pode revelar-se como um *outsider*, categoria trabalhada por Elias (2000) que demonstra a relação entre diferentes grupos. Em seu estudo os *outsiders* são moradores recém-chegados que eram vistos com desconfiança, sendo criado, em torno da chegada deles, uma série de estigmas e conflitos motivados pelo contato e caracterizados por relações de poder.

De acordo com Oliveira (2006) no caso do Brasil, observa-se que, historicamente, vem se reproduzindo uma atitude xenófoba ou de intolerância caracterizada por certa sutileza, que encobre uma realidade social conflitiva e a institucionalização de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais. Aquele mesmo estigma do preconceito que fora colocado sobre os ombros das vítimas do fenômeno das migrações internas que se configurou no Brasil desde início do século XX vem sendo transferido para o migrante estrangeiro que vive no país, principalmente nas fronteiras.

Mármora (2017) aponta que três dimensões poderiam ser propostas no que se refere à inserção social do migrante: uma primeira dimensão que diz respeito aos direitos humanos; uma segunda dimensão se refere à interação do migrante com a sociedade de acolhimento; e uma terceira dimensão que contempla a perspectiva da governabilidade e governança no processo de inclusão do migrante.

A primeira dimensão ocorre no efetivo cumprimento e garantia dos diversos direitos humanos. O migrante como “sujeito de direito” é reconhecido nos seus direitos civis; direitos políticos; direitos sociais; e dos chamados “direitos coletivos” que incluem o reconhecimento da diversidade cultural e social. Mas, o reconhecimento e o efetivo cumprimento dos direitos humanos são uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento humano das migrações, que inclui outras dimensões que tornam possíveis tanto o potencial de participação dos migrantes quanto o papel proativo dos governos e da sociedade civil para possibilitar a inclusão.

A segunda dimensão responderia ao conceito de “cidadania ativa” a partir do qual o migrante participa na construção de uma identidade comunitária. O migrante como ator social e a sociedade como estrutura dinâmica que se transforma permanentemente ao aceitar as contribuições de todos os que nela habitam. A aceitação e, especialmente, o reconhecimento do papel da migração na estrutura social, econômica e cultural da sociedade de acolhimento é um elemento básico da inclusão da pessoa migrante. Este reconhecimento implica o pleno desenvolvimento da autonomia de cada pessoa no seio da sociedade receptora, que permite ir

além da aquisição de direitos, mas como “ator social” com capacidade de transformação da sociedade em que habita.

A terceira dimensão da inclusão social do migrante, e que completa o quadro do desenvolvimento humano das migrações, segundo Mármora (2017) é a do papel proativo dos governos e da sociedade civil no processo de inclusão. É aqui que face à complexidade e vulnerabilidade da situação do migrante, as políticas públicas devem articular mecanismos de resposta abrangentes e transversais a todas as suas instituições, pois é o Estado que concentra os poderes em matéria de inclusão social. Para além, do papel central do Estado, e considerando que todo processo de inclusão é um projeto coletivo, é essencial o compromisso das comunidades, dos próprios migrantes e da sociedade civil organizada para alcançar o objetivo do desenvolvimento humano num quadro de governança.

A comunicação e, em particular, a prática do idioma local tem um papel de destaque na inserção dos imigrantes. Silva e Fernandes (2018) assinalam que quando o idioma é aprendido, estreitam-se os laços com a sociedade, o que ajuda na definição de uma nova identidade que é incorporada ao longo dos anos em que vão assimilando a nova cultura. Outros obstáculos a ser superado pelo imigrante no Brasil são as questões ligadas ao preconceito⁵⁹, ao racismo⁶⁰ e à xenofobia⁶¹.

Para Silva e Fernandes (2018) a sociedade brasileira é extremamente sensível a esses temas, pois são vivenciados por boa parte da sua população, mas muitas vezes isso não é manifestado ou até mesmo é negado. Podemos afirmar que esses atos acontecem de forma velada em uma sociedade que vive buscando um padrão “branco” e europeu, algo que nunca será alcançado em uma sociedade em que a miscigenação é a sua maior marca cultural.

Vivemos em uma sociedade preconceituosa, racista e em que se praticam constantemente atos de racismo, de preconceito contra expressiva parcela de sua população e agora vem praticando atos de xenofobia contra os imigrantes recém-chegados ao país. Início de 2022 o congolês de 24 anos, Moise Kabagambe, foi assassinado na cidade do Rio de Janeiro e

⁵⁹ O *Preconceito* é uma palavra que deriva do latim *prae*, antes, e *conceptu*, conceito. Esse termo pode ser definido como o conjunto de crenças e valores aprendidos, que levam um indivíduo ou um grupo a sustentar conceitos a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com estes (CASHMORE, E. *et al*, 2000).

⁶⁰ O *racismo* já teve vários sentidos, como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. O elemento essencial dessa doutrina era que a “raça” determinava a cultura, e dela derivavam as alegações de superioridade racial. Posteriormente a palavra foi usada em sentido ampliado para incorporar práticas, atitudes e crenças; nesse sentido, o racismo denota todo o complexo de fatores que geram a discriminação racial e que produzem as desvantagens raciais (CASHMORE, E. *et al*, 2000).

⁶¹ A *Xenofobia* é o termo que significa literalmente medo de estrangeiro (do grego *xenos*, para estranho, e *phobia*, para medo ou aversão). São pessoas que temem ou abominam grupos tidos com “estrangeiros”. A xenofobia origina-se no medo das diferenças entre as culturas (CASHMORE, E. *et al*, 2000).

gerou grande comoção a frase dita pela mãe de Moise após a perda de seu filho “Fugimos do Congo para que não nos matasse, mas mataram meu filho aqui”. A morte deste refugiado africano deixa clara a importância de políticas de inserção dos imigrantes na sociedade que os recebe, promovendo o desenvolvimento humano e o protagonismo.

Mesmo existindo uma legislação que diz que punirá os indivíduos que praticarem atos de racismo, preconceito e xenofobia, eles vêm crescendo no nosso país. Reforça-se que, para muitos, a sociedade brasileira não é preconceituosa e muito menos racista, sendo que os fatos que ocorrem seriam meramente “brincadeiras”. Mas, o que observamos é que esses fatos vêm se tornando cada vez mais frequentes. Principalmente com os “novos” imigrantes, em que há predomínio de uma população negra.

Silva e Fernandes (2018) acreditam que, se três barreiras forem vencidas (acolhimento, língua e preconceito), o imigrante se adaptará muito mais rápido à sociedade brasileira, incorporando assim a sua nova identidade e deixando de ser “o estrangeiro” e vivendo de forma plena e “integrada” e não à margem da sociedade ou excluído em guetos. No quesito inserção social, os imigrantes enfrentam vários desafios, onde inicialmente, o acolhimento ou recepção dos imigrantes no Brasil, na prática, ficou a cargo da sociedade civil, em conjunto com as instituições religiosas.

Coury e Rovey (2017) traz uma reflexão sobre o processo de integração de refugiados e migrantes, dando ênfase também para o papel desempenhado pelo idioma como facilitador deste processo. A aprendizagem do idioma local é, portanto, essencial para a participação, tratando-se de condição necessária, porém, não suficiente para se alcançar a plena participação cidadã na sociedade receptora. A integração envolve outros aspectos para além da dimensão cultural e tem como objetivo dar aos migrantes a oportunidade de fazer parte da vida política, social, econômica do novo país, de modo que, ao fim deste processo, eles possam viver sob as mesmas condições legais, sociais e financeiras que os nacionais.

A habilidade linguística é fundamental por possibilitar o acesso a direitos fundamentais e o conhecimento dos deveres de todo cidadão, bem como a interação em diferentes setores da vida social. Se de um lado, é indiscutível que aprender o idioma é essencial para integrar-se, por outro, sabemos, que a proficiência em um idioma requer tempo. Promover a inserção requer reduzir as barreiras iniciais de comunicação, principalmente no tocante a informações que são essenciais para a vida na nova sociedade, questões relativas à documentação, direitos e deveres dos migrantes, acesso à justiça, a serviços de saúde, entre outros.

Em relação ao processo de inserção dos imigrantes na sociedade brasileira o Governo Federal a relacionou ao eixo da interiorização da “Operação Acolhida” ação que trata da ida

dos venezuelanos que se encontram em Roraima para outras partes do país, de maneira voluntária. Miranda (2020) considera que a interiorização causa uma espécie de “esvaziamento” do problema. Ela vai ‘diluindo’ as pessoas por todo o vasto território nacional, de modo que o problema passa a não existir com tanta pungência como nos espaços onde os venezuelanos se encontravam concentrados, no caso as cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus, uma vez que, agora eles estão dispersos pelo país.

Na cidade de Manaus um evento promovido pelo consulado francês “Seminário regional - refugiados, migrantes e vulnerabilidades: compartilhando experiências e fortalecendo a resposta humanitária na América do Sul” em maio de 2019 contou com a presença do prefeito o Sr. Arthur Virgílio, na mesa de abertura, e em sua fala afirmou que Manaus não tinha mais condições de receber imigrantes interiorizados de Roraima, considerando a alta demanda existente, e a incapacidade institucional de lidar com a situação, dessa maneira deveria servir como trânsito para outras cidades do Brasil.

Fabiana, uma venezuelana que encontrei pernoitando na área próxima da rodoviária de Manaus, foi interiorizada no ano de 2019 com seu esposo e sua filha, na modalidade de reunificação familiar. Entretanto, após seus irmãos partirem para outras cidades brasileiras e seu marido ter ficado desempregado tiveram que pernoitar no Posto da “Operação Acolhida”. Fabiana declarou que não tinha interesse em interioriza-se para mais distante, pois, Manaus ficava mais perto caso necessitasse ir à Venezuela. No entanto, com o desemprego do marido a família ficou ainda mais vulnerável e contava apenas com a renda do Programa Federal de transferência de renda “Bolsa Família”.

O caso da família de Fabiana assim como de outras famílias mostra que a interiorização pode funcionar como ‘remédio’ para os venezuelanos, mas pode também provocar sensação de abandono, quando chegam a um novo local e percebem que estão por sua conta. Para Miranda (2020) a transferência de pessoas para outras localidades segue sem um acordo mais amplo no sentido de proteção social e integração efetiva em suas novas localidades, há um alto risco de exploração dessas pessoas que têm sido interiorizadas, de forma acelerada pelo país.

É importante salientar que o programa de interiorização é uma das medidas, entre tantas outras, acionadas para responder ao fluxo inesperado e crescente de imigrantes venezuelanos (as) no Brasil. Entretanto, todo o esforço empreendido para o desenvolvimento desta estratégia tem que estar alinhado a outras tantas e não menos relevantes iniciativas locais e nacionais, que qualifiquem a gestão deste fluxo migratório e promovam a melhor interação possível entre os imigrantes e a sociedade brasileira.

Outro ponto fundamental para o processo de inserção do imigrante na sociedade é sua participação nos eventos governamentais e não governamentais para tratar sobre a temática imigração e refúgio. No evento promovido pelo consulado francês mencionado acima, na programação havia vários painéis de discussões, no entanto, nenhum contou com a participação de imigrantes e refugiados com lugar de fala.

No encerramento do evento uma venezuelana que se fazia presente pediu para falar e pontuou tal situação, questionou como um seminário que abordava o tema da crise humanitária envolvendo refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade não tinha na composição das mesas um dos atores principais “o imigrante e refugiado”.

No mês de novembro de 2019 foi realizada uma reunião da Associação de Venezuelanos em Manaus com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas, que convidou a comunidade acadêmica para participar do Seminário “Situação dos Venezuelanos em Manaus”.

Frente às dificuldades de expressar suas demandas e opiniões sobre iniciativas governamentais, a partir de julho de 2019, um grupo de imigrantes venezuelanos iniciou o processo de formação de uma associação. Os imigrantes viam na constituição desta associação à possibilidade de conquista de um espaço de sujeito de direito e não apenas de assistencialismo. Pretendiam, através de esta fazer-se representar nos espaços públicos bem como tornar visíveis suas demandas por revalidações de diploma, moradia e inserção no mercado de trabalho em suas áreas de conhecimento.

Figura 8 - Reunião da PROEXT/UFAM com Associação de Venezuelanos



Fonte: arquivo da pesquisadora, Manaus novembro de 2019.

Ao entrevistar Eddy, venezuelano que fez parte da composição da Associação de venezuelanos mencionada acima, sobre como se deu o processo de criação e como surgiu a ideia.

A iniciativa para a criação de uma associação de venezuelanos surgiu a partir de uma venezuelana médica que desde o ano de 2018 visava uma organização de venezuelanos, reunir os venezuelanos (as) principalmente os médicos e formalizar uma associação que facilitasse a revalidação dos diplomas e que lutasse pelos interesses dos imigrantes. Eu insisti que como não havia nenhuma associação de venezuelanos, que fosse formada uma associação de âmbito geral que não fosse exclusivamente de médicos. Foi feito vários levantamentos de dados, mas depois cada um seguiu seu rumo e essa ideia inicial não foi concretizada. Mas, depois já início de 2021, a gente voltou com a ideia da associação e com a minha experiência trabalhando para ONGs, eu falei que tínhamos que constituir uma Organização da Sociedade Civil “União Latino Americana para Saúde” que já está formalizada, já tem CNPJ. O que a gente está fazendo agora é formalizando projetos com o qual a gente vai entrar nos diferentes editais para tentar obter recursos (Eddy, venezuelano, 33 anos, Manaus, entrevista em setembro de 2021).

O processo de acolhimento a imigrantes na sociedade brasileira ainda é muito embrionário e burocrático. Há muitos desencontros entre o que prevê as leis e a estrutura dos órgãos públicos. Há que se avançar muito ainda de forma concreta, implementando políticas públicas que viabilizem processos justos e acessíveis para documentação, trabalho com garantias trabalhistas, habitação, saúde, educação, aprendizado da língua como formas de acolhimento na perspectiva de direitos humanos.

A acolhida deveria proporcionar hospitalidade e eliminar a hostilidade frente aos imigrantes, não os vendo como uma ameaça. Buscando diminuir as barreiras enfrentadas quando estes adentram ao Brasil, como a xenofobia, discriminação, preconceito, as dificuldades em relação ao idioma. Mas, é fundamental que as ações extrapolem a situação emergencial objetivando a inserção sociocultural e laboral do imigrante na nova sociedade.

2.4 - Considerações do segundo capítulo

O Brasil nas últimas décadas entrou nas rotas migratórias fazendo parte de uma corrente no qual tanto os países receptores quanto os países emissores pertencem ao sul global ou países periféricos. Para pensarmos o território brasileiro como um destino final de imigrantes, temos que levar em consideração que na cena contemporânea boa parte dos fluxos migratórios que ocorrem em direção ao país tem como entrada as regiões de fronteira.

Entretanto, a fronteira amazônica não estava preparada para os processos migratórios que foram se configurando nos últimos anos enfrentando inúmeros desafios tanto no que

corresponde a infraestrutura quanto às legislações. Os imigrantes sejam os que compõem os deslocamentos forçados ou voluntários tinha em seu imaginário um cenário de destino com grandes oportunidades.

Muitas expectativas foram criadas ao chegarem ao Brasil, mas, os imigrantes se depararam com a Amazônia brasileira afastada do restante do país de forma geográfica e simbólica. A imigração venezuelana foi vista com uma situação problemática, principalmente para o Estado de Roraima, representando um grande desafio com evidentes reflexos para o restante do país.

A gestão migratória requer respostas articuladas dos entes públicos em seus diversos níveis, de modo que cada um cumpra com o correspondente papel e responsabilidade. No entanto, não foi isso que vimos em relação às recentes e expressivas migrações nos últimos anos. No que se relaciona a imigração venezuelana, o Brasil ao não se posicionar inicialmente de modo claro de como entendia este recente fenômeno migratório deixou muitos imigrantes em situação de insegurança jurídica em um estado de indefinição.

Diante da inexistência de uma política migratória bem definida para receber os imigrantes da contemporaneidade, muitas vezes o caminho escolhido para a regularização é o instituto do refúgio, ou então, medidas complementares como a residência temporária. O governo brasileiro perdeu a chance de elaborar uma política consistente quando gastou e vem gastando milhões, mas tratando a migração como uma situação transitória paliada por meio de uma “Operação Acolhida” com início em 2018, conduzida pelas Forças Armadas.

Ao cruzar a fronteira, os imigrantes não atravessaram apenas um limite entre países, uma fronteira geográfica, como uma invenção humana para controlar determinado espaço territorial, mas, também enfrentaram um universo de regras, quando a fronteira vai adquirindo significados diversos, que separa e estabelecem limites simbólicos, sociais, econômicos, políticos, linguísticos e culturais entre o nós e os outros. A repressão à liberdade de circulação é injusta para aqueles que nasceram sem terem escolhido, em países com pouco ou nenhuma oportunidade econômica.

O mundo nunca viveu tanto controle exercido sobre as fronteiras. A sua queda tão esperada com a globalização da economia, onde visava eliminar obstáculos à entrada de capitais e o livre trânsito de mercadorias e informações não aconteceu, pelo contrário as fronteiras se intensificaram e fortaleceram, onde os muros visíveis e invisíveis, fronteiras simbólicas que precisam ser transpostas pelos imigrantes pobres, não são poucas. Por outro lado, as fronteiras não conseguem impedir a mobilidade humana e a diversidade das populações.

No que corresponde a inserção sociocultural e laboral, esta pode ser considerada um tema complexo e multifacetado envolvendo múltiplas dimensões da condição humana e da vida em sociedade. A inserção vai além do imigrante documentado, pois, para uma efetiva integração na sociedade outros fatores vão se revelando como acesso ao trabalho, o domínio da língua, a educação, a existência de redes de apoio, acesso à moradia entre outros. Entretanto, o processo de inserção depende não só da vontade dos imigrantes de se tornarem parte de uma nova sociedade, mas também dos múltiplos atores que tensionam as relações sociais. O modo como uma pessoa é acolhida em um novo país irá marcar a diferença em todo o percurso da sua inserção.

Vivemos em um mundo globalizado que esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e cria expectativas de uma vida melhor. Entretanto, o cenário ideal seria o direito de não migrar, de poder permanecer no próprio país, onde as pessoas pudessem ter melhores condições de vida e não fossem forçadas a migrar. No entanto, a realidade do nosso mundo pouco se parece com esse cenário ideal. Milhões de pessoas, todos os anos, tentam se deslocar para outro país em busca de um padrão de vida melhor para si e suas famílias. Em alguns casos, enfrentam qualquer perigo e sacrificam o pouco que têm para poderem ingressar no território dos seus sonhos.

CAPITULO III - TRAJETÓRIAS DE VIDA DE FAMÍLIAS DE IMIGRANTES VENEZUELANOS (AS) EM MANAUS/BRASIL

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações.

(Pierre Bourdieu)

Neste capítulo apresentamos as trajetórias de vida de duas famílias venezuelanas que migraram em busca de um recomeço, embora com especificidades oriundas da própria característica do movimento. Buscamos conhecer suas histórias, percursos e as estratégias para se estabelecerem no Brasil. Em um processo de construção de redes e produção de novos territórios o imigrante vai compondo novos relacionamentos e aumentando aos poucos sua sensação de segurança.

Na primeira parte deste capítulo realizamos uma discussão sobre o conceito de trajetória de vida, onde a construção de trajetórias consiste em identificar transições específicas ocorridas na vida de um indivíduo, em relação direta com o problema de pesquisa sendo uma abordagem menos abrangente do que as histórias de vida.

Na segunda parte descrevemos as trajetórias de vida das famílias Carabobo e Monagas visando compreender o fenômeno migratório venezuelano considerando a voz dos sujeitos pesquisados, sendo isto um ponto chave para a pesquisa. Entretanto, não nos limitamos exclusivamente nas narrativas, pois não estão dissociadas de questões estruturais mais amplas. Concluimos com as considerações das trajetórias das duas famílias.

Na terceira parte discutimos a partir do olhar para a dimensão familiar em seus diferentes arranjos, as estratégias nas construções das redes sociais, familiares ou por afinidades, nas produções de novos territórios e a (re) construção das identidades dentro de um processo migratório que reflete a busca de bem-estar e segurança.

3.1 – Discutindo o conceito de trajetória de vida

Seguindo a linha de argumentação de Pierre Bourdieu um dos mais destacados sociólogos franceses que considera os percursos de vida concebidos como produto de interações

produzidas segundo um movimento dialético, ou seja, as narrativas das trajetórias de vida não estarão desassociadas de estruturas sociais.

Bourdieu (1996) criticou fortemente o uso do conceito de história de vida, visto que, pode levar a uma “ilusão biográfica”. Representando uma crítica à posição metodológica inclinada em traçar panoramas individuais de sujeitos históricos, limitada apenas a uma descrição de relatos de experiências de vida dos interlocutores. O autor observa nos estudos do “enfoque biográfico” a ausência do que considera uma necessária objetivação dos dados e propõe que os esforços acerca do assunto fossem transformados em “estudos de trajetórias”.

Também o conceito de ilusão aponta para uma crítica ao realismo ou positivismo ingênuo. Este problema epistemológico indica tanto a uma pretensa objetividade nos procedimentos de registros do pesquisador como em considerar em termos assertivos os depoimentos dos entrevistados. Uma saída é a construção de um espaço intersubjetivo e negociação gnosiológica entre os atores ou agentes que participam da pesquisa.

Bertaux (1981) analisa que a abordagem da história de vida esbarra em alguns problemas. Admiráveis histórias de vida publicadas (como as obras de Thomas e Znaniecky⁶² e Oscar Lewis⁶³) tornaram as análises pouco relevantes. Todos esses projetos de pesquisa têm uma fraqueza: falta-lhes uma compreensão da teoria sociológica, do que se entende por “relações sociais”. Isso pode ser visto nas hipóteses de Bertaux, e especialmente em seus projetos de pesquisa, por exemplo, “os criminosos são estudados mais do que as relações sociais entre jovens de famílias populares com a política e estabelecimentos judiciários”.

Segundo Bertaux (1981) como intelectuais, temos algo a acrescentar: a descrição aprofundada dos padrões das relações sociais, suas contradições e seus movimentos históricos. No entanto, isso também pode assumir uma forma narrativa. Devemos contar histórias, não apenas histórias de vida de várias pessoas, mas também a história deste ou daquele padrão de relações sociais, a história de uma cultura, de uma instituição, de um grupo social.

Bourdieu (1983) irá distinguir dois momentos na investigação: um primeiro momento objetivista e um segundo momento subjetivista. De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói afastando as representações subjetivas dos agentes. Mas, por outro lado, as representações subjetivas devem também ser retidas se quisermos dar conta nomeadamente das lutas cotidianas individuais e coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas.

⁶² THOMAS, William. & ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America: a classic work in immigration history*. Ed: Eli Zaretsky. Chicago: University of Illinois Press, 1996.

⁶³ LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza. Cinco familias*. México D.F: Fondo Cultura Económica, 1985.

É o encontro do *habitus* e do campo, que constitui o mecanismo principal de produção do mundo social. Bourdieu (1983) procura tornar esse mecanismo operatório para a pesquisa empírica, o duplo movimento construtivista de interiorização do exterior e de exteriorização do interior. Para Corcuff (2001) o *habitus* corresponde de algum modo às estruturas sociais da nossa subjetividade, que se constituem inicialmente através de nossas primeiras experiências seguidas da nossa vida adulta. É a maneira como as estruturas sociais se imprimem na nossa mente e no nosso corpo, pela interiorização da exteriorização.

Habitus é entendido como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis” que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas (...) (BOURDIEU, 1983, p.65).

Para Corcuff (2001, p.40) nessa definição “disposição” quer dizer propensões para perceber, sentir, fazer e pensar de certa maneira, interiorizados a maior parte das vezes de forma não conscientes por cada indivíduo devido sua condição objetiva de existência e da sua trajetória social. “Duráveis” por que essas disposições estão fortemente enraizadas em nós, resistindo a mudanças, revelando certa continuidade na vida de uma pessoa. “Transponíveis” por que as disposições adquiridas no decurso de determinadas experiências (familiares, por exemplo) tem efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo) sendo um primeiro elemento de unidade da pessoa. Finalmente, “sistema”, por que essas disposições tendem a permanecer enredadas entre elas.

O campo constitui a face da exteriorização da interioridade do processo. Bourdieu (1983) concebe as instituições de maneira relacional, como configurações de relações entre atores individuais e coletivos. Berger, Luckmann (1999) seguindo essa mesma linha de pensamento enfatizam que sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deverá abranger ambos estes aspectos. Que recebem correto reconhecimento se a sociedade for entendida em termos de um processo composto de três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização.

Dessa maneira a sociedade e cada uma de suas partes são simultaneamente caracterizadas por estes três momentos. Um mundo institucional é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer. A biografia é aprendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade (BERGER, LUCKMANN, 1999).

É fundamental enfatizar que a relação entre o homem (o produtor) e o mundo social (produto dele) é uma relação dialética, isto é, o homem em coletividade e o mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo. O terceiro tempo desse processo é a interiorização, então, são esses os três momentos na realidade social.

Para Berger, Luckmann (1999) o indivíduo não nasce membro da sociedade, nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, que em um sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido.

Fazendo uma aproximação com a fala de Berger, Luckmann (1999) no que corresponde o indivíduo não nascer membro de uma sociedade, mas tornar-se membro, relacionamos com o filme “*O enigma de Kaspar Hauser*” de Herzog (1974) que aconteceu na Alemanha e retrata a história de um homem que passou anos de sua vida sem contato com a humanidade, não aprendendo coisas básicas como andar, sentar, falar. Alimentava-se somente de pão e água e sua única companhia era um cavalo de madeira. Ao ser colocado em sociedade foi aprendendo tudo isso, assim como a cultura é apreendida e não hereditária.

Essa história é atravessada pela presença de instituições sociais, Estado, família e igreja. Este homem foi acolhido por uma família rica que tentou inseri-lo na sociedade e esse propósito foi alcançado após alguns progressos conseguidos de como se “comportar” perante os outros. Percebemos nessa história a mente humana como um gabinete vazio que apreende a cultura da sociedade na qual será inserido.

A partir de uma abordagem crítico-dialética Anthony Giddens (2000) desenvolveu uma perspectiva que integra ação e estrutura. Através da teoria da estruturação, ou através da relação dialética, entre *habitus* e campo, o teórico mostra que a constituição de agentes e estruturas não é independente, mas que existe uma relação dialética que guia e restringe as ações de indivíduos.

Giddens (2000) em relação à teoria da estruturação diz que implica a dualidade da estrutura, o qual se encontra em relação com o caráter fundamentalmente recursivo da vida social e expressa a dependência bilateral entre estrutura e agência. Por dualidade de estrutura o autor afirma que,

“As propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o meio e o resultado das práticas que constituem esses mesmos sistemas. Assim formulado, a teoria da estruturação recusa qualquer diferenciação entre sincronia e diacronia. De acordo com esta concepção, as mesmas características estruturais são parte integrante tanto do sujeito (o ator) como do objeto (a sociedade)” (GIDDENS, 2000, p.43).

De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as regras e os recursos são mobilizados pelos atores através da produção de interações. A estrutura é, por conseguinte, o modo através do qual a relação entre o momento e a totalidade se expressa sob a forma de reprodução social. Giddens (2000) define “integração” como os laços regularizados, ou como a reciprocidade das práticas, quer entre os atores, quer entre coletividade.

Amorim (2012) para a compreensão do impacto da migração internacional na vida de homens e mulheres que são partícipes desse processo faz uma reflexão quanto à centralidade do conceito de *habitus*, como elaborado por Bourdieu. Parte-se do pressuposto de que, ao imigrar, as vivências no novo contexto terão o *habitus* incorporado como o pano de fundo que balizará as relações com o país hospedeiro e também com o país de origem.

Observa-se que o *habitus*, equivale à cultura enquanto uma criação coletiva que conduz as práticas, mas também os anseios dos agentes sociais. Pode-se pensar que, quando os agentes sociais emigram, levam consigo toda uma percepção acerca do que seja o mundo. Na realidade, levam consigo sua cultura, expressa no *habitus* internalizado.

Para Amorim (2012) uma vez inserido nas redes migratórias, sua interação com o novo dar-se-á a partir do seu *habitus*, que é uma categoria que possui dinamismo, dá-se de maneira relacional, apesar de ser composta por elementos que tendem também à manutenção, no caso de sua própria cultura. As pessoas, ao migrarem, levam consigo aquilo que são e, isso está contido no *habitus*, o que as manterá ligadas à cultura de origem e a partir de onde elas elaborarão a luta pela ressignificação ou, quem sabe, pela manutenção daquilo que são.

Uma discussão sobre objetividade e subjetividade, também foi realizada por Zunino (2018) que se propõe em retomar alguns desafios epistemológicos que emergem da obra de Abdelmalek Sayad para elaborar uma proposta de análise das migrações que articule dois conceitos-chave: trajetória migratória e projeto migratório. Ambos se apresentam como vetores que permitem estudar as migrações a partir de sua constituição dual, objetiva e subjetiva.

Do lado objetivo, as trajetórias migratórias são reconstruídas a partir da integridade das condições e mecanismos sociais que geraram o conjunto de disposições que levaram à emigração (na origem) e, da forma como os migrantes estão inseridos (já no destino, sociedade) em relação às suas condições de vida e de trabalho, etc. Ao mesmo tempo, do lado subjetivo, o conceito de projeto migratório passa por incorporar na análise das migrações a avaliação que

os agentes migrantes fazem dos recursos de que dispõem, a partir de sua representação da posição que ocupam no espaço social. No caso das migrações forçadas não se pode afirmar que há um projeto migratório.

Uma das premissas de pesquisa que a obra de Sayad (1998) nos deixou é considerar a migração como um fato social total. Incorporou aos estudos de migração um olhar sobre as sociedades de origem das pessoas deslocadas. A consideração do migrante como emigrante (e não apenas imigrante) permitiu afastar-se de alguns olhares etnocêntricos presentes neste campo de estudo e tornar visíveis às relações que os migrantes mantêm com as pessoas que permanecem na sua origem.

Segundo Zunino (2018) as trajetórias propostas por Sayad não consistem simplesmente em traçar a biografia dos indivíduos como um fluxo entre origem e destino. Em vez disso, envolvem a reconstrução da estrutura de posições e relações entre elas e, da mesma forma, a história embutida em termos da trajetória modal que envolve os agentes considerados em ambos os espaços sociais.

Assim, cada trajetória leva em consideração dois sistemas solidários de variáveis, as de origem: características sociais, disposições socialmente determinadas que os migrantes carreguem consigo antes da emigração, e de outro, as variáveis denominada de resultado, realização ou destino, considerando as diferenças entre os imigrantes, uma vez na sociedade de assentamento.

Uma análise apenas das estruturas objetivas também não resolveria o desafio epistemológico de conhecer a realidade. É importante encontrar uma posição intermediária entre o extremo biográfico e a estrutura. Se as condições de existência são representadas pela ideia de estrutura social, essenciais para contextualizar socialmente as trajetórias dos indivíduos ao longo de suas vidas, por outro lado as trajetórias são fundamentais para a produção de conhecimento sobre a sociedade.

A dimensão biográfica nas trajetórias não é compreendida apenas como matéria-prima para a composição da narrativa, e sim, como possibilidade de análise da ação dos indivíduos frente às estruturas sociais. Para analisar as migrações venezuelanas em uma perspectiva intersetorial recuperando a família como dimensão central, em termos metodológicos, o enfoque nas trajetórias permitirá mostrar uma estrutura social mais ampla.

A partir de um estudo das relações objetiva e subjetiva de um lugar, as trajetórias de vidas podem ser mais bem compreendidas. Cada trajetória pode ser considerada como um cruzamento de múltiplas linhas biográficas autônomas e dependentes umas das outras. Cada

membro familiar pode ser pensado como uma articulação de elementos com diferentes importâncias de acordo com o ciclo de vida que a pessoa atravessa.

3.2 - Perspectivas de vida: sonhos de um imigrante

A pessoa que migra leva dentro de si mesmo sonhos e utopias de dias melhores. Muitos estão descontentes com tempos árduos pelos quais passam em seu país, outros são forçados a migrar. Os migrantes têm a esperança de encontrar um lugar em que os direitos humanos fundamentais sejam respeitados e um ambiente saudável e seguro para eles e seus familiares. A decisão de migrar, quando é possível fazer essa escolha, implica trocar o ambiente familiar e social por uma situação muitas vezes desconhecida, mas também possuem a vontade de concretizar suas aspirações de um futuro melhor.

A área de estudos sobre migrações internacionais convencionalmente se pautou por uma divisão entre as chamadas migrações voluntárias e as migrações forçadas. Se, de um lado, a voluntariedade constituiria o motor fundamental para o processo decisório que baliza o ato de migrar, de outro, seria a compulsoriedade o fator principal para o deslocamento.

Moreira e Sala (2018) apontam que o divisor de águas dos fluxos migratórios parece residir, assim, na contraposição entre o desejo e a violência. Contudo, uma reflexão mais refinada indica que pode haver desejo em processos migratórios caracterizados como compulsórios, ao mesmo tempo em que se verifica violência nos fluxos tidos como voluntários.

Ou seja, mesmo nos casos forçados em que as pessoas são obrigadas a deixar seus países, elas também carregam sonhos de uma vida melhor e em condições dignas no novo país para onde se dirigem e, nos casos em que o movimento migratório pode ser dar de forma mais planejada, esses migrantes também podem enfrentar violações a seus direitos ao longo de suas trajetórias migratórias.

Para Páez (2015) na experiência migratória poderá ter casos em que ocorre um processo definitivo de ruptura e a pessoa que emigra não quer saber nada sobre o país de onde saiu. Experiências menos traumáticas os permitem preservar laços e multiplicar a pertença. Enquanto, para alguns a determinação de migrar tem sido fácil de adotar, para outros a análise é feita com muito cuidado e, pelo contrário, tem sido difícil e dolorosa. Qualquer que seja a avaliação da “decisão”, ela é assumida em um contexto caracterizado pela incerteza e, conseqüentemente, é impossível estabelecer o grau de sucesso.

O fenômeno migratório não é simplesmente um processo de deslocamento populacional. Ao redor do migrante está contida uma áurea de dor, alegria, saudade, esperanças e ilusões.

Lembranças do que deixou e sonhos do que pretende conquistar. Ao elaborar suas expectativas por melhores condições de vida leva e traz consigo a “mala e a alma”. Nesse sentido, o fenômeno migratório é geralmente marcado por tensões e estranhamentos do imigrante que estará submetido a novas ordens e desordens que se difere de seu local de origem para o local receptor, que tende a vê-los através de estereótipos já construídos (CAMPOS, RODRIGUES, 2011).

No processo migratório fronteiras simbólicas acompanham o imigrante em sua travessia e para que suas vidas sejam de protagonismos e não somente de exploração e discriminação esses imigrantes acabam não enxergando outra saída a não ser a resistência e a luta diária frente às dificuldades encaradas nesse processo de mudança, necessitando ressignificar suas vidas. Serão inúmeros os desafios enfrentados, o percurso trilhado não estará isento de dificuldades, seja na sua regularização no país receptor, seja na sua inserção social e laboral nessa nova sociedade.

3.2.1 - A Trajetória de Vida da Família Carabobo

A família Carabobo é uma família nuclear (reconstituída) composta por sete membros, Allan (38 anos), Diana (37 anos), Maya (única filha de Diana, 16 anos), Felipe (segundo filho de Allan, 19 anos), Pablo (terceiro filho de Allan, 17 anos) Liz (filha caçula de Allan, 11 anos) e Karen (a primogênita, 22 anos) que se mudou para outra casa após constituir uma relação estável com um venezuelano.

Os parentes que retornaram para Venezuela foram: Sr. Ramon (tio de Allan, 51 anos); Carlos (irmão do meio de Allan, 44 anos) e Fernando (irmão mais velho de Allan, 46 anos). Fazem também parte dessa rede familiar, Melany (ex-mulher de Allan e mãe de Pablo e Liz, 40 anos) e Alejandro (atual marido de Melany, 45 anos).

3.2.1.1 - Aproximação com a família Carabobo

Conheci Allan em abril de 2018 através de um amigo brasileiro que cortava o cabelo na barbearia onde ele trabalhava. Esse amigo comentou que Allan e sua esposa eram refugiados da Venezuela e que planejavam trazer seus filhos/as para Manaus. O casal tinha muitas dúvidas em relação aos trâmites para matriculá-los na escola. Devido a minha profissão em Serviço Social através da qual trabalhei um longo período com programas sociais governamentais, meu

amigo pensou que eu talvez pudesse dar algumas orientações ao casal não somente sobre o direito à educação, mas outras informações que a família precisasse.

Entrei em contato com Allan e nosso primeiro encontro foi na barbearia na qual ele trabalhava. Antes disso solicitei por e-mail à equipe da coordenação de matrícula da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) informações sobre os documentos necessários para a realização de matrícula por alunos imigrantes. A SEDUC-AM prontamente respondeu quais seriam os procedimentos e eu repassei todas as informações para Allan.

No encontro seguinte Allan me apresentou sua esposa Diana e conversamos à noite em uma Praça no Centro. Depois, fez contato para que eu fosse para a festa surpresa do aniversário de Diana, onde conheci muitos outros venezuelanos (as). Em relação aos familiares de Allan, conheci nesse momento seu irmão mais velho, seu tio materno e seu primo com a família recém-chegada da Venezuela. Em 2019 em uma viagem para a Venezuela tive a oportunidade de conhecer outros familiares de Allan e Diana que permaneceram no país.

Depois de muitos encontros na barbearia, local onde o casal trabalhava todos os dias, tendo folga somente aos domingos, Allan e Diana disseram que gostaria que nossos encontros passassem a ser em sua casa aos domingos a tarde para que pudéssemos conversar com tranquilidade, pois, na barbearia por vezes tínhamos nossa conversa interrompida para o atendimento dos clientes. A família Carabobo passou a me convidar para os aniversários de seus membros, assim como para almoços em família, tomarmos um café, me fazendo sentir acolhida e a oportunidade de fortalecer o vínculo com a família.

3.2.1.2 - A migração de Allan e Diana e sua inserção em Manaus

Allan tinha trinta e quatro anos quando chegou ao Brasil no ano de 2017, natural de Valência, capital de Carabobo na Venezuela, tem uma união estável com Diana e tem quatro filhos e uma enteada. Saiu de sua cidade natal tendo como fator motivador a crise econômica e política de seu país. Com o crescimento do desemprego e a superinflação não estava mais conseguindo o sustento de sua família. Trabalhava como barbeiro e depois de muita resistência e de comum acordo com sua companheira decidiu migrar para o Brasil.

Um país nunca antes visitado pela família Carabobo, onde não havia ninguém próximo conhecido, ou seja, uma rede familiar, por afinidade ou migratória da qual pudessem fazer parte, e que quase tudo que sabiam tinha sido pesquisado através da internet. A escolha do Brasil se deu pela proximidade e pela possibilidade de acesso via terrestre considerando os poucos recursos e sendo mais fácil visitar os parentes que ficaram na Venezuela. E também por que

naquele momento poucos imigrantes estavam migrando nessa direção. A maioria optava em migrar para Colômbia, Peru, Equador principalmente por terem o mesmo idioma.

Alguns conterrâneos distantes que já haviam migrado para o Brasil deram ao casal Allan e Diana algumas informações sobre o país, pelo menos sobre duas capitais da região norte: Boa Vista, capital de Roraima e Manaus, capital do Amazonas. Alertando que a capital amazonense por ser maior e possuir muitas indústrias poderia lhe dar maiores oportunidades.

Acompanhado de um primo, Allan seguiu para o Brasil fazendo o trajeto Valência-Puerto La Cruz-Puerto Ordaz e Santa Elena de Uairén, cidade que faz fronteira com o Brasil, distante apenas 15 km de Pacaraima no Estado de Roraima. Após a passagem no posto da Polícia Federal conseguiram uma permissão por quinze dias como turista e seguiram viagem para Boa Vista.

Na capital roraimense Allan recebeu a orientação de um caminhoneiro que seguissem para Manaus, pois não havia emprego naquela cidade e devido o aumento da violência e prostituição os venezuelanos que permaneciam por lá não estavam sendo visto com “bons olhos” por alguns locais. Para chegar à capital manauara precisariam desembolsar pelo menos R\$ 200 reais na compra de uma passagem via terrestre.

Acredito que esse recurso necessário para o deslocamento poderia explicar em parte por que muitos venezuelanos (as) ficavam em Roraima. Ou, por que chegavam com pouco dinheiro ou nenhum recurso financeiro, necessitando da assistência social do governo local, ou por que optavam em ficar nas cidades roraimenses pela proximidade com a Venezuela facilitando no envio de alimentos ou de remessas.

Decidiram seguir para Manaus chegando no dia onze de agosto de 2017 e ao desembarcarem na rodoviária tomaram um táxi e sem conhecer ninguém e sem saber para onde ir pediram ao motorista que os deixassem em qualquer lugar do bairro Centro. Escolheram a região central por ser um lugar de grande movimentação. Ficaram próximo à Praça da Matriz, sem saber o quer fazer. Mas, por mera coincidência encontraram no Centro da cidade um venezuelano que era vizinho da mãe de Allan na cidade de Valência e que lhe indicou um lugar barato para pernoitarem. Allan e seu primo antes do término do prazo para permanecerem no Brasil compareceram ao posto da Polícia Federal em Manaus e solicitaram o protocolo de refúgio.

Quando foram ao supermercado e se depararam com as prateleiras cheias de mercadorias, oposto do que se via na Venezuela, naquele momento que sofria com um sério desabastecimento de produtos básicos, Allan enviou uma foto do que via para sua família. E lembrou que seu país já havia sido assim, abundante e que ficava muito revoltado de ver tanta

comida sendo colocada no lixo aqui em Manaus. Acha inconcebível, tanto desperdício, sendo que em seu país um dia já fizeram isso e hoje sofrem com a escassez ou com os valores exorbitantes dos alimentos, onde um salário mínimo compra “um frango ou uma forma com ovos”.

Foi sugerido pelo mesmo conterrâneo que encontraram no Centro que vendessem água e merenda na “Manaus Moderna”, próximo ao porto da cidade, enquanto não arrumassem um emprego fixo. Allan e seu primo acordavam às 2 horas para fazer o café e preparar outras coisas, alguns alimentos eram fornecidos por uma terceira pessoa e saíam às 4 horas da manhã. Antes das 8 horas já estavam retornando e compravam a senha para o almoço no restaurante prato cidadão do Centro, um programa subsidiado pelo governo estatal.

Allan saía todos os dias atrás de uma barbearia que tivessem interesse em contratá-lo, pois tinha pressa para enviar dinheiro para sua esposa também migrar para o Brasil. Ele havia trazido consigo seus instrumentos de trabalho como barbeiro. Ainda no mês de agosto de 2017, Allan conseguiu um trabalho em um salão de beleza no Centro, mas lá não fazia muita coisa, ganhava muito pouco, do mesmo jeito continuava trabalhando.

Antes de conseguir fazer um teste para entrar nesse salão havia pedido em vários outros estabelecimentos uma oportunidade, mas não lhe deram a chance sequer de demonstrar seu trabalho. Ele acreditava que talvez fosse por sua aparência, estava muito magro e usava roupas e sapatos surrados. Com o pouco recurso que recebia como barbeiro continuava acordando cedo para vender o café e quando retornava seguia para o salão.

Allan com um mês trabalhando conseguiu o dinheiro para comprar as passagens de ônibus para Diana que chegou à cidade de Manaus no dia onze de setembro de 2017 com trinta e três anos, também natural de Valência e com formação superior em Desenho Gráfico. Diana se graduou em uma faculdade particular em Barquisimeto, capital do Estado de Lara, no oeste da Venezuela, cerca de 200 km de distância de Valência. Depois de formada conseguiu um emprego como designer em uma gráfica em sua cidade natal onde ficou trabalhando até começar a crise econômica em seu país.

Diana chegou exatamente um mês depois que o esposo. Reiterou que a situação de seu país estava cada vez mais difícil, não tinha trabalho e as famílias não estavam conseguindo suprir suas necessidades mais básicas, como a alimentação. Foi muito difícil deixar pela primeira vez sua única filha que ficou com sua avó paterna e seguir para um lugar desconhecido. Aliás, foi difícil tomar essa decisão e depois comunicar à família, sua mãe e seus irmãos. Allan também nunca havia se separado dos filhos e de sua mãe.

O casal teve que vender algumas mobílias da casa para a compra das passagens, entretanto, o dinheiro somente daria para comprar os bilhetes para um deles. Então, decidiram que Allan viria na frente para arrumar um emprego e enviar o dinheiro para a viagem de Diana. A princípio tinham a intenção de ficar apenas três meses, ou seja, uma migração provisória, mas se depararam com uma situação também difícil aqui no Brasil. Allan considerava que não estava como a Venezuela, pois, aqui ainda se conseguia trabalho e renda para (sobre) viver.

Diana com uma mala nas mãos, sem um aparelho telefônico e sem dinheiro para além das passagens que a levaria até a fronteira com o Brasil, comprou em Valência uma sacola com pães e uma garrafa com água para sua alimentação. Quando chegou à cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairen tinha muita gente na rodoviária, devido o feriado da Pátria no Brasil. Ela foi atrás de sua passagem, mas não tinha mais. Ela ficou confusa e não informou ao funcionário da agência de ônibus que já tinha uma passagem comprada e era só para pegar o bilhete.

Ela atravessou a fronteira para Pacaraima e foi informada pela agência que ela havia perdido o ônibus que partia para Manaus e teria que pagar uma multa. Mas, Diana estava sem nenhum dinheiro e não tinha telefone para se comunicar com Allan. Conseguiu emprestado um telefone com um funcionário da empresa de ônibus e assim conseguiu falar com o marido que pagou a multa em Manaus. Diana conseguiu após passar na Polícia Federal, noventa dias como turista, mas depois já em Manaus solicitou o protocolo de Refúgio.

Quando chegou à rodoviária de Boa Vista, estava muito assustada com o “novo”. Próximo de Diana tinha muitas famílias imigrantes que dormiam no chão e ela ficou rodeada por essas pessoas sem conseguir dormir. Diana mesmo pagando a multa não conseguiu vaga no ônibus de Boa Vista para Manaus devido o feriado, tendo que esperar. Allan preocupado com a falta de comunicação da esposa lembrou que tinha primos morando na capital de Roraima. Entrou em contato com um deles pedindo que fosse atrás de Diana na rodoviária para que ela ficasse em sua casa até embarcar para Manaus.

O plano inicial do casal de migrarem juntos não foi possível, e o combinado era que Diana partiria em uma semana depois que Allan. Só que ao chegar ao Brasil as coisas não foi fácil como havia imaginado. Allan com menos de um mês trabalhando como barbeiro conseguiu emprestado o dinheiro com a dona do salão e além desse empréstimo sua ex-patroa teria lhe dado uma quantia de R\$ 500,00 para que Diana trouxesse encomendas para o salão, que mesmo com a crise na Venezuela, alguns produtos continuavam mais baratos que no Brasil.

Allan ao tentar enviar o dinheiro para Diana foi enganado por um venezuelano. No início da migração venezuelana era difícil enviar dinheiro para Venezuela, diferente da facilidade que eles têm agora. Allan descobriu que havia um contrabandista que ficava em Pacaraima e que

trabalhava com o envio de remessas para as famílias dos venezuelanos. Então, enviou para essa pessoa o dinheiro da passagem de Diana e mais o dinheiro que era para comprar algumas mercadorias para o salão.

No entanto, esse venezuelano que trabalhava com envio de remessas, desapareceu levando o dinheiro, deixando o casal desesperados. Allan teve que esperar mais tempo para trazer sua esposa e ainda ficou com vergonha da sua patroa, visto que, poderia pensar que ele estava envolvido com o sumiço do dinheiro. Agora, as coisas haviam se tornado ainda mais difícil, pois teria que pagar a dívida e ainda conseguir o dinheiro para as passagens da esposa.

Por algum momento Diana pensou que não conseguiria chegar aqui. Ela havia ficado sozinha na casa com uma cama, pois haviam vendido todos os móveis. Mas, mesmo enfrentando todos esses entraves Allan com a venda do café e sua baixa renda como barbeiro ainda conseguiu reunir um pouco de dinheiro para trazer sua esposa.

Allan que até esse momento morava com o primo, com a chegada de Diana alugou um quarto muito pequeno na mesma estância. Descreveu o lugar como horrível, onde mal cabia uma cama para dormir com a esposa. Não tinha nenhum móvel e aparelho eletrodoméstico. Ao chegarem a casa já de noite faziam fogo fora e cozinhavam com latas de refrigerantes. Quando Diana chegou aqui começou a trabalhar duro com seu esposo para ajudar os familiares que ficaram na Venezuela, pois, a situação lá continuava muito difícil.

Na mesma rua do salão onde Allan estava trabalhando havia uma barbearia que sempre se encontrava lotada com muitos clientes, e ele dizia para sua esposa que gostaria de trabalhar naquele lugar. Um dia foi até essa barbearia, mas, não lhe deram o trabalho, então continuou no salão. No entanto, o estabelecimento trocou de dono, e o espaço passou a pertencer por coincidência a um venezuelano que estava em Manaus há muito mais tempo que Allan.

Esse conterrâneo perguntou a Allan se ele queria trabalhar na barbearia, o convite foi aceito e ao começar a trabalhar nesse novo local, logo percebeu a diferença no ganho da diária, era muita diferença em relação ao que ganhava no salão. Allan começou alugando a cadeira por R\$ 150,00 reais, mas quando o dono percebeu que o barbeiro estava faturando bem, “ficou de olho grande” expressão usada por Allan, então disse que não podiam continuar com o acordo anterior de pagamento da diária da cadeira, e se quisesse continuar teria que trabalhar (50% a 50%). Allan ficou chateado, mas continuou, pois, o ganho ainda assim seria bom.

Diana além da profissão de designer é tatuadora, mas logo que chegou à Manaus não conseguiu um trabalho fixo, então, vendia bolo de pote e outros doces com a ajuda de uma amiga venezuelana que conheceu aqui e trabalhava em uma casa noturna no Centro. Ela

também divulgava o trabalho de Diana como designer gráfico conseguindo algumas encomendas para a amiga.

Conheci o excelente trabalho desenvolvido por Diana das duas maneiras: encomendei um desenho e fiz tatuagens. Sua conterrânea vendia em seu trabalho os doces que Diana fazia. Essa amiga havia deixado o marido e os filhos na Venezuela e retornou para o país depois de um tempo juntando dinheiro. Diana descreveu a amiga como uma pessoa muito boa, de bom coração.

Allan pediu ao dono da barbearia onde trabalhava uma vaga para sua esposa como manicure, informando neste momento que Diana também era tatuadora. Ela conseguiu o trabalho como manicure. Posteriormente, a pedido do patrão fez uma troca de serviços, ela fazia uma tatuagem e ele em troca fazia um serviço de cabeleireiro. Diana fez a tatuagem, mas o combinado não aconteceu, ou seja, não recebeu o serviço que havia acordado.

Seu esposo ao saber do que havia acontecido ficou outra vez muito chateado com seu patrão venezuelano. Para não brigar com seu conterrâneo preferiu sair, deixou o trabalho. Diana também deixou o trabalho como manicure ficando os dois nesse momento desempregados. Allan descreve que foi a primeira vez diante dessa circunstância que se sentiu desamparado e se perguntando o que iria fazer naquele momento. Deixou o trabalho, pois considerou injusto o que seu patrão fez com sua esposa.

Ficou sentado por alguns instantes pensando no que fazer quando se lembrou de um amigo colombiano que conhecera em Manaus. Essa pessoa já estava há mais de vinte anos no Brasil. O referido amigo gostou muito do trabalho de Allan como barbeiro, e disse que tinha uma amiga brasileira que era tatuadora e que iria abrir um estúdio que mesclaria salão, barbearia e tatuagens e que poderia indicá-lo para trabalhar neste local.

Diana e Allan participaram de uma entrevista, sendo ambos aprovados para o trabalho. Mas, a barbearia estava prevista para inaugurar no final de 2018, faltavam dois meses e o que eles faziam nesse período de espera. Quando Diana fez a entrevista citou que era designer. Assim, desde o início mesmo antes do salão e barbearia abrir trabalhou com a publicidade do local sem ser remunerada pelo serviço prestado, só a promessa do emprego.

Allan afirmou que não podia ficar sem ganhar dinheiro, esperando a inauguração da barbearia onde futuramente iria trabalhar, pois tinham que pagar o aluguel e comer. Havia aprendido na Venezuela fazer iogurte e bolo de pote para complementar a renda de barbeiro em seu país, principalmente quando ficou desempregado. Comprou aqui uma caixa térmica e começou a fazer essas guloseimas para vender pelo Centro de Manaus.

No final de 2018, Allan e Diana começaram a trabalhar no salão/barbearia que foi inaugurado. Diana trabalhou novamente como manicure por seis meses, mas não ganhava muito, então decidiu comprar um carrinho e vender água e doces no Centro. Diana ganhou da antiga patroa uma máquina para fazer tatuagem, ela lhe deu a ferramenta para que pudesse treinar. Então, começou fazendo tatuagens em seu esposo, em casa.

Entretanto, quando Diana decidiu sair do salão a dona pediu a máquina de volta, mas, a esposa de Allan disse que trabalhou mais de um mês de graça fazendo todo o trabalho de designer e toda a publicidade do local sem remuneração e que não havia recebido nem para comprar seu almoço. Diana comunicou que a máquina ficaria como seu pagamento, caso contrário a proprietária do local teria que pagar seu mês de trabalho. Assim, Diana ficou com a máquina para fazer tatuagem.

Allan continuou trabalhando nessa barbearia por dez meses. Mas, já não estava tão satisfeito com seu trabalho por alguns motivos não expostos. Entretanto, havia vendido sua máquina de cortar cabelo que trouxera da Venezuela quando precisaram comprar comida e estavam sem dinheiro. Quando conseguiu comprar outra máquina passou a buscar outro lugar para trabalhar.

No caminho que Allan fazia para retornar para sua casa todos os dias após o trabalho passava enfrente da antiga barbearia que havia trabalhado, mas ainda não sabia que o dono havia mudado, não seria mais o venezuelano. Allan sinalizou para sua esposa que um dia gostaria de ter a chance de alugar um ponto como aquele, muito movimentado.

Certo dia Allan decidiu parar nessa barbearia, foi quando verificou que o dono atual era um brasileiro. Perguntou se poderia alugar uma cadeira para serviços de barbeiro e lhe foi respondido positivamente e cobrado R\$ 150,00 a diária. Como já havia trabalhado anteriormente nesse mesmo lugar com seu conterrâneo, sabia que conseguiria ganhar mais do que isso e começou a trabalhar no local.

A dona da barbearia onde ele estava trabalhando ficou muito chateada com seu pedido de demissão, dizendo que ele não poderia sair. Mas, Allan respondeu que não tinha feito nenhum contrato de trabalho com ela. Começou a trabalhar com esse brasileiro pelo qual até hoje tem muito carinho. Diana assim como seu esposo também foi trabalhar nessa barbearia. O novo dono brasileiro ao conhecer o trabalho de Diana como tatuadora reservou um espaço como estúdio para tatuagem, assim começou suas atividades como tatuadora em Manaus.

Entretanto, esse novo patrão do casal não se organizou bem financeiramente, estava devendo muito. Um dia quando chegou à barbearia Allan percebeu o patrão chateado e

preocupado e perguntou a ele o que estava acontecendo, que confessou que não poderia continuar com a barbearia aberta, pois, tinha contraído muitas dívidas.

Nesse momento, Allan ficou também preocupado, pois iria outra vez ficar sem trabalho. Para surpresa de Allan, o patrão ofereceu o espaço para o casal, com a chance de pagar as mobílias de forma parcelada. Eles dariam uma parte de entrada e pagariam as demais parcelas num período de doze meses. Isto foi visto como uma grande oportunidade, a concretização do sonho de Allan.

Allan e Diana já estavam guardando um dinheiro, uma poupança, dessa maneira foi possível aceitar a proposta e deram uma entrada conforme foi solicitado. Assim, o casal da família Carabobo deu início as suas trajetórias como empreendedores. Começaram como barbearia e estúdio de tatuagem, depois de “*piercings*” e também vendiam no local alguns produtos como boné, camisetas e *piercings*. Em meados de 2019 estavam muito felizes e satisfeitos, pois haviam aberto uma filial da barbearia em outro bairro da cidade de Manaus.

Mas, não conseguiram administrar os dois empreendimentos ao mesmo tempo, sendo fechada posteriormente. O casal contratou outros barbeiros venezuelanos, inclusive um brasileiro. Mas, os barbeiros que Allan contratou para a nova barbearia não tiveram paciência para esperar o movimento aumentar, sendo compreensível, pois precisavam ganhar dinheiro todos os dias para sustento de suas famílias.

Allan tentou ficar na filial no outro bairro e Diana ficava na matriz no Centro. Mas, Allan estava perdendo muitos clientes na barbearia do Centro devido sua ausência, assim resolveu mudar a estratégia. Diana foi para a filial e Allan retornou para a matriz. Diana pensou que seus clientes de tatuagem fossem onde ela estava, no entanto, também não foi assim que aconteceu, pois, achavam o novo local distante e o Centro era de mais fácil acesso.

Diante dessas dificuldades em manter essa outra barbearia aberta e funcionando e para a tristeza de Allan que havia acreditado que fosse dar certo, pois havia se empenhado muito para isso, o casal decidiu fechar a filial no final de 2019. Foi muito decepcionante, pois segundo Diana o novo local teria ficado bem bonito.

Allan e Diana foram se consolidando profissionalmente e como empreendedores, e em tempos de pandemia da Covid-19 conseguiram resistir e manter o ponto comercial aberto e funcionando mesmo que muitas vezes de forma irregular devido o decreto estadual da quarentena e mediante a crise econômica instalada que se aprofundou com a crise sanitária.

Em relação à moradia da família Carabobo foi sempre no Centro ou em áreas adjacentes, Aparecida e São Raimundo, ou seja, muito perto do trabalho. Allan e Diana quando ainda estavam sozinhos em Manaus moraram cerca de quatro meses em um hotel na Avenida

Joaquim Nabuco no bairro Centro por indicação de outros imigrantes que alugavam quartos nesse local. Eles ficaram nesse hotel até a chegada de outros familiares. O primo com quem Allan chegou ao Brasil trouxe posteriormente sua família da Venezuela e realizaram um deslocamento interno pelo Brasil mudando-se para a cidade de Curitiba.

3.2.1.3 - A reunificação familiar no Brasil

Allan e Diana durante o tempo que estão no Brasil entre o período de 2017 até o ano de 2021 (quatro anos) conseguiram ajudar alguns familiares a chegar à cidade de Manaus. A partir deles a rede migratória familiar foi se formando e consolidando. Alguns familiares continuaram em Manaus/Brasil outros realizaram uma migração de retorno para a Venezuela por diversos motivos que serão expostos a seguir.

Os primeiros familiares que chegaram com ajuda de Allan e Diana, no que corresponde as compras das passagens e depois hospedagem foram dois irmãos de Allan e um tio. Primeiramente chegou Carlos (irmão do meio) e Sr. Ramon (tio materno), depois chegou Fernando (irmão mais velho). Eles vieram para o Brasil sem a companhia das famílias.

Carlos (44 anos) chegou início de 2018 junto com seu tio Sr. Ramon (51 anos). Conheci o Sr. Ramon na festa de aniversário de esposa de Allan. Ele jamais pensou que fosse um dia receber ajuda do sobrinho, e que estava muito orgulhoso do homem que Allan havia se tornado depois da migração. Natural de Valência durante muito tempo teve uma situação economicamente boa na Venezuela até a chegada e o aprofundamento da crise no país.

Meados de 2018, Allan falou de seu irmão Fernando (46 anos) que havia migrado para Cartagena na Colômbia, mas, estava sozinho lá e não conseguia um trabalho fixo, ficando muito difícil para ele permanecer neste país. Assim, Allan o chamou para vir para Manaus. Enviou dinheiro para as passagens e seu irmão foi primeiramente para a Venezuela e depois seguiu para o Brasil. Quando chegou aqui também ficou hospedado na casa de Allan e Diana juntamente com o Sr. Ramon.

Allan e Diana depois de um ano e quatro meses no Brasil fizeram sua primeira viagem de férias para Venezuela no final do ano de 2018. Eles estavam no Brasil como solicitantes de refúgio e haviam renovado o protocolo, sendo avisados pela Polícia Federal brasileira que não poderiam sair do país sem autorização. O casal pediu autorização para ir ao seu país visitar a mãe e os filhos, sendo concedida a saída.

No retorno para o Brasil veio com o casal o terceiro filho de Allan Pablo (17 anos) e sua enteada Maya (16 anos). Sendo concedida a eles a residência temporária de dois anos. Allan

informou que quando ele e Diana entraram no Brasil em 2017 somente tinha a possibilidade de pedir o visto de turismo ou protocolo de refúgio. Mas, na entrada de seus familiares início de 2019, o imigrante venezuelano que chegasse à fronteira era perguntado se eles queriam uma autorização por quinze dias, o protocolo de refúgio ou a residência temporária.

Em meados de 2019, Karen (22 anos) filha mais velha de Allan que assim como Fernando também havia migrado para Colômbia, veio para Manaus com a ajuda de seu pai. As coisas não estavam dando certo por lá, dessa maneira Allan enviou dinheiro para que ela viesse para o Brasil. Quando Karen chegou à Manaus conseguiu trabalho como manicure em um salão de beleza no Centro e como já trabalhava com designer de sobancelhas, seu pai pagou para ela um curso para obter um certificado. Karen não mora mais com o pai, a madrastra e os irmãos, pois constituiu uma união estável com um venezuelano e foi trabalhar como designer de sobancelhas em um salão no bairro Parque Dez e depois realizou uma migração interna para outra cidade no Amazonas.

No início de 2020 antes de ser declarada pela Organização Mundial de Saúde uma pandemia da Covid-19, a família Carabobo fez sua última viagem de férias para a Venezuela. Allan fez contato com a mãe de sua filha mais nova Liz (11 anos) e disse que gostaria que a filha viesse para o Brasil. Como se trata ainda de uma criança, Melany, mãe da Liz, disse que ela não poderia vir sozinha e que também queria migrar para o Brasil, mas a situação financeira de seu esposo Alejandro não estava boa e não possuíam recursos para pagar as passagens.

Allan então emprestou o dinheiro para eles comprarem as passagens para o Brasil e quando chegaram aqui ficaram por um curto período na sua casa e depois alugaram um lugar para morarem. Os dois conseguiram emprego, a mãe de Liz, em uma loja de roupas no Centro, onde permaneceu até a pandemia e depois foi trabalhar como cabelereira em um salão de beleza que ela montou aos poucos em uma galeria no bairro Centro. Seu esposo que tem um bom currículo como motorista de carros pesados conseguiu uma vaga com carteira assinada em uma empresa nacional, mas antes disso alugava um carro com outros venezuelanos para trabalhar como motorista de aplicativo.

Em dezembro de 2020 meio a pandemia de Covid-19 e com a fronteira fechada chegou a Manaus Felipe, segundo filho de Allan (19 anos). Felipe é irmão de Karen por parte de mãe que é falecida. Ele adentrou ao país de forma irregular com ajuda de “coiote”, pessoas que ajudam na travessia da fronteira, em troca de pagamentos. Isso foi um pouco complicado, mas um parente de Allan que mora em Santa Elena de Uairen hospedou o jovem por três dias e depois o ajudou atravessar a fronteira, chegando à Manaus e se unindo ao pai e irmãos. Em

relação à travessia da fronteira em tempos de pandemia iremos apresentar o processo no último capítulo desta tese.

3.2.1.4 - A migração de retorno dos parentes de Allan

Carlos, irmão do meio de Allan ficou em Manaus um período inferior a três meses, não teve uma boa adaptação no Brasil e também não conseguiu emprego. Carlos tem na cidade de Valência/Venezuela uma empresa de segurança e vigilância, mas os negócios estavam indo muito mal em decorrência da crise que atravessava o país. No entanto, mesmo diante desse quadro ele decidiu retornar e voltar com os trabalhos da empresa a qual está funcionando até os dias de hoje (2021).

O Sr. Ramon continuou no Brasil até final de dezembro de 2018, um período de dez meses. Ao adentrar ao Brasil protocolou uma solicitação de refúgio, e antes mesmo de seu processo ser julgado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) fez uma migração de retorno para a Venezuela. No final de 2018 foi passar as festas de final de ano com a família e decidiu a pedido de sua esposa a não retornar para o Brasil.

Quando visitei a Venezuela em 2019 tive a oportunidade de falar outra vez pessoalmente com o Sr. Ramon que apresentou os fatores que contribuíram para sua decisão de ficar com a família em seu país. Que serão explicadas no próximo item relacionado à viagem realizada para Valência e a visita aos parentes de Allan e Diana.

Fernando, irmão mais velho de Allan ficou em Manaus um pouco mais de um ano (set/2018 a dez/2019), e depois retornou para a Venezuela. Ele não sabia trabalhar com corte de cabelo, então, não foi possível ficar trabalhando com seu irmão na barbearia. Fernando gosta muito de cozinhar, fazia diversos tipos de doces para vender. Ele tinha uma banca de vendas, dos biscoitos que ele mesmo fazia, vendia também água, refrigerantes, bombons. Sua banca ficava nas proximidades do Colégio Militar no Centro da cidade de Manaus.

Algumas vezes que fui à barbearia visitar a família Carabobo, encontrei Fernando que relatou sentir frustração por não ter oportunidade em Manaus, gostaria de trabalhar em um restaurante ou em uma confeitaria e como também não se adaptou com o clima quente da cidade resolveu regressar ao final de 2019 para seu país. Passou a trabalhar com seu irmão Carlos na empresa de Segurança e Vigilância.

Carlos e Fernando comentavam com Allan que não poderiam afirmar que as coisas estavam bem na Venezuela, entretanto, conseguiam prover o sustento de suas famílias com os recursos que recebiam dos serviços prestados pela empresa de segurança. O país ainda continua

distante do que foi um dia, mas conseguem neste momento (2021) prosseguir sem precisar migrar, mesmo com o cenário de pandemia lograram que a empresa não fechasse outra vez.

Felipe, segundo filho de Allan depois de nove meses no Brasil retornou para Venezuela, no mês de setembro de 2021 com a esperança de encontrar sua família em breve. Allan continuará ajudando seu filho enviando remessas para auxiliar na sua manutenção.

3.2.1.5 - Meu encontro com os parentes de Allan e Diana na Venezuela

Quando realizei a viagem para a Venezuela em agosto de 2019 fiquei na cidade de Los Teques no Estado Miranda distante 130 quilômetros de Valência. Considerando a proximidade entre as duas cidades e sabendo que os parentes da família Carabobo moravam em Valência decidi fazer esse deslocamento para conhecê-los e também seria a oportunidade de rever o Sr. Ramon, tio de Allan que conheci em Manaus e que retornou para Venezuela no final de dezembro de 2018.

Entrei em contato com Allan em Manaus, que me passou os endereços e contatos telefônicos de sua mãe, sua sogra e de seu tio Ramon e comunicou aos seus parentes sobre a minha visita, me apresentando como sua amiga brasileira. Disse-me que estava muito grato pela minha disponibilidade em conhecer sua mãe, ainda mais por que ela morava sozinha. Realizei a visita em um domingo para que fosse possível encontrar todos em casa.

Conheci a Sra. Lígia (68 anos), mãe de Allan, fui até sua casa, um lugar muito aconchegante, onde fui recebida com muito carinho. No momento da visita ela estava acompanhada de sua irmã e muito gentilmente me levou para conhecer suas árvores frutíferas, de onde faz seus sucos naturais, e me ofereceu um delicioso suco de graviola de seu pomar.

Na ocasião ela gravou um vídeo emocionante para os filhos Allan e Fernando que estavam no Brasil. Disse que sente muita falta de seus filhos e de seus netos/as, mas que devido sua idade avançada não poderia visitá-los no Brasil. Os filhos descreveram Manaus como uma cidade de muito calor, e como ela sofre de hipertensão, acreditava que não teria uma boa adaptação.

Nessa passagem por Valência também conheci a mãe de Diana, Sra. Betty, 61 anos. Uma senhora muito sorridente, falava comigo como se já fosse amiga da sua família de longa data. A distância de sua filha está sendo muito difícil, pois, nunca havia se separado dela. O mais longe que Diana tinha ido foi cursar sua faculdade na cidade vizinha. Mas, um dia foi preciso migrar, a situação já estava demasiado difícil no país. A Sra. Betty estava feliz por sua filha está bem.

Gracias a Dios, hoy están mejor que aquí, donde la situación sigue siendo muy dura, donde mucha gente sigue teniendo que emigrar. Cada uno vive su dolor. Mi hija ya estuvo aquí y trajeron muchos regalos, pero tuvieron que regresar a Brasil (ficou em silêncio, muito emocionada). Tengo cinco hijos, tres todavía están aquí, Diana se fue a Brasil y mi hijo menor se fue a Ecuador. Tengo grandes esperanzas de que el país se recupere y mejore. Mi hija Diana me envía dinero para ayudar a comprar alimentos y medicinas. Trabajaba planchando ropa, pero debido a mi problema de salud tuve que dejar de hacerlo. Mi hijo que se fue a Ecuador está sin trabajo y allí sufre mucha xenofobia. Tengo contacto constante con mis hijos a través de whatsapp. Tengo muchas ganas de visitar a mi hija en Brasil. Pero, solo visitarlo, porque me da mucha tristeza dejar mi país, el lugar donde nací y crecí. Como son jóvenes y pueden buscar nuevos horizontes, me siento lo suficientemente mayor para migrar. Mis tres hijos que están aquí no han pensado en migrar, al menos hasta ahora (Sra. Betty, 61 años, venezolana, Valência, entrevista em agosto de 2019).

Na oportunidade também fui à casa do Sr. Ramon e conheci sua família. Apesar de ser um domingo ele teria que sair para trabalhar, e pediu para falar comigo primeiro e que depois eu teria que ficar na companhia de sua esposa e filhos. Falou sobre como foi sua chegada à cidade de Manaus e sua decisão de não retornar ao Brasil, após visitar a família na Venezuela.

“En 2018 emigré a Brasil por las condiciones por las que atravesaba mi familia y me quedé allí diez meses. En Brasil tuve que trabajar duro para mantenerme y también enviar dinero a mi familia. Pero la inflación aquí solo subió y lo que se requería se hizo como decimos aquí “sal y agua”, así que tuve que trabajar aún más. Me licencié en mecánica industrial y siempre tuve buenos trabajos en empresas reconocidas como “General Motors” y cuando llegó la crisis estaba de paro. Regresé a Venezuela en diciembre de 2018 para pasar el fin de año con mi familia. En Brasil ya tenía una promesa de trabajo que me había ofrecido un amigo brasileño, era como camionero para comenzar en enero de 2019. No tenía fuerzas para volver a irme sin mi familia, ya que nunca nos habíamos separado, fue la primera vez después de 23 años de matrimonio. La condición que tenía en Brasil tampoco era muy buena, comía bien, es cierto, pero tuve que trabajar duro para conseguir dinero para enviar a Venezuela. No tengo ninguna queja sobre el trato que tuve en Brasil. Me hice muy amigo de brasileños y venezolanos que nunca había visto. Fuera del país, cuando conoces a un compatriota, es como ser de la misma familia y nos ayudamos. Trabajé informalmente con la venta de plátanos fritos en el centro de Manaus. Cuando llegamos a otro país, todos somos iguales, se acaban las profesiones, al menos mientras conoces a las personas que pueden ayudarte. Una de las cosas más difíciles para mí fue el idioma, no pude hacer un curso de portugués porque no tenía tiempo. Sufrí mucho en la parte sentimental además de estar lejos de mi país y de mi familia. Logré enviar dinero semanalmente, no fue posible enviar mercadería porque la mayoría de los venezolanos que están en Manaus son del Oriente de Venezuela, como Puerto Ordaz, Ciudad Bolívar, Maturín. La ciudad de Valencia se encuentra en el centro del país lejos de la frontera con Brasil. Esto fue complicado, ya que mi esposa dijo que mis hijos no tenían zapatos, ni ropa (ficou em silêncio por alguns instantes, com choro preso e muito emocionado) todo esto fue muy difícil. Cuando llegué a Brasil y comencé a trabajar envié R\$ 50 reales a la semana, alcanzando más o menos para comprar lo básico aquí, pero antes de regresar ya estaba enviando R\$ 110 reales a la semana y no podía comprar más ni comida, la inflación solo subió (Sr. Ramon, 51 años, Tecnólogo em Mecânica Industrial, Valência, Carabobo, Venezuela, entrevista em agosto de 2019).

O Sr. Ramon tem três filhos, sua filha é formada em enfermagem e trabalha na sua área ajudando no sustento da família. Seu filho do meio faz faculdade de engenharia, antes só

estudava, mas agora também tinha que trabalhar para ajudar em casa. O filho mais novo ainda é uma criança. Sr. Ramon acredita nas mudanças de seu país, mas, que isso ocorreria em longo prazo, pois tinha muitos fatores envolvidos. O país precisava ter um cambio na política e em cada um dos venezuelanos.

A entrevista foi interrompida por uma ligação telefônica e o Sr. Ramon teve que ir trabalhar. Quando se ausentou fiquei na companhia de sua família, sua esposa e seus dois filhos depois chegou sua filha enfermeira que estava trabalhando e a mãe de Diana que mora no mesmo bairro também ficou conosco. Conversamos bastante até o meio da tarde do domingo.

Na hora de voltarmos para Los Teques fomos deixar a Sra. Betty, em casa. Nesse momento ela recebeu uma ligação de seu esposo informando que ele estava passando mal. Ela ficou muito nervosa, então tentei acalmá-la e fomos buscá-lo em casa para levá-lo a uma unidade médica próximo de sua casa. Despedi-me de Sra. Betty e retornei para Los Teques. Quando voltei para Manaus fiz uma visita à família Carabobo para falar sobre minha visita aos seus parentes em Valência. Ficaram muito felizes de eu ter conhecido seus familiares.

3.2.1.6 - As estratégias da família Carabobo em tempos de pandemia

Quando a família Carabobo retornou das férias da Venezuela final de janeiro de 2020, Allan me procurou para maiores esclarecimentos sobre como matricular sua filha e enteada em uma escola. Tinha interesse que elas estudassem em uma escola particular próxima de seu trabalho. Nesse momento me coloquei à disposição para auxiliar a família, e saímos atrás de uma escola que as meninas pudessem ser matriculadas.

A filha de Diana, Maya com 14 anos quando chegou à Manaus no início de 2019, por não ter trazido a documentação completa necessária para fazer a matrícula em uma escola ficou sem estudar nesse primeiro ano, mas fez cursos de língua portuguesa aprendendo o novo idioma. Pablo, o filho de Allan também não foi para a escola, mas fez curso de barbeiro e começou a trabalhar com o pai.

Passamos uma tarde atrás de escolas, fomos a algumas escolas particulares localizadas no bairro Centro em busca de uma possibilidade de conseguirem uma bolsa de estudo, no entanto, fomos informados que existe um sistema de bolsas, mas o processo começa nos meses de outubro e novembro. Naquele momento o que poderia ser solicitado era um desconto maior que o de pontualidade das mensalidades, mas que teriam que fazer uma carta de solicitação.

Porém, mesmo se fosse concedido tal desconto os valores ainda eram muito alto para o custeio da família. Assim, decidimos ir nessa mesma tarde em escolas da rede pública

localizadas também no Centro. Fomos muito bem recebidos em todas as escolas, mas nas duas primeiras existiam vagas apenas para uma das séries das meninas e o objetivo se possível era que as duas estudassem na mesma escola, pois a filha mais nova de Allan ainda não falava português.

Na penúltima escola que passamos, também só tinha vaga para uma das séries, mas o casal resolveu fazer a matrícula de Maya. Então, só com uma delas matriculadas já no final da tarde, chovendo muito chegamos à última escola onde tinha um cartaz informando o horário de funcionamento e verifiquei que o expediente terminaria naquele exato momento.

Fomos recebidos por um senhor que nos pediu que entrássemos, solicitou ao secretário que nos atendesse e ficou acompanhando o atendimento. Nessa escola teria vaga para as duas meninas. Então, foi cancelada a matrícula da escola anterior e matriculadas Maya e Liz na mesma escola localizado no bairro São Raimundo, uma área adjacente do Centro para onde a Família Carabobo mudaria seu endereço de residência.

O servidor que nos recebeu nos levou para conhecer a escola e depois se despediu dizendo que tinham ótimos estudantes imigrantes, alunos/as venezuelanos (as) e haitianos/as e que apresentavam excelente desempenho escolar. Depois que este senhor se foi, o secretário que finalizava a matrícula disse que a pessoa que nos recebeu era o Diretor da escola. O casal e as meninas estavam felizes por que iriam estudar e eu também fiquei muito satisfeita de conseguir ajudá-los. Dessa maneira na semana seguinte, início de fevereiro Maya e Liz, começariam às aulas em uma escola pública.

Infelizmente, com um mês após os inícios das aulas, as escolas na cidade de Manaus tiveram que ter suas atividades interrompidas por conta da pandemia da Covid-19. Assim, como também as atividades não essenciais, sendo a barbearia e o estúdio de tatuagem oficialmente fechados por quase três meses. A partir desse momento de isolamento social, meus contatos com a família Carabobo passaram a ser virtual sendo retomados presencialmente atendendo os protocolos de segurança de saúde em março de 2021 quando a segunda onda da pandemia estava mais ou menos controlada na cidade de Manaus com a diminuição do número de mortes e início da campanha de vacinação.

Allan e Diana disseram que em nenhum momento nada foi muito fácil para eles e sua família aqui no Brasil. Tudo que conseguiram foi sempre com muito trabalho, mas, se tornou ainda mais difícil com a pandemia. Nos primeiros dias da pandemia da Covid-19 e as primeiras mortes anunciadas e sendo decretado à quarentena na cidade de Manaus, ficaram assustados com a nova situação.

Pois, com o fechamento do comércio a preocupação aumentou de como conseguiriam pagar suas contas tais como: os aluguéis do ponto comercial onde funcionava a barbearia e o estúdio de tatuagem, assim como o aluguel da casa onde moravam, como comprariam comida e ainda ajudariam com remessas os familiares que permaneceram na Venezuela. E não possuíam nenhum conhecimento de como seria a atuação do governo brasileiro nessas situações de vulnerabilidades das famílias.

Geralmente, os proprietários de imóveis para fins de aluguel não são tão compreensíveis, mas nesse caso de pandemia foi observado em algumas situações que tiveram muita sensibilidade e entenderam o que muitas pessoas estavam passando, no que corresponde aos recursos financeiros. A proprietária do ponto comercial que o casal alugava e que era também uma imigrante há trintas anos no Brasil liberou o pagamento do aluguel por três meses ou até o movimento da barbearia voltar à normalidade. Já o dono da casa onde a família morava entendia os atrasos no pagamento do aluguel, isso deixou os membros da família Carabobo um pouco mais tranquilos em relação aos seus compromissos financeiros em Manaus.

Mas, logo Diana e Allan perceberam que não se trataria de apenas alguns dias com o comércio fechado, já se passavam semanas, então voltaram a se preocupar, apesar de terem reservado dinheiro para alimentação. Escutavam conversas que faltariam produtos nas prateleiras, mas, independente dessa informação a comida que haviam armazenado já estava acabando. Assim, verificaram que no Centro havia comerciantes que estavam abrindo contrariando o decreto da quarentena e quando passava a polícia ou órgão do governo que fiscalizava e até multavam os comércios abertos, eles abaixavam as portas.

Consideravam isso bem complicado, mas, também contrariando o decreto começaram a trabalhar clandestinamente tanto na barbearia quanto no estúdio de tatuagem. Às vezes a polícia passava e não fazia nada. Diana acreditava que era pela situação difícil que todos passavam, entendiam que estavam lá tendo que trabalhar por necessidade de manter a família, pois, caso contrário não conseguiria honrar os compromissos.

Diana explicou como faziam para trabalharem em tempos de pandemia e de quarentena.

Eu marcava com meus clientes por whatsapp, combinávamos o dia e o horário. Foi impressionante que no tempo da pandemia, digo a primeira onda em 2020 foi quando mais ganhei dinheiro com tatuagem, o melhor tempo para mim. Foi quando consegui comprar todas as mobílias da casa: televisão, guarda-roupa, geladeira e outras coisas. Acho que as pessoas ficavam cansadas de ficar trancadas em casa e procuravam sair e agendavam a tatuagem (sorriu). Trabalhava com as portas fechadas e foi assim que eu e Allan trabalhamos no primeiro momento da pandemia (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, maio de 2021).

Por outro lado, os serviços da barbearia não tiveram muito movimento, não dava para entrar muitas pessoas para não aglomerar e chamar atenção e as pessoas também não queriam ficar do lado de fora esperando. Entravam aos poucos e quando saíam, entravam outras. Mas, teve um dia que quase todas as lojas estavam fechadas e passou um carro da polícia e não parou, mas logo em seguida parou uma fiscal do governo e perguntou para uma pessoa ao lado da barbearia o que era aquilo e resolveu entrar e viu que estavam atendendo e alertou que não podiam estar abertos e funcionando.

Allan disse que sim, que tinham conhecimento do decreto, mas que precisavam trabalhar, visto que tinham muitos compromissos pendentes. O fiscal pregou um cartaz interditando o local, nesse primeiro momento não foram multados, foi uma advertência e o casal ficou essa semana em casa. Na semana próxima depois da interdição outra vez foram trabalhar de forma irregular. Nessa ocasião já tinha comércios que podiam abrir seguindo um cronograma, onde salões de beleza e barbearias estavam no último grupo a voltar a funcionar.

Allan e Diana eram seus próprios patrões, ou seja, se trabalhassem ganhavam dinheiro, mas parados não tinham como fazer renda, assim não podiam ficar parados por muito tempo precisando burlar a lei da quarentena. Nessa primeira onda da pandemia foram mais ou menos três meses com o comércio fechado a partir de 21 de março de 2020, a partir de meados do mês de junho foi permitida a abertura aos poucos por categoria.

Em relação à família, Diana declarou que a pandemia não os afetou muito, no que corresponde a exigência de isolamento social. Pois, a vida deles sempre foi do trabalho para casa e da casa para o trabalho, quando saíam era com os filhos que devido o pouco tempo não possuíam vínculos de amizade na cidade. Maya e Lis com um mês estudando foi interrompido as aulas e posteriormente ofertado somente na modalidade virtual. Então, nesse sentindo foi mais tranquilo. Na casa cada um tinha seu celular com acesso à internet e interagiam virtualmente.

A segunda onda da pandemia da Covid-19 no final de 2020 foi mais difícil para os membros da família Carabobo. Sentiram a coisa mais forte sendo mais duro o momento vivenciado. Por que muita gente até esse momento não acreditava, até mesmos eles não acreditavam na gravidade de uma pandemia. Mas, com a chegada da segunda onda o comércio ficou novamente todo fechado, a partir do final de dezembro de 2020, e já se ouvia muitos comentários de pessoas conhecidas que havia perdido a vida para a Covid-19, e muitas outras pessoas que não havia contraído o vírus, tinha sido contaminado.

Nesse período a família se mudou para uma casa em um bairro próximo a um hospital e um cemitério sendo ensurdecido o barulho de ambulância que passavam de um lado para

outro, iam e voltavam e era o tempo todo assim pelo menos até o mês de fevereiro de 2021. Também havia muitos carros de funerária a caminho do cemitério localizado no bairro ao lado que a família residia.

A família Carabobo ficou mais uma vez preocupada, agora não somente com o fechamento do comércio, mas com as mortes ocasionadas pela a Covid-19. Diana sentiu a gravidade da situação que todos estavam passando, inclusive quase todos os membros da família Carabobo testaram positivos para a Covid-19. Tiveram que ficar mais tempo em casa, não foram trabalhar de formar irregular, até por que já não havia muita demanda, o movimento dos clientes diminuiu bastante. As pessoas que não acreditava, seja por que ainda não tinham se contaminado com o vírus ou não tinham nenhuma morte na família, naquele momento de caos passaram a ficar com medo e mais tempo em casa.

Nesse período as pessoas respeitaram um pouco mais a quarentena e já não procuravam tanto o serviço de tatuagem e barbearia, até por que o pagamento do auxílio emergencial havia acabado e após a renovação os valores pagos foram muito abaixo do que da primeira onda da pandemia. Entretanto, o casal Allan e Diana mais uma vez voltaram a trabalhar antes da liberação do comércio, assim que viram movimento pelo Centro, pois apesar da dona do ponto comercial ter liberado mais uma vez o pagamento do aluguel, o proprietário da nova casa para onde haviam se mudado logo no início de janeiro de 2021 não teve a mesma compreensão, e exigia o pagamento do aluguel em dia.

O retorno às atividades laborais se deu aos poucos, trabalhavam até às 14 horas, pois depois disso o Centro ficava completamente um deserto, quase não tinha mais pessoas circulando nas ruas.

“E assim passamos a pandemia e continuamos lutando, pois ainda não acabou e as coisas se puseram cada vez mais difícil” (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, maio de 2021).

Com o agravamento da pandemia mediante uma nova variante, onde havia um número muito superior de óbitos e para piorar ainda mais a situação a população manauara sofreu com a falta de oxigênio nos hospitais, Allan nesse momento resolveu que gostaria de realizar um deslocamento interno para outra cidade brasileira. Depois pensou melhor em tudo que já haviam construído e conquistado em Manaus, seus clientes e desistiu da ideia. Posteriormente, com mais certeza disse que estava com planos de retornar para a Venezuela e que ficaria em Manaus no máximo até o mês de julho de 2021.

Diana se assustou e ficou surpresa com a decisão de Allan que alegou que sentia muita falta de sua mãe que já estava idosa e se passasse algo com ela, estaria longe sem conseguir ajudar. Nesse primeiro momento Diana respondeu que não iria retornar com ele, que ainda não havia esquecido e nunca se esqueceria da experiência ruim que passou em seu país, como passar fome, insegurança e muitas outras coisas.

Tinha muito medo de passar por tudo outra vez, mas que tudo pela sua filha. Quando ainda estava na Venezuela se tentou fazer de tudo para vender. Aprendeu a fazer biscoito, sonho, bolo de pote, iogurte e outras coisas que nunca haviam feito e foram aprendendo, na tentativa de ganhar algum dinheiro. Mas, com o tempo sempre faltava algum ingrediente, uma hora a farinha de trigo, outra o açúcar, tudo se escasseava e como iam conseguir continuar com aquilo.

Pensando em tudo isso, a primeira resposta para Allan foi “não”, definitivamente “não” que ele partisse sozinho. Diana acredita que não se tratava de egoísmo, mas sim de muito medo. Em Manaus, sua filha está podendo estudar, se alimenta bem e se sentiu tranquila. Depois dessa decisão de Allan, o casamento ficou em crise, ficaram um mês se evitando mesmo trabalhando juntos.

Um dia Diana falou com sua mãe na Venezuela que achava que ia se separar por que Allan queria retornar para Venezuela e ela não queria. Sua mãe aconselhou que ela tentasse esse retorno e se não desse certo poderia voltar para o Brasil.

Agora não que eu queira muito ir, mas também tenho uma mãe idosa que vive doente e eu distante com saudades. Então, disse a Allan que iria com ele, mas somente em dezembro de 2021 para trabalhar e poupar dinheiro durante esse tempo para não irmos sem nada, sem nenhum recurso, caso contrário o que iríamos fazer na Venezuela, como iríamos abrir outro negócio lá sem capital (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, maio de 2021).

Diana considera que esse retorno é tão difícil quanto à migração para o Brasil, pois é como se estivesse migrando outra vez. Tudo deve estar diferente, a cidade onde morava já não deve ser mais a mesma, muitas pessoas que conheciam já não estaria lá seja por que migraram ou morreram na pandemia da Covid-19.

A família “Carabobo” que até antes da pandemia estavam focados em ficar no Brasil por mais quatro ou cinco anos, onde o pensamento era trabalhar muito para guardar o dinheiro ou enviar para a Venezuela para a compra de uma casa. Para eles nunca havia sido o propósito ficar em definitivo no Brasil, morar aqui a vida toda. Allan que havia decidido partir em julho

de 2021 com a mudança da resposta de Diana decidiu que iriam todo juntos em dezembro de 2021.

No princípio a ideia era ficar no Brasil somente três meses, depois se prolongou por um ano, depois dois anos e agora já se passaram quatro anos. O prazo de ficar mais cinco anos foi a partir de 2020 antes da pandemia, entretanto, depois tudo mudou não somente para a família Carabobo, mas internacionalmente. Diana descreve o que aconteceu na pandemia que talvez fizesse Allan mudar de ideia.

Precisamente, na pandemia foi como um choque, por que estávamos longe da família, de nosso país, não conseguíamos trabalhar direito com o comércio fechado, então a meta de guardar dinheiro foi comprometida, pois não podíamos trabalhar. Nossas mães estavam ficando doente com frequência na Venezuela e pensávamos como elas estavam passando na pandemia. Pensávamos em quando ia passar tudo isso, se iria passar ou estará sempre aqui. Diante disso Allan mais do que eu, decidiu retornar para nosso país. Eu mantive os planos de permanecer e trabalhar muito para comprar minha casa em meu país, meu grande sonho, mas, eu penso que estando lá será um pouco mais difícil para realizar (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, maio de 2021).

Diana considera que construiu seu espaço em Manaus, seu trabalho foi aos poucos sendo reconhecido pelos clientes, sendo muitas vezes indicada por outras pessoas. Também foi aprimorando seu trabalho como tatuadora, apesar de ter formação em designer, no Brasil se aperfeiçoou com as tatuagens. Com acesso a muitos “*workshops*”, dicas de tatuadores renomados que divulgam seus trabalhos e técnicas nas redes sociais etc.

Quando Diana decidiu retornar para Venezuela com Allan, o casal começou a fazer contatos com as pessoas que estão lá, para saber melhor como estava a situação do país, o movimento do comércio, o que seria bom para trabalhar. Eles querem continuar o trabalho especializado que realizam em Manaus: barbearia, tatuagem, piercings e ainda vender alguns produtos como boné, camisetas etc.

Mas, se tocar fazer outra coisa a gente faz. Lá, na Venezuela, vou começar do zero, de baixo mesmo, depois de quatro anos de construção, terei de recomeçar e o pior é que lá ninguém conhece meu trabalho, me conhecem aqui em Manaus. Teremos que ao abrir esse novo local pedir a Deus que dê certo. Lá tem outra cultura, aqui no Brasil, aqui em Manaus as pessoas amam tatuagens, lá não, ainda se tem um pouco de preconceito com pessoas tatuadas, são consideradas malandras, de bairros, é ainda muito diferente daqui (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, agosto de 2021).

Por outro lado, Diana observou que nesses dois últimos anos a Venezuela se despertou um pouco mais para esse mundo das tatuagens, já tem um pouco mais de movimento nesse sentindo. Tatuagem é caro e no bairro onde morava em Valência não se percebia muitas pessoas

tatuadas. Afirmou que irão procurar um ponto comercial para ter acesso a um público específico.

Allan e Diana não querem abrir o espaço de trabalho em bairro, querem talvez em um shopping ou em um lugar com bastante movimento como é aqui no Centro de Manaus. Diana considera que hoje ela e o marido têm outra visão, de empreendedores. Quando chegaram à Manaus tinham ainda pouco conhecimento tanto ela como tatuadora quanto Allan como barbeiro. Allan já fez muitos cursos de barbearia e participou de muitos eventos, competições e hoje é um profissional altamente especializado nessa área.

3.2.1.7 - A migração de retorno da família Carabobo

Allan certo dia entrou em contato dizendo que tinha um assunto importante para falar comigo. Ao chegar à sua casa em um domingo a tarde comunicou que se tratava de sua decisão em retornar para a Venezuela. Foi um momento tenso, pois o casal colocava seu ponto de vista em relação à decisão de ficar ou retornar para seu país. E eu entre os dois escutando sem saber o que falar naquele momento.

Foram algumas horas de conversa até que Diana disse ao esposo que iria retornar com ele e a família para a Venezuela. Pela fisionomia de surpresa de Allan percebi que tinha sido naquele dia que sua esposa tomou a decisão de partir e se manteve firme até o dia da viagem, trabalhando muito para guardar o máximo de dinheiro possível para a migração de retorno.

Allan iniciou a conversa dizendo que há quatro anos chegou ao Brasil como um imigrante e que nesses anos aprendeu muito, tanto como pessoa como profissionalmente. Conheceram outros costumes, culturas e agradece ao povo brasileiro em especial ao povo de Manaus que sem nenhum interesse abriu as portas para que pudesse trabalhar.

Foram poucas vezes que se sentiu discriminado, preconceito de uma ou duas pessoas mais considera isso normal por ser um imigrante. Acredita que o que conquistou foi graças ao seu trabalho e apoio de seus clientes amazonenses que foram fieis e sem eles não teria conseguido torna-se esse profissional que buscou se qualificar cada vez mais e um empreendedor. Considera que aqui prosperou e teve mais chance do que na Venezuela, ou com a maturidade aprendeu aproveitar as chances que apareciam.

Quando chegou ao Brasil tinha muitas expectativas, igual a todo imigrante queria ter um trabalho se tornar uma pessoa estável profissionalmente. Acredita que a oportunidade chega para todas as pessoas é só saber aproveitar. Tem muitos imigrantes venezuelanos em Manaus que estão bem financeiramente assim como tem outros que não. Para Allan alguns com mais de

cinco anos se tornaram conformistas e continuam com uma caixa vendendo água pelas ruas da cidade.

Aprendeu com seu processo migratório que toda pessoa precisa aprender a poupar dinheiro, independente do serviço que faça. Mesmo quando ainda era empregado como barbeiro se ganhasse sessenta reais no dia, tentava poupar vinte, por exemplo. Não tinha esse pensamento quando estava na Venezuela, não sabia guardar dinheiro, isso realmente começou quando teve que sair, aprendeu como um imigrante a ver a vida de outra maneira. Em seu país sempre quis ser empreendedor e não conseguiu, pois não soube perceber e aproveitar as oportunidades.

A proprietária do imóvel do ponto comercial onde Allan e Diana trabalhavam se identificou com o casal da família “Carabobo”, pois assim como eles chegou junto com seu esposo, ainda jovens no Brasil, há trinta anos sem nada e hoje são donos de vários pontos comerciais no centro de Manaus. Eles tinham um carinho especial por Allan e sua família e sabiam que tinham outro aluguel para pagar, o da casa onde moravam. Então, nas duas vezes que o comércio em Manaus teve seu fechamento decretado ficaram isentos do pagamento do aluguel da barbearia.

Em 2021 no que corresponde ao comércio, as coisas se tornaram mais difíceis, considera que tiveram uma redução de mais ou menos 40% no que conseguiam ganhar nos anos anteriores. Isso foi considerado como um dos fatores na decisão de retornar ao seu país. Mas, o que mais contou foi a impossibilidade de ver sua mãe, a Sra. Ligia com 70 anos, pois antes da pandemia poderia visitá-la pelo menos uma vez ao ano, o que estava longe do ideal, pois sua mãe estava ficando cada vez mais debilitada.

Outro fator motivador foi sua filha mais nova que chegou ao Brasil no início da pandemia e não conseguiu se integrar. Situação agravada com a paralização das aulas presenciais, não falava português e ficava todos os dias dentro de um quarto, enquanto o casal ia trabalhar. Colocou-se no lugar dela como deveria ser desconfortável isso. Somando-se a queda do movimento e do ganho mensal, visto que desde o início o objetivo era ganhar e guardar dinheiro para o retorno ao seu país.

Mas, com a diminuição do movimento no comércio e o compromisso de pagar dois alugueis, conta de água, de energia, serviços de internet em ambos locais, no comércio e da casa. Sendo que na Venezuela alguns serviços são subsidiados pelo governo ou taxados e bem mais baratos que no Brasil. Outra questão foi emocional, ou seja, foram múltiplos os fatores que interferiram na decisão para essa migração de retorno.

Allan acredita que se comentasse sobre seu retorno para a Venezuela com outro imigrante que também havia se tornado empreendedor aqui, essa pessoa provavelmente iria lhe

falar que ele estava pensando com o coração, não estava pensando com a mente de um investidor, um empresário. Entretanto, quando veio para o Brasil não considera que estava realizando uma migração voluntária, considera que foi forçado a migrar, pois em momentos anteriores a crise que passa o país na atualidade não pensou em sair. Realizou uma migração contra sua vontade, por necessidade e seu desejo sempre foi de retornar ao seu país.

Na Venezuela sempre teve pessoas que migraram, pessoas de classe média que já tinham recursos, mas que gostaria de uma melhor qualidade de vida essas se foram para a Espanha, Miami e outros lugares. A diferença dessas pessoas e minha família é que foram por vontade própria, foi uma decisão, mas, não uma decisão tomada forçada, para a sobrevivência como foi o meu caso e de minha família, sentíamos tranquilos em nosso país e nunca pensamos em sair, mas tínhamos que nos manter vivo e não conseguíamos ter acesso ao básico para nos alimentar. Tudo foi ficando muito difícil e não tivemos alternativa que migrar e ajudar a família que permaneceu no país (Allan, 38 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, outubro de 2021).

A família Carabobo que tinha decidindo retornar para a Venezuela no mês de dezembro de 2021 antecipou sua viagem para o mês de outubro. Acompanhei a família até a rodoviária onde encontrei outros venezuelanos que muito emocionados foram se despedir. A mãe dos dois filhos mais novos de Allan, Pablo e Liz que iriam retornar com o pai para a Venezuela chorava muito e os filhos também.

Quando o ônibus com a família “Carabobo” partiu, ofereci carona para o casal de venezuelanos (Eric e Drica) que iriam ficar na barbearia trabalhando. Ele como barbeiro e já teria contratado mais dois venezuelanos para trabalhar com ele e sua esposa trabalhava com aplicação de piercings, designe de sobrancelhas e cílios. Desejei sucesso ao casal que seriam os novos empreendedores venezuelanos. Eric emocionado disse que Allan e sua família são pessoas muito boas e que foi muito ajudado por ele que lhe deu uma oportunidade de emprego em sua barbearia logo quando chegou à Manaus e depois para sua esposa.

Allan lhe passou o ponto e vendeu toda a mobília, ferramentas de trabalhos para que pagasse parcelado em um período de doze meses. Entretanto, agora Eric estava se sentindo sozinho, pois não tem nenhum familiar em Manaus e a única amizade que possuía era a da família Carabobo. Tinha certeza do sucesso de Allan e Diana na nova empreitada em Valência, pois Allan se tornou um grande esperto nos negócios e saberá fazer dar certo a nova barbearia e o estúdio de tatuagem para Diana.

A família “Carabobo” viajou por via terrestre em um domingo, dia 31 de outubro de 2021, às 19 horas da cidade de Manaus para a Venezuela após quatro anos da chegada de Allan e Diana no Brasil. Todos demonstravam uma grande alegria e satisfação com a migração de retorno e cheio de esperanças que tudo daria certo para eles em seu país.

3.2.1.8 - A chegada da família Carabobo à Venezuela

Quando a família chegou à fronteira para atravessá-la em direção à Venezuela estavam pedindo uma série de documentos, tais como o comprovante de todas as vacinas, precisavam fazer testes para a Covid-19 e esperar um dia pelos resultados e dependendo disso era concedida a passagem ou não. Entretanto, um dos membros mais jovens ainda não tinha tomado a vacina e a família não gostaria de esperar por dias até conseguirem entrar no país.

A família decidiu passar pela “trocha”, pela montanha, assim, combinaram com um atravessador que cobrou muito caro para fazer isso, levou as malas em um carro e eles caminharam por algumas horas até chegarem mais à frente do posto da polícia de migração. Nesse lugar vários carros esperavam os venezuelanos (as) e os levava até o terminal rodoviário.

Mas, não havia transporte coletivo que os levasse até Valência, assim, mais uma vez tiveram que pagar um preço absurdo para um motorista com carro particular os levar até o destino pretendido. No caminho tinham muitos militares que os paravam constantemente e pedia dinheiro, e nesse processo que duraram três dias, a família gastou muito dinheiro, mas do que imaginavam.

A chegada à Valência no geral foi tranquila, apesar de enfrentarem muito desconforto, quanto à segurança apresentou melhoras, pelo menos onde moram, mas estava muito ligado à imigração.

Os “malandros” também migraram, essas pessoas que roubavam os vizinhos do próprio bairro estavam fora do país. Agora os ladrões “grandes”, os políticos, esses continuavam no país. Assim, como havia muita corrupção com a gasolina, com a alimentação (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista virtual, fevereiro de 2022).

Em relação ao ponto comercial que almejavam conseguir, não foi possível concretizar essa ideia, pois a percepção que tinham e o que as pessoas informavam enquanto ainda estavam no Brasil, eram de preços que não consideravam tão caro em comparação com os praticados em Manaus. Mas, não foi isso que perceberam quando começaram a buscar pela região central de Valência um espaço para trabalharem, os preços eram bem superiores dos quais haviam se baseado.

O que conseguiram foi um espaço um pouco distante do Centro, com menos movimento, mas pelo menos é um espaço grande e aos poucos estão conseguindo conquistar os clientes. O movimento não é igual com o que conseguiam no Brasil, o que se aproxima um pouco são os

serviços da barbearia, mas, em relação ao estúdio da tatuagem, este sim teve a demanda diminuída em comparação com o estúdio em Manaus.

Diana considera que para área de tatuagem não é tão bom, pelo menos no local onde conseguiram alugar. Na Venezuela ao contrário da sociedade brasileira ainda se tem muito preconceito em relação a tatuagem e também nem todo mundo tem dinheiro para fazê-la, pois, dependendo de vários fatores os custos ainda são alto. Diana vai levando o trabalho desenvolvendo outras atividades como designer de sobrancelhas, manicure etc.

Mas, fazendo um paralelo com a Venezuela de 2017, o ano da migração da família Carabobo para o Brasil é descrito por Diana como um momento muito ruim para todos os venezuelanos pobres, classe média, rico, pois, não bastava ter dinheiro, não havia produtos para comprar com a crise do desabastecimento do mais básico para a população. Agora, 2022 tem comida, tem muitos negócios abertos, muitos mercadinhos, mas também comércios grandes de comida e de muitas outras coisas. Sentiu diferença na economia, mas também não é que tudo vai bem ou o país esteja totalmente recuperado, mas houve melhoras significativas em relação com os anos iniciais de crise.

3.2.2 - A Trajetória de Vida da Família Monagas

A família Monagas é uma família monoparental feminina composta por três membros, todas são mulheres. Marta (mãe de Verônica e avó de Elza, 61 anos), Verônica (mãe de Elza, 31 anos) e Elza (06 anos). A visão socialmente naturalizada de família não corresponde à diversidade concreta relativa às famílias que se inserem nas redes migratórias, pois, o cotidiano vivenciado por muitos imigrantes não obedece, necessariamente, ao padrão normativo da família nuclear.

3.2.2.1 - Aproximação com a família Monagas

Conheci Verônica na Universidade Federal do Amazonas em março de 2018. Ademais, da convivência no âmbito acadêmico tivemos a oportunidade de sairmos algumas vezes com grupos em comum. Houve muita afinidade entre nós duas e em uma mostra fotográfica que estávamos, conheci sua mãe, a Sra. Marta e sua filha Elza. No final do evento já era um pouco tarde da noite e me coloquei à disposição para levá-las em casa.

Conheci o lugar que moravam e Verônica me mostrou uma padaria próxima de sua casa que costumava trabalhar nos finais de semana para complementar a renda familiar. Aos poucos

o vínculo com a família Monagas foi se fortalecendo sendo convidada para algumas comemorações na família. Elza que chegou ao Brasil com dois anos completou seis anos no final de 2021 e desde que chegou ao Brasil compareci em todas as festinhas de seu aniversário. Passou a ser comum a família Monagas me convidar para suas festas em família ou simplesmente me chamar para comer empanadas e arepas em sua casa.

Quando Elza completou quatro anos no final de 2019 acompanhei Verônica à Secretaria Municipal de Educação para realizar o cadastro de sua filha e pesquisar as escolas municipais próximas de sua casa com disponibilidades de vagas para educação infantil. Ao percorrermos várias escolas do bairro não havia no sistema vagas disponíveis para a idade de Elza e com o começo da pandemia da Covid-19 em 2020, Elza ficou sem ir à escola nesse ano. No ano seguinte, em 2021, Verônica conseguiu matricular sua filha em uma escola localizada em um bairro vizinho ao que morava, e ficou até meados do ano de 2021 com aulas remotas passando depois para a modalidade presencial.

No aniversário de cinco anos da pequena Elza em 2020, tempos de pandemia, não sendo possível um aniversário como nos anos anteriores, no qual outras crianças venezuelanas e brasileiras eram convidadas, sugeri uma comemoração em uma área verde e ao ar livre. Convidei a família para fazermos um *piquenique* na cachoeira do Urubuí no município de Presidente Figueiredo distante cerca de 130 km de Manaus conhecida como a “terra das cachoeiras”. Foi um dia extremamente agradável com a família Monagas que passou a ter vínculo de amizade não somente comigo, mas com toda minha família que sentem um imenso carinho e admiração por elas.

A amizade foi muito espontânea e até final de 2019 não pensava em escrever sobre a trajetória de vida da família Monagas. Mas, por um momento pensei que essa família monoparental feminina com a qual estabeleci um vínculo de confiança e de amizade poderia fazer parte da minha pesquisa. Fiz o convite à família que respondeu prontamente, sim, que gostariam de ser interlocutoras do estudo em evidência.

3.2.2.2 - A vida na Venezuela e a decisão de migrar

Verônica tem 31 anos, nasceu em Carupano no Estado de Sucre na Venezuela, mas, migrou para Maturin capital do Estado Monagas ainda criança com seis anos acompanhada de seus pais e seu irmão. Formou-se em Engenharia Florestal em 2012 na Universidade de Mérida e trabalhou na sua área de formação até 2015 em vários locais pelo país: em ONGs, por exemplo, a que trabalhava com mulheres camponesas, instituições governamentais como em

secretarias das Prefeituras de Guaicaipuru e Los Teques ambos os municípios localizados no Estado Miranda.

Quando estive na Venezuela em 2019 por coincidência visitei o lugar que ela trabalhava como engenheira florestal, a Fazenda São Pedro em Los Teques, cidade onde fiquei hospedada. Ao compartilhar uma foto do lugar, Verônica entrou em contato comigo para dizer que eu estava exatamente onde ela havia morado e trabalhado antes do aprofundamento da crise no país.

Verônica engravidou em 2015 e retornou para Maturin passou a realizar já neste momento trabalhos “*home office*”. Trabalhava desde casa para se dedicar aos cuidados da filha. Formou grupos de apoio às mulheres em puerpério e trabalhava com a organização de palestras e cursos de formação sobre aleitamento materno e sobre a própria maternidade. Sendo posteriormente a maternidade seu objeto de estudo da dissertação de mestrado.

Verônica em 2017 já estava em um momento de querer e necessitar migrar, a sua saída tardou pela sua gravidez que foi exatamente no ano que iniciou o processo migratório venezuelano. Acreditava que migrar com sua filha bebê seria bem complicado, por isso postergou sua saída do país.

O irmão de Verônica visitou Equador em 2015 a convite de alguns amigos e com a promessa de um emprego neste país retornou para Venezuela para buscar sua esposa e seus filhos, vendeu tudo que tinha e migraram início de 2016 para Quito. Ele convidou sua mãe, a Sra. Marta, Verônica e Elza para irem juntos. Mas, Verônica não tinha o recurso para custear as passagens para ela e sua filha. Seu irmão levou sua mãe, entretanto, a Sra. Marta permaneceu um curto período de tempo em Equador retornando para Venezuela.

Marta é uma professora aposentada e disse que foi realizando seu trabalho na docência em comunidade da área rural que percebeu quando a Venezuela estava mergulhando em uma crise. Considerava que o que estava acontecendo no país era responsabilidade de cada um dos venezuelanos (as), muitos, sequer buscaram conhecer a história do país, o que havia passado nos governos anteriores para chegar como está o país nos últimos anos, uma crise profunda que se vive na atualidade.

Marta nasceu em 1959 e a ditadura havia terminado em 1958, Verônica nasceu em 1989, dois meses antes ocorreu o *Caracazo*, e sua neta, Elza nasceu com a imigração venezuelana em 2015, meio à grande crise instalada no país. Foram três momentos importantes que vivenciou o país: primeiro o fim da ditadura e início do pacto da democracia, depois o *Caracazo* uma manifestação espontânea da população contra o governo e posteriormente o aprofundamento da crise socioeconômica e política que ocasionou uma superinflação e o desabastecimento do país.

Trabalhou por alguns anos em uma escola bolivariana do governo de Chávez, que antes tinha dois turnos e passou a ser de tempo integral, onde os alunos tinham o café da manhã, almoço e o lanche da tarde. Esse projeto de educação em tempo integral agradou muito a Marta e a população em geral. Era um ótimo projeto com professores especialistas em cada disciplina, além disso, as crianças e jovens tinham as três refeições.

Mas, com o tempo esse projeto começou a se desvirtuar, os dirigentes começaram a “roubar”, a corrupção começou com o não envio da comida para as escolas que eram muito bem equipadas; possuía uma cozinha industrial com tudo para que se pudessem fazer a alimentação dos alunos. As escolas bolivarianas apresentavam uma ótima infraestrutura e com o passar dos anos foi se percebendo as mudanças para pior, no ensino, na alimentação que passou a ser de baixo valor nutricional, antes se tinha uma alimentação variada e completa.

Essas mudanças foram percebidas nos últimos anos de Marta na escola bolivariana, que ingressou como professora de tempo integral em 2003 e saiu no ano de 2007. Para Marta na Venezuela sempre houve um fanatismo político, de partidos. Mas, na atual situação que se encontra o país, é preciso ser analítico, avaliar as coisas como estão acontecendo, o que está bem e o que está mal.

Marta como uma cidadã e uma pessoa não fanática por nenhum partido, pode afirmar que quando Hugo Chávez chegou à presidência do país houve mudanças, coisas boas. Mas, a corrupção foi tomando de conta ao longo da caminhada. Como uma pessoa não partidária percebeu o princípio do que seria a crise que atravessa o país nos tempos atuais. Mas, os próprios partidários de esquerda foram percebendo que as coisas não estavam indo bem e foram os primeiros a sair do país. Houve sim a distribuição de renda dentro do país, mas houve também patrocínio de partidos e daí por diante.

Marta disse que nunca pensou que um dia fosse ser uma imigrante, mas seus filhos a alertaram para essa necessidade. Seu filho que migrou para o Equador, perguntou qual era o país que ela gostaria de migrar, Marta respondeu que nenhum, queria permanecer na Venezuela. Permaneceu com sua filha Verônica e sua neta até início de 2018, quando as três migraram para o Brasil. A insegurança no país estava ficando muito grande, as pessoas invadiam as casas e roubavam tudo.

Ainda tinha o fenômeno chamado de *bachaqueros*, as pessoas que conseguiam os produtos quando já estavam escassos devido à crise do desabastecimento por questões de sanções econômicas que o país estava passando e vendiam a preços exorbitantes. Quem não queria enfrentar as imensas filas para a compra dos produtos subsidiados pelo governo se submetiam aos *bachaqueros*, e ainda tinha as pessoas que vendiam as vagas nas filas dos

supermercados. Em 2015 ainda se encontrava mercadorias baratas na Venezuela, mas o difícil era conseguir-las nas prateleiras, devido a existências dessas pessoas que compravam para revender muito mais caro.

Elza nasceu precisamente no ano do início da crise de desabastecimento em 2015, e ainda bem que somente tomava leite materno, pois o leite era um dos produtos que sumiram das prateleiras. A crise foi dessa maneira se agravando internamente, quando uma pessoa quer tirar proveito de seu vizinho, quando compra um produto subsidiado e vende a um preço cinco vezes mais caro.

Marta afirma que não acordaria de madrugada para enfrentar uma fila, e muitas vezes não encontrar mais os produtos que necessitava, sempre que precisava comprava o que necessitava dos *bachaqueados*. Não havia arroz, manteiga, macarrão e muitas outras coisas, mas sua família não sentiu muito com a falta desses produtos industrializados, pois já se alimentavam muito de produtos naturais. Passaram muito tempo fazendo as arepas com mandioca ou milho, pois tinham um moinho, e tão pouco se encontrava “*harina pan*”. Como costumam fazer aqui no Brasil, na falta de “*harina pan*” utilizam outras farinhas de milho e arroz para fazer as arepas e empanadas.

Verônica com uma filha pequena, desempregada, buscando várias estratégias para conseguir o sustento de sua família e somando-se a isso o aumento da violência urbana no país, decidiu migrar. Entretanto, não queria ir para o Equador, pois seu irmão já tinha muitas responsabilidades com sua esposa e seus três filhos e não queria ser mais um compromisso para ele. Também não gostaria de deixar sua filha na Venezuela com sua mãe, por isso teria que buscar uma estratégia que lhe desse certa segurança no processo de migrar.

3.2.2.3 - A oportunidade de migrar através dos estudos

Verônica através de uma amiga da Universidade de Mérida tomou conhecimento sobre o convênio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a oportunidade de fazer o mestrado no Brasil. Mas, Verônica com uma filha pequena não conseguiu separar um tempo para se dedicar a escrever um projeto para submissão ao programa. Sua amiga veio para o Brasil através desse convênio no ano de 2015.

A oportunidade de cursar o mestrado, e ainda receber uma bolsa de estudo seria um grande apoio, por ser uma fonte de renda, ainda que fosse direcionado aos estudos e isso era algo que lhe daria tranquilidade, certa segurança para sair do seu país. Isso poderia ser uma grande chance para Verônica que naquele momento não possuía nenhum aporte financeiro que

lhe possibilitasse comprar passagens e se manter em outro lugar até conseguir um emprego. Apenas tinha seu computador (nesse momento Verônica sorriu) e um celular, nenhum outro recurso que pudesse reunir para migrar.

Verônica sempre brinca que o único recurso que tinha era o cérebro. Em 2017, dois anos depois que sua amiga havia lhe alertado sobre o convênio da Organização dos Estados Americanos (OEA) com universidades brasileiras, e com sua filha um pouco mais crescida conseguiu fazer um projeto para o mestrado e submeteu a OEA. Nesse momento tinha que escolher três universidades brasileiras para análise da proposta de estudo.

As três solicitações foram feitas para universidades localizadas no norte do Brasil, um pouco pensando nas recomendações da amiga que havia lhe informado sobre o convênio e lhe alertando que o custo de vida era mais barato no Norte, como os gastos com aluguel, alimentação etc. Também havia a possibilidade de chegar por via terrestre, pois se fosse para mais longe teria que pagar passagens aéreas e considerando sua situação econômica isso seria mais difícil.

O projeto submetido por Verônica foi aceito no final de 2017 pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir disso começou a ter certeza que poderia sair do seu país com uma relativa segurança, de pegar suas malas e sua filha e pensava também em trazer sua mãe. Amigos venezuelanos de Verônica lhe emprestaram dinheiro para as passagens e para a família se manter em Manaus até ela receber sua bolsa de estudo.

3.2.2.4 - Os desafios de uma migração em família e a chegada à Manaus

Uma das inquietações de Verônica era o desejo de migrar em família, fez o cálculo de quanto iria ganhar de bolsa de estudo relacionando com os custos do aluguel, alimentação, gastos com luz e água. Esses serviços em seu país ainda são bem baratos, pois são subsidiados pelo o governo. No Brasil após pesquisar os valores dos serviços observou que as tarifas possuem valores bem mais elevados em comparação à Venezuela.

Precisava ter certeza que poderia trazer também sua mãe para que pudesse lhe ajudar nos cuidados com sua filha. Pois, não gostaria de deixá-la em uma creche isso era parte de seu movimento pela maternidade, a não terceirização da criança, ainda que fosse a avó da criança que iria lhe ajudar a cuidar, disse que tinha essa ideia metida na cabeça. Teve o total apoio de sua mãe nesse processo migratório.

Saíram de Maturin em fevereiro de 2018, passaram por Ciudad Bolívar e depois Puerto Ordaz, nessa cidade as esperava um carro para o transporte até Santa Elena de Uairén, aonde

chegaram à noite e ficaram em uma pousada e ao amanhecer atravessaram a fronteira. Verônica até esse momento ainda não tinha muita consciência que estava migrando, isso em parte pelo privilégio de estar com um visto de estudante. No seu imaginário só estava indo para cursar o mestrado, era só por um tempo.

Pensava vou para Manaus no Brasil somente para cursar o mestrado e daí vejo para onde iremos seguir e por aqui estamos até hoje (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

As três passaram pelo posto da Polícia Federal brasileira, todas tinham passaporte válido. Para sua mãe e sua filha foi solicitado e concedido o visto de residentes temporários. No momento que presenciou uma fila imensa de conterrâneos solicitando protocolo de refúgio se sentiu uma pessoa beneficiada com a oportunidade de migrar para sua qualificação profissional. Seguiram para a rodoviária de Pacaraima depois Boa Vista e Manaus.

A família Monagas chegou à Manaus em uma quarta-feira de cinzas de 2018. Verônica com os pés descalços, pois ainda em Boa Vista teve a sola descolada de suas botas de montanha. Como engenheira florestal usava botas para ir a campo, mas ficou tanto tempo sem usá-la depois da maternidade que já estavam desgastadas.

Fez toda a viagem para Manaus descalça e ao chegar aqui quando desceu do ônibus o primeiro lugar que colocou os pés foi em uma poça de lama. Estava vivenciando uma experiência nova, não imaginava o nível de migração que estava fazendo. Verônica não se imaginava uma refugiada, por exemplo, como tem sido considerada para dar entrada na revalidação do seu título de graduação. Relatou que só consegue apoio para revalidar seu diploma se for considerada uma refugiada, foi quando passou a se perceber fazendo parte do processo migratório em massa de venezuelanos (as), e como mais uma imigrante venezuelana.

Antes de ser aprovada para cursar o mestrado na Universidade Federal do Amazonas, Verônica já pensava em sair da Venezuela, mas não tinha em mente a capital manauara, a Amazônia, ela nunca havia cogitado o Brasil. Até o momento que se viu migrando com seis malas onde tinha desde panela, pratos, garfo, tudo isso e muita esperança (sorriu) e disse,

A gente sempre brinca que tínhamos nossas panelas, nossas xícaras, então, é claro que viemos preparadas para ficar, pelo menos por um tempo. Agora, vejo sim que foi uma migração, mesmo que fosse provisória, estávamos em um novo país, uma nova cidade (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

No princípio pensavam na tranquilidade que sentiam estando aqui em Manaus, tinha um lugar confortável para morar e Verônica estava se qualificando profissionalmente. Mas, chegou

um momento que se deu conta, que estava em um país que não era o seu, com outra cultura, outra língua. O que impactou Verônica, talvez pela sua formação em engenharia florestal, foi, por exemplo, quando chegaram para morar em um bairro da cidade viram que os resíduos que saiam da pia da casa iam direto para a calçada, pois não havia tratamento de esgoto.

Deu-se conta que estava em uma cidade com muitos contrastes como os grandes centros urbanos. Supermercados abastecidos, carros de últimos modelos, mas, os resíduos da pia iam para a rua. Maturin apesar de muito pequena é uma cidade distinta dentro do próprio país, muito limpa, conhecida por ser uma cidade planejada. Isso no primeiro momento foi o que mais chamou sua atenção, mas isso não fez com que se entristecesse com a cidade.

Pensava “estou aqui, faz muito calor e é isso mesmo, vou continuar” (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

3.2.2.5 - A construção de uma rede por afinidades

Veronica através da plataforma da Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguiu contatos dos demais participantes do convênio com projetos aprovados para cursarem mestrado e doutorado no Brasil. Deixou seu contato e a sugestão da formação de um grupo de *whatsapp* para facilitar na comunicação e informações sobre os documentos necessários para a realização da matrícula nas universidades brasileiras.

O grupo era composto com cerca de sessenta participantes do convênio da OEA com projetos aprovados e que viriam para o Brasil cursar mestrado e doutorado. A princípio tinha como objetivo conseguir informações reais que ajudava muito na comunicação, nos esclarecimentos de dúvidas por pessoas que já haviam passado por todo o processo de documentação e que poderiam ajudá-los com os trâmites. Depois serviu também para acolhimento temporário dentro do Brasil pelos os imigrantes que já estavam estabelecidos no país.

Foi a partir da formação dessa rede social que Lenny, venezuelana entrou em contato com Verônica pela primeira vez. O esposo de Lenny já havia migrado para Manaus há mais tempo, dois anos antes dela também ter o projeto aprovado e fazer parte do programa de pós-graduação da Organização dos Estados Americanos (OEA), mesmo programa que Verônica submeteu seu projeto de pesquisa.

As exigências do referido programa para os candidatos a pleitear uma vaga nas universidades públicas brasileiras era o país ser membro da OEA, deveriam apresentar um projeto que contribuísse com o país de origem, com relevância social e aplicabilidade no caso

em tela na Venezuela e enviar em anexo uma carta de apresentação e uma carta de motivação, ter graduação e/ou mestrado nos casos daqueles que iriam submeter os projetos para o doutorado.

Lenny convidou Verônica e sua família para ficarem em sua casa até conseguirem um lugar para morar em Manaus. A família Monagas ficou muito grata com o convite da sua conterrânea. O esposo de Lenny foi para a rodoviária de Manaus recebê-las. Ficaram por uma semana nesta casa, mas Verônica se descreve como muito inquieta e eram duas adultas e uma criança, e apesar da boa vontade do casal em recebê-las, não gostaria de permanecer por muito tempo. Desse modo, saiu procurando no mesmo bairro uma casa para alugar e conseguiu bem próximo de sua recém-amiga venezuelana.

A proprietária do apartamento que Verônica alugou teve muita simpatia por ela e sua família e as ajudou muito até o momento que a família Monagas se mudou temporariamente para outro lugar cedido por uma amiga brasileira, ou seja, não teriam mais a despesa com aluguel por um período, podendo assim poupar esse dinheiro. A proprietária do imóvel alugado e com quem já havia formado um laço de amizade ficou preocupada se ficariam bem, (Verônica sorriu). A senhora costumava deixar todas as manhãs uma sacola com pães para o café da manhã da família e sempre estava muito pendente se elas estavam bem.

Quando chegaram à Manaus em fevereiro de 2018 possuíam \$900 dólares que tinham conseguido emprestados com amigos na Venezuela, os quais devolveriam assim que passasse a ter renda no Brasil. Mas, Verônica só começou a receber sua bolsa de estudo no mês de maio de 2018. Com o dinheiro que trouxeram compraram uma geladeira e um colchão e pagaram o aluguel e alimentação, o recurso teria que dar até receber a sua bolsa de estudo.

Nesse interim para ajudar nas despesas Verônica começou a ir aos finais de semana trabalhar como balconista em uma padaria que tinha como proprietária a mesma senhora que alugava o apartamento para sua família. Neste local recebia diárias, mas quando começou as aulas na universidade e passou a receber sua bolsa de estudo resolveu se dedicar somente ao mestrado.

Foi trabalhando atrás de um balcão na padaria que Verônica aprendeu a falar e entender o português já que não era exigido que ficasse por um ano estudando o idioma para iniciar as aulas do mestrado, como acontece com outros convênios, por exemplo, com os países africanos. Esse momento foi importante para seu aprendizado da nova língua e na comunicação em sala de aula, claro que não estava fluente no idioma apresentando certas dificuldades que foram sanadas com o tempo de prática. Considera que a recepção do povo local com ela e sua família foi excepcional, não tem nenhuma reclamação.

Verônica considera que a primeira fronteira enfrentada por elas no Brasil foi a linguística, principalmente para ela que se considera uma pessoa que gosta de se comunicar, outra fronteira foi a cultural. Lembrou que ainda recente em Manaus foi ao mercadinho e viu um senhor de cueca na rua, se assustou (deu risadas). A sua primeira vizinha a recebia em sua casa vestida apenas com sutiã, estranhou a princípio, mas agora Verônica quer isso pra ela, pelo calor da cidade. Falou somente dessa questão da corporalidade, mas do resto disse que é só calor humano. Essa familiaridade manauara pode ser comparada com as pessoas de Sucre na Venezuela, mas com as particularidades do brasileiro/a.

Acredita que a fronteira também estar nela e que seria ideal se fossemos não um/a venezuelano/a, mas, um “ser” sem a questão de um passaporte. Quando ela começa a falar automaticamente já a identificam como uma venezuelana pelo sotaque e tem lugares que isso pode ter um peso. Disse que uma vez ligou para a companhia de internet e ficavam enrolando para resolver o problema. Até que a dona da casa, uma brasileira, ligou e os técnicos resolveram rapidamente. Nesse caso considera que sua maior fronteira foi seu sotaque.

Suas expectativas em relação ao Brasil foram satisfeitas no que corresponde à educação para ela e sua filha, que estar matriculada na rede pública municipal de ensino. Agora, em relação à Amazônia, Verônica sempre teve uma ideia romantizada por ser engenheira florestal. Em relação a isso se decepcionou um pouco, pois tinha todo um imaginário de Manaus por se tratar de uma cidade situada no meio da floresta amazônica. Há também momentos bem difíceis, o problema é quando bate a saudade, é como um processo de luto, de querer está com seus familiares e retornar ao seu país. Às vezes sente um pouco de medo de estar longe de seu território.

Começou a se perceber como verdadeiramente uma imigrante, quando entrou em contato com o processo de identidade na Polícia Federal, em relação aos documentos para permanecerem aqui. Quando Verônica renovou sua permanência já havia terminado o mestrado e ainda não tinha realizado sua matrícula no doutorado, então ela e sua filha Elza renovaram como residente temporário por dois anos e sua mãe renovou como residente permanente, pois, já se tratava da renovação do visto anterior.

Verônica diz que passou a entender que faz parte de uma massa migratória, que migrou, sim, é uma imigrante, sim. Muitas vezes quando tomava um carro de aplicativo e a perguntavam se era venezuelana, aí começou a se perceber como o outro, o diferente. Nesse contexto era quando se via como uma pessoa de outra nacionalidade se via como uma venezuelana.

Mas, em outro contexto quando realizou uma viagem para Londres na Inglaterra, onde não tinha uma migração massiva de venezuelanos (as) como agora, era diferente, o

venezuelano/a era visto de maneira diferente, um turista. Agora com esse recente processo migratório, passou a ser um tipo de migrante e não qualquer migrante.

Sou considerada um imigrante tipo os “mexicanos”, como as pessoas do Centro América tentando entrar nos Estados Unidos, sou considerada uma imigrante pobre em relação aos recursos financeiros (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Sentiu algumas vezes certo estigma com os venezuelanos (as) que talvez não tivessem em outro momento. Já chegou a dizer que era colombiana para ver se escutava alguma coisa em relação ao seu país, às vezes escutou outras não.

Mas, ninguém gosta que fale dos seus conterrâneos, por outro lado, também não podemos ser considerados todos iguais. Certa vez escutei de um militar que dirigia um carro de aplicativo “quando o pessoal de vocês dão problemas na fronteira tenho que ir pra lá” percebe “o pessoal de vocês” o “venezuelano/a”. Assim, quando um venezuelano/a faz besteira todos os outros pagam por isso (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

A partir dos depoimentos da Verônica sobre descobrir-se migrante percebemos que ela se apropria de uma representação (formar parte de uma massa migratória) a partir das dificuldades que teve em Manaus e talvez por falta de reconhecimento do status anterior em seu país (como aconteceu com outros venezuelanos (as) que sendo profissionais qualificados se transformaram em vendedores ambulantes ou outros trabalhos informais). Outro ponto relevante para se considerar em um movimento migratório é a questão fenotípica como uma fronteira, e talvez seja mais discriminatória que o idioma.

Segundo Verônica mesmo antes desse processo migratório recente e em massa já tinha venezuelanos (as) que faziam mestrado e doutorado no Brasil através do convênio da OEA, não na quantidade de agora. Ela sente que é impactante para muitas pessoas quando diz que fez mestrado e agora faz o doutorado em uma Universidade Federal. Não é um perfil esperado de um venezuelano/a neste tipo de migração.

Essa pode ser uma visão minha em particular, mas é sabido que muitos venezuelanos que migraram são profissionais, mas aqui realizam trabalhos fora de sua área. Aqui ficamos todos iguais. Penso que outro estrangeiro que chega aqui também leva seu tempo para conhecer. Mas, penso também que um estrangeiro, por exemplo, um europeu que chega aqui com dinheiro, com conexão com seu país, escuto através de histórias contadas por brasileiros que o tratamento é diferente (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Diferente de nós venezuelanos (as) que migramos para o Brasil sem nenhuma estrutura, onde, muitos venderam tudo que tinham e migraram. Pessoas que ao chegarem aqui tiveram que buscar imediatamente um trabalho, não é um povo com tradição de comerciante, de empreendedores, então sentiram muitas dificuldades. O mais difícil para muitos foi se tratar de uma migração inesperada e involuntária.

Quando Verônica fala que o venezuelano (a) “não é um povo com tradição de comerciante, de empreendedores”. Eu diria que a classe média venezuelana deixou de ser um consumidor compulsivo em Miami para começar a empreender trabalhos braçais na América do Sul. Deixou de ser turista para tornar-se migrante, “mudou a viagem”, não só de forma cardinal (norte-sul) senão enquanto ao próprio status e objetivo. Passou da programação para a provisoriedade. O ponto de vista ideo-geográfico também mudou já que começou a descobrir a América Latina e os Estados Unidos se tornou um “espelho” rompido.

Mas, por outro lado, Verônica acredita que para o povo brasileiro não deve ser muito fácil ver chegarem um monte de pessoas, desconhecidas, de forma massiva. Não sabe dizer se são imigrantes “indesejados”, mas acredita que imigrantes “inesperados”. Até hoje escuta depois de quase quatro anos “sejam bem-vindas” e fica se perguntando o que isso significa, acha que é para deixar claro que este não é o seu lugar. Sejam bem-vindas, é um jeito carinhoso, mas deixando claro quem é o dono do lugar.

3.2.2.6 - A estratégia de permanecer no Brasil através da educação

Enquanto cursava o mestrado, Verônica já tinha alguma ideia da possibilidade de continuar os estudos com o doutorado no mesmo programa que estava, mas só não sabia se teria que fazer provas, apresentar projetos, ou seja, como seria o processo de continuidade. Depois tomou conhecimento de um processo seletivo, de passagem direta sem aplicação de exame ou projeto. A nota é atribuída através da análise de produção acadêmica dos candidatos.

Verônica tinha se formado na graduação em 2012, dessa maneira toda sua trajetória acadêmica não teria mais validade de acordo com o edital que exigia um prazo de cinco anos para as produções científicas. Dedicou-se a fazer artigos científicos e comunicações orais em eventos de antropologia, assim como publicação de trabalho em revistas. Isso a possibilitou ter uma pontuação para participar do processo de seleção interno do programa para acesso ao doutorado na qual obteve aprovação.

Então, foi cursando o mestrado que viu no doutorado a chance de permanecer no Brasil com um vínculo de estudante. Pois, quando terminasse o mestrado não teria outra opção, pelo

menos não aparentemente. Para permanecer teria que buscar um trabalho ou continuar os estudos que permitiria vínculo com o país e ainda lhe dava a possibilidade de receber novamente uma bolsa de estudo, mas no caso de doutorado.

3.2.2.7 - A organização da família Monagas em tempos de pandemia

Quando foi decretado à quarentena na cidade de Manaus em decorrência da pandemia da Covid-19, Verônica já tinha começado as aulas do doutorado do primeiro semestre de 2020 que foram interrompidas sem previsão de retorno. Ninguém sabia a gravidade da situação e o que viria por diante e o semestre acabou sendo cancelado.

Verônica que estava cheio de expectativas em relação ao doutorado de ter uma vida acadêmica e social “normal”, se preparando para uma oportunidade de trabalho no futuro. Mas, o mundo vivenciava uma pandemia e a vida ficou suspensa para muitos, como fazer planos para o futuro com tantas mortes ocasionadas pelo novo coronavírus.

No momento da pandemia, o processo de isolamento social foi muito duro para mim, eu queria largar tudo, pegar a estrada e voltar para minha casa, meu país. Ainda que eu soubesse que a Venezuela continuasse sem oferecer condições mínimas para retornar para lá com minha filha, ainda mais com uma crise sanitária (Verônica, 31 anos, engenheira florestal, venezuelana, entrevista em Manaus, outubro de 2021).

Nesse processo de pandemia que o mundo vivenciava foi quando Verônica percebeu como era vista aqui, quando apesar de algumas pessoas terem conhecimento de sua condição de doutoranda, diz que pensou nela para fazer a faxina em sua casa. Consegue vê-la apenas como uma venezuelana que precisa (sobre) viver, como uma imigrante que tem uma necessidade econômica, mas não como uma pessoa que faz um doutorado. Verônica afirma que não possui nada contra um trabalho de faxina, mas acredita que a pessoa não diria isso para uma brasileira na mesma condição. Provavelmente, ela não chamaria essas pessoas para fazer a faxina da casa dela.

Verônica parece que até este momento ainda não havia descoberto que era uma *outsider*, para o sistema hierárquico brasileiro conforme apresentado por Nobeit Elias em sua obra intitulada “Os estabelecidos e os outsiders” acerca das normas de socialização e relações de poder numa pequena comunidade da Inglaterra composta de três setores, que sustentavam uma pluralidade em suas práticas reproduzindo sentimentos de discriminação e de exclusão entre os moradores de diferentes grupos, onde o estabelecido atribuía aos seus membros características humanas superiores.

Com a pandemia, Verônica e sua família começaram com as medidas restritivas de segurança da saúde, nesse momento se sabia pouco sobre o vírus. Para Marta e Elza o isolamento social foi mais tranquilo, pois já ficava bastante tempo em casa. Para Verônica que saía de casa todos os dias, se encontrar no ambiente doméstico todos os dias, 24 horas com a vida doméstica e acadêmica lhe causou certa ansiedade.

O primeiro semestre do doutorado foi totalmente perdido. Retomando as aulas de modo virtual em um semestre especial. Verônica tinha algumas primas em Manaus, mas que não visitava devido o distanciamento social necessário. Deixou de visitar os familiares e os amigos, como outras centenas e milhares de pessoas que deixaram de ter uma vida social. E o protocolo de saúde recomendado era justamente isso, o distanciamento e o isolamento social, evitar encontros.

Verônica considera que ao mesmo tempo em que tiveram a benção de se protegerem, pois, moravam em uma casa de certa forma isolada com poucos vizinhos e se sentia privilegiada e ao mesmo tempo ansiosa por saber que muitas outras pessoas não conseguiam por inúmeros motivos cumprir a quarentena.

Para Verônica são nesses momentos que você sente vontade de estar perto da família, dos parentes, ainda que isolados, mas em seu país, em teu lugar, falando o seu idioma. Ela e sua mãe pensaram muito em retornar para a Venezuela, sobretudo no final de 2020. Mas, se tratou apenas de um desejo, uma saudade, mais que uma realidade na prática. Pois, sabiam que a fronteira estava fechada e Verônica tinha o compromisso com o doutorado. Ainda que tivesse vivenciando um processo de ansiedade muito grande.

Início do ano 2021, meio a intensidade da segunda onda da pandemia da Covid-19 na cidade de Manaus, Verônica entrou em um processo depressivo, nesse momento pensou em abandonar o doutorado. Pois, havia um processo de cobrança da família que estava na Venezuela de que o que ela fazia cursando um doutorado, em que isso a ajudaria, enquanto ela precisava produzir para ganhar seu dinheiro. Para ela passou a não fazer sentido continuar o doutorado, quando se precisava trabalhar para dar melhores condições de vida para ela e sua família.

Houve uma dualidade na realidade das pessoas que moravam em Manaus durante a pandemia. Tinha as pessoas que podiam ficar em casa em isolamento social como ela e sua família e que tinha certo conhecimento de quão grave era a situação e tinha as pessoas como suas primas que não pararam de trabalhar na pandemia. As pessoas com trabalhos informais tinham que está nas ruas todos os dias. Por exemplo, no caso de suas primas que eram manicure

e confeccionavam e vendiam máscaras nas ruas, o movimento econômico delas continuava para garantir o sustento da família.

Diante dos questionamentos dos parentes, Verônica de certa forma colocou também isso na cabeça, o que fazia cursando um doutorado no meio da pandemia com tantas pessoas morrendo. Sentia-se favorecida por estar recebendo uma bolsa de estudo de doutorado, ainda que isso lhe desse segurança causava-lhe também muitas dúvidas e ansiedade. Por que via a necessidade de muitas pessoas terem que sair a trabalhar e ela isolada dentro de casa com sua família. Mesmo com toda a explicação científica sobre a importância da quarentena, mas como ajudar outras pessoas, estando em isolamento.

Isto, lhe gerou dúvidas em relação à sua trajetória, do seu processo. Passou a se questionar o que fazia estudando, lendo livros enquanto muitos morriam. Sentindo-se culpa de um privilégio de estar cumprindo uma quarentena saindo apenas para comprar comida e nesses momentos vendo muitos conterrâneos nas ruas pedindo dinheiro e comida. Tinha a oportunidade de estudar em uma universidade pública, viver uma vida acadêmica percebendo as desigualdades sociais e uma situação de vida e morte como a pandemia da Covid-19.

Verônica considera que sua vida ficou suspensa, não que ficasse em casa somente dormindo, mas o processo de incertezas lhe impediu de planejar qualquer coisa que fosse, como exemplo, sua pesquisa de campo. Se considerasse em voltar ao seu país não era possível devido o fechamento da fronteira, se pensasse em abandonar o doutorado, também não, devido o compromisso como bolsista. Um espaço de muita suspensão das coisas que qualquer decisão que tomasse não era o momento.

Com a pandemia mais ou menos sobre controle e com o início da campanha de vacinação viu que foi o tempo que lhe tocou a viver sem planejamento, e agora com quase dois anos desse processo está vindo às cobranças. Em relação à vida virtual não teve muitos problemas, pois dispunha de serviços de internet e tem uma boa relação com a tecnologia, o maior problema foi integrar tudo isso no âmbito doméstico. Foi uma desorganização de horários total, esqueceram o domingo todos os dias eram iguais.

Quando Elza começou as aulas no modelo remoto, de dezoito crianças somente quatro enviavam os trabalhos escolares, pois tinham dificuldades no acesso a internet. A educação de Elza só foi possível por que tinha sua mãe lhe ajudando, caso contrário afirmou que seria muito mais difícil para ela, pois enquanto Verônica assistia às aulas do doutorado e realizava outras atividades necessárias, sua filha estava sendo assessorada pela avó que tem formação em magistério. Elza apresentou um ótimo desempenho mesmo com as aulas na modalidade virtual, surpreendendo os professores, visto que era seu primeiro ano na escola.

Verônica acreditava que o grau de ansiedade foi o mais leve possível que poderia apresentar devido estar junto de sua família. Viveram na pandemia incertezas, ansiedades e desorganização. Projetos de vidas suspensos. Podia pensar em terminar o doutorado, de ser uma doutora, estava em Manaus, estava relativamente bem, estava com sua família. Mas, no meio da pandemia, no meio de todas as emoções que sentia, as pessoas esquecem tudo isso, o doutorado do que valia naquele momento, começou a se questionar sobre a verdade que tinha de projeto de vida.

Em relação a sua inserção na sociedade manauara Verônica acredita que do ponto de vista institucional como acesso a serviços de educação, saúde considera que tem sido bem atendida. Recentemente mudou de casa e precisou transferir Elza de escola e conseguiu tudo com muita fluidez. Em relação à socialização com os brasileiros, acredita que sempre será vista como uma “estrangeira” baseada em algumas experiências que teve. Sua filha Elza fala muito bem a língua portuguesa, mas depois que sua professora percebeu que era venezuelana disse “seja bem-vinda” deixando expresso que você não é daqui.

Com a ansiedade mais controlada em relação ao tempo de isolamento social que viveu na pandemia e com o processo pandêmico um pouco mais sobre controle, Verônica voltou a fazer alguns planos para o futuro, mas primeiramente terminará o doutorado. Seu irmão continua morando no Equador, mas em comparação ao que oferecem no Brasil, no que brinda os vínculos institucionais em comparação a outros países, aqui tem maior fluidez, assim como para o processo de documentação.

No Equador para se tirar um visto, é necessário pagar para isso, no Brasil você consegue a isenção da taxa cobrada para a residência temporária. É um movimento que não pensa e não estar disposta em fazer, por que seria recomeçar de novo em um país que também não é o seu.

Quatro anos no Brasil me deixa em um estado de gratidão com o país. Às vezes penso: termino o doutorado e retorno para Venezuela, mas, também penso em minha filha Elza, aqui ela tem maior oportunidade no que corresponde a educação. Isso me faz refletir melhor, apesar de ser meu país, minha casa (Verônica, 31 anos, engenheira florestal, venezuelana, entrevista em Manaus, outubro de 2021).

Por outro, lado diz que aqui no Brasil apesar da lei lhe garantir os mesmos direitos que um nacional, sempre se sentirá uma “estrangeira”. Nesse momento se sentindo melhor resume seus planos em terminar o doutorado e depois ir atrás de um trabalho, onde surgir uma oportunidade.

3.2.3 - Considerações das trajetórias das famílias “Carabobo” e “Monagas”

A família “Carabobo” uma família nuclear, na qual a emigração começou com o progenitor em meados de 2017 e no mesmo ano, a esposa migrou para acompanhá-lo. No início de 2019 migraram para o Brasil o terceiro filho de Allan e sua enteada. Em meados de 2019 migrou sua primogênita, no início de 2020 chegou sua filha mais nova e em 2021 o segundo filho de Allan meio a pandemia da Covid-19.

A partir desse momento teve a reunião de todos os componentes da família “Carabobo” na cidade de Manaus. A ideia de que os homens realizam o projeto migratório e a mulher e os filhos ficam no país somente para receber as remessas enviadas por eles, não faz parte da nova realidade de muitos imigrantes. No caso da imigração venezuelana, muitos tiveram envolvidos todos os membros familiares na saída do país. As mulheres e os jovens ganharam um papel de grande relevância nas construções das redes sociais.

A família “Monagas” uma família monoparental feminina, antes da migração em 2018 era composta por mãe e filha (Verônica e Elza). Marta frente à decisão de sua filha Verônica migrar decidiu acompanhá-las para o Brasil. Nesta família, além da monoparentalidade presenciamos o fenômeno da chefia familiar feminina.

As duas famílias produziram suas trajetórias migratórias em um contexto de crise profunda de vários aspectos estruturais que atravessava a Venezuela, mas ambas as famílias pensavam na migração com caráter de provisoriedade, como é apontada por Sayad (1998) que uma das características fundamentais do fenômeno migratório é que ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Ou seja, o sentimento do retorno é intrínseco ao migrante, uma vez que ele parte já pensando na sua volta.

Nesse transcurso de mudanças, as redes familiares no caso da família Carabobo e de redes por afinidades no caso da família “Monagas” representaram um referencial identitário ou um meio importante para orientar seu envolvimento no local de destino e no estabelecimento de novas relações sociais. O lugar de chegada, ou seja, a sociedade manauara passou a ser o local de produção de novos territórios, onde se reproduziram socialmente a partir dos contatos que foram sendo estabelecidos, sejam eles pautados nos laços construídos de família, parentesco ou de amizade.

Entretanto, não devemos esquecer a questão territorial e socioespacial, por exemplo, aqueles espaços irregulares, de risco, ou de estar na intempérie, como as barracas da “Operação Acolhida” instaladas próximo à rodoviária. Esses espaços também consititem estratégias de

visibilidade e interpelam a uma resposta das autoridades públicas. Também a disseminação é outra estratégia de visibilidade crítica.

Para as famílias “Carabobo” e “Monagas” viver perto de conhecidos favoreceu a adaptação a esta nova sociedade, fornecendo um espaço de segurança que amenizou o estresse causado pela migração. Isso não quer dizer que todas as redes sociais é o meio pelo qual ocorre a totalidade dos movimentos migratórios. Embora, tenha importância fundamental no processo, há migrações que ocorrem sem nenhum envolvimento com outros indivíduos. Como no caso de Allan, da família “Carabobo” que quando chegou à Manaus não conhecia ninguém, sendo construída a rede a partir de sua migração.

A família “Monagas” contou com uma rede de amizades construídas após a migração, rede composta de conterrâneos e brasileiros (as). Mas, apesar de todo apoio recebido, Verônica afirma que o que a deixou forte no que a toca a parte emocional, principalmente meio à pandemia foi a presença de sua filha e de sua mãe. Famílias monoparentais como no caso de Verônica, mulher, imigrante e chefe de família são muitas vezes estigmatizadas e isso impede que se percebam as possibilidades e os recursos que esse tipo de família busca construir, como a rede de solidariedade, muito importante na dinâmica familiar de mulheres responsáveis por domicílios.

Os parentes atuam como um suporte a quem essas mulheres podem recorrer em diversos momentos. As redes familiares é um elemento fundamental que no dia-a-dia das mulheres chefes de família aparecem como fonte de socorro e apoio, seja material ou no cuidado com os filhos, como no caso do apoio de Marta avó de Elza que enquanto, Verônica cursa o doutorado e administra o lar, a avó acompanha a neta nos estudos e nos cuidados.

No que corresponde a migração de retorno faz parte do projeto migratório, contudo, enquanto uns retornam outros permanecem. Muitos retornam não apenas por razões econômicas, mas também por razões familiares ou mesmo pela vontade de viver em seu país como foi o caso de Allan que alegou que não queria mais ficar distante de sua mãe, que já era muito idosa e se precisasse dele, não poderia ajudá-la pela a distância e com o advento da pandemia não foi mais possível ir visitá-la devido o fechamento da fronteira.

Aqui se observam determinados códigos de família que talvez em países industrializados não sejam visualizados. Devido às condições socioeconômicas os filhos deixam a casa materno-paterna de forma mais tardia que países no qual o Estado possibilita autonomia econômica em base a empregos com bons salários e subsídios importantes para desempregados. Até porque os próprios pais tomam essa decisão sobre os filhos, para que eles se tornem independentes.

Este retardo em países latino-americanos, no processo de separação, de assumir novas residências logo de ter maior de idade ou de se graduar ou empregar, acredito que cria laços afetivos mais prolongados, com maior cumplicidade, com mais sensibilidade também para compreender e atuar sobre as necessidades dos parentes.

Apesar da migração de retorno estar presente nas falas das famílias Carabobo e Monagas foi concretizado pelos membros da primeira família. As mudanças que aconteceram na sociedade de origem relatadas pelos familiares que permaneceram no país, pelo menos apontando para uma situação menos grave do que vivida em 2017 quando a família Carabobo foi levada a migrar involuntariamente, somada ao avanço profissional de Allan e Diana, a reserva econômica feita pela família constituíram fatores decisivos na decisão de retornar ao país.

Para Fazito (2005) conforme as condições locais, o imigrante poderá optar entre dois caminhos: ou retorna à sua sociedade (reinserção), ou se fixar, definitivamente, no local de imigração (inserção). Ter contato com uma cultura diferente, pessoas diferentes, hábitos e ambientes diferentes é sempre positivo, considerando o desenvolvimento pessoal ou podem continuar seu périplo migratório.

Sayad (2000) chama atenção de que nem sempre o retorno se dá de uma forma muito satisfatória, pois quando estes regressam buscam no espaço deixado também o tempo deixado, ou seja, espera-se que tudo esteja como antes em seu local de origem, fato este que não ocorre, pois, o tempo também se passou naquele lugar, havendo não só uma mudança física, mas principalmente uma mudança com as pessoas de sua terra. Isto aconteceu muito com os exilados políticos que retornaram ao seu país logo de finalizados os processos de autoritarismo de Estado.

O regresso apresenta-se para alguns membros uma forma mais difícil do que a decisão de partir. O estranhamento no reencontro e a sensação de não se reconhecer pertencente ao seu local de origem tornam-se inquietante, no caso da família Carabobo isso foi sentido por Diana e a resistência inicial para retornar ao seu país ao lembrar de todo sofrimento que antecedeu a partida. Acredita que a cidade, as pessoas da família e os amigos já não serão os mesmos, seja por que também migraram ou perderam suas vidas durante a pandemia da Covid-19. Dizia que sentia medo do que ia encontrar no seu país, como tivesse migrando para um lugar desconhecido.

Assim, o imigrante vivencia de modo diferenciado a situação de retorno, mesmo que o projeto tenha sido elaborado pela família, a experiência não é vivida de modo homogêneo por todos. As mudanças ocorrem em função das diferentes trajetórias de cada um. Diana

considerava que sua carreira como tatuadora estava consolidada em Manaus, já teria conquistado vários clientes com seus serviços e retornar seria começar do “zero”, do ponto de quando chegou ao Brasil.

Verônica da família Monagas tinha cada vez mais certeza que não continuaria em Manaus depois de terminar o doutorado, pensou várias vezes em retornar ao seu país, principalmente na pandemia, mas refletia melhor e sabia que para a família, isso nesse momento não seria a melhor decisão, pois considerava que tanto para ela, como para sua filha o Brasil daria mais oportunidades de estudo e trabalho. Mas, também acreditava que ir para outro país como o Equador onde seu irmão mora com a família seria começar de novo, como foi quando chegou a Manaus, então, será mais certo que realize um deslocamento para onde tiver a chance de conseguir um trabalho.

Para o processo da reintegração no país de origem após o retorno será importante a manutenção dos laços com os familiares. O transnacionalismo se propõe a formular um modelo que visa uma melhor compreensão dos vínculos sociais e econômicos existentes entre os países de recepção e de origem dos migrantes. Nos casos das duas famílias as consideramos nesse estudo, famílias transnacionais conforme será explicado posteriormente quando abordarmos sobre famílias.

3.3 - Famílias, redes, produção de novos territórios e identidades em um processo migratório

A importância da família em um processo migratório, e sua influência na motivação da migração de outras pessoas é destacada por Durham (1973) que aponta que isso ocorre, pois, a migração se dá dentro do universo de relações pessoais. O próprio caráter individual da migração pode ser considerado reflexo do coletivo, porque mesmo quando apenas um indivíduo migra há impacto sobre a família que ficou na origem, e quando diversos membros da família migram há estratégias e riscos para todos dentro desse processo.

No que corresponde às redes sociais esta se relaciona com o papel que famílias e amigos desempenham no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. A migração, na maioria dos casos, coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. Da mesma maneira que as identidades vão se constituindo nas relações sociais, ela apresenta um caráter relacional e depende do contexto, ela se afirma ou é negada no encontro com o outro devendo ser pensada no plural, identidades.

3.3.1 - Uma abordagem sobre novos arranjos familiares e migração

Ao trabalharmos com as trajetórias de vida de famílias é de suma importância sabermos que não há um conceito fechado de família nem para a antropologia, nem para outras disciplinas. Considerando que os sujeitos da pesquisa fazem parte de diferente arranjo familiar será realizada uma breve explanação sobre o entendimento de “famílias” no contexto brasileiro. As trajetórias das famílias Carabobo e Monagas contribuíram para nos fornecer um quadro de diferentes arranjos domésticos no momento da migração.

Eunice Durham (1983) assinala que a concepção clássica de família patriarcal brasileira, aceita durante tantos anos como fundamento da organização não só da vida familiar, mas da própria sociedade, foi criticada como demasiado restrita para abranger o conjunto dos segmentos sociais. A autora sinaliza que a utilização de uma abordagem antropológica contribuiu para precisar conceitos importantes na distinção entre família e sistema de parentesco.

A antropologia contribuiu para pensar o caráter social e não natural de família e a não universalização do modelo de família nuclear. O aporte da antropologia está principalmente na discussão sobre parentesco, um objeto fundamental dessa ciência na sua constituição como disciplina. Dado que, as sociedades tribais eram sociedades sem estado e se regulavam pelo parentesco. Os laços de parentescos são o elo fundamental dessas sociedades e rege suas relações sociais se tornando um problema básico para a antropologia (SARTI, 2001).

Para a autora mencionada um estudo sobre parentesco não é a mesma coisa que um estudo sobre família. Ambos tratam sobre fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. Mas, a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, uma estrutura formal que permeia esse grupo social, mas que vai além dele.

Segundo Durham (1983) famílias são grupos sociais, estruturados através de relações de afinidade, descendência e consanguinidade que se constitui como unidade de reprodução humana. O parentesco diz respeito ao modo mais amplo de ordenação das relações de afinidade, descendência e consanguinidade que regula as relações entre famílias e determina as formas de herança e sucessão.

Assim, como o evolucionismo cultural lançou as bases da antropologia como ciência e estabeleceu uma das primeiras definições sobre cultura assinalando o desenvolvimento da sociedade em estágios contínuos de um movimento unilinear e tomando como modelo de civilização a sociedade europeia. Engels em sua obra intitulada “A origem da família, da

propriedade privada e do Estado” inaugura, no século XIX, um debate sobre a história da família de forma evolutiva.

Em seus estudos Engels (1997) demonstra as diversas variações na família no que diz respeito à sua organização e considera que as sociedades passaram por um estágio de promiscuidade, casamento grupal, matriarcado atingindo o patriarcado apenas com o aparecimento da propriedade privada. O autor procura caracterizar os sistemas de parentescos e formas de matrimônio que levaram à formação da família, descrevendo suas fases. Entretanto, é importante considerar que a família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema. Assim, novos modelos vão convivendo com os antigos.

Lévi-Strauss (1986) em sua obra “O olhar distanciado” faz algumas considerações sobre família. Durante quase um século acreditou-se que a família, tal como se observa nas sociedades modernas, era um fenômeno relativamente recente, um produto de uma longa e lenta evolução. Mais tarde, afirmava-se que a família é baseada na união de dois indivíduos de sexos diferentes que fundam um lar, procriam e educam os seus filhos, era um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades.

Para Lévi-Strauss (1986) nada seria mais falso do que reduzir a família a sua base natural. Nem o instinto de procriação, nem o instinto maternal, nem os laços afetivos entre marido e mulher e entre pai e filhos, nem a combinação de todos estes fatores o explicam. Na perspectiva defendida por este antropólogo, a condição básica para existência de uma família não está pautada em razões naturais (biológicas), pois uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade, isto é, uma “pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além da consanguinidade”, ou seja, a família só existe mediante o processo social da aliança.

Assim sendo, a colaboração de Lévi-Strauss (1986) no que tange a essa temática consiste, entre outras coisas, no fato de propor uma desnaturalização da família e, portanto, de um modelo universal. A discussão do autor sobre família foi fundamental para o “despertar” dos estudos sobre essa temática e para a constituição de um novo “olhar” acerca da questão.

Pesquisas realizadas, principalmente nos âmbitos da sociologia e da antropologia, foram imprescindíveis para a construção de bases mais sólidas para se pensar a família hoje. Segundo Fonseca (2002) esses estudos seguiram no sentido de desmistificar as concepções, buscando construir uma abordagem reflexiva que não se apoia em paradigmas prontamente estabelecidos, pois estes levam à cristalização de conceitos e à formulação de receitas que ditam como deve ser a organização familiar. Longe disso, a literatura atual tem demonstrado que a noção de família não apresenta uma definição conceitual fechada.

Conforme foram avançando as pesquisas sobre a família, ficou clara a relevância limitada de alguns modelos teóricos que, apesar de sua importância histórica e de sua contribuição, já não conseguem mais dar conta da complexidade inerente à noção de família, uma vez que a análise dessas vertentes teóricas clássicas se fundamenta numa perspectiva linear da história. Essas teorias estão longe de responder as questões que têm surgido na atualidade.

Fonseca (2004) busca levantar maneiras menos moralistas de se pensar a família, ao passo que rebate a ideia de homogeneidade da família nuclear. Para ela, este tipo de arranjo não está ao alcance de todos. Sobre isso, a autora aponta que muitas vezes os pobres, além de desfavorecidos em termos econômicos, são discriminados simbolicamente. Sendo comum encontrar, inclusive em pesquisas científicas, rótulos diferentes atribuídos a arranjos familiares semelhantes, mudando apenas a classe social do grupo pesquisado.

Nesse sentido, Fonseca (2004) explica que pesquisadores parecem aceitar com relativa facilidade aplicar novos parâmetros da “família pós-moderna” quando tratam, nos seus dados, de camadas abastadas. Falam, então, de “produção independente”, “descasamento”, “família de escolha”, etc. No entanto, famílias de grupos populares da sociedade devem em geral se contentar com rótulos mais antigos que, na maioria dos casos, carregam conotações pejorativas e estereotipantes: “mães solteiras”, “famílias desestruturadas”, “filhos abandonados” e assim por diante.

Verônica que faz parte de uma família monoparental diz que sente na pele a discriminação por ser uma mulher sozinha com sua filha, onde vivenciou inúmeras situações em que ela como uma mulher chefe de família teria que resolver. Mas, sempre tinha uma ou outra pessoa que perguntavam onde estava seu “marido”. Deu como exemplo, quando bateu o carro, a motorista do outro veículo também era uma mulher e imediatamente ligou para seu marido vir resolver o problema do acidente e perguntou se Verônica não iria chamar seu marido também.

Posteriormente, Verônica ao comparecer à oficina para deixar o carro no conserto ouviu a mesma coisa do mecânico, onde estava seu “marido” para tratar sobre o orçamento. Ela sente que apesar de todo avanço ocorrido na sociedade contemporânea em relação à condição feminina e os diferentes tipos de família, continua existindo um imaginário, uma cobrança sobre o tipo de ideal de família, a família nuclear.

Berquó (2001) observa que a chefia familiar feminina precisa ser vista como o resultado de um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que foram se sucedendo ao longo do tempo. E todas essas metamorfoses impactaram na legitimidade do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, que reserva ao homem o espaço da produção

econômica e à mulher os cuidados da família. O estigma que as mulheres chefes de família carregam ainda é muito grande, sendo designadas, muitas vezes, como mulheres abandonadas.

Dentro desse fenômeno de mulheres chefes de família são apresentadas condições desfavoráveis em relação aos homens tanto no que se refere ao usufruto de direitos, quanto em relação à carga de trabalho. Os homens quando chefes de família, na sua grande maioria contam com a participação das companheiras tanto no âmbito doméstico quanto no complemento da renda familiar.

A chefia feminina com a presença do parceiro é difícil de ser percebida, uma vez que o peso da tradição patriarcal acaba dificultando e encobrindo as alterações de papéis e poder de decisão dentro do domicílio. Há que se considerar que as mulheres, muitas vezes, são colaboradoras na ocultação da real situação de mudanças nos papéis de gênero, pois mesmo na condição de provedora econômica, elas procuram formas de não visibilizar essa condição, nem em casa e nem na rua, com o intuito de não “constranger” o parceiro pela inversão da posição de papéis.

A situação mencionada foi percebida no âmbito da família Carabobo, quando por diversas vezes Diana deu a entender que a renda maior obtida dentro do empreendimento do casal era a partir de seu estúdio de tatuagem, entretanto, quando os visitava na barbearia percebia que Allan era visto como o “patrão” pelos funcionários, e sempre que entrava em contato com Diana para agendar uma visita dizia que falaria com Allan primeiramente antes de confirmar. Somente, percebi uma manifestação contrária de Diana em relação ao marido quando foi comunicada por ele que retornariam para a Venezuela e ela inicialmente se manifestou contrário a esta decisão, afirmando que não iria retornar ao seu país, mas logo em seguida mudou de ideia mesmo contra sua vontade, prevalecendo o desejo de Allan.

Ou seja, a família pode ser formalmente constituída por casal e filhos, ser aparentemente reconhecida como chefiada pelo homem, e depender do trabalho feminino para sua (sobre) vivência. A manutenção do homem como agente mantenedor da família está baseada na permanência de antigos valores patriarcais, difíceis de depurar.

De outro lado, quando se é um casal em momentos de dificuldades multifatoriais há a possibilidade de se contar com apoio um do outro. Fato mencionado por Allan quando recém-chegado à Manaus ficou desempregado e em um momento de desespero sem saber o que fazer se acalmou quando pensou que contava com o suporte de sua esposa. Talvez, tenha sido isso que pesou na mudança de decisão de Diana em retornar à Venezuela, ela não mencionou isso, mas notei que ela apresentava receio de ficar sozinha com sua filha em Manaus.

Depois dessa breve discussão em relação à noção de família, é preciso levar em consideração que não há um modelo único ou ideal de família, esta se manifesta de formas peculiares, expressas em tipos diversificados. O que se tem, são diferentes situações de organizações sociais que devem ser analisadas dentro do seu contexto. Macêdo (2009) considera que na contemporaneidade é preciso recorrer a enunciação de família no plural, ou seja, falar em famílias, sendo esta a saída para entendermos esse universo multifacetado.

No contexto migratório a família é um pilar fundamental da organização social na vida dos imigrantes, devendo esta instituição ser interpretada dentro desta nova realidade em que os seus membros atuam muitas vezes em espaços diferenciados, mas mutuamente relacionados. O processo migratório envolve novas perspectivas de vida, que abrange, na maioria dos casos, a construção de uma vida familiar no país de chegada.

Calegari (2014) assinala que para existir uma proteção de fato da unidade familiar, é preciso que os Estados considerem as mudanças no contexto societário, os novos arranjos familiares e normas de convivência de outras culturas. Dessa forma as diferentes composições de famílias serão igualmente respeitadas e terão os mesmos direitos jurídicos.

Nas migrações internacionais contemporâneas os núcleos familiares estão envolvidos de diferentes maneiras nas dinâmicas de deslocamento, visto que, a clássica migração do trabalhador masculino e a posterior reunificação com a mulher e seus filhos, embora ainda existente, deixa lugar a outras tipologias migratórias, em que tanto as mulheres quanto os filhos assumem papéis de protagonismos nesses novos processos migratórios.

O tema da mobilidade humana traz novas configurações da estrutura familiar em suas adaptações aos desafios aportados pelo fenômeno migratório. Por exemplo, as “famílias transfronteiriças” e as “famílias transnacionais”. Ojeda (2009) assinala que são dois tipos diferentes de famílias, mas que não se excluem mutuamente, pois algumas famílias podem compreender os dois tipos. As famílias transfronteiriças fazem parte de um fenômeno regional típico do espaço geográfico fronteiro entre dois países. Por outro lado, as famílias transnacionais estão integradas em uma situação social mais ampla, vinculada aos fluxos de migrantes entre esses países e ao fenômeno da globalização.

As famílias transfronteiriças e as famílias transnacionais não são exclusivas de um único país, pois, são unidades familiares que se encontram fisicamente localizadas em pelo menos duas nações. Na pesquisa de Ojeda (2009) é abordado o caso do México e os Estados Unidos. Nesse sentido, é imprescindível compreender o conceito de família para além de sua expressão físico-espacial.

Em termos comparativos, as famílias transnacionais estão sujeitas a condições de maior vulnerabilidade social do que as famílias transfronteiriças. Isso porque se localizam em comunidades não contíguas entre si e totalmente imersas em marcos sociais, inclusive jurídicos diferentes, podendo até ser contraditórios em alguns aspectos, e decisivos na qualidade de vida das famílias (OJEDA, 2005; 2009). As famílias transfronteiriças desenvolvem um itinerário radial, habitando e/ou circulando de forma habitual em ambos os lados da fronteira. Enquanto as famílias transnacionais podem desenvolver um itinerário que se estende além das fronteiras do país de origem.

De acordo com Ojeda (2005) outro componente das famílias transnacionais são os vínculos existentes entre seus membros por meio do envio e/ou recebimento de remessas. Para essas famílias, a migração internacional não implica necessariamente uma separação definitiva ou absoluta daqueles que migram e daqueles que não o fazem, em vez disso, torna-se de certa forma parte do estilo de vida familiar, ao interromper, espaçar e abreviar os contatos físicos e simbólicos entre seus membros, em vez de eliminá-los definitivamente.

Os autores Uebel e Abaide (2018) em seu trabalho sobre “Migrantes e famílias transnacionais na América do Sul: tendências contemporâneas” mencionam o mais recente fluxo migratório familiar sul-americano: o dos venezuelanos, que aumentou exponencialmente desde o ano de 2015 afetando diretamente as classes mais pobres, e também a classe média.

No caso do estudo em tela pensamos que a categoria que mais se aproxima com as famílias aqui participantes é a categoria transnacional. Apesar de terem a cidade de Manaus como uma extensão da fronteira pela sua proximidade e se tratar de um processo migratório que não está ligado diretamente com o processo de globalização, as famílias pesquisadas não cortaram os laços com seu país de origem e também pode ser caracterizada fundamentalmente como transnacional pela questão do envio das remessas e outros tipos de ajuda para os familiares que ainda permanecem na Venezuela. Assim, como as redes criadas à distância para trazer os parentes.

Por outro lado, a Lei nº 6.634/79 que dispõe sobre a faixa de fronteira considera área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A cidade de Manaus a partir da caracterização dessa lei não entraria no caso de uma cidade fronteiriça e nem as famílias venezuelanas que aqui residem podem ser consideradas famílias transfronteiriças.

Diante do mencionado a discussão sobre processos migratórios vai mais além de ser emigrante e imigrante surge uma nova categoria de ser um “*transmigrante*”. Autores como Schiller; Basch; Szanton Blanc (2019) apontam que os imigrantes nos dias atuais não podem

ser caracterizados como “desenraizados” muitos são transmigrantes, se tornando “enraizados” em seu novo país, mas mantém múltiplos vínculos com sua terra natal.

O transnacionalismo considera o movimento migratório para além de sua dinâmica polarizada e unidirecional, pois os fluxos não se limitam somente à saída do local de origem e ao assentamento no local de destino. O migrante mantém ativa e viva suas relações com lugares que estão geograficamente distantes, rompendo com a noção de obrigatoriedade da assimilação e aculturamento.

Os transmigrantes não são hospedes temporários ou residentes de curta permanência por que se estabelecem e vêm a se incorporar à economia, às localidades e os padrões de vida diária do país em que residem. A migração transnacional é o processo pelo qual os imigrantes forjam e sustentam relações sociais de múltiplas dimensões simultâneas que unem sua sociedade de origem e de adoção (SCHILLER; BASCH; SZANTON BLANC, 2019). Os estudiosos da migração transnacional enfatizam os modos correntes e contínuos pelos quais os imigrantes dos dias atuais constroem sua incorporação simultânea em mais de uma sociedade.

3.3.2 - A construção de redes e de novos territórios

Nesse estudo iremos dar ênfase a importância das construções das redes e a dinâmica na produção de novos territórios dentro de um processo migratório. Redes que emergem em decorrência do próprio desenvolvimento da migração e das conexões que passam a ser estabelecidas. Na construção e na consolidação das redes sejam familiares ou por afinidades, não pretendemos desconsiderar os fatores estruturais que motivaram a emigração, mas ressaltar as múltiplas relações construídas.

Segundo Boyd (1989) as redes sociais no processo migratório contribuem para questionar a imagem da migração como produto de um cálculo racional, ressaltando a importância das redes de parentesco, amizade e origem comum nesse processo. No caso da migração de longa distância, quanto mais estabelecidas estão as redes, maiores chances tem o migrante no local de destino.

Durham (1973) chama atenção para a migração do meio rural para a cidade, onde muitas vezes são pessoas analfabetas, não possuem documentos e contam com parentes e amigos para seu ajustamento. Costa (2001) aponta que para esses migrantes, a vida na cidade acaba resultando na intensificação dos laços de parentesco, não apenas pelo potencial de mobilização dessas relações para enfrentar as diversas carências de um grupo vindo do mundo rural, mas também pela segurança emocional que a convivência familiar proporciona.

Diante de um lugar desejado, mas que segrega, hostiliza aqueles que não são portadores dos saberes, condutas e habilidades requisitadas. Em relação ao deslocamento internacional temos o caso mais recente dos venezuelanos (as) que guardadas as devidas proporções podemos fazer uma analogia com os migrantes do mundo rural.

Para Assis (2004) tal como os migrantes internos que aborda os estudos de Durham (1973) fazendo o caminho do campo para a cidade, os migrantes internacionais também têm que apreender outros códigos, outros mapas simbólicos para transitar na sociedade hospedeira. Nesse contexto, os laços de parentesco e amizade tornam-se importantes para a inclusão num outro país.

Assis (2004) apresenta como exemplo, o caso de brasileiros que migram para o exterior e não dispõem do equipamento cultural fundamental para se estabelecer. Agravando-se a situação quando não falam o novo idioma e não possuem documentos que os autorizem a trabalhar necessitando do apoio de uma rede. No caso da migração internacional venezuelana para o Brasil, apesar de ser um fenômeno recente foi possível perceber nas famílias a construção de uma rede pessoal de parentes ou por afinidades dentro desse quadro migratório.

Na família “Carabobo” a construção de uma rede social familiar começa a partir da migração de Allan para o Brasil. Ele chegou sem conhecer nada e ninguém, ou seja, não fez parte de uma rede. A rede foi sendo construída a partir de sua chegada à cidade de Manaus. A ajuda inicial que teve foi ao encontrar no Centro um venezuelano que era vizinho de sua mãe em Valência e lhe indicou um lugar com baixo custo para morar e deu a dica do que Allan poderia fazer inicialmente para ganhar algum dinheiro, no caso vender café da manhã no porto da cidade.

As redes podem se construir entre concidadão, estrangeiros e de forma mista. Poderão depender muito dessas redes caso não possua um emprego que conceda estabilidade financeira. As possibilidades serão maiores em função do *locus* do imigrante, por exemplo, Allan e Diana se relacionavam com os clientes, mas, não faziam isso no bairro que moravam, pelo contrário afirmaram em algumas ocasiões que não tinham um bom relacionamento com seus vizinhos, pois tudo que acontecia de errado, como exemplo, jogar o lixo no local inapropriado ou fora do horário que o carro da coleta passaria, a família Carabobo era vista como os culpados. Mas, de outra maneira participavam de redes entre os conterrâneos em festas ou comemorações de aniversários.

A esposa de Allan foi o primeiro familiar que ele conseguiu trazer e durante esse tempo que estão em Manaus (2017-2021) serviram de apoio para outros familiares e amigos. Entretanto, até que o imigrante consiga seu primeiro salário, geralmente ele irá passar por um

período de carência que no caso de Allan e Diana começou antes mesmo de migrarem, quando os recursos escassos os levaram a ter que escolher quem partiria primeiro e quem ficaria. Depois, no destino, outros desafios, principalmente nos primeiros dias de acomodação quando ainda não se conhece ninguém no país de chegada como foi no caso de Allan e seu primo.

Passados os primeiros meses da fase de acomodação vai aumentando as chances da chegada de novos migrantes do meio familiar ou social. Com a ajuda de Allan e Diana em relação às passagens e hospedagem foi possível que outras pessoas da família migrassem para o Brasil. Identificamos que a garantia de (sobre) vivência representou um dos principais fatores de deslocamento desse grupo familiar, cujo objetivo era garantir uma possibilidade de vida melhor para si e para suas famílias.

Diana diz que já em Manaus teve apoio de uma amiga venezuelana na divulgação de seu trabalho como designer e tatuadora. Como tatuadora teve a primeira oportunidade de exercer essa atividade através de um brasileiro que montou um estúdio de tatuagem para que ela pudesse trabalhar. Foi esse mesmo brasileiro que posteriormente passou para eles o ponto comercial e vendeu toda a mobília e ferramentas da barbearia e do estúdio com pagamento a prestação. Foi a partir daí que o casal da família Carabobo se tornou empreendedores. Percebe-se nesse contexto que as redes estavam em construção.

As redes não estão isentas de conflito, e vai se ampliando para redes de afinidades. Allan contratou como funcionário de sua barbearia outros barbeiros venezuelanos. Daremos como exemplo, um casal de venezuelanos sem filhos que após passarem dois anos em Boa Vista vieram para Manaus e ao chegarem à barbearia de Allan atrás de vagas de trabalho, ele como barbeiro e sua esposa como aplicadora de *piercings* passaram por um teste prático e foram contratados.

Allan ao decidir fazer uma migração de retorno para a Venezuela fez a proposta para que esse casal contratado por ele ficasse responsáveis pelo ponto comercial da barbearia, e alugaria dentro desse mesmo espaço o estúdio de tatuagem para um tatuador brasileiro, amigo da família Carabobo. A proposta foi aceita e o pagamento das mobílias e ferramentas da barbearia foi parcelado em doze meses tal como foi o negócio de Allan com o brasileiro que lhe passou o ponto em 2018. Percebemos que a rede vai se ampliando tanto entre venezuelanos quanto em relação aos brasileiros.

No caso da família Monagas a construção da rede se deu por afinidades e não por parentesco. Verônica por meio de uma amiga venezuelana que havia migrado para o Brasil em 2015 para cursar o mestrado em uma universidade do norte do Brasil foi alertada sobre essa possibilidade de migrar para estudar em uma instituição pública brasileira. Foi através dessa

amiga que teve conhecimento do convênio da Organização dos Estados Americanos (OEA) com o Brasil.

Verônica como milhares de venezuelanos sentia a necessidade de sair do seu país e cursar um mestrado através desse convênio, seria uma oportunidade para migrar com segurança. O visto de estudante de certa forma a diferenciava da maioria dos imigrantes que estavam chegando ao Brasil, mas, de qualquer maneira fazia parte desse movimento.

Em 2017 quando submeteu seu projeto e obteve aprovação teve a ideia de criar um grupo de *whatsapp*. Verônica não tinha ideia naquele momento que estava formando uma rede. Mas refletindo posteriormente sobre o processo, percebeu a construção de uma rede estabelecida por um mesmo interesse, a qualificação profissional e migração. Assim, como Verônica outros estudantes venezuelanos (as) posteriormente tiveram seus projetos aprovados para diferentes universidades brasileiras, e tiveram Manaus como lugar de passagem.

Verônica fazendo parte dessa rede acolheu muito desses estudantes em sua casa em Manaus antes de seguirem viagem para outros estados brasileiros. O grupo de *whatsapp* criado a princípio com a finalidade de ajudar um ao outro quanto às documentações, passou a ter novas motivações como, por exemplo, receber e hospedar provisoriamente em casas de imigrantes já estabelecidos no Brasil, os imigrantes recém-chegados ou em trânsito.

A própria Verônica ao chegar à cidade de Manaus foi recebida por um casal de venezuelanos que conheceu através deste grupo. Foram na rodoviária buscá-la e a hospedaram com sua família por alguns dias. Para Verônica chegar e se manter inicialmente no Brasil, precisou de ajuda financeira, para isso alguns amigos venezuelanos se reuniram e a emprestaram certa quantia de dinheiro para que pudesse custear as passagens via terrestre para ela, sua mãe e sua filha. Ou seja, em seu processo migratório Verônica fez parte de uma rede de amizades, e por afinidades.

Verônica diz que não possui recurso financeiro para ajudar um conterrâneo, ajuda recebendo provisoriamente em sua casa e lhes passando informações que tem conhecimento quanto à documentação para o processo de seleção da OEA conveniada às universidades públicas brasileiras, ou seja, todo o conhecimento e experiência que adquiriu com o tempo.

Para Saquet e Mondardo (2008) a experiência cotidiana dos que saem de um território para o outro, as estratégias e os recursos disponibilizados, os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações da sociabilidade e de estranhamento entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo, todos esses fatores apresentam-se ausentes dentro das análises macroestruturais.

Ao priorizar os processos econômicos, a migração, muitas vezes, esteve limitada à análise de oferta e procura de empregos ou na teoria da expulsão e atração de determinadas regiões, de equilíbrio e desequilíbrio econômico, fundamentalmente, entre regiões desigualmente desenvolvidas. Nesse mesmo sentido Tilly (1990) aponta que novas migrações não podem ser explicadas apenas pelos fatores de atração e repulsão que fazem as pessoas migrarem devido aos diferenciais de oferta de trabalho. As redes sociais tornam-se um recurso precioso, pois, se constituem em capital social que auxilia pessoas migrantes.

Pertencer à rede social na migração implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua trajetória, instalação e adaptação, desde sua partida até a hospedagem no local de destino, além da abertura de possibilidades e/ou garantia do emprego.

Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos migrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos. Haesbaert (2006) assinala que para compreender os processos migratórios, o território precisa ser pensando, portanto, numa concepção reticular na forma de um território-rede.

Nesse contexto, a rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos, enfim, do processo dialético que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização.

As trajetórias espaciais são fundamentais na constituição das redes migratórias. Tais redes, para Fazito (2002), poderiam ser visualizadas como um “circuito elétrico”, por exemplo, no qual diversos pontos e “nós” formam um sistema, conectam-se através de “fluxos”, nesse caso, fluxo de pessoas, informações, bens de consumo etc.

Para Haesbaert (2006) as redes podem fazer circular a memória, as representações, os vínculos, os contatos familiares, as amizades etc. As redes, que são consideradas, muitas vezes, desterritorializadoras, podem, também, como no caso dos contatos e vínculos estabelecidos na migração, ser o elo material e simbólico para a reterritorialização de um grupo de migrantes em outro território que não o de origem.

De acordo Marandola Jr. e Dal Gallo (2010) no processo de produção de novos territórios, o migrante vai compondo uma nova rede de relacionamentos. Isso ocorre tanto com migrantes temporários (estudantes, trabalhadores que vão para outros países e deixam suas

famílias no país de origem, etc.) quanto com famílias que migram para recomeçar a vida, embora com especificidades oriundas da própria característica do movimento e da sua situação.

Em relação à análise de redes sociais, Soares (2004) diz que a importância conferida às essas redes no campo dos estudos de migração surgiu da necessidade de considerar processos sociais concretos que pudessem lançar luz sobre o caráter seletivo da dinâmica migratória, e que pudessem responder a duas questões-chave: por que alguém se torna migrante? E por que algumas pessoas de um segmento populacional, em conformidade com as mesmas transformações estruturais econômicas, sociais ou políticas, migram e outras não?

Tais processos sociais concretos incluiriam redes institucionais e de pessoas que, operando entre as esferas micro e macro, organizariam, de fato, a migração. De acordo com Tilly (1990) as unidades efetivas da migração não são nem indivíduos sozinhos, tampouco apenas as famílias, mas, sim, conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho, ou seja, as redes sociais. Entretanto, Soares (2004) chama a atenção que não se pode ter como garantida a solidariedade entre os imigrantes e que muitos aproveitam sua posição social/laboral para explorar outros imigrantes.

A família Carabobo passou por essa experiência com um conterrâneo nos primeiros meses no Brasil. Quando um venezuelano no caso o patrão de Allan, vendo que ele estava faturando muito com os cortes de cabelo fez outra proposta para que continuasse trabalhando na barbearia. O que ganhasse por dia seria dividido em 50% para cada um, ao invés de pagar o aluguel da cadeira. Allan mesmo contrariado e decepcionado com seu conterrâneo e precisando do trabalho optou em aceitar o acordo, por que realmente estava conseguindo faturar bem e isso despertou o interesse de seu compatriota.

Se, por um lado, a compreensão do processo migratório a partir do enfoque nas redes sociais aponta para a importância das relações de solidariedade que os migrantes constroem entre a sociedade de origem e de destino, o que os auxilia nos primeiros momentos da vida em um novo lugar, por outro, revela também que essas são fonte de ambiguidade e antagonismos (TILLY, 1990). Em decorrência disso, muitas vezes os migrantes recém-chegados são explorados por seus conterrâneos. Assim, tais relações seriam a base não só para a ajuda mútua, mas também para a divisão e o conflito étnico.

Há certa imprecisão quanto aos limites conceituais de rede social, rede pessoal e rede migratória. De acordo com Soares (2003) a rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação, ou seja, só pode ser analisada sob uma perspectiva relacional, que leva em consideração a participação de atores sociais que são os nós das redes. Uma rede social, em virtude do processo em torno do

qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais. A rede pessoal representa, então, um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentescos etc.

A rede migratória não se confunde com redes pessoais, pois precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar. A rede migratória, cujas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é também, um tipo específico de rede social que agrega outras redes existentes ensejando a criação de várias outras, consiste, portanto, em rede de rede sociais. Vale lembrar que as redes podem ser compostas de atores de natureza diversas e podem ser tão pequenas quanto uma sala de aula, ou tão grande, como o conjunto de países (SOARES, 2003; SOARES; RODRIGUES, 2005).

O fenômeno das redes, em diversos aspectos da sociedade e nos estudos das ciências humanas, não é novo, mas assume especial evidência quando a sociedade começa a se organizar nos termos de uma grande rede. Castells (1999) enfatiza que após o advento da internet, que vem marcando de modo singular o cotidiano do tempo presente, parece que as redes passaram a ter maior visibilidade no mundo, ampliando suas importâncias devido ao fato da dependência, cada vez maior das sociedades em reproduzirem-se a partir delas.

Além disso, o autor considera que a sociedade em rede é o ponto de partida para a abordagem das questões sociais, políticas, culturais e econômicas da atualidade, e a tecnologia é a condição necessária para esse novo formato de organização social. A novidade nesta sociedade emergente não seria a informação ou o conhecimento disseminado, mas sim a forma como isso tem ocorrido, a partir de uma base microeletrônica de redes tecnológicas, que transcende fronteiras.

Para o imigrante, as redes podem representar um referencial identitário e um meio importante para orientar seu envolvimento no local de destino. Os migrantes passam a adquirir domínio e controle espacial do local, gerando territorialidades (MARANDOLA JR; DAL GALLO, 2010). O imigrante, ao estabelecer novas relações sociais, tende a fazer do lugar de chegada o local em que se reproduz socialmente a partir dos contatos que vão sendo estabelecidos, sejam eles pautados em laços de família, parentesco ou de amizade.

Viver perto de conhecidos favorece a adaptação dos migrantes, fornecendo um espaço de segurança que ameniza o estresse causado pela migração. No entanto, Campos (2015) enfatiza que isso não quer dizer que as redes sociais é o meio pelo qual ocorre a totalidade dos movimentos migratórios. Embora, tenha importância fundamental no processo, há migrações que ocorrem sem nenhum envolvimento com outros indivíduos.

Como processos complexos, multifacetados, migração e território inspiraram teóricos de diversas áreas, cujos estudos contemplam visões a partir de diferentes campos do

conhecimento. De acordo com Alves e Siqueira (2018) existe uma estreita relação entre as práticas migratórias e as composições territoriais, visto que o ato de migrar é exatamente mover de um lugar a outro, passar de um a outro território.

Percebe-se que o território aqui é tomado enquanto processo e não como coisa estanque uma vez que ele se configura na relação de um indivíduo ou grupo social com um espaço material e/ou simbólico. Abarcam em si as dimensões inerentes aos sujeitos e às sociedades, permitindo tomar emprestado de Sayad (1998) a afirmação que “falar da imigração é falar da sociedade como um todo”, e empregando-a em outros termos: falar de território é falar da sociedade como um todo.

O território no estudo de Alves e Siqueira (2018) é entendido em uma perspectiva ampla e dependente não unicamente do espaço que o origina, mas principalmente das relações sociais que o configuram. O território compreende, para além das dimensões econômicas e políticas, a dimensão simbólico-cultural que gera o enraizamento, o afeto e a identificação com os espaços vividos.

Saquet (2008) defende “uma abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade”. Nessa direção, Haesbaert (2004) é quem mais expande o conceito de território a fim de que caiba a pluralidade de processos nele e por ele gerados, definindo-o como um movimento que engloba tanto a dominação política e econômica, quanto a apropriação simbólico-cultural e afetivo-identitária.

Para Haesbaert (2004) o território e as territorialidades correspondentes vão além de limites espaciais e se justapõem em múltiplas escalas e múltiplas conexões reticulares. Território e territorialidade apesar de ser um conceito central para a Geografia, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada um com enfoque centrado em uma determinada perspectiva.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder, a Economia, que prefere a noção de espaço à território, percebe-o, muitas vezes, como um fator locacional ou como uma das bases de produção, a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente nos estudos das sociedades ditas tradicionais, a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala de indivíduo (HAESBAERT, 2009, p. 37).

Haesbaert (2009) considera que um dos grandes problemas do estudo do território reside na indefinição que perpassa o conceito polissêmico. Assim, cada campo do conhecimento (Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia etc.) que utiliza a dimensão territorial em seus

estudos, apropria-se daquelas dimensões analíticas que se coadunam mais consistentemente aos seus propósitos.

Os autores Haesbaert, Bruce (2002) apontam que é necessário reconhecer a grande importância da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari para a Geografia, principalmente através do conceito de desterritorialização. A partir da proposta de Deleuze, Guattari (1997) pensam a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas.

Para Haesbaert, Bruce (2002), Deleuze e Guattari, constroem o seu pensamento através do modelo do rizoma. O rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades.

Podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona de forma total ou temporal o território, e a reterritorialização é o movimento de re-ocupação por parte de um determinado grupo social, nacional ou étnico, ou de construção de um território inédito, sendo todos processos indissociáveis.

O território do migrante é definido como territórios-rede, em que diferentes pontos do espaço são apropriados pelos indivíduos e grupos em diáspora. Este conceito é central para compreender a produção do território vinculada à mobilidade dos migrantes. Para uns o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos a nível local, para outros, interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. Essa é uma das propostas mais interessante de construção de território que coloca a possibilidade da construção no e pelo movimento território-rede (HAESBAERT, 2009; HAESBAERT 2011).

No que corresponde a produção de novos territórios pelas famílias Carabobo, tem início quando Allan solicita ao motorista do taxi para deixá-lo em algum lugar do Centro de Manaus. Não tinha a menor ideia do que iria fazer a única coisa que conseguiu imaginar naquele momento é que o melhor a fazer em um lugar desconhecido é ir para a região central, um lugar supostamente movimentado.

Começou vendendo café da manhã no Centro, em seguida conseguiu uma vaga como barbeiro em um salão de beleza também no Centro. Até passar a ser o dono do próprio negócio localizado no Centro, isto depois de ser um empregado como barbeiro em quatro ocasiões em Barbearias todas no Centro. Diana tem seu início fazendo doces para vender e pequenos trabalhos como designer, trabalhou como manicure em dois salões, foi vender água,

refrigerantes, bombons em uma barraca na parada de ônibus próximo ao Colégio Militar do Centro e por fim como tatuadora no lugar onde passaria para a administração dela e de Allan.

Allan e sua esposa tentaram expandir seus territórios quando tentam abrir outra barbearia em um bairro um pouco mais distante. Mas, sendo impossível administrar os dois espaços, e não contando com o apoio da rede nessa empreitada, optaram pelo que já estava mais garantido, o ponto localizado no Centro de Manaus. Da mesma forma quanto à moradia, moraram nos dois primeiros anos no Centro depois mudaram para bairros vizinhos como Aparecida e por último no bairro São Raimundo onde estava localizada a escola onde estudavam os filhos(as). Ou seja, toda a produção de território da família Carabobo se deu em lugar específico, a partir do bairro Centro.

Verônica da família “Monagas” afirmou que primeiramente foi construindo um espaço de identidade de ver quem era e estudando e obtendo certos conhecimentos. Migrou para cursar o mestrado e pensou ser uma migração temporária. Achou que sempre foi uma incerteza, pensava em vir para o Amazonas e se tivesse uma oportunidade de trabalho ficaria. Durante o mestrado fazia alguns bicos aos finais de semana para ajudar na renda.

Em 2020 antes da pandemia e sem ainda saber se receberia a bolsa de estudo para o doutorado enviou seu currículo para algumas empresas e foi chamada para entrevista sendo aprovada para uma vaga em uma Organização não Governamental, mas que não chegou assumir a vaga devido o decreto de isolamento social. Verônica vem tentando revalidar seu diploma de engenheira florestal, através da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), e tem a informação que provavelmente terá que cursar algum período no campus de Itacoatiara para ser consolidado o revalida. É uma busca por ser reconhecida de alguma forma.

A migração é sempre como um jogo, um jogo de cintura (risos) de se habituar, de aceitar, de agradecer tudo que recebe do lugar onde sinto que conquistei e tenho um espaço, que cada vez tenho um lugar, e conheço e aceito mais o lugar. A própria existência, é isso que me toca, é isso que estou vivendo é aqui que vou me desenvolver como profissional e ser humano (Verônica, 31 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, junho de 2021).

No caso da família “Carabobo” que inicialmente pensavam que ficariam no Brasil por três meses e a família “Monagas” quando Verônica imaginou que terminaria seu mestrado e retornaria para seu lugar. Ambos pensavam na migração com caráter de provisoriedade. Sayad (1998) ao definir o que é um imigrante assinala que uma das características fundamentais do fenômeno da emigração é que ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. A imigração condena-se a gerar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição.

Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. Oscilando entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato. Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias, tudo acontece como se a emigração necessitasse para poder se perpetuar e se reproduzir ignorar a si mesma e ser ignorada como provisória (SAYAD, 1998, p. 46).

Da mesma forma como que se impõe a todos aos imigrantes, mas também a sociedade que os recebe, bem como da sociedade da qual provém, essa contradição impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório, nem permanente, ou, de um estado que só é admitido ora como provisório com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo, com a condição de que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal (SAYAD, 1998).

Sayad (1998) aponta que são em primeiro lugar, os próprios imigrantes os primeiros interessados que, tendo entrado como provisoriamente (como eles pensavam) numa sociedade que se sentem hostil, precisam convencer a si mesmos, às vezes contra as evidências de que sua condição é efetivamente provisória. São em seguida a sociedade de origem (a sociedade de emigração) que fingem considerar seus emigrantes como simples ausente por mais longa que seja sua ausência. E por fim, a sociedade de imigração, de recepção que consente em tratá-lo, ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada.

Tanto a família “Carabobo” quanto a família “Monagas” falam da “saúde” de seu país que aumentou ainda mais em tempos de pandemia. Entre os membros da família Carabobo havia uma divisão de opiniões de uma migração de retorno, enquanto o progenitor da família gostaria de voltar para a Venezuela o mais rápido possível, sua esposa dizia ter medo de passar tudo que passaram antes de migrarem e afirmava que o seu desejo era continuar no Brasil. Já a família Monagas diz aceitar as atuais condições de imigrante e que não pensam pelo menos neste momento em retornar para o país de origem.

Apesar de um processo migratório em seu contexto geral trazer certas vulnerabilidades para os participantes, há grupos que vão se apresentar ainda mais vulneráveis, tais como os imigrantes que não fazem parte de uma rede familiar ou de amigos, ou fazem parte de uma rede de parentesco na qual se encontram todos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como no caso dos imigrantes desabrigados, ou abrigados institucionalmente, apresentando uma série de dificuldades na produção de novos territórios.

3.3.3 - A dinâmica na (Re) construção de identidades

Um contexto migratório nos proporciona um espaço amplo para estudarmos as subjetivações dos processos de identidades. A partir de 2018 comecei a participar de alguns momentos comemorativos das famílias “Carabobo” e “Monagas” nos quais havia muita música, dança e gastronomia venezuelana, marco de reunião e sociabilidade fora de seu país.

Particpei pela primeira vez de uma festa venezuelana meados do ano de 2018 quando Allan membro da família “Carabobo” entrou em contato para convidar-me para a festa surpresa de aniversário de sua esposa Diana. Gostaria que eu compartilhasse com sua gente esse momento festivo. Os convidados estavam visivelmente alegres com a reunião e eram quase todos venezuelanos (as). A aniversariante foi muito receptiva e durante a comemoração presenciei o casal recebendo uma chamada de vídeo de seus parentes que estavam na Venezuela. Muito contentes mostravam a bela festa em homenagem a Diana.

Isso me remeteu ao trabalho da antropóloga Seyferth (2005) em “Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração”, as cartas hoje pouco importantes ou utilizadas como meio de comunicação, até o século XX eram muitas vezes a única forma de comunicação dos imigrantes com seus parentes e amigos e que muitas vezes demoravam meses para chegar ao seu destino.

Mas, nos tempos atuais de grandes recursos tecnológicos e a popularização da internet através da qual foi se formando uma grande rede com criação de e-mails, comunidades virtuais, *web cam* indispensáveis para conversas por vídeo, isso possibilitou a comunicação rápida dos imigrantes com seus familiares. Por outro lado, o avanço tecnológico ainda tem um preço alto e muitos imigrantes em situação de poucos recursos ainda podem sentir dificuldades tanto para acesso como manusear as ferramentas virtuais.

Allan gentilmente chamou seus conterrâneos presentes na festa me apresentando a todos como sua amiga brasileira. No local havia um sofá, onde me sentei e fiquei observando e de vez em quando se sentava ao meu lado algum convidado para falar comigo. Estavam todos muito felizes, ao som de salsa e merengue e muita gastronomia venezuelana (empanadas, arepas, tequeños) e dançavam salsa.

Olhei aquela festa como um espaço de socialização entre eles, de poder falar seu idioma, comer suas comidas típicas, escutar suas músicas e dançar um ritmo caribenho relembrando de sua “terra”, de seu “lugar”, de suas “culturas”, enfim de sua identidade nacional. A partir desse primeiro convite participei de várias outras comemorações realizadas pela família Carabobo.

Uma consideração importante é que hoje a ideia do “desenraizamento” como uma tristeza profunda baseada na distância do país de origem, não poderia se manter como em décadas anteriores. Na contemporaneidade esta percepção tem mudado subjetiva e objetivamente como mencionado anteriormente devido a facilidade do *whatsapp*, as redes sociais que facilitam os encontros virtuais nessa separação espacial que como uma viagem astral comunica familiares distantes e a atualização de alguns hábitos como as festas entre familiares e/ou compatriotas, a elaboração da culinária nacional, as danças etc.

Nos anos subsequentes tive outras oportunidades para conhecer melhor a cultura venezuelana. Em dezembro de 2019 recebi um convite para ir com a família Monagas à casa de Lenny (amiga venezuelana que recebeu Verônica no Brasil) para degustar e conhecer a típica ceia natalina venezuelana: *hallaca* uma massa de milho recheada e enrolada na folha de bananeira, *pan de jamón* e outras culinárias tradicionais das festas de fim de ano.

A folha de bananeira tinha vindo direto da Venezuela, pois tinha um preparo especial. A família demonstrava muito orgulho da maneira como tinham preparado os pratos, com destaque para a *hallaca* que durante a semana, me enviavam fotos de seu preparo. Na hora de desfrutarmos da ceia relataram também como costumava ser esse momento festivo no seu país, como famílias inteiras se reuniam previamente para o preparo da *hallaca*, a festa já começava nesse momento para eles.

Esta preparação dentro do ritual dos conterrâneos é uma forma de atualizar ou *extrañar*, mas não de forma melancólica senão como atualização da memória vivida em Venezuela, trazendo os elementos emblemáticos (que não existem no Brasil) dessa cultura. É a (re) produção de um espaço da memória, mas tangível, direto, atual, real, muito diferente a manter uma conversa com um parente por *whatsapp* ou escutar música venezuelana na rádio. A cultural material tem um imenso valor simbólico.

Esses pequenos cenários como as festas privadas que reúne um número pequeno de pessoas em sua maioria de venezuelanos (as) apresenta uma fundamental importância na manutenção e reprodução das identidades nacionais dos imigrantes. São momentos de socialização e da prática coletiva do idioma de origem, aliás, muitas vezes sem perceberem acabavam falando em espanhol comigo, me possibilitando também o aprendizado com eles desse novo idioma, ou seja, era uma oportunidade de trocas, uma oportunidade de compartilhar suas culturas.

Para Osman (2020) o processo migratório pode representar uma ruptura. Para viver na nova terra, o imigrante necessita criar no “novo mundo” referências de seu “velho mundo”, ao mesmo tempo em que cria uma terra de origem imaginada e idealizada. É notório que o processo

de mudança entre origem e destino gere estranhamentos e conflitos, que podem ser percebidos nas duas vias do ir e vir, e em diferentes situações e dimensões.

Os migrantes tentam recriar, de certa forma, seu território perdido no novo lugar. Para fazê-lo, eles reproduzem os geossímbolos e a organização socioespacial de seu antigo território. Ao restabelecer os elos espaciais e identitários, o grupo migrante é capaz de se enraizar e dar fundamento à sua identidade que, evidentemente, não será a mesma. Pois, agora são migrantes num outro lugar e não estão isentos das influências locais, incorporando-as mesmo que parcialmente. Recriar seu território é uma forma de dar suporte e manutenção à identidade (MARANDOLA Jr, DAL GALLO, 2010).

As identidades, pelo viés antropológico são construídas historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com o “outro”. A identidade dos migrantes tem como contraste a identidade dos não migrantes, dos cidadãos do país que os recebem. Mas, processos migratórios individualizam as pessoas. Assim, a pergunta “quem sou eu?” torna-se mais importante que a pergunta “quem somos nós?”. Cada um procura reorientar-se no interior de uma sociedade nova, complexa e muitas vezes hostil (SUESS, 2010). Diante do exposto, podemos afirmar que dentro de um mesmo grupo de venezuelanos (as) haverá diferentes identidades.

Segundo Suess (2010) a identidade dos migrantes é uma identidade territorial. A “terra estranha” poderá se tornar para os filhos e os netos dos migrantes “terra familiar”. Em relação a esse novo “lugar” a essa nova “cultura”, novo “idioma” Verônica da família Monagas fala sobre sua filha.

Elza que hoje está com seis anos chegou aqui tinha dois anos e apesar de no início ter tido pouca convivência com crianças brasileiras fala bem o português, acho que aprendeu muita coisa através dos desenhos que assiste. Acho interessante quando amigos venezuelanos vêm nos visitar, ela fala português. Elza diz que não é tão venezuelana como nós, eu e sua avó, pois não gosta de arepas. Mas, gosta muito de farofa e do peixe tambaqui. Ela não lembra muito da Venezuela, mas lembra de alguns familiares. Eu e minha mãe tentamos deixar as coisas mais suaves para Elza para que não sinta tanto quanto nós a distância dos nossos parentes (Verônica, 31 anos, engenheira florestal, venezuelana, membro da família Monagas, entrevista em Manaus, fevereiro de 2021).

Padilla, Ortiz (2014) sinalizam que a identidade é central para os jovens por envolver uma etapa de crescimento, mudanças e transformações a vários níveis, na qual emergem conflitos identitários relacionados com as pertencas múltiplas, as quais são negociadas com os pais, na escola, no bairro, na sociedade. Os processos de formação das identidades são ambíguos

por invocar uma origem no passado, que continua no presente, mas que simultaneamente acrescenta outros pertencimentos dos fluxos da cultura global.

Assim, os símbolos identitários dos jovens são um produto da coexistência dinâmica de elementos da origem, da sociedade de destino e da cultura global. Para os jovens da família Carabobo o processo de construção ou reconstrução de identidades foi um pouco mais complicado por alguns motivos que serão expostos.

A minha filha Maya (16 anos) chegou aqui em 2019, mas, não conseguimos matriculá-la na escola por que faltaram alguns documentos comprobatórios. Então, ela aproveitou esse ano e fez cursos para aprender o português, e passava o restante do tempo comigo no trabalho aprendendo rápido o novo idioma. Para ela o processo de integração foi um pouco melhor do que para meus enteados, ela até já dizia que estava gostando do Brasil e de Manaus. Fez novas amizades na escola, e falar bem o português a ajudou, mesmo com aulas virtuais, pois presenciei varias vezes ela conversando fluentemente com seus colegas brasileiros. Ao contrário da minha enteada Lis (11 anos) que chegou aqui início de 2020 no mês seguinte foi para a escola e no outro mês tiveram as aulas presenciais interrompidas por conta da pandemia. Ela sim tem sentido muitas dificuldades, pois não teve oportunidades de ter muito contato com brasileiros e a sociabilização na escola iria ajudar muito nisso. Não estou podendo levá-las para o trabalho como medida de segurança, assim para ela está sendo bem mais difícil aprender o novo idioma. Pablo (17 anos) não quis continuar os estudos e trabalha conosco na barbearia, ele sente muita falta dos amigos e o isolamento social dificultou um pouco a questão de novas amizades, é um jovem e sente por isso. Não posso afirmar que eles já se adaptaram aqui no Brasil, pois ainda falam muito em retornar para Venezuela. Mas, também estamos vivenciando tempos bem complicados de distanciamento social que dificulta na interação deles com os brasileiros que talvez pudesse ajudá-los em uma melhor inserção (Diana, designer gráfico, 37 anos, venezuelana, membro da família Carabobo, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Devemos considerar que para os venezuelanos (as) independente da faixa etária, recém-chegados no Brasil, quando se inicia uma pandemia inesperada, interrompendo vários serviços e processos, no caso das crianças e jovens tiveram suas aulas escolares suspensas por tempo indeterminado, isso gerou em certa medida, momentos de angústia, ao se verem distantes do seu país e impossibilitados de coexistirem com o “outro” que devido ao processo de distanciamento social continuou sendo visto como “desconhecido”.

Apoiado na literatura antropológica que valorizava a cultura enquanto um dos elementos definidores da etnicidade, Barth (1998) criticou uma visão de cultura como “isolada”. Para ele o grupo mantém sua identidade, quando os membros interagem com outros. O autor aborda no ensaio sobre “Os grupos étnicos e suas fronteiras” a relevância do tema para a antropologia social.

A ideia de que os isolamentos geográficos e sociais sustentam a diversidade cultural era criticada por Barth (1998), e apontada várias inadequações desse ponto de vista, como as que assinalam que as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social. É

dada uma importância ao fato de que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores.

Grupo étnico é definido na antropologia como uma população que se perpetua biologicamente, compartilha valores culturais fundamentais, um campo de comunicação e interação e possui um grupo de membros que se identifica e é identificado como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. Essa definição não é muito diferente da tradicional que postula que uma raça; uma cultura; uma linguagem, uma sociedade rejeita ou discrimina outras. Com essa definição somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo (BARTH, 1998).

Os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Na medida em que atores usam identidades étnicas, para categorizar a si mesmos e outros, com objetivo de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. A fronteira étnica é o ponto chave dessa pesquisa, que define o grupo e não a matéria cultural que ela abarca. A atenção é voltada para as fronteiras sociais.

A fronteira étnica acarreta de um modo frequente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais. Barth (1998) aponta para compreensão da manutenção de fronteiras, através da qual as unidades e os limites culturais persistem. Situações de contato social entre pessoas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento e diferenças culturais.

Para Barth (1998) a análise das características interacionais e organizacionais das relações interétnicas não deu atenção às questões referentes à importância da permanência das fronteiras. Talvez, por que os antropólogos tinham a tendência de pensar em termos de povos diferentes, com diferentes histórias e culturas. Nos lugares onde as identidades sociais são organizadas e divididas tendo as diferenças como princípio, haverá uma predisposição para a padronização da interação e a emergência de fronteiras que mantenham e gerem a diversidade étnica dentro de sistemas sociais englobantes de maior amplitude.

Em alguns sistemas sociais, os grupos étnicos podem coabitar sem que nenhum aspecto da estrutura seja baseado nas relações interétnicas, chamadas de sociedade de minorias, tendo como exemplo os grupos párias. Estes grupos são rejeitados de forma ativa pela população hospedeira, em razão do comportamento, como exemplo os ciganos que rompendo os tabus básicos foram rejeitados pela sociedade em geral. As fronteiras dos grupos de párias são mantidas com força pela população hospedeira que os exclui e que são forçados a usar signos diacríticos para deixar clara a sua identidade (BARTH, 1998).

No Brasil, uma das primeiras e mais conhecidas apropriações de Barth (1998) foi feita pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2003), que elaborou o conhecido conceito de “identidade contrastiva” que parece se constituir na essência da identidade étnica. Implica a afirmação do “nós” diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição, não se afirma isoladamente.

Rocha (2010) frisa que diferentes campos interdisciplinares se dedicam a estudar as identidades nas perspectivas migratórias, mas acredita que a antropologia nos ajudará a ler as experiências ocorridas quando em uma perspectiva relacional. Ao relacionar-se com povos de cultura e língua diferentes, o migrante já se coloca em condição de mudança, pois muda o dia a dia, a maneira de viver e agir no cotidiano.

Perguntamos em relação à rotina da família Carabobo e Monagas, se houve muitas mudanças no cotidiano e em que aspectos,

Si. Reunirse con la familia. Hubo cambios en las actividades de recreación. No he conseguido adaptarme al clima, así como salir con las altas temperaturas y el sol a la calle, entonces he pasado bastante tiempo dentro de casa. La Recreación, educación y lectura, la obtengo por medio del celular y la tablet. También en el jardín de la casa cuando cuido las plantas (Marta, 62 anos, venezolana, membro da família Monagas, entrevista em Manaus, fevereiro de 2021).

Mudou nos aspectos do lazer, quando estava só eu minha esposa não saíamos para nenhum lugar, quando muito tomávamos um sorvete. Passamos mais de um ano só guardando dinheiro para trazer nossos filhos para junto da gente. Depois que nossos filhos chegaram percebi que tínhamos que fazer algo para que eles não ficassem muito presos em casa, fazermos algo diferente. Então, todos os fins de semana iam ao shopping nem que fosse para tomar um sorvete, no princípio era legal, mas isso depois cansa. Toda vez a mesma coisa, se torna repetitivo e você passa a preferir aquele shopping pequenininho de sua cidade. É muito diferente do que fazíamos na Venezuela que poderíamos visitar os parentes, amigos e disso sentimos muita falta. (Allan, 38 anos, venezuelano, membro da família Carabobo entrevista em Manaus, abril de 2021).

O imigrante é levado a interagir e, não raramente, a assumir, muitas vezes, de forma inconsciente, a maneira de pensar do novo contexto sociocultural. Mas esta experiência não anula totalmente a ligação ou o pertencimento a um lugar, pois, este é extremamente importante para o imigrante. As identidades dos imigrantes estão em constante processo, sendo sempre (re)construídas dentro das representações.

Em suma, nenhuma identidade é fixa, nem se constitui sozinha. Podemos concluir que a identidade não é uma essência; não é fixa, estável, permanente e definitiva, nem tampouco é completamente unificada, mas sim inacabada. O migrante é um ser social e rodeado por relações sociais, isso implica que o fenômeno da migração entendido como sendo apenas resultado de

uma ação de origem macroeconômica, necessita também ser pensado levando-se em consideração as condições sociais as quais o sujeito que migra apresenta.

Hall (2000) traz visões acerca da identidade no livro “A identidade cultural na pós-modernidade”. Sua primeira proposta foi conceituar identidade distinguindo-a em pelo menos três concepções: a identidade do sujeito iluminista, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno. Assim, faz por entender que as nossas identidades veem passando por transformações ao processo global de fragmentações em diversas fases da nossa vida social.

O sujeito do “Iluminismo” estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo, ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era a identidade de uma pessoa. Nessa concepção, o sujeito possuía uma identidade praticamente estática.

Para Hall (2000) a noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para os sujeitos os valores, a cultura, dos mundos que ele/ela habitava.

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nessa concepção a identidade costura o sujeito à estrutura, alinham os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupam no mundo social e cultural.

São essas coisas que agora estão mudando. O sujeito, vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos.

Hall (2000) questionará as identidades nacionais, a considera como uma construção imaginária dotada de uma áurea que olha para o passado, mas que tenta criar uma unidade para o futuro. Através de histórias contadas de geração em geração, recriadas na fixação e

reafirmadas nas propagandas vai se formando uma autoimagem nacional que resvala em uma autoimagem pessoal do indivíduo participante desta cultura. Isso é muito conveniente para que se exerça certo tipo de “poder cultural”.

A identidade traduzida seria aquela que reconhece a impossibilidade de voltar a um estado de “pureza étnica” depois de ter entrado em contato com o diferente e que por tanto reúne elementos de diversas identidades para compor e recompor novas formas identitárias. Na construção do conceito de identidade em Hall (2000), encontramos a ideia de diferença. Cada vez mais próximos das realidades culturais uns dos outros, os cidadãos do mundo passam a tornarem-se cada vez mais híbridos.

Nos relatos das famílias Carabobo e Monagas, migrar não foi uma decisão individual e sim uma série de rearranjos sociais e familiares, motivados por circunstâncias diversas. A migração veio acompanhada de novos significados socioculturais, onde a (re) construção das identidades ocorre pelo contato e as trocas culturais. Ao mesmo tempo, em que se busca conservar as memórias que os liga ao seu país, precisaram também construir identidades que se adequassem ao novo território e cultura com as quais passaram a ter contatos diários, no caso em tela, a cultura brasileira.

Para concluirmos essas reflexões sobre identidade principalmente no âmbito da antropologia, partimos do ponto de vista que a identidade se constrói através de relações, isto é, ela é processual e relacional e, portanto, capaz de se adaptar às transformações sociais e pode ser vista como uma construção social de pertencimento. A identidade marca distância, mas também aproximações e não possuímos uma única identidade, ela é fluida, não homogênea e depende do contexto. A identidade se afirma ou é negada no encontro com o outro, é autoatribuída.

3.4 - Considerações do terceiro capítulo

No campo dos estudos migratórios, a trajetória de vida das famílias como uma abordagem metodológica nos ajudou a compreender e fazer um recorte analítico da biografia, sistematizando e esclarecendo a experiência de vida em um determinado período. Buscamos mostrar a importância do tecido social e das relações familiares e por afinidades na migração venezuelana para a cidade de Manaus.

Este estudo nos possibilitou tornar visíveis as estratégias que essas famílias migrantes desenvolveram na realização de seu processo migratório e na produção de novos territórios. Um cotidiano interrompido e a ressignificação de suas vidas foi um desafio assumido por esses

imigrantes, mediante cada passo dado que o afastaram de seu país. Uma trajetória produzida que não ficou isenta de conflitos e dificuldades, mas também houve solidariedade.

A pesquisa não se limitou exclusivamente a uma investigação sobre o deslocamento de um país para outro, pois nesse movimento está contida uma série de fatores, seja subjetivo como saudades, esperanças, ilusões e sonhos, seja objetivo como as estruturas sociais das sociedades de origem e de destino.

Buscamos conhecer a realidade migratória venezuelana a partir de seus atores dando-lhes voz, e demonstrando como precisaram se organizar e lutar para a produção de novos territórios. Apesar das barreiras enfrentadas por eles e muitas vezes das múltiplas privações sofridas, não desistiram e continuaram a buscar por condições mais dignas de vida para eles e para a sua família. Buscando concretizar seus sonhos e a mudança de uma realidade pessoal ou social. Precisamos vê-los não apenas como vítimas de um sistema excludente, mas como agentes sociais.

Trabalhamos a família como um espaço para a socialização, tolerância e divisão de responsabilidade considerando que os vínculos sociofamiliares asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social que não pode ser descartada dentro do processo de inclusão social. A migração, para muitas pessoas, representa um possível caminho de aproximação à realidade sonhada, uma possibilidade de ter acesso a oportunidades que lhes são negadas no lugar de origem. Entretanto, nem sempre o deslocamento de um lugar para outro garante a realização dos sonhos, visto que o risco do fracasso estará sempre presente.

O grande desafio, para as famílias pesquisadas foi a construção de uma nova territorialidade no lugar de chegada, onde estiveram abertos a inovações, através de trocas culturais ou assumindo novas culturas, na realização do propósito de melhores condições de vida e de trabalho. (Re) construir uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exigiu desses imigrantes um grande esforço.

Entre “erros” e “acertos” foram construindo uma nova territorialidade. A construção de territórios por essas famílias se deram muitas vezes por meios das interações em redes, seja de cunho social, familiar ou por afinidades. Foram através dos contatos realizados e das ajudas recebidas entre os próprios imigrantes e por brasileiros que foram se estabilizando aos poucos.

Em relação ao amadurecimento das redes sociais, no caso da imigração venezuelana para o Brasil, começou quando alguns familiares se estabeleceram no país, encorajando outros indivíduos a seguir os passos dos pioneiros, por exemplo, como aconteceu com a família Carabobo. Em regiões com concentração de parentes, amigos e conhecidos possibilita acelerar o desenvolvimento das redes, dando a elas uma forte base no país de chegada.

As redes sociais sejam de parentes ou de amigos representam um suporte importante, uma vez que ajudam ou garantem a acomodação ou inserção do imigrante na nova sociedade. São importantes no sentido de recuperar o bem-estar e o sentimento de pertencimento, constituindo em uma resposta às dificuldades encontradas no local de destino. Essa cooperação para enfrentar os desafios impostos pela nova realidade vivida pelo imigrante certamente traz mais benefícios do que nas ações individuais.

Por outro lado, não basta a existência de uma rede social no destino para que existam os benefícios que facilitam e estimulam o ingresso de pessoas. As redes são uma condição importante, mas não suficiente, pois é preciso que se desenvolvam relações confiáveis unindo origem e destino, nas quais o imigrante possa se apoiar.

No que corresponde a imigração de retorno, esta pode se tornar um processo semelhante com a de emigração, visto que, a terra de origem vai se tornando cada vez mais “estranha” para o migrante. Isso é inevitável, pois, durante o período da migração, ocorrem mudanças tanto na pessoa que se deslocou quanto na realidade sociocultural da terra natal. Pessoas e culturas são dinâmicas, em constante transformação e ao sair da própria terra o migrante se transforma, fatalmente, numa pessoa de identidade plural, que, poderá não se encaixar plenamente nos padrões da terra de origem. Mas, isso depende muito do vínculo que se sustenta à distância.

Já a construção identitária é relacional, produto do intenso processo de negociação entre os diferentes fatores de pertencimento e identificação do sujeito. Mas, em um determinado indivíduo ou mesmo em um coletivo pode haver múltiplas identidades, e tais identidades são construídas historicamente pelos sujeitos através das suas relações e nas suas interações com o outro.

CAPÍTULO IV - A PRESENÇA VENEZUELANA EM MANAUS/AM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Sociedades atadas a um obsessivo presente, de repente se interrogam sobre o futuro e perscrutam o passado em busca de alguma luz.

(Roberto Marinucci)

O mundo foi marcado no ano de 2020, por uma pandemia do novo coronavírus, que teve origem na China e foi denominado cientificamente de SARS-CoV-2, causador da Covid-19, nome proveniente do inglês “Corona Virus Disease” trazendo na Classificação Internacional da Doença (CID) o número 19 referente ao seu ano de início. O primeiro caso identificado foi na cidade de Wuhan, no dia 31 de dezembro de 2019, apresentando um alto grau de infecção e mortalidade e se espalhando com muita velocidade por todos os continentes.

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecção respiratória, uma doença infectocontagiosa que clinicamente pode variar de quadro assintomático a graves. Sua transmissão é realizada por meio do contato com gotículas de saliva ou secreção nasal de uma pessoa infectada ao tossir ou espirrar. Havendo algumas condições clínicas que aumentam o risco de complicação (IFANGER, POGGETTO, 2020).

No Brasil o primeiro caso foi confirmado no mês de fevereiro de 2020, em um brasileiro retornado da Itália, residente na cidade de São Paulo. O primeiro óbito registrado ocorreu também, na capital paulista, no dia doze de março do referido ano. A partir desse momento medidas foram tomadas pelo o governo brasileiro que visando o enfrentamento da Covid-19 editou diversos atos normativos para regulamentar a matéria, sendo criadas legislações em âmbito federal, estadual e municipal (decretos, portarias, resoluções, instruções normativas).

Nossa rotina mudou de modo inesperado, houve fechamento de fronteiras internacionais, restrições nos deslocamentos internos, limitações das atividades sociais, econômicas e de trabalho. Vários espaços sejam públicos ou privados tiveram suas atividades interrompidas tais como: universidades, escolas, centros comerciais, restaurantes dentre outros estabelecimentos a fim de evitarmos aglomerações e tentar controlar a disseminação do novo coronavírus.

Na primeira parte deste capítulo discorreremos sobre a (i) mobilidade humana na pandemia da Covid-19, onde imigrantes e refugiados foram diretamente afetados pela imposição de uma imobilidade global, com fronteiras sendo fechadas e medidas restritivas de controle de viagens estabelecidas. Descrevemos a entrada de duas famílias venezuelanas pela fronteira norte com o Estado de Roraima em tempos de pandemia e os desafios enfrentados na

travessia e na permanência no Brasil, onde barreiras foram impostas por estarem indocumentados no país, tais como: acesso a auxílios financeiros, ao trabalho formal, acesso aos serviços de saúde dentre outros.

Na segunda parte conhecemos a gestão da imigração venezuelana pelas redes governamentais e não governamental frente à pandemia. Na cidade de Manaus mesmo quando foi decretada a quarentena na tentativa de conter a transmissibilidade do novo coronavírus, foi notável a presença de imigrantes venezuelanos (as) nas ruas e muitas vezes acompanhados/as de crianças em busca de conseguir dinheiro ou alimentação. Nesse contexto pandêmico várias situações foram agravadas, quando pessoas foram impedidas de trabalhar ficando desesperançosas na busca de sobrevivência.

Na terceira parte apresentamos as estratégias de (sobre) vivência, de resistências e resiliências dos imigrantes venezuelanos (as) meio à pandemia da Covid-19 na cidade de Manaus. Nesse contexto, chamaremos atenção para o protagonismo dos imigrantes que mesmo diante das dificuldades enfrentadas em tempos de pandemia mobilizaram-se através de grupos e/ou associação realizando ações a fim de ajudar seus conterrâneos em situação de maior vulnerabilidade.

4.1 - (I) mobilidades, migração e crise sanitária.

Com a declaração de pandemia global da Covid-19 feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os fechamentos de fronteiras sejam terrestres, aéreas ou aquáticas foi uma reação imediata de vários países. Dantas (2020) assinala que pandemia é o termo usado para descrever situações em que uma doença infecciosa amplamente disseminada, contagiosa ameaça muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro. O fato de o novo coronavírus ser uma doença de transmissão respiratória dificultou as medidas de controle.

No Brasil com o primeiro caso diagnosticado em vinte e seis de fevereiro de 2020 e levando nos meses subsequentes a milhares de mortes foi editada a Lei nº 13.979⁶⁴, chamada “lei da quarentena”. Outras medidas de enfrentamento da Covid-19 foram adotadas dentre elas o fechamento das fronteiras, permitindo apenas o retorno de nacionais ou de estrangeiros residentes.

⁶⁴ A Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Através da lei mencionada as autoridades governamentais poderiam adotar para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, a restrição excepcional e temporária de entrada e saídas do país por rodovias, portos e aeroportos, conforme recomendação técnica e fundamental da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Entretanto, Ramos (2020) chama atenção que não podemos esquecer-nos dos solicitantes de refúgio e daqueles que necessitam de acolhida humanitária o que exige que sejam estudadas outras formas de proteção à vida e à saúde no combate à pandemia. O Brasil escolheu erguer uma “muralha”, excluindo indiscriminadamente os não nacionais, mesmo sendo solicitantes de refúgio. É necessário que haja a construção de uma política que acolha e não exclua, cumprindo os ditames constitucionais e as obrigações internacionais de direitos humanos.

Cavalcanti e Oliveira (2020) apontam que os fluxos migratórios a partir de março de 2020 foram diretamente afetados por uma série de portarias interministeriais emitidas pelo Governo Federal para regulamentar a entrada de pessoas no país, mediante a pandemia da Covid-19. Amparados por justificativas de caráter sanitário e pela Lei nº 13.979/2020, foram adotadas medidas de restrições à entrada de estrangeiros no país, com diferenciações a depender do tipo de fronteira (aérea, terrestre ou aquaviária) e país de origem.

Por outro lado, é importante ressaltar que no início de 2020 o Governo Federal brasileiro anunciou que reconheceria como refugiados cerca de vinte mil venezuelanos (as) que tinham seu pedido de refúgio em andamento no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Mas, pouco tempo depois, com a chegada da pandemia do novo coronavírus, a Venezuela se tornou o primeiro país com o qual o Brasil fechou as fronteiras. A crítica da postura discriminatória contra venezuelanos (as) não tardou, o que chamou atenção foi a incoerência no fato de o país adotar essa medida ao mesmo tempo em que reconheceu a grave e generalizada violação de direitos humanos no país vizinho.

A nocividade das medidas tomadas pelo o governo brasileiro pode não ser visível à primeira vista, uma vez que se justificam pelo princípio da proteção da saúde pública para as pessoas que habitam o território brasileiro. Sendo a proteção à vida o fundamento da restrição à mobilidade humana internacional e considerando o grau de contágio do vírus, ou seja, a mobilidade sem restrição agravaria a situação da doença, podendo fazer surgir novas ondas de infecção.

Para Parise et al. (2020) obviamente a restrição de viagens, as imposições de barreiras sanitárias são necessárias em um contexto de pandemia, por outro lado, houve uma tendência

de serem utilizadas como uma ferramenta com posturas nacionalistas e anti-imigratórias. O Brasil de um lado foi muito flexível ao permitir a entrada de brasileiros e imigrantes com autorização de residência definitiva que estivessem fora do país, sem estipular controles mínimos de testagem e quarentena obrigatória como recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De outro modo, as portarias interministeriais emitidas pelo Governo Federal impediram o acesso ao instituto de refúgio, afirmando que a pessoa que chega à fronteira brasileira está “inabilitada para o pedido de refúgio”, conceito jurídico inexistente no direito migratório. Neste caso o direito internacional pressiona aos países a partir de convenções internacionais a prestar assistência aos refugiados. O Brasil, ainda sendo signatário de tratados internacionais e com legislações próprias voltadas para esse tema, não honrou os compromissos estabelecidos.

O tema em tela é complexo, pois demanda que conciliemos a tranquilidade no que corresponde a saúde com o direito de proteção aos refugiados/as. Não podemos esquecer que o panorama apresentado pela pandemia e os seus perigos para a população são extremamente preocupantes. Mas, para Greco (2019) deve-se encontrar um caminho moderado, porque é justamente em tempos de crise que devemos nos posicionar de forma intransigente diante da proteção de direitos humanos, notadamente, quando lembramos que estamos enfatizando um grupo de pessoas refugiadas que traz consigo de forma inerente situações graves.

Serra et al. (2021) destaca que as portarias são atos administrativos hierarquicamente inferiores à Constituição Federal ou à legislação, e têm como objetivo definir parâmetros concretos para garantir a aplicação correta de tais normas superiores. Embora, exista certa liberdade para definição de termos nas portarias, estas estão necessariamente submetidas à legislação de referência, devendo respeitar seus pressupostos e diretrizes.

É importante ao analisar as portarias publicadas pelas autoridades brasileiras, considerar os parâmetros sanitários da pandemia, bem como as garantias legais determinadas na Lei de Migração. A primeira medida adotada para restringir a entrada de estrangeiros no Brasil foi a Portaria nº 120/2020, essa norma previu a restrição excepcional e temporária de entrada de “estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela” pelo prazo de 15 dias por meios terrestres.

Trata-se de um exemplo da desproporcionalidade na imposição de barreiras sanitárias para a mobilidade de grupos sociais vulneráveis específicos, visto que conforme estatísticas da Organização Mundial de Saúde para a incidência da Covid-19 no mundo, a Venezuela não apresentava um perfil epidemiológico de alto risco para o Brasil, no contexto da publicação da Portaria 120/2020. Na data de assinatura deste instrumento, este país registrava poucos casos

confirmados e nenhuma morte em decorrência do novo coronavírus em comparação aos países como China, Itália e Estados Unidos. Mesmo no Brasil, a situação também era mais grave do que na Venezuela (SERRA ET AL., 2021).

Considerando esses dados uma hipótese possível para rigidez da restrição a fluxos vindos da Venezuela é que tal determinação se deve menos a fatores sanitários e mais a questões políticas. Pois, além de estar entre os países com os quais a diplomacia brasileira tem mantido relações conflituosas desde 2019, sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro, a Venezuela também é o local de origem de centenas de solicitações de refúgio. A regulamentação dos fluxos migratórios na pandemia, foi permeado por atos normativos dotados de grande discricionariedade que, em diversas situações, traduziram-se em claras escolhas mais políticas do que propriamente técnicas ou sanitárias.

Rodrigues (2021)⁶⁵ traz em sua apresentação um pouco dos elementos do que estão chamando de contexto global da mobilidade humana. Para a autora a pandemia foi um fator favorável aos países que já tinham uma política de fechamento da fronteira criando uma justificativa plausível. A pandemia tem impactado todos os trabalhadores de uma forma em geral, mas evidentemente, em particular, os trabalhadores imigrantes e principalmente aqueles imigrantes que estão de forma indocumentada. Uma vez que, se a pessoa imigrante sem um registro de regularização migratória for acometida pela Covid-19 poderá ter dificuldades para ser atendida pelo sistema público de saúde.

As medidas de controle da pandemia e as estatísticas a esse respeito têm sido fundamentalmente nacionalistas. Por exemplo, no caso do Brasil, não há dados sobre o aumento de óbitos pela Covid-19, da população migrante em áreas vulneráveis e periféricas, posto que, não há registro de “nacionalidade” nas bases de dados epidemiologistas do Ministério da Saúde.

Sem esta informação, o real impacto da pandemia na população migrante não pode ser medido, uma vez que o número de casos diagnosticados ou de casos de pessoas que morreram em consequência da doença da Covid-19 é desconhecido. Nesse sentido, diversos grupos de migrantes e organizações estão se mobilizando para reivindicar a inclusão da “nacionalidade” nos registros do Ministério da Saúde, entendendo-a como fundamental para o desenvolvimento de medidas e políticas públicas direcionadas a essa população (VILLALÓN ET AL. 2021).

⁶⁵ Conferencista da mesa-redonda intitulada “Mobilidades Mundiais, Espaços Transfronteiriços e a Produção do Território em Tempos de Pandemia” durante IV Seminário Internacional sobre Povos Tradicionais, Fronteiras e Geopolítica na América Latina: uma Proposta para Amazônia, evento realizado pela Universidade Federal do Amazonas e organizado pelo Laboratório de Estudos Panamazônico, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (LEPAPIS) vinculado ao Departamento de Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM.

Muitos países utilizaram a crise sanitária global como argumento para justificar o endurecimento da política migratória e a ampliação dos obstáculos à acolhida de imigrantes. Ficou claro que o contexto sanitário foi utilizado de forma discriminatória em relação a determinados fluxos migratórios, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social. Alguns governantes se aproveitaram do momento de pandemia para intensificar imposições de restrições à migração que já estavam anteriormente em curso, como parte de um processo de securitização das migrações.

É importante estudar outras formas de proteção à vida e à saúde no combate ao novo coronavírus que não viole os tratados internacionais e as legislações nacionais como o “Estatuto dos Refugiados” e a “Lei da Migração”. Para o ACNUR (2020) não se pode negar a vigência do princípio da não devolução, pois, além de violar os direitos humanos colocaria as pessoas em órbita, a procura de um Estado que as receba, contribuindo, inclusive com a disseminação do vírus.

4.1.1 - Vidas em movimento: a travessia de famílias venezuelanas meio à pandemia

A imobilidade da população mundial imposta por este momento de pandemia tornou-se um novo elemento na discussão acerca da continuidade da era da migração, pois será deste cenário que novas dimensões sociais, econômicas e políticas poderão (re) configurar os movimentos migratórios internacionais. A nova face da era da migração e suas consequências duradouras da Covid-19 poderão revelar a migração como fenômeno social menos centrado na relação migração-trabalho, apontando também dimensões voltadas para a própria reprodução da vida (BAENINGER, 2020).

O fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela em março de 2020, não impediu o deslocamento e a entrada de pessoas por essa região. Pelo contrário, o fluxo não cessou apenas o trajeto foi modificado como será apresentado na narrativa de duas conturbadas travessias de famílias venezuelanas, chamando a atenção para a necessidade de sua proteção e acolhimento ao cruzarem a fronteira e adentrarem ao território brasileiro.

Através das rotas denominadas pelos venezuelanos (as) de “trocha”, “caminho verde” ou “mata” foi possível a continuidade de circulação das pessoas migrantes. Por outro lado, com a fronteira fechada, os imigrantes deixaram de ingressar de forma segura, regular, com controle sanitário e passaram a buscar essas rotas alternativas, clandestinas, aumentando a vulnerabilidade destas pessoas, expondo-as a perigos constantes.

Sobre esses tipos de territórios em movimento ou périplos de mobilidades multifocais, Basini (2015) trata de tecnologias de viagem com os mbyá guarani. Os mbyá exercem sua territorialidade buscando espaços ecologicamente apropriados, lugares onde possam desenvolver seu sistema de vida, mas não reivindicam a totalidade de um território, e sim a passagem livre pelas fronteiras “inventadas” pelos Estados nacionais.

A expulsão de suas terras originais e a urgência de se deslocar para outras regiões é um aspecto na trajetória de alguns líderes mbyá que tiveram que deixar o Paraguai em direção à Argentina, Brasil e Uruguai. São múltiplos os desafios na travessia, eles percebem ao familiarizar-se com outras realidades, a descontinuidade entre as leis e as práticas envolvidas em sua implementação, a lentidão nos processos que garantem terras indígenas.

Em relação às fronteiras e as obstinadas formas de passá-las, Basini (2015) diz que seria errôneo supor que os mbyá não possuem fronteiras. As fronteiras mbyá são bem definidas, ocupam grandes espaços, não em posse, mas como usufruto de territórios descontínuos, onde seja possível desenvolver seu modo de vida. Esse modelo se enfrenta com o modelo do Estado-Nação, que identifica o território como controle unidimensional de governo do Estado.

Os Mbyá-Guarani propõem estratégias eficazes, por meio de diferentes modos de mobilidade, gerando um jogo de invisibilidade-visibilidade. Eles também negociam sua alteridade para não serem absorvidos pelas sociedades nacionais. Mudam de nome na alfândega e guardam zelosamente a “palavra dos antigos”. Sua tecnologia de viagem tem a estratégia de viagem paciente, mas contínua, criando assim a ilusão de velocidade (BASINI, 2008).

Os imigrantes venezuelanos (as) ao adentrarem no Brasil meio à pandemia da Covid-19 encontraram os comércios fechados e a população local em isolamento social, nesse contexto buscar renda na informalidade ficou ainda mais difícil, deixando-os mais vulnerável. Como indocumentados, além de correrem o risco de serem deportados, ficaram desprotegidos. De acordo com Bezerra e Morais (2020) a pandemia acabou tornando-se um alibi para atender aos anseios dos governantes locais, uma vez que vários países do mundo estavam tomando medidas sanitárias semelhantes para conter o novo coronavírus e proibindo a circulação de pessoas.

Após mais de um ano com restrições de entrada de imigrantes e refugiados venezuelanos (as), no dia 23 de junho de 2021 foi publicada uma decisão do Governo Federal brasileiro, a Portaria 655/2021 que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. No Art. 4º as restrições de que trata esta Portaria não impedem que:

IV - A execução de medidas de assistência emergencial para acolhimento e regularização migratória, nos termos da legislação migratória vigente, às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, no território nacional, reconhecida por ato do Presidente da República, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Lei 13.684, de 21 de junho de 2018, de acordo com os meios disponíveis.

Parágrafo único. O disposto no inciso IV aplica-se também ao imigrante que tenha ingressado em território nacional no período de 18 de março de 2020 até a data da publicação desta Portaria.

Ou seja, essa portaria permite a entrada excepcional em território brasileiro de venezuelanos (as) e residentes habituais na Venezuela afetados pela crise de seu país, e por motivos humanitários. Também será permitida a regularização de imigrantes que entraram no Brasil de forma clandestina quando as fronteiras estavam fechadas. Até esse momento muitas famílias venezuelanas estavam de forma irregular sem poder pedir refúgio ou residência temporária sujeitas inclusive à deportação.

Antes da emissão dessa Portaria supracitada, em março de 2021 equipes da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil fizeram uma operação em uma casa de acolhida de refugiados na cidade de Pacaraima em Roraima gerida pela Pastoral do Migrante, na ocasião cerca de sessenta mulheres e crianças acolhidas neste local foram abordadas e seriam deportadas, mas, após intervenção da Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público Federal (MPF) que entraram com uma ação na justiça para impedir tal deportação, as famílias foram levadas à “Operação Acolhida”.

É importante notar que a fronteira da Venezuela com o Brasil continuava fechada com a emissão dessa nova portaria, logo as pessoas poderiam enfrentar desafios ao tentar entrar no Brasil.

A portaria incluía uma série de medidas de contenção da Covid-19. Essas medidas significam que não há um livre acesso ao Brasil. A entrada é permitida de acordo com a ordem de chegada e com barreira de controle sanitário que inclui testes e quarentena. Por exemplo, após entrar a Pacaraima, a pessoa pode ser obrigada a realizar os testes e caso o resultado seja positivo e não tenha onde ficar poderá cumprir quarentena de até 14 dias em área de isolamento disponibilizada (ACNUR, 2021).

Conhecemos a seguir a trajetória de duas famílias venezuelanas: família Gonzalez e família García que cruzaram a fronteira em direção ao Brasil em tempos de pandemia e de forma irregular, permanecendo por meses indocumentados até a abertura parcial da fronteira em junho de 2021, quando foi possível a regularização migratória e a solicitação de

interiorização para outros estados brasileiros através do “Programa de Interiorização da Operação Acolhida”.

4.1.1.1- Família Gonzalez

Conheci Raiza da família Gonzalez ao visitar o Posto de Recepção e Apoio (PRA) da “Operação Acolhida” na área da Rodoviária de Manaus. Raiza estava trabalhando como voluntária no guarda-volumes do posto e acompanhada dos três filhos. A família Gonzalez é composta por cinco membros, Luis (35 anos); Raiza (32 anos); Samuel (15 anos); Victor (13 anos) e Suri (10 anos).

A família Gonzalez é natural de Puerto La Cruz, município da Venezuela localizado no Estado de Anzoátegui distante aproximadamente 1045 km da cidade fronteiriça brasileira, Pacaraima. Luis, marido de Raiza, migrou sozinho para o Brasil no início de 2018 e regressou à Venezuela em março de 2020 para buscar a família. Entretanto, no dia 18 de março de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 120 que determinava o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela. Luis não conseguiu chegar à Puerto La Cruz devido às restrições nos deslocamentos internos dentro do seu país em decorrência da pandemia. Ele ficou por seis meses na cidade de San Félix.

Raiza também ficou impedida de encontrar o esposo, em virtude da proibição de sair de Puerto La Cruz também por conta da pandemia da Covid-19. Mas, conseguiu que seu filho mais velho, Samuel de 15 anos viajasse por 12 horas até San Félix com objetivo de ajudar seu pai no trabalho. Pai e filho mesmo com o decreto de quarentena saíram às ruas da cidade para vender limão e outras coisas a fim de conseguirem reunir o dinheiro para a compra das passagens que o levariam até Santa Elena de Uairén e para atravessar de forma irregular a fronteira com o Brasil.

Quando Luis estava no Brasil transferia dinheiro semanalmente para a família na Venezuela, mas a quantia que conseguia enviar não estava dando para suprir as necessidades mais básicas como a alimentação. Os filhos por não terem calçados, roupas e até mesmo cadernos deixaram de ir à escola em Puerto La Cruz. Por este motivo no início de 2020, Luis decidiu ir ao seu país buscar a família, mas foi surpreendido pela pandemia.

Após trabalharem muito em San Félix, Luis e seu filho Samuel mesmo em plena pandemia e a exigência de quarentena conseguiram em agosto de 2020 chegar à Boa Vista. Passaram pela “trocha”, como é denominado por eles. Após quatro meses da migração de seu esposo e seu filho mais velho, Raiza em dezembro de 2020 tomou a decisão de vir também para

o Brasil. Seus filhos estavam sem estudar, ela não estava mais conseguindo trabalho e Luis conseguia enviar muito pouco dinheiro para a família.

Me armé de coraje y llevé a mi hija de 10 años y a mi hijo de 13 años, luego de que logré cruzar la frontera caminamos cinco días hasta llegar a Boa Vista (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Raiza com o apoio do marido conseguiu dinheiro para as passagens até Santa Elena de Uairén. Chegando nessa cidade já sem nenhum recurso financeiro, não seria possível contratar os serviços dos atravessadores para cruzar a fronteira. Luis que estava em Boa Vista, quando ainda conseguia fazer alguma diária, trabalhava muito e ganhava muito pouco. Estava cada vez mais difícil conseguir fazer algum serviço para ganhar dinheiro e enviar à família, por motivo das restrições na quarentena.

O pouco que o esposo de Raiza conseguiu só alcançou para a família chegar à fronteira com o Brasil. Luis ainda tinha que pagar o aluguel e a alimentação dele com o filho que o acompanhava. Dessa maneira, não foi possível enviar mais dinheiro que alcançasse para as compras das passagens de sua esposa e seus outros dois filhos chegarem à capital de Roraima.

Raiza e seus filhos dormiram em Santa Elena de Uairén e ao amanhecer ela foi procurar ajuda para atravessar a fronteira. Mas, os “coiotes” estavam cobrando muito caro e ela não tinha como conseguir o dinheiro para o pagamento. Anoteceu novamente, e próximo de meia noite Raiza viu uma família com três crianças que decidiram passar pela “trocha”, sozinhos. Pois, também não tinham dinheiro para pagar pela travessia. Raiza e seus filhos se agruparam com essas pessoas e atravessaram a fronteira caminhando pelo monte.

Tomé esta decisión y una vez más me llené de fuerzas, tomé a mis dos hijos y acompañé a esta familia. Era cerca de la una de la madrugada, llovía mucho, caminamos mucho, a veces nos caímos y paramos. Un chico nos dijo que caminemos siempre hacia la derecha hasta el final. Policías, creo que fueron los federales, se encendieron con sus linternas y cuando notamos su presencia, nos quedamos agachados en los cerros hasta que se fueron y comenzamos a caminar nuevamente, esto hasta las cinco de la mañana, caminando y a veces escondiéndonos en los cerros (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Aproximadamente às sete horas chegaram a uma comunidade indígena que lhes deram comida, frutas, água e assim continuaram a caminhar outra vez. Às quinze horas passaram em outra comunidade indígena, ali tomaram banho. Enquanto, caminhavam alguns carros paravam e os dava água, pão, refrigerante. Teve uma noite que Raiza e seus filhos ficaram embaixo de uma parada de ônibus para pernoitar. Ao amanhecer voltavam a caminhar, foram quase cinco dias até chegar à Boa Vista distante 214 km de Pacaraima.

Quando faltavam 30 km para chegarem, uma camioneta para quem pediram carona parou e os levou até a Rodoviária de Boa Vista. Chegaram no dia 24 de dezembro de 2020, às 19 horas. Raiza ligou para seu esposo para avisar que havia conseguido chegar lá com os filhos e que estavam com muita fome (nesse momento Raiza se emocionou muito e chorou). Disse que foi muito difícil, pois, já tinha três anos que não via seu esposo. Ficaram pernoitando no Posto de Recepção e Apoio (PRA) da “Operação Acolhida” de Boa Vista por dois dias.

Raiza fez uma comparação do Posto de Recepção e Apoio de Boa Vista e Manaus,

Aquí en Manaus es mejor, aquí en este puesto de refugio es mejor. Como soy muy sociable y conversadora, hablé con los militares para ser voluntaria para quedarme aquí con mis hijos. Entonces, Dios me ayudó y ya tengo un mes como colaboradora. Empecé en julio, estoy en el vestuario, en la lavandería, donde necesitan mi apoyo. No quería que mis hijos estuvieran en la calle (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

O esposo de Raiza diante da falta de trabalho em Boa Vista decidiu vir para Manaus com a família, e em junho de 2021 chegaram à rodoviária da capital amazonense.

Así que vendimos la bicicleta que compró mi esposo para recorrer la ciudad, vendimos la estufa y esas cosas. Allí en Boa Vista solo trabajaba mi esposo. Allí me sentí insegura porque todavía no hablo portugués, no sé el idioma. Fue fuerte, fue duro hasta que incluso le dije a mi esposo que quería regresar a Venezuela, porque no entendía a la gente (Raiza se emocionou). Pero solo pensando que allí se podían morir de hambre, dije que no, yo me quedo aquí en Brasil (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Com a pandemia da Covid-19 a situação social, econômica e de saúde piorou ainda mais na Venezuela. Para uma família de cinco pessoas uma *harina pan* só durava um dia, tinham que comer pouquinho. O pai de Raiza faleceu quando ela ainda tinha 12 anos e sua mãe com 55 anos continua na Venezuela. Raiza quer trabalhar para conseguir trazer sua mãe e seus dois irmãos que ficaram no seu país, “por qué ya no puedes vivir ahí con tanta inseguridad, violencia, muchos robos”.

Raiza tem dois irmãos que migraram para Peru há mais de quatro anos. Um de seus irmãos que estava na Venezuela chegou à Rodoviária de Manaus dois dias antes da família Gonzalez ser interiorizada para a cidade de Maringá. Ele não poderia interiorizar-se naquele momento, pois estava indocumentado, mas assim que se regularizasse iria solicitar a interiorização para reunificação familiar.

A vinda da família Gonzalez de Boa Vista para Manaus foi através de auto interiorização, ou seja, os custos com as passagens para a cidade de Manaus foram pagos pelo

responsável familiar, no caso por Luis. Pois, Raiza e seus três filhos ainda estavam indocumentados por terem ingressado no Brasil no período em que a fronteira terrestre estava fechada com a Venezuela. E considerando que para o Programa de Interiorização se exigia uma série de documentos dentre eles o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Mi esposo tuvo que trabajar mucho en Boa Vista para reunir el dinero para comprar los cinco boletos para venir a Manaus. Aquí hay un amigo que dijo que nos recibiría en su casa. No vinimos para quedarnos aquí en la rodoviaria. Pero cuando llegamos aquí a la estación de autobuses, él no estaba para recibirnos y nunca llegó (risos). Todavía estamos esperando (risos). Entonces le dije a mi esposo: cálmate, relájate, todo estará bien, hemos pasado por mucho, así que quedémonos aquí en el puesto de Operación Acogida, sin saber nada aquí (Raiza, Venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Posteriormente, foram interiorizados para a cidade de Maringá no Estado do Paraná, através do “Programa de Interiorização” do Governo Federal. A interiorização foi realizada na modalidade de proposta de vaga de emprego sinalizado (PVES). Nesse tipo de processo a família imigrante terá o custeio do aluguel por três meses pela agência da ONU que possibilitou o deslocamento. No caso da família em tela todo o trâmite do processo foi realizado pelo o ACNUR que realizará o acompanhamento familiar no período de acomodação na nova cidade.

Raiza considera que esta foi a melhor decisão, porque as agências da ONU (ACNUR e OIM) que também atendia neste posto da “Operação Acolhida” localizado na rodoviária, ajudaram à família na regularização da documentação. Até aquele momento passado sete meses no Brasil ainda estavam indocumentados. Mas, com a abertura parcial da fronteira no final do mês de junho de 2021, já era possível a regularização migratória.

Luis era o único que já possuía todos os documentos necessários para a interiorização, pois, migrou para o Brasil em 2018 e tinha retornado à Venezuela apenas para buscar sua família. A família Gonzalez após os trâmites para tirar seus documentos compareceu ao Posto de Interiorização e Triagem PITRIG de Manaus esboçando o interesse na ida para a cidade de Maringá localizada no sul do Brasil.

O ACNUR como parceira da “Operação Acolhida” realizou todo o processo e foi o responsável por providenciar as passagens aéreas para a família Gonzalez. Luis é engenheiro de petróleo e trabalha também como soldador, e tinha um pouco mais de facilidade de conseguir “bicos” aqui em Manaus que outros venezuelanos que pernoitava na Rodoviária de Manaus.

Raiza trabalhou por muitos anos na Venezuela em um escritório de advocacia em Puerto La Cruz. Sua decisão de sair do país foi tardia, por medo, pois nunca havia ido a outro país. Afirmou que tinha receios pelos seus filhos, pois, quando se migra sozinho, talvez seja menos

difícil. Não queria que seus filhos passassem por maiores dificuldades, por isso seu esposo veio sozinho para o Brasil em 2018.

Es una decisión difícil, ya que hay que dejarlo todo: casa, coche, todo. En Venezuela, si la casa se deja desocupada, se pierde, la invaden, piensan que a los dueños no les importa la casa y la agarran. Vendimos la casa, vendimos todo (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

A mãe, uma irmã, o cunhado e um sobrinho de Luis já estavam no Paraná há dois anos. Raiza tem uma prima e uma amiga que também vivem em Maringá. Lembrar-se da travessia pela “trocha” com seus filhos ainda é muito difícil. Acredita que com a fronteira parcialmente aberta para quem necessita de acolhida humanitária, será um pouco menos difícil para sua mãe vir também.

Todavía lloro cuando me acuerdo de la “trocha”, pero ahora estoy tranquila, ya aprendí un poquito de portugués con los militares, un poquito. Los militares aquí son muy cariñosos, los que conocí aquí. Muchos de ellos quedan pendiente de los niños, no es así en Venezuela. Aquí conocí otro mundo (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Voltar para seu país, não passa no momento pelos pensamentos de Raiza. Diz querer ver seus filhos estudando, seus três filhos já falam bem o português, até tentam ensinar para ela. Nunca pensou em sair sozinha de seu país. As pessoas falavam para ela migrar e depois voltar para buscar seus filhos, ela diz que não queria assim, se passasse fome era com os filhos, se comesse era com os filhos, declarou que assim foi melhor, pois fica tranquila com os filhos ao seu lado.

No dia onze de agosto de 2021, Raiza e sua família viajaram para Maringá. Depois de mais de dois meses da partida da família entrei em contato com Raiza que informou o seguinte,

Todo há sido de bendicion por aca, mi esposo está trabajando y yo estoy esperando una entrevista de trabajo e gracias a Dios mis hijos ya estan estudiando (Raiza, venezolana, 32 años, Manaus, entrevista em outubro de 2021).

A família alugou uma casa que considera “muito linda” e já tem também os móveis, e o ACNUR está acompanhando sua família por um período de três meses conforme orientado no início do processo, pagando o aluguel por igual período. O irmão de Raiza que havia chegada ao Posto de Recepção e Apoio (PRA) em Manaus um dia antes da família Gonzalez viajar, também conseguiu a interiorização através do programa, entretanto na modalidade de reunificação familiar.

4.1.1.2 - Família García

Conheci a família García através de Raiza membro da família Gonzalez que ao me levar para mostrar o lugar onde a sua família pernoitava encontramos com Lisbeth e seus dois filhos, que eram seus vizinhos na tenda do pernoite. A família Garcia é composta por quatro membros, Jeremy (38 anos); Lisbeth (33 anos); Nicolle (12 anos) e Anthony (4 anos). Viviam na cidade de El Tigre no Estado de Anzoátegui na Venezuela e relataram que tiveram que abandonar o país devido “la situación realmente complicada con la pandemia”.

Lisbeth tem formação universitária em administração, entretanto, ela e seu esposo sempre gostaram de cozinhar e se tornaram empreendedores de uma padaria e confeitaria. Com o tempo seu negócio prosperou e passaram a ter muitos funcionários e mais de seiscentos clientes. O casal conseguiu sustentar por alguns anos o negócio aberto mesmo com a crise na Venezuela. Lisbeth descreveu como sua família passou o período da pandemia no ano de 2020 até a partida para o Brasil.

Em quase um ano de pandemia a família García teve que fechar as portas de seu empreendimento, em dezembro de 2020. Nesse período as atividades econômicas do país se limitavam até ao meio-dia, funcionava das 8 às 12 horas. Esse era o tempo que as pessoas tinham para produzir, para trabalhar e ganhar o dinheiro para a manutenção da família, ela considerava muito pouco tempo. A partir do meio-dia ninguém mais podia circular pelas ruas e também não poderiam trabalhar fora de casa.

Lisbeth e seu esposo visaram à estratégia de vendas online com seus clientes, pois assim poderiam comercializar seus produtos e se organizavam de maneira que pudessem aproveitar todo o dia. Mas, com a situação da falta de gasolina, sentiram dificuldades na entrega das encomendas, muitas vezes tinham que ir caminhando.

Segundo Lisbeth na pandemia a inflação no país piorou e a crise econômica se agravou ainda mais. A desvalorização da moeda era questão de horas e todos os dias havia duas atualizações do dólar em relação à moeda do país, o Bolívar, que aconteciam às 9h e às 13h, e nesse intervalo de horas se vendessem um produto a um preço e se levassem às 14h já era outro valor e perdiam sem conseguir repor.

Inúmeros outros fatores levaram a família García a tomar a decisão de vender tudo que tinham entre dezembro de 2020 até meados de janeiro de 2021 e migrar para o Brasil. O dinheiro deu somente para a compra de quatro passagens, a alimentação da família até Santa Elena de Uairén e o pagamento do “coiote” para realizarem a travessia da fronteira com o Brasil.

Partiram para o Brasil em uma sexta-feira, dia 29 de janeiro de 2021, foram dezoito horas de viagem, paravam para alimentar as crianças e descansarem, mas cada parada exigia mais dinheiro. Chegaram a Santa Elena de Uairén no sábado dia 30 de janeiro e permaneceram lá até a segunda-feira quando atravessaram a fronteira em um momento oportuno, no período da noite. De Pacaraima à Boa Vista sem dinheiro começaram o trajeto a pé e após caminhar por 12 horas com duas bolsas e as crianças, a família García conseguiu uma carona que os levasse até a capital de Roraima.

A família passou por muitas dificuldades na travessia para adentrarem o território brasileiro, sendo muito duro o trajeto percorrido, com fome, cansados, sem dinheiro. Com as fronteiras fechadas vieram pela “trocha” com muitas subidas e descidas, muitas quedas, e viram muitas coisas também. Pessoas que ficaram pelo caminho que não conseguiam mais andar. Uma jovem mulher que vinha sozinha com seu bebê teve ajuda da filha de Lisbeth que ajudou a carregar a criança, pois tinham que caminhar por toda a noite por uma mata e essa mulher não tinha mais forças, ainda mais com uma criança que tinha fome.

Cuando llegamos a la frontera estaba cerrada, entonces cruzamos el bosque con otras familias también con niños pequeños, veníamos caminando, aprovechamos estas familias y nos juntamos. Pagamos un intermediario, un “coyote” y en este proceso nos quedamos sin nada, sin dinero. Cuando llegamos a Pacaraima mi esposo tenía dos amigos que les daban pan y refrescos a nuestros hijos, ahí es cuando comían (Lisbeth, venezolana, 33 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Chegaram à Boa Vista no dia 02 de fevereiro de 2021 às 22h com tudo fechado por conta da pandemia, a cidade tinha toque de recolher. A família não tinha para onde ir e não sabia onde dormir. Dormiram na rua com outras famílias venezuelanas. O esposo de Lisbeth não conseguiu dormir nesta noite vigiando para que nada passasse com sua família. Ao amanhecer fizeram o cadastro no Posto de Recepção e Apoio da “Operação Acolhida” e tomaram café, assim como também puderam tomar banho, só não conseguiram entrar na tenda branca para descansar, pois tinha horário, no caso a partir das 16h. Apesar da família se sentir muito cansada teve que esperar.

Consideram uma situação demasiado forte pela qual nunca imaginaram que passariam seus filhos.

Creo que fue duro, todo lo que nos ha estado moviendo a vivir, es muy duro. En Venezuela nunca pensamos en pasar por todo esto algún día. Una persona que tenía negocios en su país supuestamente tenía un estilo de vida un poco mejor, pero muchos negocios cerraron, muchos, muchos a nuestro alrededor, ya que no podían mantenerse abiertos. Creo que aguantamos mucho hasta que un día no pudimos hacer nada.

Gracias a Dios mi madre ya estaba en Brasil y siempre decía que cuando tomáramos la decisión de migrar, ella estaría aquí esperándonos (Lisbeth, venezolana, 33 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Antes da pandemia, a mãe de Lisbeth a chamou com sua família para vir para o Brasil. Mas, a família García sempre apostou na reconstrução e recuperação da Venezuela, acreditavam que tudo melhoraria. Entretanto, chegou a pandemia da Covid-19 e se fecharam as fronteiras e as situações de dificuldades da família só piorou.

Quando a família García chegou à capital roraimense, tinha um decreto que restringia o deslocamento pela cidade. As pessoas podiam sair somente o necessário e apenas para comprar comida, ir à farmácia e hospital. O carro da polícia fazia a ronda e se tivesse pessoas nas ruas eram orientados a sair.

No caso dos imigrantes venezuelanos desabrigados que pernoitavam na área da rodoviária não era permitido que ficassem circulando pelas ruas. Isso era muito contraditório, pois poderiam ser considerados moradores de rua que apenas tinha um lugar para o pernoite. Ainda para piorar a situação da família, estava muito difícil conseguir um trabalho em Boa Vista, mesmo que fosse “diária” nesse período pandêmico.

Lisbeth relata que apesar de tantas dificuldades, a família conseguiu permanecer por cinco meses em Boa Vista. Tentaram por diversas vezes ficar nos abrigos destinados às famílias, mas, não obtiveram sucesso, por falta de vagas. Ficavam no lugar do pernoite da “Operação Acolhida”, onde havia uma carpa grande, mas, não era fechada e somente entregavam pequenas barracas, e onde dormiam molhava tudo quando chovia e tinham que dormir no chão, pois não tinha colchão, nada disso. O filho mais novo do casal de quatro anos reclamava muito das pedras que machucava seu corpo e queria dormir encima da sua mãe, Lisbeth.

A família García chegou à Manaus no dia 24 de junho de 2021, data que a fronteira do Brasil e Venezuela foi aberta parcialmente. Na capital manauara também ficaram no lugar de pernoite da “Operação Acolhida”, mas, consideravam a estrutura um pouco diferente. As tendas são todas fechadas e há um assoalho, ou seja, não dormem diretamente no chão, e, além disso, distribuem pequenas barracas e colchonetes. A família Garcia ao comparar os dois lugares considera que as barracas de pernoite em Manaus são um pouco melhores, pois são fechadas.

De acordo com Lisbeth na pandemia, tanto na cidade de Boa Vista como em Manaus havia todo um sistema de proteção e higienização nas áreas da “Operação Acolhida”. Eram doados aos imigrantes kits de higienização, como sabão, álcool em gel, máscara e os imigrantes tinham que fazer a limpeza das barracas e dos colchonetes todos os dias, estes objetos nos

momentos mais grave da doença não eram devolvidos diariamente para depois buscá-los novamente, ficavam permanentemente sobre seus cuidados. Tinham que contribuir com os protocolos de saúde e quando iam aos lavatórios, banheiros ou refeitórios tinha que respeitar o distanciamento.

Figura 9 - Territórios de ‘acolhida’ pernoite em Boa Vista



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Boa Vista, em julho de 2019.

Figura 10 - Territórios de ‘acolhida’ pernoite em Manaus



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus, em fevereiro de 2020

Antes de vir para Manaus, a família García começou a dormir embaixo de toldos pelas ruas próximas à Rodoviária de Boa Vista, evitando se molharem quando chovia, pois, seus filhos se enfermavam muito, principalmente Anthony que apresentava problemas respiratórios e constantemente tinha que ser levado ao hospital infantil da cidade para realizar nebulização.

Com dificuldades no pulmão o contato com a terra, o pó de dentro das barracas do pernoite fazia com que sempre tivesse crises e necessitasse de tratamento.

Vale ressaltar que essa foi uma das razões que fizeram a família deixar a Venezuela, a falta de tratamento e atendimento adequado para seu filho quando se enfermava, entretanto, ao chegar à Boa Vista apesar da doença se agravar devido às condições precárias da família, era possível atendimento médico gratuito, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Certa vez um rapaz venezuelano vendo os filhos de Lisbeth dormindo no chão disse que tinha dois colchões e que iria doá-lo para a família. No dia seguinte levou os colchões e um cobertor e as crianças ficaram muito felizes.

A mãe de Lisbeth está no Brasil há quatro anos desde 2017, sendo que depois de dois anos em Boa Vista, ou seja, início de 2019 foi interiorizada para outro estado brasileiro com duas filhas que hoje (2021) estão com 17 e 18 anos. A interiorização foi na modalidade de vaga de emprego sinalizada para a cidade de Dourados em Mato Grosso do Sul, onde permanecem até o presente momento.

Lisbeth declarou que a distância é muito dura para ela, já faz muito tempo que não vê sua mãe e suas irmãs e que já queria muito está perto delas, mas em função de terem ingressado no Brasil de maneira irregular, somente agora conseguiram os documentos necessários para permanecerem no país e solicitar a interiorização para reunificação familiar.

Hace un mes y medio que llegamos a Manaus y gracias a Dios podemos traer aquí nuestros documentos y ya pedimos la interiorización para la reunificación familiar. Ahora, solo necesitamos el chequeo médico y esperar la fecha para ir (ela se emocionou e chorou neste momento, a entrevista foi interrompida) (Lisbeth, venezolana, 33 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

A mãe de Lisbeth faz contato todos os dias, para ver como estão os netos, acalmar a filha dizendo que tudo ficará bem e pede para ficar pendente das crianças, visto que o lugar que estão é somente para pernoite, tendo que ficarem “perambulando” pelas ruas durante o dia até o horário permitido para entrarem nas tendas. Vale ressaltar que no Posto de Recepção e Apoio tem três tipos de tendas. Na barraca destinada para famílias, depois da pandemia foi permitido que os pais com seus filhos ficassem também durante o dia, mas, as outras duas tendas destinadas para homens e mulheres, essas ficam fechadas com horários de entrada e saída.

Mas, a família Garcia por falta de vagas na tenda destinada a elas, ficou em outra que só podia entrar às 16 horas e obrigatoriamente tinham que sair às 6 horas da manhã. Lisbeth e sua família ficavam a maior parte do dia em um canteiro central, onde fui visitá-la algumas vezes, antes de sua viagem para Dourados. Também achava o lugar muito perigoso, com muita

movimentação de veículos grandes e pequenos, sendo também muito difícil para atravessar a rua de acesso às instalações da “Operação Acolhida”.

Lisbeth agradece todos os dias por terem o que comer. A família faz as três refeições, café da manhã, almoço e janta. Até início de 2020, os imigrantes que ficavam na área de pernoite tinham muita dificuldade com o acesso à alimentação diária, por vezes tinham somente uma refeição e às vezes nenhuma, pois era através de doações feitas pela sociedade civil. A partir de meados de 2020 essas refeições passaram a ser de responsabilidade da “Operação Acolhida” em parceria com o Estado e Prefeitura de Manaus, este último agente através da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) doam sopas todos os dias na janta.

Entretanto, sempre que o esposo de Lisbeth fazia alguma “diária” ou “bico” comprava algo diferente para os filhos comerem. Fiquei comovida com a situação da família e no dia seguinte levei doações de roupas para Lisbeth e sua filha, assim como algumas coisas que crianças gostam tais como biscoito, bolo e frutas. Em um domingo visitei a família García com minhas filhas, antes perguntei o que Anthony e Nicolle gostariam de comer, sabendo a preferência deles, fiz uma lasanha, um bolo de chocolate e compartilhamos. Sentamos e conversamos no local onde a família costuma ficar durante a semana esperando até poderem acessar as barracas.

Lisbeth disse que era comum nos sábados e domingos pessoas de igreja irem realizar atividades com eles e levavam lanches para compartilhar.

Gracias a Dios hemos podido comer aquí. Que Dios realmente bendiga a este país, este país que nos da de comer, que nos cuida. De hecho, también lo estamos pasando mal aquí, también porque estamos en un país donde no entendemos el idioma, no hablamos el idioma. Pero mi esposo y yo queremos lo mejor para nuestros hijos y, gracias a Dios, ya estamos cerca de ir con los miembros de nuestra familia. Estoy muy agradecido por todo lo que el gobierno brasileño está haciendo por nosotros (Lisbeth, venezolana, 33 años, Manaus, entrevista en agosto de 2021).

Percebemos o grau de vulnerabilidade da família e o desconhecimento de seus direitos sendo muito gratos por tudo que estavam recebendo, mesmo continuando em estado de extrema vulnerabilidade social. Viam tudo como um favor, desconhecendo o que rege os tratados internacionais do qual o Brasil é signatário e do que tratam as legislações brasileiras no que diz respeito aos direitos dos refugiados. O fato de estarem sendo alimentados diariamente os faziam gratos.

Placas proibindo a permanência dos imigrantes e refugiados no local da “Operação Acolhida” me pareceram contraditória assim, como a outra situação informada no que corresponde a Praça Simón Bolívar em Boa Vista sendo toda gradeada.

Figura 11- Placas no Posto de Recepção e Apoio “Operação Acolhida” em Manaus



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus, em junho de 2021.

Várias placas foram colocadas em lugares de visibilidade com a seguinte mensagem: “proibido permanecer neste local”, entretanto se trata de um espaço que teoricamente seria um lugar para “acolhida”, por outro lado famílias inteiras eram proibidas de permanecer ali durante o dia, pois durante esse período deveriam procurar trabalho. A saída encontrada por muitos deles foi ir para as ruas e avenidas da cidade pedir ajuda para comida, dinheiro ou trabalho através de escritos em papelões.

Lisbeth espera que sua entrevista sirva para conhecimento de muitas pessoas, que de repente pensam que não é tão difícil o que os venezuelanos (as) estão passando ao sair de seu lugar, de sua pátria, de sua cultura.

Teníamos una panadería y una confitería, teníamos cerca de 600 clientes, teníamos empleados, teníamos muchos bienes, negocio con producción diaria y nos quedamos sin nada por la situación económica de nuestro país y soportábamos demasiado, luchamos. Muchas veces, el negocio cayó y logramos levantarnos, pero llegó un momento en que ya no podíamos hacer nada y fue entonces cuando decidimos migrar para Brasil. Vendimos todo, el equipo, los hornos, los utensilios de panadería, nos quedamos sin nada y sin embargo llegamos aquí sin nada, nos quedamos sin dinero por el camino. Pero lo importante de todo esto es que creemos que aquí tendremos una vida mejor, que les daremos a nuestros hijos un futuro mejor. Porque, por mucho que trabajamos, era complicado incluso comer, esa fue una de las cosas que nos hizo migrar (Lisbeth, venezolana, 33 años, Manaus, entrevista agosto 2021).

Segundo Lisbeth com a pandemia da Covid-19 a situação socioeconômica da Venezuela se agravou muito. Os compatriotas que lá permanecem passam por muitas dificuldades em todos os sentidos. Se para sua família que tinha comércio tudo se colocou muito difícil, imagina para quem nem mesmo tem um emprego. O dinheiro desvalorizando, fica difícil manter qualquer negócio. Tiveram dias que foram dormir sem comer. A mãe de Lisbeth (53 anos) chegou ao Brasil doente, pesando 45 quilos e sempre foi uma pessoa robusta pesava 90 a 100 quilos. Sua formação é farmacêutica e auxiliar de cirurgia e teve um acidente de trabalho na Venezuela, onde paralisou a metade de seu corpo. Começou um tratamento errado e não conseguiu se recuperar e voltar a trabalhar.

Para piorar a situação a clínica onde sofreu o acidente mudou de dono que declarou falência e não a indenizou pelo tempo de trabalho e precisando de tratamento médico, alguns de seus colegas da área de medicina a orientou ir para Boa Vista e lhes deram uma direção que tinha outros colegas médicos trabalhando e poderia ter acesso a um tratamento adequado.

Passou dois anos em Boa Vista e após tratamento e fisioterapia conseguiu reestabelecer sua saúde. Apareceu uma vaga de emprego em outro estado brasileiro com carteira de trabalho assinada. Assim, retornou à Venezuela para buscar as duas filhas dependentes e foram interiorizadas para o estado de Mato Grosso do Sul. A irmã de Lisbeth de 17 anos que está na cidade de Dourados quer cursar enfermagem e já está fazendo todos os procedimentos para o ingresso na universidade.

A mãe de Lisbeth sabendo da situação precária que sua filha e a família estavam passando em Boa Vista acreditou ser melhor seguirem para Manaus. Visto que, após várias tentativas de ficarem em um abrigo destinados à família, não obtiveram sucesso. Reuniu dinheiro com a venda de plantas que semeia nos dias livres em Dourados/MT, e conseguiu comprar as passagens de ônibus para que viessem para a capital manauara, pois acreditava que em Manaus a família poderia ter maiores oportunidades.

Para Lisbeth vir para Manaus com sua família realmente foi melhor, pois aqui conseguiram se regularizar e o aceite no processo de interiorização para reunificação familiar. Quando a família García chegou à cidade de Manaus no final do mês de junho de 2021 já era possível tirar a documentação necessária para a regularização migratória, pois, foi o mês que o governo brasileiro voltou a permitir através de uma Portaria a “acolhida humanitária”. Então, solicitaram a residência temporária por dois anos.

Lisbeth e seu esposo quando chegassem à cidade de Dourados tinham planos de fazer cursos para chefes de cozinha e gostariam de voltar a estudar no Brasil. Afirmaram que na Venezuela esses cursos custavam muito dinheiro, sem contar os materiais e os uniformes que

precisavam levar. No Brasil verificaram muitas possibilidades de escolas de gastronomia, e pretendem focar nisso.

Durante o processo para a interiorização da família García, Lisbeth sempre fazia contato comigo para informar como estava o andamento até que um dia recebeu a mensagem da agência da ONU, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), avisando sobre a data da viagem. Lisbeth me escreveu dizendo:

“El mensaje más esperado. Gloria al Señor Jesus Cristo”. “Tu passaje ya esta confirmado y comprado para el día 09/09/21 a las 03:40 de la tarde. Saliendo de Manaus.

Fui visitar a família García mais uma vez antes da sua partida para Mato Grosso do Sul. Lisbeth informou que havia mais de uma semana que seu esposo não conseguia fazer “bico⁶⁶”. Pois, os brasileiros haviam deixado de ir buscar trabalhadores venezuelanos, após um grupo de venezuelanos trabalharem por uma semana em uma obra e com a promessa que receberiam todas as diárias no sábado, no entanto, até ao meio o dia o brasileiro não havia aparecido no local onde os imigrantes pernoitavam para realizar o pagamento.

Entretanto, um dos venezuelanos tirou foto da frente da obra e da placa do carro do solicitante do serviço. Fez isso pensando em uma orientação recebida na palestra sobre “exploração laboral”. Esse imigrante procurou os funcionários da OIM que os acompanhou até a referida obra. Jeremy, esposo de Lisbeth disse que o brasileiro foi surpreendido com a chegada dos imigrantes e com a orientação dada pela OIM de que todos aqueles imigrantes que havia realizado o trabalho estavam documentados e possuem seus direitos trabalhistas.

O brasileiro realizou os pagamentos das diárias. Segundo Jeremy e Lisbeth não era raro imigrantes serem enganados, após trabalhar mais de dez horas e não receber a diária. O casal acredita que a diminuição da procura por mão de obra dos imigrantes se deu porque a maioria das obras não era distante do Posto de Recepção e Apoio (área na rodoviária). O casal acreditava que os brasileiros estavam comentando entre si que a agência da ONU, a OIM estava orientando os imigrantes sobre seus direitos trabalhistas.

Lisbeth e sua família estavam felizes com a proximidade da viagem, sua mãe estava preparada para recebê-los em Dourados. Lisbeth estava ansiosa por conseguir um trabalho e ajudar sua mãe na manutenção da casa. As crianças estavam com uma grande expectativa de

⁶⁶ Uma expressão que significa trabalhos temporários ou nas horas vagas, como uma fonte de renda extra ou única.

voltarem para a escola. No dia da partida da família García, eu recebi muitas fotos até chegarem ao seu destino, em Mato Grosso do Sul e se reunirem aos demais familiares.

A família García continuou me enviando mensagem para compartilhar as notícias. Anthony irá à escola de educação infantil, maternal e Nicolle está realizando os testes de nivelamento, mas em breve começará a estudar também. Jeremy já começou a trabalhar com carteira assinada e Lisbeth está à procura de um emprego e começará em breve o curso de confeitaria.

4.1.1.3 - Considerações sobre as famílias Gonzalez e García

De acordo com Ruseishvili (2020) na vivência de uma pandemia tivemos quatro aprendizados sobre a mobilidade e a imobilidade na contemporaneidade e a maneira como são geradas e gerenciadas na tensão entre a agência dos indivíduos e os dispositivos de segurança nacional. A autora faz uma reflexão sobre algumas características essenciais da mobilidade humana no mundo globalizado composto por Estados-nações que a pandemia trouxe a tona e que nos ajuda a explicar a situação das famílias Gonzalez e García e a travessia para o Brasil.

O primeiro é que em um cenário pandêmico a mobilidade foi distribuída de forma desigual. Embora, alguns governos tentem promover uma assimilação entre a figura do migrante e a disseminação do novo coronavírus, os fatos têm desmentido esse argumento. A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que os viajantes frequentes são mais propensos a transmitir doenças infecciosas do que migrantes e deslocados forçados, cujo deslocamento é muitas vezes mais lento e tendem a permanecer nos locais de instalação por períodos de tempos maiores.

Mas, o Brasil mesmo reconhecendo a crise humanitária que vive a Venezuela, e decidido pelo deferimento no início de 2020 de dezessete mil processos de solicitação de refúgio, a primeira fronteira do país a ser fechada foi com a Venezuela impedindo a entrada de centenas de venezuelanos (as).

O segundo é que nos países com grandes índices de desigualdade social, como o Brasil, a mobilidade deve ser pensada em relação à imobilidade, visto que, enquanto alguns segmentos da sociedade adotaram medidas de auto-isolamento transferindo as atividades cotidianas para dentro de casa, outros continuaram trabalhando fora de casa. Sob a ótica da mobilidade, enquanto uns se sujeitam à imobilidade cumprindo uma quarentena decretada através de lei, outros não tiveram outras opções ao não ser manter a mobilidade em busca da sobrevivência.

No caso das famílias Gonzalez e García a situação foi ainda mais complexa, pois, como manter o distanciamento social ou evitar aglomeração quando o único lugar para se ficar é a rua, ou pernoitando com outras inúmeras famílias debaixo de uma tenda com diversas barracas, contrariando o recomendado pela Organização Mundial de Saúde em relação aos protocolos de segurança à saúde.

O terceiro aponta que o fechamento de fronteira não impede as pessoas de migrarem, mas aumenta os riscos relacionados à migração. Medidas de contenção do vírus suspenderam os cursos estabelecidos de políticas de acolhimento de imigrantes e refugiados. Além, dessa medida não ter protegido o Brasil do vírus, ainda forçou os migrantes venezuelanos a se aventurar em travessias arriscadas, como as realizadas pelas famílias Gonzalez e García que narrou os perigos vividos ao cruzarem a fronteira de forma irregular.

O quarto aprendizado mostra que combater a ilegalização de migrantes beneficia a sociedade como um todo. A pandemia revelou que a ilegalidade dos estrangeiros pode por em risco toda a sociedade e elevar o número de casos graves da doença da Covid-19 e óbitos. Pois, sem acesso ao tratamento médico e ausente nas estatísticas oficiais, os migrantes criminalizados pela ausência de documentos constituem um dos grupos mais vulneráveis e mais expostos à contaminação.

Os membros das famílias Gonzalez e García por terem entrado no Brasil, enquanto as fronteiras estavam fechadas ficaram impedidos de regularizar-se por um período de seis meses até a abertura parcial. Desse modo, mesmo possuindo familiares em outras regiões, no caso da família Gonzalez no estado de Paraná e a família García no Mato Grosso do Sul, indocumentados não poderiam se voluntariar para o “Programa de Interiorização” do Governo Federal.

Entretanto, é importante pensarmos esse processo de mobilidade para além, das “legislações” pertinentes ao tema e das categorias do Estado como a “interiorização”, para pensarmos também a resiliência dos migrantes em termos de indocumentação, não por simples rebeldia senão pela saga dessas famílias e na decisão de se reunir em um lugar melhor, pese a não ter recursos financeiros e documentos no contexto da pandemia.

A cidade de Manaus foi uma alternativa para essas famílias seguirem viagem, por ser a capital mais próxima de Boa Vista e sendo possível a locomoção via terrestre, assim, foi o segundo destino de ambas as famílias. No caso da família Gonzalez após vender objetos que conseguiram adquirir em Boa Vista e reunir o dinheiro para as passagens de ônibus e a família García se beneficiou da rede familiar recebendo ajuda dos parentes que estavam em Dourados no Mato Grosso do Sul.

A falta de regularização migratória também foi um impedimento para o acesso a auxílios financeiros colocando em extremo risco econômico e sanitário o imigrante. A pandemia trouxe à tona a maneira com a qual a desigualdade sistêmica produz padrões de (i) mobilidade, onde protegem uns e outros não. Essas experiências da pandemia devem servir para produzir novos argumentos e novas agendas nas lutas sociais. Para os migrantes, a pandemia veio a exhibir o lugar reservado para eles na sociedade de classes.

A política de securitização em tempos de pandemia apresentou entre os seus desdobramentos o aumento de redes internacionais de agenciadores clandestinos que cobram altos pagamentos para travessias internacionais. Muitos imigrantes ou famílias inteiras tiveram que pagar os “coiotes” com o único ou pouco recurso que lhes restavam como foi relatado pela família García ou se arriscar sozinhos pela “trocha”, como foi o caso da família Gonzalez que por não possuir o dinheiro para pagar um atravessador, se juntou a outras famílias na mesma situação para realizarem a travessia por conta própria.

Dentro desse cenário de pandemia compreendemos que a resiliência dos imigrantes e refugiados venezuelanos se tornou ainda mais necessária em um momento difícil para todas as pessoas de todas as sociedades mundiais. Reconhecemos as barreiras e os obstáculos enfrentados na “trocha”, mas devemos reconhecer também que mesmo diante de processos adversos e as inúmeras dificuldades pelas quais os imigrantes foram se deparando, estes foram sendo superados a partir da perspectiva da resiliência.

O termo resiliência se origina da palavra latina *resilio*, que significa o retorno a um estado prévio. Ele é utilizado em diferentes áreas do conhecimento, porém, ao se transpor o termo para as ciências humanas, seu significado foi definido como a aptidão de uma pessoa, mesmo em ambientes desfavoráveis e hostis, construir ou se reconstruir positivamente diante as adversidades (KAMLOT, 2017).

Por isso, devemos dar atenção não somente aos recursos mobilizados para ultrapassar as dificuldades meio à pandemia e o processo de migração, mas compreender os cenários dinâmicos envolvidos de ressignificação e resistência. A abordagem sobre a resiliência apresenta uma proposta complementar a uma perspectiva, que dar ênfase apenas para as dificuldades e os riscos.

Neste estudo identificamos que nas travessias das fronteiras em seus múltiplos significados, há uma força e perseverança das famílias dos imigrantes venezuelanos (as) que mesmo longe de seu país, sua cultura, muitos de sua família buscam meios para resistir e seguir adiante em busca de dias melhores.

No que corresponde a produção do espaço, um conceito um tanto abstrato nos leva a pensar também que produzir o espaço não é produzir necessariamente um espaço novo, também pode ser um espaço criado por outros dentro das estruturas de contenção dos migrantes, no entanto o espaço se cria a partir dos atores como produção de um espaço de vida e dentro de uma destacada resiliência. Isto, que pode ser considerado uma estratégia de sobrevivência é muito mais que isso, porque significa superar barreiras e fronteiras entre militares e civis, nacionais e estrangeiros, refugiados e hospedeiros.

4.2 - Os desafios na gestão migratória venezuelana frente à pandemia da Covid-19 na cidade de Manaus

A pandemia da Covid-19 desenhou novos cenários, mas também deu visibilidade a diversas situações existentes como, por exemplo, a fragilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), uma política universal importante, onde milhares de pessoas têm como único acesso para tratamento de doenças. Dentro desta crise sanitária, muitos pacientes testados positivos para a Covid-19 e desenvolvendo um estado grave da doença foram colocados em uma fila angustiante de espera por vaga em um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

O novo coronavírus expôs as antigas e crescentes desigualdades sociais ao se manifestar de modo intenso e em muitas pessoas de forma grave ou letal, principalmente em grupos sociais que estão à margem da sociedade, e que não puderam seguir em sua plenitude o recomendado pela Organização Mundial de Saúde, como o distanciamento e isolamento social. Nesse cenário é importante desenvolver um olhar complexo pensando no contexto atual de pandemia e na continuidade ao mesmo tempo.

Piazzini (2020) considera que uma das maneiras mais duras pelas quais a pandemia afetou nossas experiências espaciais foi o confinamento. Ficar em casa fez parte de uma ampla série de mandatos ou recomendações de distanciamento, por meio das quais se buscou eliminar não apenas o contato entre os corpos das pessoas, mas até mesmo entre partes de um mesmo corpo. A obrigatoriedade do uso de máscara e luvas não visava apenas evitar o contágio interpessoal, mas também entre as próprias mãos e o trato respiratório.

Com esta medida, Piazzini (2020) expõe que se pretendeu estabelecer uma barreira que funcionasse da mesma forma que as fronteiras rígidas determinadas nas paredes que separam casas, limites entre bairros, municípios, regiões e países. Especificando este funcionamento sucessivamente escalar, a vigilância e controle dos gestos e movimentos das pessoas na

microgeografia do cotidiano, implicaram na adoção de protocolos semelhantes aos que, antes da pandemia, se aplicavam fundamentalmente às fronteiras internacionais.

Nesta circunstância a rígida demarcação das fronteiras existentes e o estabelecimento de novas foram realizados por vigilantes, policiais, militares e médicos. Mas, não são poucos os cidadãos comuns que se uniram a esta tarefa, monitorando os movimentos que ocorriam em seus bairros. Em muitos casos, isso levou às práticas de discriminação, exclusão e agressão contra o suspeito, ou o estrangeiro. Associados a essa implantação policial estão os dispositivos tecnológicos, como termômetros, câmeras e aplicativos de localização de celulares, que segundo Piazzini (2020) geraram o que podemos chamar de hiperterritorialização dos espaços cotidianos.

Magalhães; Bógus; Baeninger (2021) consideram que a eclosão da pandemia da Covid-19 se converteu em um fenômeno que rapidamente extrapolou seus contornos epidemiológicos e apresentou dimensões políticas, sociais e econômicas complexas, que exigiram para seu entendimento, uma análise precisa dos fatores envolvidos em seu padrão de disseminação e, também, uma reflexão crítica sobre as formas de enfrentamento à pandemia.

A pandemia global do novo coronavírus alterou agendas políticas, relações entre estados, prioridades sociais, processos educativos, formas de vida de diversos grupos sociais com destaque para os mais vulneráveis, compostos por mulheres principalmente as que são chefes de família, trabalhadores informais, imigrantes e solicitantes de refúgio e refugiados que foram os primeiros a sofrerem diversas formas de violência simbólicas e concretas (PEREIRA ET AL., 2020).

No que corresponde a cidade de Manaus, desde o momento em que o governo do Estado do Amazonas confirmou seu primeiro caso de Covid-19, dia treze de março 2020, em uma mulher de 39 anos com histórico de viagem para Londres (Inglaterra), se decretou na cidade uma situação de emergência sanitária. Embora, inicialmente o impacto sanitário tenha atingido, sobretudo, as camadas mais ricas e com maior mobilidade global, foi nas camadas economicamente mais vulneráveis que a crise sanitária se agravou justamente em razão das desigualdades sociais e de precária inserção laboral.

No início do mês de fevereiro de 2020 antes do primeiro caso confirmado de Covid-19 realizei visitas às instalações da “Operação Acolhida” da base Manaus para fim de conhecimento dos serviços ofertados aos imigrantes e refugiados. Cinco meses depois e após a revogação do decreto de quarentena na cidade de Manaus, realizei a segunda visita nas instalações da operação, em razão de saber junto ao responsável daquele contingente como estavam enfrentando o período de pandemia.

Segundo o Coronel do Exército que coordenou a célula Manaus do final do mês de março a agosto de 2020, após o primeiro caso confirmado de Covid-19 na cidade de Manaus, a atuação dos atores envolvidos na operação se deu a partir de um “Plano Emergencial de Contingenciamento para a COVID-19”⁶⁷ atualizado toda semana.

No Plano Emergencial são apresentados todos os protocolos de prevenção do novo coronavírus em todos os eixos estruturantes da operação e rapidamente foi difundindo para todos os militares e parceiros, que ao serem adotados proporcionou um número reduzido de casos confirmados de imigrantes contaminados pela Covid-19, isso no âmbito dos que são atendidos pela “Operação Acolhida”.

No início da pandemia o contingente viveu uma “Operação Acolhida”/Covid-19. Posto que, no final de março e início de abril de 2020 tiveram que tomar medidas sanitárias de distanciamento das pessoas nas três instalações da operação: no Posto de Recepção e Apoio (PRA), no Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM) e no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG). Com o agravamento e aumento de casos pela Covid-19 no início do mês de abril houve a exigência de quarentena para as pessoas suspeitas e confirmadas de contaminação pelo novo coronavírus.

Essa situação foi a primeira preocupação dos gestores, onde isolar os imigrantes venezuelanos atendidos pela operação caso manifestasse os sintomas do vírus. Assim, foram feitas diversas tratativas com as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual (SEMSA e SUSAM) e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Amazonas (SEJUSC).

No entanto, como Manaus foi uma das primeiras cidades que o vírus se espalhou rapidamente e com bastante intensidade, foi percebido pelos gestores da “Operação Acolhida” que essas secretarias não conseguiriam apoiá-los diretamente nesse momento de pandemia. Os hospitais estavam com quase com todos os seus leitos ocupados e estavam trabalhando na construção de um hospital campanha.

Diante do exposto decidiram construir uma área de proteção, sendo inicialmente solicitado apoio ao governo do estado, mas não foi possível disponibilizar nenhum local para a construção de um lugar para a necessidade de quarentena dos imigrantes venezuelanos (as)

⁶⁷ A Operação Acolhida, uma força tarefa humanitária, inserida no contexto do Comitê Federal de Assistência Emergencial editou o Plano Emergencial de Contingenciamento para a Covid-19. O objetivo é estabelecer normas gerais de ação para prevenção, controle e tratamento da doença. Os públicos-alvo do Plano são os migrantes e refugiados; os militares da Força-Tarefa Logística Humanitária e todos os demais atores humanitários da Operação Acolhida. O documento prevê as atividades para as instalações da Operação Acolhida, nas tarefas de Ordenamento da Fronteira, Abrigamento, Interiorização e atividades administrativas, incluindo abrigos, Postos de Recepção e Informação (PRI), Postos de Interiorização e Triagem (PITrigs) e Posto de Recepção e Apoio (PRA) (disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/noticias/covid-19-operacao-acolhida-lanca-plano-emergencial-de-contingenciamento> acesso em 15 de julho de 2020).

atendidos/as pela “Operação Acolhida”. Assim, por decisão própria da base Manaus e apoio do Comando Geral da Operação em Roraima resolveram fechar o (PITRIG) de Manaus e este espaço foi transformado em uma área para isolamento com capacidade de 120 pessoas, mas no máximo foram utilizadas 19 vagas ao mesmo tempo e nenhum caso grave ou óbito.

No Posto de Recepção e Apoio (PRA), antes da pandemia os imigrantes poderiam apenas pernoitar, mas no período de “quarentena” as tendas ficavam disponíveis 24 horas. Foram feitas marcações no chão, diminuição da capacidade de barracas, distribuições de máscara, álcool em gel nas instalações, também foram colocadas toneis (doação dos médicos sem fronteiras) com água e sabão onde constantemente os imigrantes poderiam lavar as mãos. As mesas dos refeitórios foram retiradas ficando apenas as cadeiras. Essas ações buscavam atender os protocolos de segurança de saúde como o distanciamento social, higienização dentre outros.

Figura 12 - As instalações do Posto de Recepção e Apoio em Manaus na pandemia da Covid-19
Barracas com o distanciamento exigido de dois metros



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus, em junho de 2020.

Figura 13 - Toneis com água e sabão para os imigrantes lavar as mãos



Fonte: Arquivo da pesquisadora Simone Tavares, Manaus, em junho de 2020.

Na pandemia houve também a disponibilidade de um médico das Forças Armadas que prestava atendimento aos imigrantes da área do pernoite e os casos mais graves eram encaminhados para a unidade básica de saúde ou atendidos nos diversos hospitais. Neste período uma ambulância do Exército foi disponibilizada para área da rodoviária. A Operação também contou com o apoio da Cruz Vermelha do Amazonas na área da saúde.

No que corresponde aos processos do programa de interiorização, estes tiveram continuidade na pandemia. Entretanto, diminuíram para mais da metade, visto que, até o mês de março de 2020 eram interiorizados aproximadamente três mil imigrantes somando os imigrantes de Boa Vista e Manaus. Esse número foi reduzido para cerca de mil imigrantes por mês. Essa redução envolveu diversos fatores desde os cancelamentos ou redução de voos, restrições nos deslocamentos internos e fechamentos das fronteiras.

O alojamento temporário para os imigrantes em trânsito, não teve os serviços interrompido meio à pandemia. Os imigrantes faziam o deslocamento de ônibus de Boa Vista à Manaus ficavam neste alojamento por dois ou três dias até a saída do voo para outra cidade brasileira. Neste local também não tiveram casos graves de Covid-19, eram sempre orientados em relação ao protocolo de saúde, a fim de minimizar os efeitos de transmissão do vírus.

O Exército brasileiro é dividido em doze regiões, onde foi criados núcleos de interiorização e disponibilizados militares para receber os imigrantes interiorizados. Esses imigrantes ao chegar à região são encaminhados para uma casa de passagem, onde permanecem até o deslocamento para seu destino final. Até julho de 2020 não havia registro de nenhum caso de imigrantes interiorizados que tivesse testado positivo, para a Covid-19 ao chegar ao seu destino.

Fazendo uma reflexão sobre o propósito do termo interiorização, nos perguntamos que coisa é uma interiorização em termos de poder e controle? Foucault (1999) sobre situações similares utiliza o conceito de bio-poder, poder sobre os corpos e as mentes. A reflexão que o autor faz explica da maneira pela qual se articulam duas tecnologias de poder que se sobrepõem nas sociedades modernas: “a tecnologia do adiestramento disciplinar e a tecnologia securacional-reguladora, as disciplinas e o bio-poder” dois conjuntos de mecanismos que, ao invés de se excluírem, ajustam-se, acomodam-se um sobre o outro.

Nessa análise, o Estado apresenta-se de forma normatizada, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999). O conjunto de normas do qual o Estado se equipa permite-lhe, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os acontecimentos aleatórios de uma população. É isso que Foucault define como bio-poder do Estado.

Ao transportar a teoria de Foucault para os processos migratórios, Oliveira (2011) diz que se torna possível analisar os mecanismos provocadores e reguladores da migração sob o controle do Estado, ou melhor, da atual sociedade globalizada, onde o mesmo Estado que provoca os deslocamentos migratórios compulsórios é o que regula as políticas de criminalização do migrante em um sistema político centrado no bio-poder.

Uma das formas desse controle, identificada por Foucault, é o racismo, o qual, nos estudos migratórios, recebe a conotação de xenofobia, que é a aversão ao outro, ao estrangeiro enquanto o estranho que chega. Ou seja, a aversão a determinados migrantes sem levar em consideração as várias causas dos deslocamentos compulsórios a que foram submetidos.

Dito isto, sobre o que pode representar o termo interiorização para o Estado e não sendo esse processo interrompido meio à crise sanitária, temos também a área de pernoite que antes da pandemia tinha em média 250 imigrantes e em julho de 2020 esse número era cerca de 120 imigrantes. Essa redução deve levar em consideração que muitos imigrantes receberam o auxílio emergencial preferindo alugar um imóvel, buscando seu melhor abrigo. Outro fator importante foi o fechamento da fronteira e as restrições dos deslocamentos internos.

O militar da força tarefa que me apresentou as mudanças nas instalações do pernoite, relatou algumas situações problemáticas vivenciadas neste cenário de pandemia, como o aumento da violência entre os imigrantes e a exploração da força de trabalho.

“É comum pessoas pararem seus carros próximos das instalações do Posto de Recepção e Apoio (PRA) da Operação Acolhida solicitando mão de obra de imigrante” (Tenente da Operação Acolhida, Manaus, julho de 2020).

Existe um cadastro no PRA referente às qualificações dos imigrantes, e quando era possível se indicava os que apresentavam as qualificações solicitadas, no entanto, não era rara as vezes que os imigrantes relatavam aos militares que estavam sendo enganados pelos demandantes dos serviços informais, muitos recebiam somente a comida e na hora de receber as diárias, ou recebiam incompletas ou nem recebiam.

No trabalho de Rivas (2021) situações de exploração também são relatadas por indocumentados centro-americanos. As reflexões são baseadas em um trabalho etnográfico sobre as mobilizações de migrantes indocumentados em Montreal, no Canadá, no contexto da emergência sanitária gerada pela covid-19. A perturbação global gerada pela pandemia fez com que as fronteiras geográficas externas tornassem mais seletivas quando se trata de permitir a circulação de mercadorias, incluindo mão de obra migrante.

Da mesma forma, as “fronteiras internas” multiplicaram-se e intensificaram-se no contexto da covid-19. Os imigrantes indocumentados, os chamados “*sans papiers*”, perderam seus empregos ou suas jornadas de trabalho foram drasticamente reduzidas; a implementação do toque de recolher, que implicou uma maior presença policial nas ruas monitorando a disciplina social no que diz respeito ao distanciamento social e quarentena preventiva, reduziu a experiência social de imigrantes indocumentados e outros migrantes com status legal precário, a uma vida em isolamento quase total.

O acesso a serviços de saúde, exames de covid-19 e vacinas tornaram-se espaços a evitar para muitos dos indocumentados, por medo de serem deportados. As políticas de apoio financeiro, “universais” que têm beneficiado a população com estatuto legal resultaram na intensificação e proliferação das fronteiras, afetando principalmente as populações migrantes indocumentadas. Todas as medidas de apoio no quadro da emergência sanitária excluíram populações indocumentadas, gerando, por um lado, o carácter excludente da fronteira, que distingue entre seres humanos guardiões de direitos associados à cidadania daqueles que não são guardiões de tais direitos.

No contexto da pandemia, os migrantes indocumentados estavam muito mais claramente conscientes que a fronteira não é apenas aquela linha que demarca os limites da região e da política comunitária a partir da qual eles foram banidos e marginalizados. A fronteira aparece lá no hospital onde eles temem se aproximar para procurar os serviços de saúde. A fronteira também está no trabalho onde lhes é negado o direito a benefícios essenciais ligados ao emprego, ou ao desemprego temporário.

A fronteira está lá nas janelas dos bancos alimentares, onde para ter acesso a esse apoio é necessária uma identificação oficial, que muitos imigrantes indocumentados não têm. A fronteira apareceu em todos os lugares, estava presente todos os dias, lembrando-lhes que são estrangeiros ilegais, que foram banidos de seu direito de pertencer à comunidade política, social e cultural que escolheram para viver, trabalhar e se reproduzir como seres humanos (RIVAS, 2021).

Os trabalhadores migrantes globalmente ficaram mais vulneráveis a abusos e exploração durante a pandemia por diversos fatores dentre eles o status da migração, ou diante das dificuldades em encontrar emprego formal. Frente a esse cenário a Organização Internacional para as Migrações (OIM) publicou orientações sobre a regulamentação do recrutamento internacional e a proteção dos trabalhadores migrantes (ONUBR, 2020b). Apesar de muitos setores da economia global depender de trabalhadores migrantes, muitas vezes as lacunas na

governança da migração e, em particular, a regulamentação do recrutamento deixam os trabalhadores não nacionais mais suscetíveis à exploração da sua força de trabalho.

No que corresponde ao território brasileiro os imigrantes indocumentados também não tiveram direito e acesso aos auxílios emergências das diferentes esferas, visto que, além do Cadastro de Pessoa Física (CPF) em situação regular se exigia o registro nacional de estrangeiro válido, entretanto, com os interrompimentos dos atendimentos presenciais ficou cada vez mais difícil atender essas exigências.

Dito isto sobre a exploração da força de trabalho e ausência de direitos entre os documentados e indocumentados sinalizamos que nas instalações da “Operação Acolhida” havia um militar responsável de ficar monitorando se os imigrantes estavam cumprindo o distanciamento social e o uso de máscara que era obrigatório. No entanto, a maioria deles não queria usar máscara e era difícil o convencimento, tendo que a todo o momento está orientando-os em relação à importância da proteção como medidas de proteção de contaminação pelo novo coronavírus.

“Deus protegia os venezuelanos, pois mesmo diante da resistência em cumprir os protocolos de saúde, houve poucos casos de contaminados pela COVID-19 referente aos que estão na área do pernoite” (Tenente da Operação Acolhida, Manaus, julho de 2020).

Para Silva (2020) a concepção de que alguém não será infectado por que tem a proteção divina, ou se ela ocorrer foi pela vontade de Deus, pode parecer ingênua, mas encontra respaldo em uma concepção teológica veterotestamentária presentes em igrejas pentecostais de que Deus pune a quem erra, mas também cura. Já de um ponto de vista antropológico situações limites e de caos, como a pandemia, que agrava ainda mais a condição de vulnerabilidade destes imigrantes, exigem a busca de sentido em outro sistema simbólico, o religioso.

Sem ser religioso, Nietzsche (2017) também dizia que o que não o aniquila o torna-o bem mais forte. Penso que passar pelas situações limites que os migrantes passaram até chegar ao Posto de Recepção e Apoio mostra as resistências físicas e morais dessas pessoas. Sem dúvidas que muitas outras ficaram pelo caminho. A propósito hoje há muitas denúncias ao Governo do Presidente da Colômbia Ivan Duque, pela morte e desaparecimento de venezuelanos naquele país. Fala-se da atuação do novo esquadrão de grupos paramilitares de extermínio, as chamadas “Águias Negras”.

O governo venezuelano informou que iria denunciar o presidente colombiano Iván Duque, seu inimigo político, perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) pelo “crime de

extermínio e perseguição” de migrantes venezuelanos em seu território. Esse anúncio foi feito pela vice-presidente Delcy Rodríguez após o assassinato de dois adolescentes venezuelanos em uma região de fronteira, crime sobre o qual autoridades da Colômbia e das Nações Unidas abriram uma investigação (CORREIOBRAZILIENSE, 2021).

Venezuela e Colômbia, que compartilham uma porosa fronteira de mais de dois mil quilômetros, não mantêm relações diplomáticas desde 2019, quando o presidente colombiano reconheceu o líder da oposição Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Nicolás Maduro acusa Iván Duque de conspirar e planejar atentados contra ele junto com os Estados Unidos, seu outro grande inimigo político.

No que corresponde aos atendimentos realizados pelas agências da ONU, Sampaio (2021)⁶⁸ representante do ACNUR explicou como aconteceram os atendimentos mediante a pandemia da Covid-19. “O ACNUR não podia parar o atendimento de documentação (solicitação de refúgio) e os atendimentos de média e alta complexidade, onde existem casos de proteção que exigem uma resposta de basicamente salvar pessoas, que têm que ser resolvidos em menos de 24 horas, por exemplo, se uma pessoa é vítima de violência sexual, essa pessoa vai precisar tomar medicação em tempo determinado”. No entanto, também foi criado um sistema de atendimento remoto, onde pessoas eram atendidas de maneira segura, considerando a questão sanitária.

Em relação aos atendimentos de atenção aos imigrantes ofertados por instituições religiosas, Segundo Vasconcelos e Nascimento (2021) com a pandemia o Serviço Pastoral dos Migrantes de Manaus precisou refazer suas estratégias de acolhimento em suas casas que precisou ser adaptada à nova realidade. Foram interrompidas novas entradas até meados de junho de 2020. Os antigos moradores entraram em quarentena e, como medida de proteção e segurança, precisaram ficar dentro do abrigo sem contato físico com ninguém de fora.

A gestão do abrigo pelas missionárias scalabrinianas, nos primeiros meses de pandemia, foi conduzida à distância, pois a maioria das irmãs se encontra no grupo de risco. Os alimentos, os materiais de limpeza e higiene eram deixados no portão principal e os moradores os recolhiam, não era permitida a entrada de visitantes.

⁶⁸ Conferencista da mesa-redonda intitulada “*Mobilidades Mundiais, Espaços Transfronteiriços e a Produção do Território em Tempos de Pandemia*” durante IV Seminário Internacional sobre Povos Tradicionais, Fronteiras e Geopolítica na América Latina: uma Proposta para Amazônia, evento realizado pela Universidade Federal do Amazonas e organizado pelo Laboratório de Estudos Panamazônico, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (LEPAPIS) vinculado ao Departamento de Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM.

Os atendimentos nos pontos de referência da Pastoral do Migrante na Igreja Nossa Senhora dos Remédios, no centro da cidade, e a Paróquia São Geraldo também foram interrompidos em março de 2020, voltando de forma limitada aos casos mais urgentes em junho do referido ano. Ainda no início do mês de março de 2020 antes de ser declarada a pandemia e decretado a quarentena fui convidada pela Pastoral do Migrante (na Igreja dos Remédios) para a realização de uma palestra para as imigrantes venezuelanas em alusão ao dia internacional da mulher.

Aproveitando minha experiência como assistente social de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os conhecimentos sobre os serviços ofertados por este centro, e sobre os programas sociais governamentais disponíveis, realizei uma palestra informativa. Acredito que este tenha sido um dos últimos eventos presenciais da Pastoral do Migrante no ano pandêmico de 2020. Pois, logo em seguida foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 e em seguida as primeiras mortes em decorrência da doença e a edição do decreto governamental de quarentena.

Em relação aos abrigos destinados aos imigrantes venezuelanos indígenas administrados pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) foram divididos em grupos e transferidos para vários locais provisórios como medida de prevenção ao novo coronavírus. No abrigo para os imigrantes não indígenas coordenado por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), na pandemia intensificou-se ações no sentido de orientar sobre procedimentos de prevenção de contágio e proteção à vida dos usuários redobrando os cuidados com a higiene pessoal e dos ambientes.

Diante do exposto podemos concluir que a pandemia não criou desigualdades sociais, somente deu visibilidades a elas. A não consolidação de uma política migratória compromete a qualidade de vida e deixa à margem da sociedade os imigrantes e refugiados mais vulneráveis. A pandemia trouxe não somente o medo da contaminação por um vírus que até 2020 não existia uma vacina, mas, também mostrou com clareza as questões que estavam sendo invisibilizadas e agora expostas.

É necessário não somente ações protetivas para quem mais necessita, mas uma política que vise à promoção dos direitos humanos, como um processo dinâmico e requerendo ações efetivas do Estado brasileiro para seu cumprimento que ao validar esses direitos estará promovendo uma vida digna a imigrantes e refugiados que precisam de acolhida humanitária e de sua plena inserção sociocultural e laboral na sociedade.

Nesse contexto pandêmico e de crise global os imigrantes necessitam ainda mais da política pública de assistência social, que independente de condição migratória abrange a todos

não como uma política universal, mas de quem dela necessitar. Os imigrantes se tornaram ainda mais vulneráveis socioeconomicamente frente ao crescimento do desemprego e da pouca ou nenhuma reserva financeira capaz de amenizar a escassez vivida. A pandemia cobrou atitudes da sociedade local e global as obrigando a buscarem soluções de curto prazo para superar os riscos sociais causados e potencializados com a crise sanitária.

4.3 - Para além da “quarentena”: estratégias de vida e ressignificação dos imigrantes venezuelanos (as) em um contexto amazônico

O cenário político pandêmico foi diferente no mundo e no Brasil nas suas diversas regiões, as formas como sociedades e governos trataram as medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 não foi linear. Um exemplo foi a pouca importância dada pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a gravidade do novo coronavírus considerando-o uma “gripezinha”. Mas, com o aumento exponencial de números de vítimas fatais, Rodrigues e Stampa (2021) assinalam que o discurso “debochado” do presidente caiu por terra, mas não antes de ter confundido parcela significativa da opinião pública nacional e de ter impedido a construção de uma política nacional unificada de enfrentamento à doença no país.

Basini (2020, p. 3) enfatiza que a disseminação de um novo coronavírus em escala planetária, mostrou o lado imprevisível da vida. O “cisne negro” como fator surpresa reapareceu trazendo a peste. Aproveitou a velocidade do transporte e das novas tecnologias, e viajou... Viajou por mar, por terra e por ar, como um turista transportando sua semente para os cinco continentes, vestindo-se de humano, se aproveitando das festas ou cerimônias fúnebres, serviços religiosos e reuniões de estadistas; mudando as rotinas e “chicoteando” milhões de sobreviventes humanos de políticas desonestas.

Pessoas carentes de serviços básicos como água potável, saneamento e pleno acesso à saúde, estão muito longe de compreender o significado do cuidado pessoal e coletivo. Para Basini (2020) a pandemia da Covid-19 é um informante social, mostrando sem hipocrisia as chagas de um sistema doente, podemos dizer carente de uma rede de saúde e protocolos de atendimento, típicos de governos neoliberais, economias centrais ou dependentes, mas enfim, investiram pouco ou nada nas políticas sociais ao nível da infraestrutura e tecnologia, estão particularmente despreocupados com o bem-estar social dos seus concidadãos.

Pode ser errado pensar que a condição de pandemia tenha causado a interrupção de certas rotinas bélicas, ou tenha neutralizado agendas anteriores em termos geopolíticos. Os Estados Unidos, com sua política externa agressiva, continuam sua guerra comercial com a

China, e internamente, aproveitam a atual situação de confinamento para atualizar sua agenda anti-imigração, intensificando-a e, assim, suspendendo a entrada de imigrantes e emissão de vistos permanentes.

Para além de situações regionais vinculadas aos imigrantes venezuelanos (as) e seu ingresso no Brasil deve-se pensar também as barreiras de impedimento e ingresso como medidas globais assumidas por governos latino-americanos que atendem a agenda de países ditos “centrais”. Em outras palavras a pandemia chegou como “anel ao dedo” para algumas administrações estatais, como justificativa das práticas xenofóbicas anti-imigração como as que acontecem na fronteira Estados Unidos-México; México-América Central; na Europa Central, entre outros casos.

Piazzini (2020) salienta que diferentes aspectos da pandemia foram usados em tensões internacionais que já estavam ocorrendo. A guerra comercial declarada pelo governo dos Estados Unidos contra a China encontrou outros meios para continuar, em denúncias sobre a ocultação de informações sobre a origem do vírus e em teorias da conspiração sobre sua produção laboratorial pela China.

Esse e outros casos são os que, em linguagem tradicional, mereceriam falar de uma geopolítica da pandemia. No entanto as relações entre espaço e poder estão ocorrendo em todas as escalas e formações espaciais, uma geopolítica não limitada ao internacional, mas, que se projeta até mesmo para a esfera espacial mais íntima dos corpos.

No que se relaciona ao Governo Federal brasileiro, Basini (2020) o sinaliza como “bajulador” da política egocêntrica de Washington, apoiando-se em uma visão reducionista da economia baseada na normalidade das mortes. A ponto de a opinião pública internacional e a imprensa brasileira ter afirmado que o principal problema na superação da pandemia é o presidente Jair Bolsonaro. A contra informação de sua administração baseada em uma guerra contra o isolamento social, que em sua opinião é o responsável pelo atraso econômico do país, bem como seu discurso autoritário, gerou confusão na sociedade civil, que totalmente consternados, não sabiam como agir diante da pandemia.

Fresu (2021) chama atenção que em meio à pandemia, uma das argumentações mais recorrentes espalhadas pela nova internacional da direita que tinha entre os seus afiliados Donald Trump e Jair Bolsonaro é a necessidade de retomar as atividades produtivas. “A vida não pode parar”, apesar do drama que atinge a realidade atual onde o dado mais visível é que a vida, sem os devidos cuidados e um planejamento político emergencial racional e fundamentado nas indicações da ciência, não apenas pode parar, mas acabar.

Tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto os empresários, empenhados na campanha a favor da reabertura das atividades, são hábeis em ocultar como essa crise sanitária tornou ainda mais evidente a contradição entre capital e trabalho. Para além, das funções hegemônicas e demagógicas, Fresu (2021) diz que o desespero do mundo dos negócios e a vontade avassaladora de reabrir fábricas e trazer os trabalhadores de volta à produção, confirmam uma verdade que, embora questionada desde o século XIX, não cessa de se manifestar: sem a exploração do trabalho não há lucro, sem lucro não há capital.

A pandemia da Covid-19 evidenciou e aumentou as desigualdades sociais e as discriminações já vivenciadas por pessoas em situação de vulnerabilidade em todo o mundo. A crise sanitária afetou de forma diferenciada as populações periféricas, pobres, imigrantes e refugiados. A adoção de medidas necessárias ao seu enfrentamento mudou rapidamente a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, produzindo situações novas e inesperadas em muitas áreas da vida cotidiana, causando mortes, alterando rotinas, impactando as formas de sociabilidade e impondo complexos desafios para o funcionamento da economia.

Para muitas pessoas a modalidade de trabalho passou a ser realizada de forma remota, “home office”. Escolas e universidades devido ao prolongamento da quarentena passaram a ter as aulas ofertadas primeiramente na forma virtual e depois no sistema híbrido. As reuniões das famílias aos domingos ou os encontros entre os amigos tiveram que ser interrompidos devido à orientação de isolamento e distanciamento social, viagens foram canceladas, eventos reagendados e tantas outras situações que ficaram suspensas.

O mundo de repente passou a ser quase completamente virtual, para Piazzini (2020) aprendizados derivados das práticas de trabalho remoto, educação à distância e flexibilização de horários que foram reforçados devido às medidas de confinamento, tornaram-se evidentes os elevados custos econômicos e ecológicos implicados pelo fato de todos os dias, e ao mesmo tempo, milhares de pessoas saírem para trabalhar em espaços diferentes das suas casas.

Embora, essas práticas suponham transformações profundas na organização dos ritmos e espaços da vida cotidiana e, portanto, das relações sociais, que devem ser cuidadosamente estudadas em suas consequências, elas abrem a possibilidade de explorar maior autonomia e diversidade na gestão do tempo, ao mesmo tempo em que contribuem para resolver problemas de mobilidade, cujos circuitos estão saturados nos espaços urbanos há décadas.

Entretanto, é importante ressaltar que muitas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica não têm acesso ao serviço de internet. Se todas essas transformações vivenciadas em tempos de pandemia já foram muito difíceis para os brasileiros, que de alguma maneira pode contar com o apoio de redes de parentescos ou de amizades, para os imigrantes e

refugiados a situação pode ser considerada ainda mais complexa. Sem uma rede de apoio consolidada, distantes de seu país, muitos estão longe de suas famílias e tendo que contar com a solidariedade do “outro” e de programas governamentais e não governamentais.

Em relação à vida virtual e o acesso ao serviço de internet pela família Monagas não teve muitos problemas, pois dispunham desses serviços, sendo o maior problema integrar tudo isso no âmbito doméstico. Quando a filha de Verônica, Elza começou as aulas no modelo remoto, das dezoito crianças matriculadas na turma de uma escola pública apenas quatro conseguiam enviar os trabalhos escolares, devido dificuldades no acesso a internet. Nas reuniões dos pais eram cinco ou seis pais que participavam. As aulas não eram online eram vídeos postados no youtube e cada professor se organizava no recebimento das atividades, mas, nem todas as crianças conseguiam enviá-las.

O mesmo aconteceu com os membros da família Carabobo, todos possuíam um aparelho de celular com acesso a internet que servia tanto para se conectar e interagir virtualmente, como para ter acesso às aulas remotas como no caso da filha e enteada de Allan. Entretanto, essa realidade de facilidade no acesso aos serviços de internet que apresentou os membros das famílias Monagas e Carabobo não representava a de muitos outros venezuelanos (as), até por se tratar de um serviço de alto custo na cidade de Manaus.

Na capital manauara, além da falta de acesso ao serviço de internet para que os filhos/as pudessem acompanhar as aulas remotas, muitos imigrantes de forma mais grave não possuíam moradia com condições sanitárias para evitar o contágio da Covid-19. Outros, não conseguiram manter o distanciamento social pelas condições em que vivem, sejam compartilhando espaços com outras famílias ou porque necessitam sair para trabalhar. Essa mesma situação é vivida por brasileiros, mas no caso dos imigrantes e refugiados é agravada por barreiras linguísticas, discriminação, xenofobia, desconhecimento das leis locais que impedem o cumprimento dos seus direitos.

Para agravar ainda mais a situação precária em que vivem centenas de famílias venezuelanas na cidade de Manaus um incêndio atingiu um prédio residencial localizado na Avenida Joaquim Nabuco no Centro da cidade, onde pelo menos 55 famílias de nacionalidade venezuelana alugavam quartos desse antigo hotel. O incêndio no Edifício Eldorado não deixou vítimas graves, mas prejudicou dezenas de famílias que moravam no local. Alguns locatários perderam todos seus itens pessoais. No dia do incidente, foi dado atendimento aos vitimados, com o remanejamento de pessoas a abrigos temporários com apoio das agências da ONU e organizações da sociedade civil (OIM, 2021).

A segurança alimentar foi outro grande desafio meio à pandemia. A restrição de circulação nas ruas tornou impossível a subsistência de muitas famílias que tinham como principal fonte de renda o trabalho informal. Na pandemia tivemos que ser submetidos a um novo tipo de comportamento social, e a partir daí nos deparamos também com uma série de procedimentos e medidas sanitárias no intuito de prevenir a contaminação pela Covid-19.

Entretanto, Lucena (2021) assinala que o impacto foi mais sentindo pelas classes sociais em condição de maior vulnerabilidade social e econômica, por uma série de fatores, incluindo a ausência de saneamento básico, água, mantimentos essenciais, produtos básicos de limpeza e carência de uma renda fixa para que todos pudessem cumprir de modo adequado uma quarentena.

Marinucci (2021) na mesma linha afirma que a profilaxia para prevenir a doença causada pela Covid-19, não foi possível para todos os grupos sociais da mesma maneira. No âmbito do trabalho e economia, pessoas imigrantes e refugiadas foram particularmente as mais afetadas em decorrência da informalidade e da precarização dos empregos, das limitações das redes sociais de apoio, da dificuldade de acesso a ajudas emergenciais, principalmente os “indocumentados” e, por vezes, pela necessidade de enviar remessas aos seus familiares na Venezuela.

Considerando o número significativo de trabalhadores informais, uma das principais medidas adotadas pelo estado brasileiro para garantir a manutenção do mínimo existencial dessa parcela da sociedade foi a de garantir que os mesmos tivessem acesso a um auxílio emergencial, também conhecido como “coronavoucher”. Esse auxílio a princípio seria concedido por três meses, depois foi estendido com os mesmos valores por igual período. O benefício foi destinado a todos os trabalhadores de baixa renda nacionais ou imigrantes “documentados” prejudicados pela pandemia (SQUEFF, 2020).

O benefício assistencial foi criado através da Lei nº 13.982⁶⁹ de dois de abril de 2020, e regulamentado pelo Decreto nº 10.316⁷⁰ de sete de abril de 2020. O benefício contemplou inicialmente com três parcelas de transferência de renda de R\$ 600,00 (seiscentos reais) ou R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a pessoas beneficiárias do Programa de transferência de renda,

⁶⁹ Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada(BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus(Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

⁷⁰ Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Bolsa Família, ou inseridas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como trabalhadores na economia informal seguindo critérios de elegibilidade econômica.

Parise; Carvalho; Pereira (2020) expõe que milhares de pessoas tiveram que adequar suas despesas com aluguel, alimentação, saúde, transporte e outras despesas, ao valor de um auxílio governamental que chegou ao teto máximo de R\$ 1.200 reais para mulheres de famílias monoparentais e chefes de famílias. Chaves (2020) assinala que em relação à concessão do auxílio financeiro, não houve qualquer discriminação na lei entre brasileiros e não brasileiros.

A Defensoria Pública da União (DPU) não atuou e não foi provocada a atuar quanto ao cadastramento de imigrantes no aplicativo “Caixa Tem”, via de acesso destinado aos trabalhadores da economia informal que não estivessem previamente incluídos no Cadastro Único ou beneficiário do Programa Bolsa Família. Por outro lado, apesar de nem a lei nem o decreto que a regulamentou explicitarem a necessidade de apresentação de regularidade migratória com documentos emitidos no Brasil, a Caixa Econômica Federal, instituição encarregada do repasse, negou o pagamento a migrantes que não apresentaram a documentação citada.

A esse respeito, a Defensoria Pública da União (DPU), defendendo que os bancos não poderiam negar o pagamento a alguém com Certidão de Pessoa Física (CPF) regular e, ao menos, um documento com foto, ainda que emitido em outro país, ajuizou uma ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal e o Banco Central de modo a impedir que os migrantes tivessem seus direitos violados (CAMARGO, 2021).

O pedido mencionava providências para que não houvesse a negação de acesso e o saque do auxílio financeiro ao imigrante, independente da sua situação migratória devendo ser aceitos documentos nacionais ou estrangeiros mesmo com o prazo de validade vencidos. Várias cidades brasileiras dificultaram o saque do auxílio emergencial aos imigrantes recusando em aceitar documentos com prazo de validade vencido, não levando em consideração que os serviços para a emissão ou atualização de tais documentos foram suspensos temporariamente.

Contraditoriamente, em um momento que requeria isolamento e distanciamento social, presenciamos no cenário das cidades brasileiras, a população mais carente e necessitada de recursos para a sobrevivência, aglomerando-se e ocupando as inúmeras filas da Caixa Econômica Federal para o recebimento do auxílio emergencial governamental. Ou, nas filas das entidades que distribuíam alimentos/refeições e produtos de higiene (PACHI, 2020).

Paradoxalmente, a mobilidade humana se revela pela precariedade das condições de sobrevivência dos mais vulneráveis que estão impedidos de estarem em isolamento. Quanto aos imigrantes e refugiados, uma nova “fronteira” foi estabelecida no espaço urbano, além daquela

já ultrapassada no momento de chegada ao Brasil, ao vivenciarem situações limites impostas pelas necessidades básicas da vida cotidiana.

Porém, em tempos difíceis de pandemia também presenciamos inúmeras ações de solidariedade da sociedade civil e de entidades que visavam ajudar a população carente (moradores de rua, desempregados, imigrantes e refugiados) e isso nos faz acender a chama da esperança e união pela luta em prol de um futuro melhor e mais humano para as nossas cidades onde todos independentes de raça, cor e condição social, possam se reencontrar incluídos dignamente na vida urbana.

A solidariedade entre grupos e associações de imigrantes e as contribuições espontâneas de voluntários em tempos de pandemia viabilizaram a centena de pessoas condições de vida e o mínimo para que pudessem sobreviver principalmente aos que não tinham acesso a políticas públicas. Essas pessoas buscavam forças para ressurgir mediante as múltiplas transformações que ocorreram nas sociedades mundiais e as metamorfoses no mundo do trabalho atravessado por diversas crises, tendo o aumento no índice de desempregos e de trabalhos informais sem garantias sociais.

Em muitos países incluído o caso brasileiro, as medidas de contenção da Covid-19 não puderam ser implementadas em sua plenitude, por que muitas pessoas precisavam seguir trabalhando para alimentar seus familiares, visto que, na informalidade não possuem as garantias trabalhistas e não tendo outra fonte de renda acabaram enfrentando um dilema: morrer de fome ou arriscar-se a se infectar pelo vírus.

Para Silva (2018) a rua tem sido o único espaço que resta para aqueles que não encontram formas de inserção laboral, mesmo de modo precário. Então, seja com sol ou chuva é comum ver homens e mulheres imigrantes venezuelanos indígenas ou não indígenas nas ruas da cidade de Manaus segurando um papelão com os escritos “sou venezuelano é preciso de trabalho” e depois pedem ajuda para comprarem comida para seus filhos.

Mas, mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas em tempos de pandemia, chamamos atenção para o protagonismo dos imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus que a partir de grupos e/ou associação se mobilizaram realizando ações a fim de ajudar aos seus conterrâneos em situação de maior vulnerabilidade, possibilitando a segurança alimentar de várias famílias desprovidas de recursos próprios para aquisição de alimentos.

Citamos o caso de Aura, venezuelana de vinte três anos, vendedora de “harina pan” em sua bicicleta, sempre que podia, pedalava do bairro Ponta Negra ao Centro de Manaus para ajudar a distribuir comida que o grupo “Irmãos Solidários Sem Fronteiras” entregava aos imigrantes venezuelanos mais vulneráveis. O grupo mencionado é de venezuelanos para

venezuelanos que surgiu em plena pandemia na cidade de Manaus, para mitigar a fome entre os imigrantes que mais necessitavam. Segundo Aura estão abertos a convivência e integração entre venezuelanos (as) e brasileiros/as, sem fronteiras.

Aura relatou que era o mínimo que podia fazer como venezuelana, visto que, muitos de seus conterrâneos ficaram sem trabalho porque as empresas onde trabalhavam fecharam ou paralisaram seus serviços. Sendo que diante desse cenário alguns venezuelanos (as) corriam o risco de ficar sem casa porque não conseguiram pagar o aluguel.

A doença da Covid-19 foi muitas vezes qualificada como democrática, pois, em teoria, não fazia distinção entre quem seria ou não contaminado, e até mesmo morto. Seus efeitos, no entanto, não eram democráticos e logo isso se tornou óbvio: a Covid-19, que se espalhou principalmente através de viagem de avião, acabava por vitimar aqueles socialmente mais vulneráveis, as populações marginalizadas e os trabalhadores obrigados a circular durante a crise, e repentinamente, víamos que alguns trabalhadores eram considerados essenciais ao funcionamento do sistema econômico, ainda que suas vidas não fossem tidas como prioritárias (PEREIRA ET AL., 2021).

O impacto da crise sanitária foi mais sentido frente o colapso na saúde pública e nos serviços funerários com valas comuns em Manaus. Situação mostrada pelos meios de comunicação nacionais e internacionais que mostravam containers de refrigeração localizados do lado de fora dos hospitais. A população imediatamente reagiu com pânico já que as notícias diárias apontava a capital amazonense, como uma das cidades mais assolada pela pandemia. Vários imigrantes venezuelanos (as) também entraram em desespero já que a vulnerabilidade vivida por muitos deles poderia ser um fator de alto risco para enfrentar a Covid-19.

Rivas, antropóloga venezuelana, aposentada, está em Manaus desde 2018 e atuou também na ajuda aos seus “irmãos” venezuelanos na pandemia. Em meados do mês de março de 2020 planejava viajar para Caracas, sua cidade natal, mas foi impedida pelo fechamento da fronteira. Dada à impossibilidade de retornar para seu país, neste tempo encontrou uma forma de ser útil para a comunidade de imigrantes venezuelanos (as) fazendo parte das ações do “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras”.

O “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” nasceu quando a crise global da saúde foi oficialmente declarada. Entre vários venezuelanos que se conheceram, através do Whatsapp, de algumas atividades sociais e culturais em Manaus, começaram a ver a angústia de muitos outros venezuelanos com a perda de seus empregos, que foram literalmente deixados nas ruas sem receber seus direitos trabalhistas (Rivas, 66 anos, venezuelana, Manaus, entrevista em agosto de 2020).

Outros imigrantes foram pressionados pelos proprietários das casas ou quiosques de rua a pagarem as suas rendas em momentos de recessão econômica que se fazia sentir, devido às medidas sanitárias impostas, onde o comércio local encerrou as suas portas. As ruas pareciam desertas e os mais corajosos eram os vendedores ambulantes de água ou café que iam de um lugar a outro tentando realizar suas vendas (Rivas, 66 anos, venezuelana, Manaus, entrevista em agosto de 2020).

Nessa dinâmica de confinamento e comunicação virtual, a Sra. Morillo, 35 anos, venezuelana, assistente de farmácia, que havia sido dispensada do restaurante onde trabalhava passou a assessorar a formação do “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras”. Desde quando chegou à Manaus trabalhou próximo ao Teatro Amazonas. Percebeu que o bairro Centro dava uma oportunidade maior de trabalho e de vender os serviços. Como no seu caso, no mês de dezembro vende “hallacas” e outras comidas venezuelanas, além do seu trabalho no restaurante.

Com a pandemia, viu os quiosques que os venezuelanos alugavam para vender suas mercadorias sendo fechados e afirmou não suportar tanta injustiça e muita vontade de ajudar os venezuelanos (as) em situação de vulnerabilidades que a cada momento batiam na sua porta. Eram mulheres venezuelanas que precisavam alimentar seus filhos, dar leite aos seus bebês. Com esta pandemia, sem poder trabalhar, estavam passando fome. A Sra. Morillo acreditou que os venezuelanos precisam e deviam se organizar para ajudar uns aos outros.

De maneira urgente nasceu o “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” ao calor das demandas daqueles venezuelanos (as), especialmente mulheres chefes de família, que ficaram desempregadas na pandemia e com necessidade de dar comida para o grupo familiar. Começaram a fazer censos para organizar as prioridades e acomodar o maior número de famílias venezuelanas. O foco principal era aliviar a fome. A união do grupo foi um exemplo de solidariedade e empatia para contribuir com o bem-estar dos imigrantes venezuelanos (as) em Manaus, relatou Rivas.

Durante os meses de março a junho de 2020 foram atendidas mais de 200 famílias sendo priorizados os grupos com crianças e idosos. Houve doações de cestas básicas por comerciantes, instituições religiosas como a Pastoral do Migrante, Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Cruz Vermelha Internacional e pessoas físicas que aderiram a esta ação solidária.

Em relação ao vivenciado na pandemia, no que corresponde as estratégias de (sobre) vivência da família Carabobo, Diana relatou que não chegaram a pedir ajuda de instituições religiosas ou ONGs, pois a família possuía uma reserva de dinheiro e quando o comércio fechou deu para mantê-lo até certo período, mesmo que por pouco tempo, tendo que o casal voltar a trabalhar de maneira irregular, contrariando o decreto da quarentena.

Pensava que não era justo tirar uma cesta de comida ou outro tipo de ajuda de uma família que realmente necessitava para se alimentar. Eu e Allan solicitamos e fomos contemplados com o auxílio emergencial do Governo Federal, recebemos tanto na primeira onda da pandemia em 2020 quanto na continuidade do auxílio, mas com o valor reduzido em 2021 (Diana, 37 anos, venezuelana, entrevista em Manaus, abril de 2021).

Em relação à família “Monagas”, também foram beneficiadas com o auxílio emergencial do governo, e como estavam morando em um lugar cedido, ou seja, isentos do pagamento de aluguel, ainda conseguiram enviar uma quantia do auxílio financeiro para os familiares que permaneceram na Venezuela, principalmente para ajudar na alimentação e na compra de medicamentos.

A tarefa de emergência alimentar do “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” foi concluída com uma atividade cívica no dia cinco de julho de 2020, data em que se comemora a Independência da Venezuela. O evento ocorreu no Largo de São Sebastião no Centro da cidade de Manaus com autorização da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas que cedeu cadeiras e uma pessoa responsável para receber os venezuelanos e venezuelanas atendendo todos os protocolos de saúde como o uso de máscara dentre outras recomendações.

Houve homenagem ao país com apresentação de várias falas de venezuelanos (as) sobre sua pátria, convidados brasileiros, apresentação de músicos venezuelanos e encerrando com a degustação de comidas típicas do país.

Figura 14 - Evento em Alusão “5 de Julio Día de la Independencia de Venezuela”



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Manaus, em julho de 2020.

O protagonismo e solidariedade entre os imigrantes em tempos de pandemia foi notado também em contextos de outros países, como exposto no trabalho de Rivas (2021) quando o governo do Canadá respondeu à emergência sanitária implementando políticas de apoio aos cidadãos canadenses e às populações legalmente autorizadas a residir em seu território e excluindo as populações migrantes que viviam “indocumentadas” no país.

Diante disso, populações indocumentadas e organizações políticas aliadas a essas populações se mobilizaram para fornecer proteção e abrigo emergencial aos que foram excluídos no contexto da pandemia. Como resultado dessas lutas, populações imigrantes pareciam estar contestando e desafiando regimes dominantes de significação, policiamento e delimitação de fronteiras. Suas insurgências coletivas, é o argumento desenvolvido no trabalho de Rivas (2021) assinalando que as formas de exclusão criadas pela multiplicação das fronteiras geraram um contra-movimento com importantes implicações sociais e políticas.

Diante desta situação, populações excluídas, principalmente migrantes indocumentados com o apoio de outras organizações sociais canadenses, mobilizaram-se politicamente para exigir o status legal universal (*Legal Status for All*) e fornecer proteção e abrigo de emergência àqueles que foram excluídos no contexto da pandemia e isso fez com que surgisse uma multiplicação de lutas contra as fronteiras.

A centralidade da vida como objeto da política, a criação de territórios cosmopolitas e inclusivos, o resgate de práticas subjugadas no discurso político hegemônico, como o apoio mútuo e a solidariedade, não estão apenas contestando e transformando o sentido da noção de fronteira para os indocumentados, mas também parecem ter potencial para inaugurar um novo horizonte de prática política; onde as fronteiras territoriais e simbólicas são regidas não pela separação e exclusão, mas pela união e aliança entre as multidões e pela multiplicidade de gestos de solidariedade e profundo reconhecimento entre os seres humanos (RIVAS, 2021).

Migrar e ser migrante em um contexto pandêmico segundo Pereira et al. (2021) se tornou ainda mais complexo, ao vivenciarem uma perda de renda, onde muitos imigrantes precisaram diminuir a frequência ou até mesmo deixar de enviar remessas aos seus países de origem, ou aos seus parentes em outras partes do mundo, assim, como também deixaram de recebê-las de parentes que passavam por situações semelhantes.

No Brasil, o auxílio emergencial foi importante para a subsistência de muitas famílias, mas sua relevância foi proporcional à dificuldade para obtê-lo. O envio das remessas até o final de 2020, ainda pôde se manter mais ou menos estável. Essa permanência tem a ver com o atendimento da política emergencial de apoio econômico dado pelo governo brasileiro. Visto que, alguns venezuelanos (as) receberam esse auxílio fundamental para garantir minimamente

a sua existência e também ajudar seus familiares. As remessas enviadas começaram a decair, no início de 2021 com a segunda onda da pandemia e a redução dos valores recebidos.

Para Piazzini (2020) a pandemia ativou nossa capacidade de entender o quão vulneráveis somos como espécie. Relativizar e colocar a dimensão da agência humana em proporções mais justas não nos impede de reconhecer que os regimes espaço-temporais são modificáveis e que os horizontes futuros não são predeterminados. Nesse sentido, em vez de fazer previsões mais ou menos otimistas ou fatais, o autor propõe observar algumas nuances que podem servir de referência para traçar caminhos menos dolorosos do que os de uma tragédia que tomou o lugar do futuro, ou da volta a uma normalidade que já precisava de muitos reparos.

Crises e pandemias não são estranhas à história, mas por seus graves efeitos marcam momentos extraordinários, podendo gerar transformações inesperadas. Os mais fracos não são precisamente por causa do acaso genético, mas pelo lugar que ocupam em estruturas políticas e econômicas desiguais. Gerar conhecimento sobre esta e outras crises podem nos ajudar a modificar as características de sua ocorrência, bem como redirecionar seus efeitos.

A capacidade que um imigrante apresentou para evitar a infecção pela Covid-19, superar a crise econômica, social e muitas vezes com sua saúde mental abalada pelos efeitos da pandemia foi enfraquecida ainda mais por fatores como a ausência de uma articulação das redes de atendimentos que levasse em consideração às suas especificidades culturais e linguísticas, evitando atitudes xenofóbicas e possibilitando o acesso as informações sobre direitos à políticas públicas de inclusão nas sociedades receptoras.

Nesse contexto pandêmico foi perceptível que a vulnerabilidade de grupos de imigrantes se potencializou pela ausência de perspectivas, seja devido a uma maior restrição à mobilidade humana em razão do fechamento das fronteiras, ou pelas dificuldades enfrentadas de subsistência nos locais de residência no país receptor. Por outro lado, não podemos deixar de chamar atenção para a resistência e solidariedade que se formou entre eles, que em momentos de crises se organizaram e ajudaram de forma mútua.

4.4 - Considerações do quarto capítulo

Nos últimos dois anos a contar de 31 de dezembro de 2019 quando foi identificado o primeiro caso do novo coronavírus na China, o mundo vive uma pandemia da Covid-19. Hoje, passado dois anos, pessoas dos mais diferentes países e condições sociais se fazem a mesma pergunta: quando terminará essa pandemia? Tornar-se-á em uma endemia? Será possível voltarmos a uma vida “normal”?

A pandemia do novo coronavírus aprofundou as desigualdades sociais já existentes, afetando de forma mais grave e acentuada indivíduos pertencentes a grupos mais vulneráveis, como exemplo, os imigrantes e refugiados. Produziu um medo generalizado e aumentou a discriminação contra imigrantes.

O fechamento das fronteiras foram uma das primeiras medidas tomadas por diferentes países, entretanto isso já fazia parte de um processo de segurança nacional que já estava ocorrendo antes da declaração feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a pandemia. Mas, por outro lado, criou um contexto de solidariedade entre os próprios imigrantes e entre eles e os nacionais.

As medidas que surgiram com a pandemia, e que naturalmente carregam peculiaridades desse contexto histórico, poderiam ser entendidas como exacerbações de nacionalismo já presentes nas políticas migratórias. O Brasil ao fechar a fronteira com a Venezuela descumpriu acordos assinados como signatário de tratados internacionais ao impedir a entrada de solicitantes de refúgio no território brasileiro. Outras medidas poderiam ser tomadas a fim de evitar a violação dos direitos humanos, identificando os riscos à saúde e tomando medidas como testes e/ou quarentena.

Nesse contexto não podemos nos esquecer dos direitos daqueles que necessitam de acolhida humanitária. Mas, para além do desafio sobre a proibição de entrada dos imigrantes e refugiados no território nacional, com o risco de serem penalizados com a deportação imediata e a inabilitação do pedido de refúgio é necessário refletir também sobre os direitos dos imigrantes que já se encontram em território brasileiro, pois, em razão da sua vulnerabilidade se tornaram vítimas da crise que atravessa não só o Brasil, mas o mundo.

Vivenciamos uma desgovernança e o resultado foi uma população em situação ainda mais vulnerável, visto que o quadro pandêmico encontrou o Brasil já mergulhado em outras crises dando visibilidade às condições sociais desiguais. Manaus foi uma das primeiras cidades brasileiras mais atingidas no início da pandemia. Mas, pensávamos que por estarmos dentro da floresta amazônica, não seríamos tão atingidos pelo novo coronavírus, mas ledo engano. Na segunda onda da pandemia em janeiro de 2021 assistimos um grande caos na cidade, com leitos lotados, falta de vagas nas unidades de terapia intensiva, falta de oxigênio e um assustador aumento do número de óbitos.

Basini e Guigou (2020) afirmam que pensar no mundo amazônico sobre os efeitos do Covid-19 pode parecer, a princípio, estranho. Afinal, a Amazônia seria para nós um lugar, de espaços intocados, outros devastados pelas criminosas queimadas, habitados por grupos indígenas perseguidos, empobrecidos, ao mesmo tempo puros e inocentes. Mas não um lugar

central para a peste ou para o novo coronavírus como uma praga da humanidade, que ocupa tanto espaço em nossas vidas nos tempos atuais. Da nossa ignorância povoada pelo exotismo, a selva amazônica não era um lugar adequado para pensar a pandemia. Muito espaço, muitos animais, muitas árvores, animais, plantas e poucos humanos.

Mas, ao contrário o que assistimos e vivenciamos foi uma cidade acometida pela pandemia, com grande número de pessoas contaminadas e mortas pela Covid-19. A falta de gestão no âmbito federal com sucessivos ministros da saúde e nenhuma coordenação nacional levou ao colapso o Sistema Único de Saúde (SUS). Diante desta confusão muitas pessoas se viram angustiadas por não saberem se teriam leitos disponíveis caso manifestassem sintomas mais graves da doença.

Ao sairmos dessa crise sanitária que atravessa o mundo, seria importante reconhecer a mobilização e o protagonismo de populações vulneráveis como imigrantes e refugiados que se uniram evitando o caos completo. As iniciativas assumidas e as responsabilidades diversas permitiram uma resposta diante da discriminação sofrida na pandemia seja por estarem indocumentados no caso das famílias Gonzalez e García, ou em situação de desempregos ou em trabalhos precarizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aquilo que não o aniquila torna-o bem mais forte”

(Friedrich Nietzsche)

As migrações internacionais compreendidas por Abdelmalek Sayad como um “fato social total” estão marcadas por elementos sócio-históricos. A mobilidade humana como um tema presente nas agendas governamentais, nos eventos internacionais, nos discursos políticos e no âmbito acadêmico teve a década de 2010 caracterizada como uma das décadas mais dinâmicas e multifacetadas no contexto migratório do Brasil.

Nesse período o país recebeu expressivas entradas da imigração haitiana e venezuelana trazendo mudanças significativas ao cenário das migrações e refúgio no país. Essas duas nacionalidades consolidaram-se como os principais grupos em termos numéricos. A imigração venezuelana apresenta uma pluralidade em sua característica, sendo considerada uma migração mista e com um alto grau de vulnerabilidade socioeconômica.

A Venezuela atravessada por uma crise apresenta poucas perspectivas de recuperação econômica em um curto prazo de tempo, evidenciando contradições, fragilidades sociais, políticas e econômicas. Ao longo dos tempos, as crises no setor petrolífero, do qual a economia venezuelana é altamente dependente somada a não industrialização do país e sua dependência de importações de produtos básicos, a concentração de renda e as desigualdades sociais interferiu na qualidade de vida dos nacionais sujeitando-os a situações imprevistas.

Esse conjunto de fatores estruturais levou o país ao colapso e as tensões alavancaram as profundas fraturas anteriores que, até então, haviam permanecido mais ou menos ocultas. Em 2015, a imigração venezuelana ganhou visibilidade em âmbito mundial, em virtude dos problemas de abastecimento de produtos básicos ou afetados por um processo inflacionário que minimizou o poder de compra da população. A violência no país também motivou muitos venezuelanos (as) a buscarem nas migrações a alternativa para fugirem de um contexto no qual o sentimento de insegurança tornava-se muito efetivo.

No ano de 2022 já são mais de cinco milhões de venezuelanos (as) entre imigrantes e refugiados, ou seja, quase 20% da população migraram para várias regiões, mas, na sua maioria a rota migratória se concentrou na América Latina, visto que, países como os Estados Unidos e europeus, além de ser mais custoso o deslocamento, passaram a dificultar cada vez mais a entrada desses imigrantes.

A concepção da migração como sendo especialmente movimentos realizados em busca de melhores condições de vida, fugindo das negligências de seus estados em oferecer o mínimo para uma vida digna, foi excluída do grupo dos deslocados forçados. Países negam ou dificultam proteção a migrante por “sobrevivência” alegando que estes são migrantes econômicos e, portanto, não podem ser classificados como refugiados. A mobilidade humana da população não pode ser compreendida a partir de categorias fechadas, uma vez que a decisão de migrar não implica a total liberdade de escolha dos indivíduos.

O cenário ideal seria aquele em que todas as pessoas pudessem em seu território, em sua cidade satisfazer suas necessidades tais como alimentação, educação, trabalho, moradia, saúde dentre outros direitos sociais e não fossem forçadas a migrar. Todos devem ter o direito de migrar, mas também o direito de não ter que emigrar e poder permanecer no próprio país.

No entanto, a realidade pouco se parece com esse cenário ideal, onde milhões de pessoas, todos os anos, tentam se deslocar para outros países em busca de um padrão de vida decente para si e suas famílias. Em alguns casos, enfrentam qualquer perigo e sacrificam o pouco que têm para poderem ingressar no território dos seus sonhos.

O Estado de Roraima através da cidade de Pacaraima foi o acesso de centenas e milhares de venezuelanos (as) ao território brasileiro. Nesse período um dos dados oficiais que sofreu a maior variação foram solicitações de refúgio que levou o governo de Roraima solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) no início de 2018 o fechamento da fronteira, argumentando que os serviços de saúde e segurança estavam em colapso devido a grande demanda, onde cerca de 500 imigrantes venezuelanos (as) entravam diariamente no país.

O Supremo Tribunal Federal em resposta ao requerimento decidiu pelo indeferimento do pleito evidenciando as obrigações decorrentes dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967 e a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 e o próprio ordenamento jurídico brasileiro como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e Lei 9474/97 que normatiza as condições de refugiados.

O impedimento jurídico do Brasil no fechamento da fronteira indica que essa adoção intensifica a xenofobia ao considerar que o imigrante coloca em risco a empregabilidade do nacional e sobrecarrega as estruturas de serviços públicos disponibilizados para a população local. O STF ao negar o pedido, salientou que a imigração venezuelana para o Brasil demanda ações dos governos municipais, estaduais e federal e que apesar de todos os problemas apontados pelo governo de Roraima, não se pode adotar medidas extremas o qual resulta na inobservância dos direitos humanos.

O Governo de Roraima diante do pedido negado solicitou a intervenção federal alegando a incapacidade do estado de atender a demanda inesperada da imigração venezuelana. O discurso bem elaborado, mas vazio empregado sobre “emergência” teve como objetivo atrair recursos institucionais e financeiros para gerir o fluxo migratório.

A retórica produziu efeitos reais e imediatos, embora de alcance limitado. Visto que, medidas para atender uma necessidade imediata servem apenas para aliviar uma tensão e não de criar articulações governamentais substantivas, como uma política migratória visando imigrações futuras.

Medidas emergenciais tomadas, como exemplo, a residência temporária foi pensada para uma população específica, para atender e regularizar a situação migratória dos venezuelans/as em um dado momento histórico. É importante também observar a disposição do governo brasileiro em militarizar uma questão humanitária com a “Operação Acolhida”. Intervenção que teve na frente às Forças Armadas e foi criado um comitê de assistência emergencial composto por vários ministérios e representantes de agências da ONU, mas não havia representação dos governos estadual e municipal de Roraima.

Nessa travessia de fronteiras aspectos simbólicos acompanharam os imigrantes em suas trajetórias. Mas, acreditar que as fronteiras podem impedir a mobilidade humana não é fato real, assim como o fim ou sua total abertura. Os muros visíveis ou invisíveis não detem os problemas de fundo para os quais são erguidos, pelo contrário, todos os tipos de obstáculos, bem como, as políticas migratórias restritivas em geral, induzem efeitos perversos, nos quais migrantes são levados a usar meios ilegais para entrar e permanecer no país desejado, o que, conseqüentemente, aumenta ainda mais a porcentagem de indocumentados.

As migrações “indesejadas” apresentam grandes contradições de um mundo globalizado, que cada vez mais intensifica um modelo que tem alcançado crescimento sem desenvolvimento social equitativo, nem entre países, nem dentro deles. Situação agravada com uma pandemia global do novo coronavírus, onde a política brasileira adotada foi de fechamento das fronteiras, sem levar em consideração os grupos mais vulneráveis e os tratados internacionais assinados.

A política de controle e fechamento de fronteiras no cenário da Covid-19 adotada pelo Brasil nos levou a acreditar que a restrição dos deslocamentos internacionais em questão estava mais relacionada ao perfil do fluxo migratório vetado, como no caso da imigração venezuelana do que propriamente à ameaça sanitária representada ao país. Por outro lado, imigrantes continuaram cruzando a fronteira, mas de forma irregular. Correndo perigo em sua travessia pela “trocha”, caminhando durante uma noite inteira, vivenciando situações extremamente

difíceis, além dos pagamentos aos “coiotes”, grupos que se aproveitavam e que ganham em cima dos que já se encontram em uma situação de risco social.

A pandemia de Covid-19, bem como a adoção de medidas necessárias ao seu enfrentamento, mudou rapidamente a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, causando mortes, alterando rotinas, impactando as formas de sociabilidade e impondo complexos desafios para o funcionamento da economia. A pandemia já encontrou o Brasil doente, no sentido da falta de uma política pública unificada para o enfrentamento da doença.

Colecionamos índices crescentes de mortalidade e o presidente Jair Bolsonaro, desde a declaração da pandemia optou por não seguir os protocolos e questionar as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma atitude negacionista em relação à ciência somada à pressão de empresários e a falta de articulação política entre os entes federativos e a negligência do governo federal conduziram o país à trágicos resultados, tanto na saúde quanto no âmbito econômico.

E se os efeitos da crise provocada pelo novo coronavírus são devastadores para nacionais, aos grupos mais vulneráveis como imigrantes e refugiados tiveram sua situação ainda mais grave, visto que tendem a ter pouca ou nenhuma reserva financeira capaz de mitigar suas privações frente ao crescimento do desemprego e as redes sociais ficaram também fragilizadas mediante a pandemia.

Mas, devemos em tempos de pandemia também observar as formas importantes de mobilização social e de solidariedade entre as pessoas e de muita resiliência. Talvez, seja difícil projetarmos imagem para o futuro sem sequelas, mas esperamos que a crise causada pela pandemia seja um marco na luta por novos projetos societários, distintos da sociedade adoecida e destruidora de pessoas e de recursos da natureza consentido por nós antes da pandemia.

Neste estudo percebemos a construção de uma rede social, seja nos seus aspectos familiares ou por afinidade, que se constituiu e vem se concretizando dentro desse marco migratório, com um número nunca antes visto na história venezuelana a partir de 2015. Neste momento não mais como um ato voluntário de migrar, mas podendo ser considerada uma migração forçada. Esse incipiente processo de construção de redes ocorreu principalmente com os imigrantes que seguiram para os países sul-americanos.

Falar da rede social é lembrar-se da realidade mais primária que funda qualquer grupo humano, ou seja, a constituição das relações sociais. Uma definição chama a atenção para o fato de que toda rede é constituída de pessoas e de sua necessidade de criarem laços de confiança entre si, através de três obrigações básicas: dar, receber e retribuir. A essência dessa tríplice

obrigação é abordada por Mauss (2003) em o “*Ensaio sobre a dádiva*” evidenciando que a dádiva é o oposto da troca, na medida em que é associada uma moral, um valor ético.

A partir das trajetórias de vida das famílias venezuelanas apontamos para a importância dessas redes. Analisando como os sujeitos da pesquisa se inseriram nas redes pessoais ou por afinidades emergindo em decorrência do próprio desenvolvimento do processo migratório e das conexões que passaram a ser estabelecidas entre os locais de destino e de origem dos imigrantes, não desconsideramos os fatores estruturais que motivaram a emigração, mas ressaltamos as múltiplas relações construídas entre os dois lugares ao longo do processo.

Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos imigrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos. Como apontou Haesbaert (2006) a rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos, enfim, do processo dialético que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização.

As redes estão na base da criação dos territórios em rede, e são, por isso, instrumentos de poder, pois podem aprisionar ou libertar os migrantes de contextos socioeconômicos precários. Toda mobilidade espacial, portanto, é construída por um sistema de relações sociais que se traduz por uma “produção territorial” formada por tessituras, nós e redes como nos termos propostos por Raffestin (1993).

A reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede. Assim, o território é relacional e histórico, acontecendo uma constante interligação entre os próprios migrantes e entre migrantes e não migrantes, conectando diversos lugares e tempos. Pois, há a construção de territórios em rede no interior das relações sociais produzidas, entre os territórios de origem e destino, na mobilidade espacial.

REFERÊNCIAS

Referências Introdução e Capítulo I - A República Bolivariana da Venezuela e os desdobramentos de suas crises

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. 3. ed. 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ACNUR. Global Trends 2020: Forced Displacement in 2019. Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

AGUIRRE, Deninson Alessandro Fernandes. Análise histórica da democracia na Venezuela: de Punto Fijo ao bolivarianismo. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020.

ÁLVAREZ, Emilio Osorio. *La emigración Internacional Venezolana, a los Estados Unidos de América, durante el lapso 2003-2008*. En: Revista Venezolana de Economía Y Ciencias Sociales, Caracas, 2011, vol. 17, nº 2-3 (mayo-diciembre) p. 273-285.

ÁLVAREZ, Juan Fernando. *Apuntes para identificar causas y características de la migración de venezolanos a Colombia*. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana et al. (coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (orgs.) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.141-145.

AZEREDO, Mauro Mendes. “A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos” In: Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, (organizadores). Brasília: IPRI, 2003, p. 111-156.

BANKO, Catalina. La inmigración española en Venezuela: una experiencia de esfuerzo y trabajo productivo. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología. Universidad del Zulia. Vol.28 núm.1 (enero-marzo), 2019, p.123-137.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. Discurso da delegação brasileira no Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento. In: Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, V.2, n.2. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2007, p.29-34.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. Uma apresentação aos 12 anos do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.4, n. 4. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2009, p. 7-13.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. In: *Cadernos PROLAM/USP*, ano 5, vol. 2, 2006, p. 209 - 237.

BARROS, Pedro Silva. Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política. São Paulo, 2007.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. “Venezuela em crise: o que mudou com Maduro?” Fecha de publicación: 01/04/2018. Disponível em <<http://www.derechocambiosocial.com>> Acesso em 20.10.2020.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRAVO, Tomás Milton Muñoz. Políticas migratorias en México y Venezuela: análisis de respuestas gubernamentales disímiles ante procesos de inmigración y emigración internacionales. *Desafíos*, vol. 28, n. 2, Universidad del Rosario, p. 333-366, 2016. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/5062>. Acesso em: 16 feb. 2022.

BELLO, Enzo. Constituição e Política na Venezuela: um balanço da conjuntura contemporânea. In: *Pensar: Revista de Ciências Jurídicas*. Fortaleza, 2019, v.24, nº 1, (jan./mar.), p. 1-13.

BETTS, Alexander. State fragility, refugee status and ‘survival migration’. *Forced Migration Review*, nº 43, 2013, p. 4-6. Disponível em: <https://www.fmreview.org/fragilestates/betts>. Acesso em: jan de 2021.

BINGHAM, John K. Priorizando Necessidades: uma abordagem baseada em direitos para as Migrações Mistas. In: *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v.5, n.5 (2010). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, p 37-54.

BÓGUS, Lucia M.; MOZINE, V. Imigração e Refúgio no Brasil contemporâneo: 1930-2012. In: *Migração Trabalho e Cidadania*. CUTTI, D. ET AL., São Paulo, EDUC, 2015, p.243-263.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

BRICEÑO-LEÓN, ROBERTO. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1223-1233, Caracas, 2007.

CANO, Wilson. “Venezuela: Limites para uma nova política econômica”. In: *Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores*. - Brasília: IPRI, 2003, p. 183-220.

CERVO, Amado Luiz. “A Venezuela e seus vizinhos” In: Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores. - Brasília: IPRI, 2003, p. 157-180.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. O contexto político na Venezuela contemporânea a partir de reflexões sobre os conceitos de “sociedade civil” e “espaço público”. In: história e perspectivas, Uberlândia (48): 335-336 (jan./jun.), 2013.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. O rentismo petrolífero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2015.

COMBLIN, Joseph (Pe.). A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONARE. Refúgio em Números, 4ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

DELGADO, Fernanda; STIER, Klaus; FEBRARO, Júlia; MARQUES, João Victor. Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil. In: Caderno de Opiniões, FGV Energia, Dezembro, 2017, p. 4-18. Disponível em <https://fgvenergia.fgv.br/opinioes/precisamos-falar-sobre-venezuela-impactos-petropoliticos-e-reflexos-para-o-brasil> Acesso em 16.02.2022.

DESIDERÁ NETO, Walter A. *A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul*. In: Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 12, jul. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/26359/18844>> Acesso em: 19 out. 2021. p. 11-25.

ELPAIS INTERNACIONAL (2019). Exigência de visto para entrar no Equador deixa a fronteira em colapso. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/internacional/1566842135_696506.html> Acesso 16.10.2021.

EWELL, Judith. Venezuela and the United States: from monroes hemispheres to petroleum empire. Atenas: The University Georgia Press, 1982.

FERREIRA, O fardo histórico do capitalismo dependente petrolífero rentista e as contradições do processo bolivariano da Venezuela. Revista de la Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, Año III, No. 3, p. 63-83, jun 2013.

FREITAS, Maria de Lourdes. “Meio ambiente e política ambiental na Venezuela”. In: Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores. Brasília: IPRI, 2003, p. 23-54.

GALINARI, Tiago Nogueira. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. In: Caderno de Geografia, v.29, Número Especial 2, 2019, p. 190-211.

GEERTZ, Clifford. (1973). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLINGER, Eva. El Código Chávez: decifrando la intervención de los Estados Unidos em Venezuela. In: Editorial de Ciencias Sociales. Instituto Cubano del Libro. La Habana, 2005.

HIRST, Mónica; LUJÁN, Carlos; ROMERO, Carlos; TOKATLIAN, Juan. La internacionalización de la crises em Venezuela. In: Revista Nueva Sociedad, Fundação Friedrich Ebert, Argentina, 2020.

JUBILUT, Liliana; FERNANDES, Ananda. A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana et al. (coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (orgs.) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.164-177.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci de O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. *Revista Direito GV*, v. 6, n. 1, São Paulo, 2010, p. 275-294.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 11-33, jul. /dez. 2014.

MARINGONI, G. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrantes e Refugiados: por uma Cidadania Universal. In: Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, V.1, n.1, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2006, p.53-80.

MÁRMORA, Lelio. *Las políticas de migraciones internacionales*. Buenos Aires: OIM-Editorial Paidós, 2004.

MARTÍNEZ, Mario Valero. “La frontera colombo-venezolana: escenarios de conflictos”. In: Revista Nueva Sociedade (NUSO) nº 289, Argentina, 2020.

MARTÍNEZ, Mario Valero. Venezuela, migraciones y territorios fronterizos. In: Revista de Investigación de Estudios Sociales e de Frontera - Línea Imaginaria, n. 6, p. 1-24, ene. 2019. Disponible en: <https://revistas.upel.edu.ve/index.php/linea_imaginaria/article/view/7449>. Fecha de acceso: 16 feb. 2022.

MATEO, Cristina; LEDEZMA, Thaís. Los venezolanos como emigrantes. Estudio exploratorio en España. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, vol. XII, núm. 2, julio-diciembre, p. 245-267, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2006.

MEJÍA, William; QUINTERO, Vanessa. Êxodo venezolano a Colômbia. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana et al. (coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (orgs.) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.146-151.

MOREIRA, Gabriel Boff. A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil / Gabriel Boff Moreira. Brasília: FUNAG, 2018.

MURILLO, Juan Carlos. A proteção internacional dos refugiados na América Latina e o tratamento dos fluxos migratórios mistos. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.3, n. 3 (2008). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2008, p.25-32.

NEVES, Rômulo Figueira. Cultura política e elementos de análise da política venezuelana. Brasília: FUNAG, 2010.

NIÑO, José. Um breve histórico da Venezuela: da quarta população mais rica do mundo à atual mendicância. In: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2017. Disponível em <<http://www.mises.org.br>> acesso em 25 out 2010.

NOBREGA, Edita; BLANCO, Carlos. La alegría triste de abandonar el país. En: Orbis - Revista Científica Ciencias Humanas, vol. 9, núm. 27, enero-abril, 2014, p. 130-146.

OLIVEIRA, Renata. Venezuela, Estados Unidos e Colômbia: entre crises diplomáticas e uma forte interdependência econômica. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, 2013a p. 17-32.

PÁEZ, Tomás. *La voz de la diáspora venezolana*. Madrid: Catarata, 2015.

PEDROSO, Carolina Silva. Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada. 1ª Ed. São Paulo: cultura acadêmica, 2014.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e Poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos Textos E Debates, Boa Vista, n.34, p. 9-22, jan./jun. 2020.

PILAR, María. Venezuela 2020: autoritarismo político y pragmatismo económico. In: Revista Nueva Sociedad nº 287, 2020. Disponível em <www.nuso.org> acesso em 25.10.2020.

PIOVESAN, Flávia. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Coord.). O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

RAMOS, André de Carvalho. Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro / André de Carvalho Ramos, Gilberto Rodrigues e Guilherme Assis de Almeida, (orgs.). São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011, p.15-44.

RODRIGUES, Gilberto M.A. Refugiados: o grande desafio humanitário. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2019.

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: Migrações Sul-Sul. / BAENINGER, Rosana. et al. (org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.383-401.

R4V (2021). Refugiados y migrantes venezolanos en la región disponible en: <<http://R4V.info>> Acesso em 16 de out de 2021.

SALGADO, Tiago Santos. A Ingerência estadunidense na Venezuela chavista. In: Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 57-82, dez. 2017.

SARTORETTO, Laura Madrid. Direito dos refugiados: do eurocentrismo às abordagens do terceiro mundo. Porto Alegre: Arquipelago Editorial, 2018.

SASSEN, Saskia. “Não é imigração, é expulsão” Ponto e Vírgula, PUC SP, Nº. 18 - Segundo Semestre de 2015, p. 171-179.

SAYAD, A. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrante e Emigrante: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILVA, J. C. Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Trabalho apresentado na 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2017a.

SILVA, J. C. Jarochinski; PERES, Vítor Plácido dos Santos. Rentismo e Crise. In: Textos e Debates, Boa Vista, n.34, p. 23-40, jan./jun. 2020.

SILVA, J. C. Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Migração pela Sobrevivência - o Caso dos Venezuelanos em Roraima. In: Migrantes forçados: conceitos e contextos / Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, organizadoras. – Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018, p. 636-661.

UCHOA, Pablo. Venezuela: A encruzilhada de Hugo Chávez / Pablo Uchoa; prefácio Clóvis Rossi. São Paulo: Globo, 2003.

URRIBARRÍ, Raúl A. Sanchez. “Venezuela: um régimen híbrido em crisis”. In: Revista de CIÊNCIAS Políticas. Volume 36, nº 1, Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, 2016.

VALENTE, Leonardo. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. In: Boletim do Tempo Presente, nº 7, 2013, p. 1-25.

VEGA, Iván. Emigración intelectual en Venezuela: el caso de la ciencia y la tecnología. In: *Interciência*, v. 28, n. 5, mayo, p. 259-267, Caracas, 2003.

VERA, Leonardo. “Como explicar a catástrofe econômica venezuelana?” In: *Tópico principal NUSO* nº 274, 2018.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 5ª edição. Editora Contexto, São Paulo, 2013.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.19, n. 55, 2005, p. 57-74.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001) ” In: *Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores*. - Brasília: IPRI, 2003, p. 57-84.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A Situação Política na Venezuela e suas Perspectivas*. Caderno do IPRI nº 13. Brasília, 1994.

WILHELM, Vandiana Borba. “A trajetória do neoliberalismo na Venezuela e sua conjuntura atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998” In: *Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos (REBELA)*, v.1, nº 2, out, 2011.

Referência do Capítulo II - Mobilidade Humana, Fronteiras e Inserção Sociocultural de imigrantes venezuelanos (as) no Brasil.

ABRAHÃO, Bernardo A. Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Universidade Federal de Roraima, 2019.

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2020). Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/> Acesso em: 08 mar. 2021.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: *Migração internacional / Rosana Baeninger (Org.)*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013, p. 23-34.

ALMEIDA, Tainá Aragão de; MORAES, Vângela Maria Isidoro de; RODRIGUES; Francilene dos Santos. Construção de narrativas para as novas migrações na fronteira entre Brasil-Venezuela. In: *Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica* v. 2/ Márcia Maria

de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 164-184.

ALVES, Isabel Pérez. O fluxo migratório venezuelano para o Brasil como uma questão amazônica. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana et al. (coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (orgs.) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.152-157.

ALVIM, Roberta Pires. Retrospectiva do trabalho da Defensoria Pública da União na Defesa dos Direitos dos migrantes venezuelanos. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.87-92.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. A Nova Lei de Migração no Brasil: avanços e desafios. In: Migrações Sul-Sul / BAENINGER, Rosana et al. (Organizadores.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição), p.609-623.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das Migrações Internacionais no século 21. In: Migração internacional / BAENINGER, Rosana (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013, p. 9-22.

BAGGIO, Roberta Camineiro; NASCIMENTO, Daniel Braga. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental / MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.) – Lajeado: Ed. da Univates, 2018, p. 19-26.

BASINI, José. Cartografías en pugna. Las fronteras y las obstinadas formas de pasarlas. In: América Latina e Brasil em perspectiva. Alas – UFPE. Paulo Henrique Martins & Rogerio de Souza Medeiros (Orgs). Recife, Editora Universitária UFPE, 2009.

BASINI, José. Transformations and trans-border subjectivities. In: Anais 18 Th. IUAES World Congress. The past, present and future of anthropological knowledge (orgs) Miriam Grossi & al; UFSC: Florianópolis, 2018, p. 3055-3063.

BAUMAN, Z. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1-25, maio, 2017.

_____. Resolução Normativa n. 126, de 02 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Resolução Normativa CNIg n. 126. Brasília, DF, 2017b.

BOLSONARO, Jair. O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacgto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO. Brasília, 09 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CANDATEN, Analita. Acolhida ao migrante: Um valor sagrado. Travessia - Revista do migrante, n. 57, p. 33-38, 2007.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: Abordagens Teóricas. In: Migração internacional na Pan-Amazônia / Luis E. Aragón (organizador). – Belém: NAEA/UFGPA, 2009, p. 39-60.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós, 2017.

COURY, Paula; ROVERY, Julia. O idioma como facilitador do processo de integração de refugiados e imigrantes: a Experiência do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.12, n.12, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2017, p. 101-116.

DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade/ Jacques Derrida [entrevistado]; Anne Dufourmantelle; Tradução de Antônio Romane; Revisão de Paulo Ottoni. Editora Escuta, São Paulo, 2003.

DIAS, Gustavo. Mobilidade Migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. In: REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 61-78.

DIAS, Maria das Graças Santos; LINHARES, Erick, SANTOS, George Brendom. Notas sobre migração na fronteira norte do Brasil: Roraima. In: Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica / Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 39-58.

DODE JÚNIOR, Hermes C. Imigração frente às teorias de securitização e universalização dos Direitos Humanos. In: Migrações internacionais: abordagens de Direitos Humanos. LUSI, Carmem (Org.) Brasília, CSEM, 2017, p. 175-190.

DUARTE, Mônica; ANNONI, Danielle. Migração Forçada em Âmbito Internacional e a Questão dos Refugiados. In: Migrantes forçados: conceitos e contextos / Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, organizadoras. – Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. In: Ponto Urbe, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 15, 2014, p. 01-27.

FAULHABER, Priscila. A Fronteira na Antropologia Social: as diferentes faces de um problema. In: BIB, São Paulo, n.º 51, 2001, p. 105-125.

FELDMAN-BIANCO, B. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. TRAVESSIA - revista do migrante, n. 83, p. 11-36, 2018.

GARCIA, Luiz Leandro. O que é o Pacto Global de Migrações da ONU? Publicado em 28 de junho de 2019. Disponível em <<https://www.politize.com.br/pacto-global-migracoes>> Acesso em 17/08/2021.

GUIGOU, Nicolás. Acerca de frontera, nominaciones y efectos teóricos. En: Fronteiras, diálogo e intervención social en el contexto pan-amazónico. BASINI, José; GUIGOU, Nicolás (Orgs), Montevideu, Nordan, 2008, p. 61-67.

KANAAN, Cel; TÁSSIO, Maj; SIDMAR, 2º Ten. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana et al. (coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (orgs.) Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.68-71.

KANT, Immanuel. (1784). Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.

LIMA, José Carlos Franco e FERNANDES, Gilmara. Migrantes em Roraima (Brasil): a massificação dos termos de acolher e acolhimento. In: JUSTO, José Sterza; OKAMOTO, Mary Yoko (Orgs). *Migrações contemporâneas: reflexos e práticas profissionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019, p. 32-47.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar “certo tipo de gente”. UOL, Brasília, 12 dez. 2018. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>>. Acesso em: fev. 2019.

MÁRMORA, Lélío. El proceso de gobernanza migratória en America Del Sur en El siglo XXI. In: A nova face da emigração no Brasil. BOGUS, L. M; BAENINGER, R. (orgs), São Paulo, EDUC, 2018, p.31-58.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de Governabilidade Migratoria. La perspectiva política en América del Sur. In: REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 18, núm. 35, 2010, p. 71-92.

MÁRMORA, Lélío. La inclusión social del migrante. In: Revista Migraciones Internacionales Reflexiones desde Argentina, Año 01, Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2017.

MÁRMORA, Lélío. (2004). Las políticas de migraciones internacionales. Buenos Aires: Editorial Paidós.

MÁRQUEZ, Isabel; GODOY, Gabriel Gualano de. Perspectivas para a Proteção de Migrantes e Refugiados à Luz da Declaração de Nova Iorque. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.11, n.11, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016, p. 15-23.

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n. 247, mai./ago., p. 302-321, 2019.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: Migrações: implicações passadas, presentes e futuras / Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.21-39.

MENESES, Allan Vaz de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Construção de uma cultura de fronteira no espaço transfronteiriços do Brasil e da Guiana. In: TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.27, v.1., p. 53-66, jan./jun. 2015.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras e Práticas de Mobilidade. In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

MILESI, Rosita, COURY, Paula. Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.72-77.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.13, n.13, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2018, p. 60-81.

MIRANDA, Uiara Lopes. Trajetórias venezuelanas [manuscrito]: o processo de integração em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

MOREIRA, Julia Bertino. A atuação das cátedras Sérgio Vieira de Mello em prol de refugiados e migrantes forçados no Brasil. In: Migrações internacionais [recurso eletrônico]: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil / organizadora Giuliana Redin. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2020, p.172-189.

MOREIRA, Julia Bertino. O papel das cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.4. n. 8, jul./dez., 2015.

MOREIRA, Thiago Oliveira. A (necessária) proteção dos direitos humanos dos migrantes venezuelanos pela jurisdição brasileira. In: Migrações Fronteiriças/ BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (coordenadores); SILVA, João Carlos Jarochinski, et al (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.394-403.

OIM (2020). Migração Venezuelana. Janeiro 2017 / Agosto 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/OIM-informe-migracao-venezuelana-2017-2020.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. In: Estudos Avançados 20 (57), 2006.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Desafios e perspectivas da mobilidade humana na Amazônia contemporânea. In: TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.27, v.1., p. 107-121, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. In: Revista Brasileira de Estudos de População / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. – V. 34, n. 1, Rio de Janeiro: Rebecq, 2017, p. 171-181.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. In: *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.5-13, jan. /abr. 2017.

OTERO, Guilherme; TORELLY, Marcelo; RODRIGUES, Yssysay. A atuação da organização internacional para as migrações no apoio à gestão do fluxo migratório venezuelano no Brasil. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.38-44.

PEREIRA, J. C. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e desafios para a democracia no Brasil. TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.], n. 79, p. 101–126, 2016.

PEREIRA, J. C. Acolhimento e inserção social na ação da Pastoral do Migrante. TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.], v. 1, n. 87, p. 73–88, 2019.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo, SP: Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722p.

RESSTEL, Cizina Célia Fernandes. Fenômeno migratório. In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 35- 52.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. In: Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 20 n. 122 Out. 2018/Jan. 2019, p. 541-563.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Fronteiras e Mobilidade Humana na Amazônia: violência e direitos humanos. In: GEIFRON/ UFRR, Roraima, 2017b.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: Estudos Avançados 20 (57), 2006.

RORAIMA (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5437155>>, acessado: 23 agosto 2021.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C.; NOGUEIRA, Mariana F.S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O decreto estadual nº 24.469-E como divisor de águas. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.57-67.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos. Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições. In: Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2/ Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.242-249.

SASSEN, Saskia. A criação de migrações internacionais. In: Sociologia da globalização. Porto alegre. Editora Artmed. 2010.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Os Estudos da Imigração no Brasil. In: Mundos em movimentos. Ensaios sobre migrações. SEYFERTH, G. ET AL (orgs). Santa Maria, Editora UFSM, 2007, p.15- 44.

SILVA, João Carlos Jarochinski; OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 157-169, jan./jun. 2015.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Trabalho apresentado na 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2017 a.

SILVA, João Carlos Jarochinski; BÓGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados In: *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.15-30, jan./abr. 2017.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. In: *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.8. n.16, 2019, jul./dez.

SILVA, J. C. J.; BOGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017.

SILVA, Sidney Antonio da. A Amazônia na rota das migrações. O caso dos Haitianos e os desafios às políticas públicas. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez., 2015d.

SILVA, Sidney Antonio da. Fronteira Amazônica: Passagem Obrigatória para Haitianos? In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015d.

SILVA, Sidney. *Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997b.

SILVA, Sidney. A Fronteira Norte do Brasil: notas de pesquisa. In: *Migrações Fronteiriças/BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (coordenadores); SILVA, João Carlos Jarochinski, et al (Org.)*, Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018f, p.300-303.

SILVA, Sidney. Acolhimento institucionalizado em Manaus: entre avanços e retrocessos, a agência do sujeito migrante. In: *Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2/ Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020h, p.185-202.

SILVA, Sidney. A Migração dos Símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 77-83, jul./set. 2005g.

SILVA, Sidney. *Imigração Recente na Região Norte: Impactos e Desafios às Políticas Públicas*. In: *Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil / Organizado por Artur Zimmerman, Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2017, p. 10-27.*

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Refúgio em Números, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000c.

SILVA, Filipe Rezende; FERNANDES, Duval. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.13, n.13, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2018, p. 82-102.

SIMÕES, Gustavo da Frota. A mudança do perfil do imigrante venezuelano em Roraima e o aumento da xenofobia. In: Migrações Fronteiriças/ BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (coordenadores); SILVA, João Carlos Jarochinski, et al (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.386-393.

SIMÕES, Gustavo da Frota. A migração venezuelana para o Brasil e as ações desenvolvidas pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UFRR em Roraima. In: Migrações Sul-Sul / BAENINGER, Rosana et al. (Organizadores.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 b (2ª edição), p. 957-961.

SIMÕES, Gustavo da Frota; ROCHA, Rafael. Governança no âmbito da imigração venezuelana no estado de Roraima: o papel da Universidade Federal de Roraima. In: Migrações Venezuelanas/ BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018a, p.78-86.

SIMÕES, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Julia. Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.12, n.12, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2017, p. 129-139.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As Complexidades da Noção de Fronteira, Algumas Reflexões. In: Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, V. 2, N. 3, Jan./Jun. 2005.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Governança migratória na administração Rousseff: panoramas e o visto humanitário. In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.16, 2019, jul./dez.

VASCONCELOS, Iana. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos (as) solicitantes de refúgio em Boa

Vista-RR. In: Etnografias do refúgio no Brasil/ organizador: Igor José de Renó Machado. São Carlos: EdUFSCar, 2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. A migração da fome: comida e deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela In: Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2/ Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. "Desejáveis" e "Indesejáveis": diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos (as) em Roraima e no Amazonas. Tese de Doutorado Universidade Federal de São Carlos, 2021.

VELASCO, Juan Carlos. De Muros Intransponíveis a Fronteiras Transitáveis. In: REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 159-174.

ZAPATA-BARRERO, R. Teoría Política de la Frontera y la movilidad humana. Revista Española de Ciencia Política, (29), 2012, p.39-66.

Referência do Capítulo III - Trajetórias de Vida de Famílias de Imigrantes Venezuelanos (as) em Manaus/Brasil

ALVES, Ricardo; SIQUEIRA, Sueli. Migração e território: uma aproximação teórica. In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - "População, Sociedade e Políticas: desafios presentes e futuros". ABEP, Minas Gerais, 22 a 28 de setembro de 2018.

AMORIM, Aparecida. A contribuição da categoria de habitus para a reflexão sobre a migração internacional. In: Migrações: implicações passadas, presentes e futuras / Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.41-57.

ASSIS, Glauca de Oliveira. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros (Tese de doutorando). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998, p. 175-202.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado sobre a sociologia do conhecimento. 24ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

BERTAUX, Daniel. Desde el abordaje de la historia de vida hacia la transformación de la práctica sociológica. Cap.2. En: Biografía y sociedad, Londres, 1981.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C & LINBEHAUN, S. G. (orgs). Gênero, Democracia e Sociedade brasileira. São Paulo. Editora 34, 2002.

BOAS, Frans. “As limitações do método comparativo da antropologia”. In: Antropologia Cultural. Celso Castro (apresentação e tradução), Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2004.

BOYD, Mônica. Family and personal networks in international migration: recent developments and news agendas. *International Migration Review*, New York, v.23, n.3, p.638-670, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campos. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989 (Memória e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: Sociologia/organizador (da coletânea) Renato Ortiz; [tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi]. São Paulo: Ática, 1983.

CALEGARI, Marília. Migração de crise: refúgio e família no Brasil. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, Governança e Bem-Estar/ São Pedro, SP: ABEP, 24 a 28 de novembro de 2014.

CAMPOS, Luciene Lemos de; RODRIGUES, Luciano. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura. In: Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 33-49, jan./jun. 2011.

CAMPOS, Marden Barbosa de. A dimensão espacial das redes migratórias. In: Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3, p. 14 - 30 (set. /dez.) 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1976). Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.

CASTELLS, M.A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M. CARDOSO, G. (Orgs.). A sociedade em rede: do conhecimento à política. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006, p. 17-30.

CASTELLS, M. (1999). O poder da identidade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. São Paulo: EDUSC, 2001.

COSTA, M. C. S. Nós das redes. TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.], n. 40, p. 25-28, 2001. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/817>. Acesso em: 26 out. 2021.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. Perspectivas antropológicas da mulher brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 13 - 34.

DURHAM, E. R. A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado; Tradução de Leandro Konder. 14^o Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. “Da família ao parentesco em sociedades complexas”. Participação na Mesa Redonda “O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa”. Congresso Internacional Pesquisando a Família, Florianópolis 24-26 de abril, 2002.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke. (Org.). Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-livro Editora, 2004.

GEERTZ, Clifford (1973). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HARRIS, Marvin. La Ilustración. In: El desarrollo de la teoría antropológica, Madrid, Siglo XXI, 1979.

GIDDENS, Anthony. Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura. Oeiras: Celta, 2000.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, USP, de 20 a 26 de março de 2004, p. 6.774-6.792.

_____. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 1-15.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v.4, n.7, set. 2002.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, M. de J. (2001). Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças. *GEOgraphia*, 3(5), 33-46, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HERZOG, Werner. Jeder für sich und Gott gegen alle. Trad. O enigma de Kaspar Hauser. (Filme). Alemanha, 1974. 110 min, cor.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

MACÊDO, Márcia S. *Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina*. In: Seminário Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais, ABEP- ENCE/IBG. RJ, 2009.

MARANDOLA Jr., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, (jul./dez.), 2010.

MOREIRA, Julia Bertino; SALA, José Blanes. Migrações Forçadas: categorização em torno de sujeitos migrantes. In: Migrantes forçados: conceitos e contextos / Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, organizadoras. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018, p. 15-41.

OJEDA, Norma. Reflexiones acerca de las familias transfronterizas y las familias transnacionales entre México y Estados Unidos. In: Frontera Norte, vol. 21, Núm. 42, (julio – diciembre) de 2009.

OJEDA, Norma. Familias transfronterizas y familias transnacionales: algunas reflexiones. In: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Migraciones Internacionales, julio-diciembre, año/vol. 3, número 2, Tijuana, México, 2005.

OSMAN, Samira Adel. A imigração e a apropriação cultural do lugar: história oral no diálogo e na interseção dos espaços e das experiências de vida. In: Migrações Sul-Sul / BAENINGER, Rosana et al. (Organizadores.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição), p. 339-354.

PADILLA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. Construção das identidades de jovens de origem imigrante em europa: resultados dum projeto europeu. In: REMHU - Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 42, p. 133-158, jan./jun. 2014.

PÁEZ, Tomás. *La voz de la diáspora venezolana*. Madrid: Catarata, 2015.

ROCHA, Ir. Ana Paula F. Identidade e Migração. In: Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 240-243, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: Estudos Avançados 20 (57), 2007.

- SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. Edusp, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 3-32, jan. 2000.
- SANTOS, Isabela Bento dos. Redes migratórias enquanto mecanismos de apoio ao retorno no projeto migratório. In: *SCIAS Dir. Humanos e Educação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 114-133, ago./dez. 2018.
- SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. In: *Psicologia*, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 3, p. 69-79, 1992.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de relações sociais. In: *Revista NERA*. Ano 11, n.13, 2008.
- SAQUET, Marco A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. *Geosul*. Florianópolis: UFSC, v. 22, n. 43, p 55-76, jan. /jun. 2007.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; SZANTON BLANC, Cristina. “De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional” In: *Cadernos CERU*, Série 2, vol. 30, n. 1. Jun. de 2019.
- SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas/ Organizado por Zeila de Brito Fabri Demartini, Oswaldo Mário Serra Truzzi*. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 13-51.
- SOARES, Weber. "A emigração valadareense à luz dos fundamentos teóricos de análise de redes sociais". In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 231-262.
- SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. In: *Revista. bras. Est. Pop.*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.
- SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 64-76, jul./set. 2005.
- SUESS, Paulo. Migração, Identidade, Interculturação. Teses e Fragmentos para um Discernimento Teológico-Pastoral. In: *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p. 169-183, jan./jun. 2010.
- TILLY, C. (1990) “Transplanted Networks” in Virginia Mclaughlin (ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*, Oxford University Press, New York, 1990.
- UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; ABAIDE, Jalusa Prestes. Migrantes e Famílias Transnacionais na América do Sul: Tendências Contemporâneas. *Revista de Ciências Sociais*, v.8, n. 1, p.47-74, jan./jun. 2018.

WAGNER, Roy. (1975). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZUNINO, Cecilia Jiménez. Sayad en uso: trayectorias y proyectos migratorios como herramientas de análisis In: Abdelmalek Sayad: una lectura crítica. Migraciones, saberes y luchas (sociales y culturales). Gennaro Avallone y Enrique Santamaría (Coordinadores). Dado Ediciones, *disonancias* n° 5, 2018, p. 75-92.

Referência do Capítulo IV - A Presença Venezuelana em Manaus/AM em Tempos de Pandemia da Covid-19

ACNUR. (2021). Entrada e regularização migratória de venezuelanos no Brasil. Disponível em: <http://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/regularizaçãomigratoria-e-entrada-de-venezuelanos-no-brasil/> Acesso em 01 de out de 2021.

ACNUR. (2021). ACNUR EM MANAUS – RELATÓRIO DE ATIVIDADES Abril-Maio 2021. Disponível em <http://acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio-de-Atividades-FO-Manaus-Abr_Mai-2021.pdf> Acesso em 07 de out de 2021.

BASINI, José. Índios num país sem índios – A estética do desaparecimento: um estudo sobre imagens índias e versões étnicas. Manaus: Editora Travessia/Fapeam, 2015.

BASINI, José. Cartografías en pugna. Las fronteras y las obstinadas formas de pasarlas. Em: América Latina e Brasil em perspectiva. Alas – UFPE. Paulo Henrique Martins & Rogerio de Souza Medeiros (Orgs). Recife, Editora Universitária UFPE, 2009.

BASINI, José. La Peste del Mundo en la Amazonía: Regímenes de Desaparición de la Vida; Corona Virus o el Crajirú de los Humanos. In: Revista FSA, Teresina, v. 17, n. 10, art. 4, p. 59-71, out. 2020.

BASINI, José. GUIGOU, Nicolás. Más allá del exotismo. Sobre el coronavirus, ladesmaterialización del mundo y la maldición colonial. En: Seminario Voces. Año XVII. n. 690. 23/04/2020, (16) Montevideo, Uruguay: Voces. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a.

_____. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela,

conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 2020b.

BEZERRA, Gersika do Nascimento Bezerra; MORAIS, Vângela Maria Isidoro de Moraes. Valores-notícia e critérios de noticiabilidade: a Cobertura jornalística do G1/RR sobre a imigração Venezuelana na pandemia de covid-19. In: Mobilidade humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas / Marília Lima Pimentel Cotinguiba et al. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAMARGO, Helena Regina Esteves de. “Fazer por eles é fazer por Mim”: acolhimento como ato de (des) reterritorialização. In: Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 2. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021.

CHAVES, João. “A atuação da defensoria Pública da União em favor de imigrantes durante a Pandemia de Covid-19: um relato de campo”. In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Et al. (coordenadores). Catarina Von Zuben; Et al. (org.). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

DANTAS, Sylvia. “Pandemia, mentiras e xenofobia: a saúde pública requer interculturalidade” In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Et al. (coordenadores). Catarina Von Zuben; Et al. (org.). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

FRESU, Gianni. Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrações hegemônicas do capitalismo em colapso. In: Ana Lole; Inez Stampa Rodrigo Lima R. Gomes [ORGS.] Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Mórula Editorial, 2021. P. 41-53

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. O coronavírus e a população refugiada no Brasil. A “Inabilitação para o Refúgio” e o Princípio do Non Refoulement. In: METAXY é uma Revista semestral do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ, 2020.

IFANGER, Fernanda Carolina; POGGETTO, João Paulo. Processos migratórios em tempos de pandemia: acentuação da punição e do controle social. In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (coordenadores). Catarina Von Zuben; Luís Felipe Magalhaes; Paolo Parise; Natalia Demétrio;

Joice Domeniconi (Organizadores). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

KAMLOT, D. Resiliência organizacional e marketing social: uma avaliação de fundamentos e afinidades. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., p. 482-495.

LUCENA, Jamerson Bezerra. Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia. In: Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 2. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021.

MOREIRA, Thiago Oliveira. A (In) convencionalidade da política migratória brasileira diante da pandemia do Covid-19. In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (coordenadores). Catarina Von Zuben; Luís Felipe Magalhaes; Paolo Parise; Natalia Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou. Tradução Lourival de Queiroz Henkel; introdução de Afonso Bertagnoli. Ed. Especial – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea / Márcia Maria de Oliveira, 2014. Tese (doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

OIM (2020). Novo abrigo aprimora acolhimento de refugiados e migrantes indígenas venezuelanos em Manaus. Disponível em <<https://brazil.iom.int/news/novo-abrigo-aprimora-acolhimento-de-refugiados-e-migrantes-ind%C3%ADgenas-venezuelanos-em-manaus> Acesso em 03 de out de 2021.

OIM (2021). OIM doa colchões e oferece apoio social a vítimas venezuelanas de incêndio em Manaus. Disponível em: <https://brazil.iom.int/news/oim-doa-colch%C3%B5es-e-oferece-apoio-social-v%C3%ADtimas-venezuelanas-de-inc%C3%AADndio-em-manaus>. Acesso em 04 de out de 2021.

ONUBR. “*Contágio ou fome, o dilema dos trabalhadores informais durante a pandemia de COVID-19*”. 07 de maio de 2020 a. Disponível em <https://nacoesundidas.org/contagio-ou-fome-o-dilema-dos-trabalhadores-informais-durante-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em 24 agosto de 2020.

ONUBR. (OIM) “*Trabalhadores migrantes são mais vulneráveis a abusos e exploração durante a pandemia*”. 09 de junho de 2020b. Disponível em <https://nacoesundidas.org/Acesso> em 24 ago. de 2020.

PACHI, Priscilla. “*Mobilidade humana e coronavírus: a fronteira social do confinamento e o direito à cidade*” em 17 de julho de 2020. Disponível em <https://museudaimigracao.org.br/> Acesso em 26 de ago. de 2020.

PARISE, Paolo; CARVALHO, Leticia; PEREIRA, José Carlos. “*Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19*”. In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Et al. (coordenadores). Catarina Von Zuben; Et al. (org.). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

PEREIRA, Alexandre Branco; CASTELLI, Andressa; BERSANI, Ana Elisa; ANDRADE, Ingrith. Apresentação. In: Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 1. Travessia - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 90 - Janeiro - Abril/2021.

PIAZZINI, C. E. Suárez (2020). Los mapas y calendarios de la pandemia. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, 11 (Especial), 265-274.

RAMOS, André de Carvalho. “*Construindo muralha: o fechamento de fronteira na pandemia de Covid-19*” In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Et Al. (coordenadores). Catarina Von Zuben; Et al. (org.). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

RIVAS, Eloy Sánchez. Grietas en las fronteras: insurgencias migrantes en Canadá, solidaridad, refugio, y protección de la vida en los tiempos del Covid-19. In: Revista de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 33 (2021): 95-121

RODRIGUES, Vicente A. C.; STAMPA, Inez. A pandemia e a ‘inteligência’ do presidente. In: Ana Lole; Inez Stampa Rodrigo Lima R. Gomes [Orgs.] Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Mórula Editorial, 2021, p. 82-90

RUSEISHVILI, Svetlana. “*Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo*” In: Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Et al. (coordenadores). Catarina Von Zuben; Et al. (org.). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

SERRA, Caio Cesar; AMORIM, Diana Araújo de; NAKANO, Juliana Mary Yamanaka; ALMEIDA, Vitor Bastos Freitas de. O novo coronavírus e as migrações no Brasil: a instrumentalização da pandemia para a implementação de uma política discriminatória e utilitarista de controle de fronteiras no país. In: Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 2. Travessia - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021, p. 81-100.

SILVA, Sidney. A. Fronteira Norte do Brasil: notas de pesquisa. In: Migrações Fronteiriças/ Baeninger, R. Et al. (org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018.

SILVA, Sidney A. Acolhimento institucionalizado em Manaus: entre avanços e retrocessos, a agência do sujeito migrante. In: Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica v. 2/ Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SQUEFF, Tatiana. “*Migrantes no Brasil em tempos de Covid-19: respostas e dificuldades*” In: *Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19/ Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy (coordenadores). Catarina Von Zuben; Luís Felipe Magalhaes; Paolo Parise; Natalia Demétrio; Joice Domeniconi (Organizadores). Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.*

TAVARES, Simone; RIVAS, Cristina; SCAFUTTO, André. A presença venezuelana em Manaus/AM e as estratégias de sobrevivência frente à pandemia de Covid-19. In: *Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 2. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021, p. 81-100.*

VASCONCELOS, Iana dos Santos; NASCIMENTO, Rosana. “Acolher, proteger, promover e integrar”: desafios do Serviço Pastoral dos Migrantes de Manaus em tempos de pandemia. In: *Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 1. Travessia - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 90 - Janeiro - Abril/2021.*

VILLALÓN, Corina Demarchi; MOYA, Jobana; BEJARAN, Lida Elena Tascón. Colectivos de Mujeres Migrantes Frente a La Pandemia: El Equipo de Base Warmis y la campaña de Regularización Migratoria “Regularización Ya!”. In: *Dossiê Migrações, Mobilidades e Crises Sanitárias – Volume 2. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021.*